UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Escola de Ciência da Informação

Programa de Pós-graduação em Gestão e Organização do Conhecimento

ALEJANDRO DE CAMPOS PINHEIRO

"NADA SOBRE NÓS SEM NÓS[1]": AS PERCEPÇÕES DAS PESSOAS BIBLIOTECÁRIAS COM DEFICIÊNCIA[2] SOBRE ACESSIBILIDADE, DESENHO UNIVERSAL E O USO DOS RECURSOS DE TECNOLOGIA ASSISTIVA NAS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS FEDERAIS BRASILEIRAS

Belo Horizonte

2025

[1] [Início de nota] Lema adotado para a inclusão das pessoas com deficiência. [Fim de nota] SASSAKI, Romeu Kazumi. Nada sobre nós, sem nós: da integração à inclusão – Parte 2. **Revista Nacional de Reabilitação**, ano X, n. 58, set./out. 2007, p. 20-30. Disponível em: https://www.sinprodf.org.br/wp-content/uploads/2012/01/nada-sobre-n%C3%93s-sem-n%C3%93s2.pdf

[2] [Início de nota] Pessoa bibliotecária com deficiência: termo adotado para a presente tese para contemplar as diretrizes da linguagem inclusiva. Ele coloca a pessoa em primeiro lugar, destacando a sua humanidade antes de qualquer característica, além de ser coerente com as recomendações da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência da ONU. Importante destacar também que esse termo reconhece a profissão e a identidade profissional; inclui diversidade dentro da profissão; e facilita a busca por dados específicos sobre a inclusão de pessoas com deficiência nesse campo profissional. Conforme a Convenção sobre os Direitos da Pessoas com Deficiência (ONU, 2006, p. 22), o conceito de deficiência está em constante "evolução", uma vez que é uma condição que se encontra em parte da diversidade humana e transita em diversos aspectos da sociedade, que envolve barreiras atitudinais, participação social e igualdade de oportunidade. [Fim de nota] SILVA, J. J. S. Deficiência, diversidade e diferença: idiossincrasias e divergências conceituais. **Educação em Revista,** Belo Horizonte, v. 38, 2022. Disponível em: https://www.scielo.br/j/edur/a/7YXFbddDKGkXhHyrt6gzJwC/. Acesso em: 4 jan. 2025.
ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Convention of the rights of persons with disabilites, 2006. ONU: New York, 2006. Disponível em: https://social.desa.un.org/issues/disability/crpd/convention-on-the-rights-of-persons-with-disabilities-crpd. Acesso em: 2 jan. 2025.

ALEJANDRO DE CAMPOS PINHEIRO

“NADA SOBRE NÓS SEM NÓS”: AS PERCEPÇÕES DAS PESSOAS BIBLIOTECÁRIAS COM DEFICIÊNCIA SOBRE ACESSIBILIDADE, DESENHO UNIVERSAL E O USO DOS RECURSOS DE TECNOLOGIA ASSISTIVA NAS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS FEDERAIS BRASILEIRAS

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Gestão & Organização do Conhecimento (PPG-GOC) Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito para obtenção do grau de Doutor em Gestão e Organização do Conhecimento.

Linha de pesquisa: Gestão e Tecnologia da Informação e Comunicação (GETIC)

Área de concentração: Ciência da Informação

Orientador: Professor Dr. Frederico Cesar Mafra Pereira

Belo Horizonte

2025

P654n Pinheiro, Alejandro de Campos.
"Nada sobre nós sem nós" [recurso eletrônico] : as percepções das pessoas bibliotecárias com deficiência sobre acessibilidade, desenho universal e o uso dos recursos de tecnologia assistiva nas bibliotecas universitárias federais brasileiras / Alejandro de Campos Pinheiro . - 2025.
1 recurso eletrônico (282 f. : il., color.) : pdf.

Orientador: Frederico Cesar Mafra Pereira.

Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação.
Referências: f. 251-270.
Apêndice: f. 271-278.
Anexo: f. 279-282.
Exigência do sistema: Adobe Acrobat Reader.

1. Ciência da informação – Teses. 2. Pessoas com deficiência – Teses. 3. Acessibilidade - Teses. 4. Dispositivos de autoajuda para pessoas com deficiência - Teses. 5. Bibliotecas universitárias – Teses. I. Mafra Pereira, Frederico Cesar. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Ciência da Informação. III. Título.

CDU: 027.7-056.2

Ficha catalográfica: Elaine Diamantino Oliveira - CRB: 6/2742

Biblioteca Profª Etelvina Lima, Escola de Ciência da Informação da UFMG

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

ESCOLA DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - ECI
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO - PPGGOC

FOLHA DE APROVAÇÃO

“NADA SOBRE NÓS SEM NÓS”: AS PERCEPÇÕES DAS PESSOAS BIBLIOTECÁRIAS COM DEFICIÊNCIA SOBRE ACESSIBILIDADE, DESENHO UNIVERSAL E O USO DOS RECURSOS DE TECNOLOGIA ASSISTIVA NAS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS FEDERAIS BRASILEIRAS

ALEJANDRO DE CAMPOS PINHEIRO

Tese submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO, como requisito para obtenção do grau de Doutor em GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO, área de concentração CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, linha de pesquisa Gestão e Tecnologia da Informação e Comunicação.

TESE APROVADA E CONSIDERADA DE ALTA RELEVÂNCIA PARA A BIBLIOTECONOMIA E A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO EM 06 DE OUTUBRO DE 2025, POR VIDEOCONFERÊNCIA, SUGERINDO SUA INDICAÇÃO PARA CONCORRER A PRÊMIOS DE MELHOR TESE EM 2026, ALÉM DA POSSIBILIDADE DE PRODUÇÃO DE UM LIVRO ACERCA DA TEMÁTICA, PELA BANCA CONSTITUÍDA PELOS MEMBROS:

Prof(a). Frederico Cesar Mafra Pereira (Orientador)
ECI/UFMG

Prof(a). Ana Claudia Borges Campos
Universidade Federal do Espírito Santo

Prof(a). Telma de Carvalho
UFS

Prof(a). Marilia de Abreu Martins de Paiva
ECI/UFMG

Prof(a). Elisângela Cristina Aganette
ECI/UFMG

Belo Horizonte, 06 de outubro de 2025.

Documento assinado eletronicamente por **Frederico Cesar Mafra Pereira**, **Professor do Magistério Superior**, em 14/10/2025, às 15:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Ana Claudia Borges Campos**, **Usuário Externo**, em 14/10/2025, às 19:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Elisangela Cristina Aganette**, **Professor(a)**, em 14/10/2025, às 22:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Telma de Carvalho**, **Usuário Externo**, em 15/10/2025, às 10:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Marilia de Abreu Martins de Paiva**, **Membro**, em 16/10/2025, às 14:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4615212** e o código CRC **1215AA3D**.

Referência: Processo nº 23072.261327/2025-74 SEI nº 4615212

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
ESCOLA DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - ECI
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO - PPGGOC

ATA DA DEFESA DE TESE DO ALUNO

ALEJANDRO DE CAMPOS PINHEIRO

Realizou-se, no dia 06 de outubro de 2025, às 09:00 horas, por videoconferência, da Universidade Federal de Minas Gerais, a defesa de tese, intitulada *"NADA SOBRE NÓS SEM NÓS": AS PERCEPÇÕES DAS PESSOAS BIBLIOTECÁRIAS COM DEFICIÊNCIA SOBRE ACESSIBILIDADE, DESENHO UNIVERSAL E O USO DOS RECURSOS DE TECNOLOGIA ASSISTIVA NAS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS FEDERAIS BRASILEIRAS*, apresentada por ALEJANDRO DE CAMPOS PINHEIRO, número de registro 2021698666, graduado no curso de BIBLIOTECONOMIA/NOTURNO, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO, à seguinte Comissão Examinadora: Prof(a). Frederico Cesar Mafra Pereira - ECI/UFMG (Orientador), Prof(a). Ana Claudia Borges Campos - Universidade Federal do Espírito Santo, Prof(a). Telma de Carvalho - UFS, Prof(a). Marilia de Abreu Martins de Paiva - ECI/UFMG, Prof(a). Elisângela Cristina Aganette - ECI/UFMG.

A Comissão considerou a tese:

(X) Aprovada

( ) Reprovada

TESE APROVADA E CONSIDERADA DE ALTA RELEVÂNCIA PARA A BIBLIOTECONOMIA E A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, SUGERINDO SUA INDICAÇÃO PARA CONCORRER A PRÊMIOS DE MELHOR TESE EM 2026, ALÉM DA POSSIBILIDADE DE PRODUÇÃO DE UM LIVRO ACERCA DA TEMÁTICA.

Finalizados os trabalhos, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos membros da Comissão.
Belo Horizonte, 06 de outubro de 2025.

Assinatura dos membros da banca examinadora:

Documento assinado eletronicamente por **Frederico Cesar Mafra Pereira**, **Professor do Magistério Superior**, em 14/10/2025, às 15:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Ana Claudia Borges Campos**, **Usuário Externo**, em 14/10/2025, às 19:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Elisangela Cristina Aganette**, **Professor(a)**, em 14/10/2025, às 22:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Telma de Carvalho**, **Usuário Externo**, em 15/10/2025, às 10:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Marilia de Abreu Martins de Paiva**, **Membro**, em 16/10/2025, às 14:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4615199** e o código CRC **D25938B1**.

Referência: Processo nº 23072.261327/2025-74 SEI nº 4615199

Dedico esta tese a todas as pessoas bibliotecárias com deficiência que compartilharam comigo diversos momentos, desafios, dificuldades e experiências de vida, reafirmando que a construção de uma sociedade inclusiva é um dever de todos.

Dedico também a todas as pessoas que estiveram ao meu lado em todas as etapas de elaboração, desenvolvimento e conclusão desta tese.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter me guiado neste percurso tão desafiador, complexo e árduo, concedendo-me forças e resiliência para não desistir.

Agradeço a São Judas Tadeu, santo conhecido pelas causas impossíveis e de minha devoção, por ter iluminado meu caminho e clareado minha mente. Sempre que o desânimo se manifestava, recorria a ele para pedir discernimento a fim de suportar os desafios e dificuldades.

Agradeço à minha família pelo apoio de sempre; à minha avó, por suas orações; e, em especial, à minha mãe, que esteve ao meu lado em todas as decisões, incentivando-me e proporcionando, dentro de suas condições, uma educação de qualidade.

Agradeço ao meu pai, *in memoriam*, que, mesmo tendo sua vida transformada pela deficiência visual, foi valente e corajoso, demonstrando que, mesmo em situação de vulnerabilidade, sempre buscou apoiar minhas decisões.

Agradeço ao meu orientador, professor Frederico Mafra, verdadeiro presente na pós-graduação, que acreditou na temática, na minha ideia e no meu potencial, proporcionando tranquilidade, soluções necessárias e o famoso “vamos ver o copo meio cheio?”.

Agradeço à banca de defesa, composta pelas professoras Ana Cláudia, Cíntia Azevedo, Elisângela Aganette, Marília Paiva e Telma de Carvalho, que, com suas experiências e contribuições, enriqueceram a construção desta tese e minha formação como pesquisador.

Agradeço à Universidade Federal de Viçosa, por flexibilizar meus horários de trabalho, possibilitando o cumprimento dos créditos das disciplinas.

Agradeço à Direção da Biblioteca Central da UFV pelo apoio na adequação da minha jornada de trabalho com horários alternativos, permitindo o prosseguimento dos estudos de doutorado.

Agradeço à professora Benildes Maculan pelo suporte e orientações necessárias à submissão do projeto de tese ao Comitê de Ética, bem como por suas contribuições.

Agradeço aos Conselhos Regionais de Biblioteconomia de todas as regiões do Brasil, que auxiliaram na divulgação da pesquisa, encaminhando o folder para as

pessoas bibliotecárias afiliadas e contribuindo para alcançar o público-alvo: pessoas bibliotecárias com deficiência.

Agradeço aos professores do Programa de Pós-Graduação em Gestão e Organização do Conhecimento da Universidade Federal de Minas Gerais, que, por meio de seus ensinamentos, contribuíram para minha formação como aluno, profissional e pesquisador.

Agradeço aos colegas de disciplina, especialmente Letícia e Jonas, que foram um presente na pós-graduação, sempre oferecendo apoio nos trabalhos em grupo.

Agradeço à colega Lissandra pelos desabafos e pelo esclarecimento sobre a etapa de submissão do projeto de tese ao Comitê de Ética.

Agradeço ao meu psicólogo, Alan, por ter ouvido meus desabafos, choros, angústias e aflições durante um período pessoal delicado que coincidiu com o doutorado, proporcionando-me preparo mental para superar as dificuldades e dar continuidade ao processo empírico da pesquisa.

Agradeço ao meu ex-personal trainer de musculação e agora amigo, Phill, do Studio Hábitus, por me ouvir e incentivar a continuar os exercícios, mesmo com a correria das viagens entre Belo Horizonte e Viçosa durante o cumprimento dos créditos das disciplinas.

Agradeço aos amigos do grupo *Friends Forever* — Gislene, Anderson e Angélica — pelos momentos de descontração durante a pandemia, e em especial à Gislene, pela disposição em ler e comentar parágrafos da tese.

Agradeço ao amigo Christian Rafael pelo acompanhamento desde o mestrado até o doutorado, por sempre me ouvir e ajudar na preparação das apresentações.

Agradeço aos amigos do vôlei, Bruno Bicalho e Carol, pela manutenção da amizade, mesmo à distância, estando sempre presentes quando necessário.

Agradeço à amiga Maria Luisa por revisar meus textos e ajudar nas correções de regência e concordância.

Agradeço à equipe de trabalho das bibliotecas setoriais, Nívea e Andrea, pelo apoio e pelas ideias para a construção desta tese.

Agradeço à colega de trabalho Analine, que atuou como consultora técnica em muitos momentos de insegurança, ajudando-me a evitar termos capacitistas ou que pudessem transmitir desmerecimento. Você foi uma das inspirações para que eu pesquisasse esta temática e seguisse em frente. Meu muito obrigado!

Agradeço ao meu arquiteto favorito, Victor, por me ouvir nos momentos de aflição e incerteza, e por contribuir com sugestões sobre cores, espaçamentos e tamanhos de fonte utilizados nas apresentações de qualificação e defesa.

Agradeço a todas as pessoas bibliotecárias com deficiência que participaram desta pesquisa, compartilhando experiências, vivências e dificuldades. Sem vocês, o desenvolvimento desta tese seria inviável. Destaco que todos foram fundamentais e inspiradores. Agradeço pelo carinho e atenção ao relatar situações difíceis e sensíveis vivenciadas no dia a dia. Vocês foram forças potentes para que eu concluísse esta pesquisa.

Agradeço ao Vinícius e à Gildenara, servidores administrativos da secretaria do PPG-GOC, que sempre estiveram prontos para me auxiliar nos momentos de necessidade.

Por fim, agradeço a mim mesmo, por ter lutado todos os dias para chegar a este momento. Foram muitos quilômetros percorridos, durante dias, meses e anos, entre Belo Horizonte e Viçosa, por carro e ônibus, passando horas na estrada. Houve dias em que viajei de madrugada para chegar à aula das 9 horas e outros em que viajei de madrugada para iniciar o trabalho antes das 7 horas. Momentos como esses evidenciam o quão hipócrita é a palavra “meritocracia” em nosso país, onde a desigualdade social ainda impera.

“O seu lugar de fala é de pesquisador de pessoa com deficiência” PBCD 2 do G1[3]

“A Biblioteconomia deve ir ao encontro dos que não a procuram” Figueiredo, Adelpha[4]

[3] PESSOA BIBLIOTECÁRIA COM DEFICIÊNCIA 2 DO GRUPO 1. [Entrevista cedida à Alejandro de Campos Pinheiro], 2024.
[4] FIGUEIREDO, A. S. R. Palestra proferida na Universidade de Campinas, 19--

RESUMO

As pessoas com deficiência, historicamente marginalizadas, vêm conquistando reconhecimento social e jurídico, sobretudo após a transição do modelo médico para o social e, mais recentemente, para o biopsicossocial. Esse movimento impulsionou legislações nacionais e internacionais que asseguram direitos fundamentais, incluindo o acesso à educação, ao trabalho e à informação. Nesse contexto, as bibliotecas universitárias federais brasileiras enfrentam o desafio de garantir acessibilidade, promover o desenho universal e disponibilizar recursos de Tecnologia Assistiva (TA) de forma efetiva, tanto para seus usuários quanto para as pessoas bibliotecárias com deficiência (PBCD). A presente tese apresenta uma pesquisa aplicada com abordagem qualitativa, com o objetivo de identificar as percepções das PBCD em relação à acessibilidade, ao desenho universal e ao uso dos recursos de TA nas bibliotecas universitárias federais brasileiras, como auxílio para o desenvolvimento das suas atividades profissionais. Entre os objetivos específicos, destacam-se: o mapeamento da presença das PBCD nas universidades federais; averiguação sobre os setores das bibliotecas universitárias em que estão alocados e os recursos de TA que utilizam no auxílio as suas atividades laborais; identificação dos possíveis desafios enfrentados nos seus ambientes de trabalho; e avaliação sobre o nível de satisfação em relação à acessibilidade, ao desenho universal e aos recursos de TA nos seus locais de atuação. Para fundamentação teórica, realizou-se uma revisão sistemática de literatura, que revelou a escassez de estudos sobre a PBCD como objeto de pesquisa na Biblioteconomia e Ciência da Informação. A metodologia utilizada associou o mapeamento das PBCD com as entrevistas individuais em profundidade, que foram analisadas pela técnica de narrativa. No total foram realizadas 25 entrevistas, divididas em dois grupos: PBCD atuantes em bibliotecas universitárias federais (G1) e em outras unidades de informação (G2). O roteiro de entrevista contemplou três blocos: caracterização, ambiente de trabalho e os recursos de TA. Os resultados evidenciam que as PBCD estão alocadas em diferentes setores, o que demonstra a sua capacidade de atuação diversificada. Contudo, persistem barreiras arquitetônicas, comunicacionais, atitudinais, programáticas, metodológicas e instrumentais. A acessibilidade arquitetônica foi a mais citada, com relatos de rampas inadequadas e ausência de piso tátil. A comunicacional mostrou-se incipiente, especialmente pela falta de intérpretes de Libras e materiais em Braille. A instrumental revela um distanciamento entre a existência formal de recursos e sua efetiva integração no cotidiano. A programática e metodológica ainda é pouco desenvolvida, enquanto a atitudinal revelou persistência de práticas capacitistas. Em relação aos recursos de TA, nem todas as PBCD os utilizam, mas aquelas que dependem relatam que sem tais instrumentos seria inviável exercer suas funções. O nível de conhecimento varia: algumas dominam as ferramentas, outras apresentam uso intermediário ou limitado, sobretudo as que adquiriram deficiência recentemente. Conclui-se que a acessibilidade, o desenho universal e os recursos de TA não constituem privilégios, mas direitos fundamentais que devem ser assegurados. Portanto, ao tornar visíveis as percepções das PBCD, esta tese busca contribuir com o avanço científico e inspirar mudanças institucionais que consolidem as bibliotecas universitárias federais brasileiras e demais unidades de informação como espaços efetivamente plurais, acessíveis e socialmente transformadores.

Palavras-chave: pessoa com deficiência; acessibilidade; desenho universal; recursos de tecnologia assistiva; inclusão social; biblioteca universitária.

ABSTRACT

People with disabilities, historically marginalized, have been gaining social and legal recognition, especially after the transition from the medical model to the social model and, more recently, to the biopsychosocial model. This movement has driven national and international legislation that ensures fundamental rights, including access to education, work, and information. In this context, Brazilian federal university libraries face the challenge of ensuring accessibility, promoting universal design, and effectively providing Assistive Technology (AT) resources, both for their users and for librarians with disabilities (LWD). This thesis presents applied research with a qualitative approach, aiming to identify the perceptions of PBCD regarding accessibility, universal design, and the use of AT resources in Brazilian federal university libraries as an aid to the development of their professional activities. Among the specific objectives, the following stand out: mapping the presence of PBCD in federal universities; investigating the university library sectors in which they are allocated and the AT resources they use to assist in their work activities; identifying the possible challenges faced in their work environments; and assessing their level of satisfaction with accessibility, universal design, and AT resources in their workplaces. For theoretical support, a systematic literature review was conducted, which revealed a scarcity of studies on PBCDs as a research subject in Library and Information Science. The methodology used combined the mapping of PBCDs with in-depth individual interviews, which were analyzed using the narrative technique. A total of 25 interviews were conducted, divided into two groups: PBCDs working in federal university libraries (G1) and in other information units (G2). The interview script consisted of three sections: characterization, work environment, and AT resources. The results show that PBCDs are allocated to different sectors, demonstrating their capacity for diversified action. However, architectural, communication, attitudinal, programmatic, methodological, and instrumental barriers persist. Architectural accessibility was the most cited, with reports of inadequate ramps and lack of tactile flooring. Communication accessibility was found to be incipient, especially due to the lack of Libras interpreters and Braille materials. Instrumental accessibility reveals a gap between the formal existence of resources and their effective integration into everyday life. Programmatic and methodological accessibility is still underdeveloped, while attitudinal accessibility revealed the persistence of ableist practices. Not all PWDs use AT resources, but those who depend on them report that without such tools it would be impossible to perform their functions. The level of knowledge varies: some have mastered the tools, others have intermediate or limited use, especially those who have recently acquired a disability. It is concluded that accessibility, universal design, and AT resources are not privileges, but fundamental rights that must be guaranteed. Therefore, by making the perceptions of PBCDs visible, this thesis seeks to contribute to scientific advancement and inspire institutional changes that consolidate Brazilian federal university libraries and other information units as effectively plural, accessible, and socially transformative spaces.

Keywords: person with disability; accessibility; universal design; assistive technology resources; university library.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 População com deficiência no Brasil..... 40

Gráfico 2 Pessoas com deficiência matriculadas no ensino superior entre 2016 a 2021..... 48

Gráfico 3 Declaração de pessoas bibliotecárias com deficiência..... 66

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Representação dos conceitos de exclusão, segregação, integração e inclusão sobre a pessoa com deficiência no mercado de trabalho..... 55

Figura 2 Terminal de consulta para atendimento de pessoa com deficiência na biblioteca..... 57

Figura 3 Altura e distância adequada de estantes em biblioteca para pessoa com deficiência..... 58

Figura 4 Pessoa com deficiência na Biblioteca Pública de Toronto..... 95

Figura 5 O processo de desenvolvimento de coleções..... 97

Figura 6 Representação do método *System Search Flow*..... 109

Figura 7 O processo de seleção dos artigos..... 118

Figura 8 Análise bibliométrica de palavras-chave na *Scopus*..... 120

Figura 9 Matriz do conhecimento..... 121

Figura 10 Folder de divulgação de pesquisa de doutorado..... 126

Figura 11 Etapas de análise de narrativa..... 131

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Percentual de cursos que apresentam instrumentos de Tecnologias Assistivas ou Ajudas Técnicas, por ano..... 92

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 Recursos de Tecnologia Assistiva para pessoas com deficiência..... 77
Quadro 2 Estudos de usuários com deficiência em bibliotecas universitárias... 103
Quadro 3 *Strings* utilizadas nas bases de dados..... 110
Quadro 4 Consulta às bases de dados..... 112
Quadro 5 Consulta à base BRAPCI..... 114
Quadro 6 *Strings* de estratégias de busca na BRAPCI..... 115
Quadro 7 Quantidade de documentos recuperados por base..... 117
Quadro 8 Mapeamento de ações institucionais e respostas ao levantamento sobre pessoas bibliotecárias com deficiência..... 127
Quadro 9 Condições de deficiências das PBCD (Grupo 1)..... 132
Quadro 10 Trajetória profissional (Grupo 1)..... 134
Quadro 11 Motivação pela escolha do curso de Biblioteconomia (Grupo 1)..... 137
Quadro 12 Setor(es) alocado(s) e atividade(s) desempenhada(s) (Grupo 1)..... 139
Quadro 13 Desafios ou dificuldades enfrentadas pelas PBCD no ambiente de trabalho (Grupo 1)..... 141
Quadro 14 Definição de um ambiente de trabalho inclusivo (Grupo 1)..... 145
Quadro 15 Sugestões para um ambiente inclusivo (Grupo 1)..... 148
Quadro 16 Nível de conhecimento sobre os recursos de Tecnologia Assistiva (Grupo 1)..... 152
Quadro 17 Presença/ausência e utilização ou não dos recursos de Tecnologia Assistiva como auxílio nas atividades de trabalho das PBCD (Grupo 1)..... 153
Quadro 18 Avaliação sobre a acessibilidade atitudinal (Grupo 1)..... 155
Quadro 19 Avaliação sobre a acessibilidade arquitetônica (Grupo 1)..... 156
Quadro 20 Avaliação sobre a acessibilidade comunicacional (Grupo 1)..... 156
Quadro 21 Avaliação sobre a acessibilidade programática (Grupo 1)..... 157
Quadro 22 Avaliação sobre a acessibilidade instrumental (Grupo 1)..... 158
Quadro 23 Avaliação sobre a acessibilidade metodológica (Grupo 1)..... 159
Quadro 24 Avaliação sobre o desenho universal (Grupo 1)..... 159
Quadro 25 Comentário, sugestão ou crítica (Grupo 1)..... 160

Quadro 26 Condições de deficiências das PBCD, PBCD-A e PCD-TA (Grupo 2)..... 164
Quadro 27 Trajetória profissional (Grupo 2)..... 166
Quadro 28 Motivação pela escolha do curso superior das PBCD, PBCD-A e PCD-TA (Grupo 2)..... 171
Quadro 29 Setor(es) alocado(s) e atividade(s) desempenhada(s) (Grupo 2)..... 178
Quadro 30 Desafios ou dificuldades enfrentadas pelas PBCD, PBCD-A e PCD-TA no ambiente de trabalho (Grupo 2)..... 183
Quadro 31 Definição de um ambiente de trabalho inclusivo (Grupo 2)..... 189
Quadro 32 Sugestões para um ambiente inclusivo (Grupo 2)..... 194
Quadro 33 Nível de conhecimento sobre os recursos de Tecnologia Assistiva (Grupo 2)..... 199
Quadro 34 Presença/ausência e utilização ou não dos recursos de Tecnologia Assistiva como auxílio nas atividades de trabalho das PBCD, PBCD-TA e PCD-TA (Grupo 2)..... 202
Quadro 35 Avaliação sobre a acessibilidade atitudinal (Grupo 2)..... 208
Quadro 36 Avaliação sobre a acessibilidade arquitetônica (Grupo 2)..... 210
Quadro 37 Avaliação sobre a acessibilidade comunicacional (Grupo 2)..... 212
Quadro 38 Avaliação sobre a acessibilidade programática (Grupo 2)..... 213
Quadro 39 Avaliação sobre a acessibilidade instrumental (Grupo 2)..... 214
Quadro 40 Avaliação sobre a acessibilidade metodológica (Grupo 2)..... 215
Quadro 41 Avaliação sobre o desenho universal (Grupo 2)..... 216
Quadro 42 Comentário, sugestão ou crítica (Grupo 2)..... 219

LISTA DE SIGLAS

ABNT	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS
BCZM	BIBLIOTECA CENTRAL ZILA MAMEDE
BRAPCI	BASE DE DADOS EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
CAPES	COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOA DE NÍVEL SUPERIOR
CEFET/MG	CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS
CFCH	CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
COLUN	COLÉGIO UNIVERSITÁRIO
FEBAB	FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS
IBGE	INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
IFES	INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR
IFLA	FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECAS E INSTITUIÇÕES
INEP	INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA
JAWS	*JOB ACCESS WITH SPEECH*
LGBTQIAPN+	LÉSBICAS, GAYS, BI, TRANS, QUEER/QUESTIONANDO, INTERSEXO, ASSEXUAIS/ARROMÂNTICAS/AGÊNERO, PAN/PÔLI, NÃO-BINÁRIAS E MAIS
LIBRAS	LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS
MEC	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
NBR	NORMA BRASILEIRA
NIB	NÚCLEO INTEGRADO DE BIBLIOTECAS
ODS	OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTOS SUSTENTÁTEIS
OIT	ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO
ONU	ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS
PBCD	PESSOA BIBLIOTECÁRIA COM DEFICIÊNCIA
PBCD-A	PESSOA BIBLIOTECÁRIA COM DEFICIÊNCIA QUE ATUA COMO AUXILIAR ADMINISTRATIVO

PCD-TA	PESSOA COM DEFICIÊNCIA QUE TRABALHA NO SETOR DE TECNOLOGIA ASSISTIVA
PPGGOC	PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO
PROEN	PRÓ-REITORIA DE ENSINO
REBECA	REDE BRASILEIRA DE ESTUDOS E CONTEÚDOS ADAPTADOS
RSL	REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA
SINAES	SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR
SSF	*SYSTEM SEARCH FLOW*
TA	TECNOLOGIA ASSISTIVA
TCLE	TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
TDAH	TRANSTORNO DO DÉFICIT DE ATENÇÃO COM HIPERATIVIDADE
TDIC	TECNOLOGIAS DIGITAIS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
TEA	TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA
UEL	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA
UFF	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
UFG	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
UFMA	UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
UFMG	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
UFMS	UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO DO SUL
UFPA	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
UFRJ	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
UFRN	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
UNESP	UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
UNIR	UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
USP	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO..... 23
1.1 Problema e justificativa..... 26
1.2 Pressupostos..... 30
1.3 Objetivo Geral..... 31
1.4 Objetivos Específicos..... 32
1.5 Estrutura da pesquisa..... 32
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA..... 35
2.1 A história das pessoas com deficiência e as legislações inclusivas..... 33
2.1.1 O papel das bibliotecas universitárias para a inclusão das pessoas com deficiência..... 35
2.2 O processo de inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho..... 54
2.2.1 Os desafios encontrados pelas pessoas bibliotecárias com deficiência no ambiente de trabalho..... 59
2.3 Acessibilidade, Tecnologia Assistiva e Desenho Universal: elementos para a inclusão..... 68
2.3.1 Acessibilidade..... 69
2.3.2 Recursos de Tecnologia Assistiva..... 74
2.3.3 Desenho Universal..... 93
2.4 Os Estudos de Usuários..... 96
3 METODOLOGIA..... 107
3.1 A Revisão Sistemática de Literatura..... 108
3.1.1 Fase 1 - O protocolo da pesquisa..... 110
3.1.2 Fase 2 – Análise..... 119
3.1.3 Fase 3 – Síntese..... 121
3.1.4 Fase 4 – Escrita..... 122
3.2 Entrevista individual em profundidade..... 123
4 ANÁLISE DOS DADOS..... 132
4.1 Análise de narrativa do G1..... 132
4.2 Análise de narrativa do G2..... 164
5 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS..... 226

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 241

REFERÊNCIAS..... 251

APÊNDICE A – Roteiro da entrevista..... 271

APÊNDICE B – Termo de consentimento livre e esclarecido..... 273

APÊNDICE C – Proposta de política de transversalidade de acessibilidade nas bibliotecas..... 276

ANEXO A – Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética de Pesquisa..... 279

[Início da seção]

1 INTRODUÇÃO

O crescimento exponencial de documentos desde o final da Segunda Guerra Mundial impactou diversos aspectos relacionados à gestão, à preservação e ao acesso à informação registrada. Durante esse período, a explosão informacional provocou novos desafios em como disponibilizar toda a produção de documentos para a sua comunidade científica (Oliveira, 2011).

O surgimento da Internet e sua popularização em conjunto com as tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC), no século XXI, levou ao desenvolvimento de novas fontes documentais (Cendón, 2003). Isso contribuiu para a disseminação do uso do ambiente web e potencializou um certo nível de autonomia e independência aos indivíduos em relação à busca, à recuperação e ao uso da informação (Pinheiro, 2021).

Embora seja evidente os avanços proporcionados pelas TDIC, ainda persistem na sociedade elementos determinantes que dificultam o acesso à informação para as pessoas com deficiência, uma vez que a superação das barreiras físicas e de busca pela informação torna-se um desafio constante, já que a maioria dos espaços físicos, virtuais e os recursos informacionais disponíveis, ainda não possuem a acessibilidade adequada (Wellichan; Manzini, 2021).

A construção de uma sociedade da informação inclusiva prevê a presença de ações afirmativas e políticas públicas de modo a corroborarem a participação de grupos vulneráveis, como as pessoas com deficiência, nos mais diversos ambientes. Para que esses indivíduos ocupem devidamente os espaços urbanos públicos e privados, eles contam com a intervenção do poder público, por meio das legislações, a fim de garantir esses direitos e respeitando as suas características individuais (Brasil, 2023).

Diante do exposto citado, a Organização das Nações Unidas (ONU), desde 1975, por meio das suas resoluções, tenta estabelecer os direitos das pessoas com qualquer tipo de deficiência. O ano de 1981 foi declarado como o ano internacional da pessoa com deficiência pela ONU, o que impactou na criação de diversas legislações com o intuito de assegurar os direitos desse público, como a Declaração de Salamanca (1994), a Convenção da Guatemala (1999), a Declaração de Montreal (2001) e a Declaração de Madri (2022) (Pinheiro, 2021).

No Brasil, diversas iniciativas foram realizadas desde a época do Império, com a criação, em 1854, do Imperial Instituto de Meninos Cegos, com o atual nome de Instituto Benjamin Constant (Aranha, 2005), até a Lei Brasileira da Inclusão da Pessoa com Deficiência, 13.146/2015, conhecida também como o Estatuto da Pessoa com Deficiência, na tentativa de incluir e garantir os direitos desse grupo social.

Na contemporaneidade, o Brasil possui cerca de 18,6 milhões de pessoas com deficiência, o que corresponde a quase 9% da população (IBGE, 2022). Isso significa que, dentre esse grupo de pessoas, algumas possuem dificuldades para enxergar, ouvir, caminhar e/ou comunicar, o que representa um desafio significativo para obter o acesso à informação. Nesse contexto, a inclusão desse público tem grande impacto em todas as áreas da sociedade, seja no âmbito educacional, cultural, trabalhista, entre outras, pois impacta na (re)construção de políticas públicas a fim de proporcionar melhores condições para o exercício de sua cidadania.

Na área educacional, observa-se que a discussão sobre a inclusão das pessoas com deficiência tem crescido e gerado legislações e produções acadêmicas em todo o país (Diniz; Almeida; Furtado, 2016). Na esfera trabalhista, registra-se na reserva de vagas o direito ao trabalho para esse público, tanto no setor público quanto no setor privado, e as atribuições devem ser compatíveis ao tipo de deficiência (Brasil, 1990; 1991).

Nessa perspectiva, com o intuito em auxiliar para uma efetiva inclusão social e beneficiar as pessoas com deficiência, o desenvolvimento de produtos, ferramentas, metodologias e serviços, os considerados recursos de Tecnologia Assistiva (TA) são vistos como alternativas para facilitarem a participação desse público nos mais diversos ambientes, possibilitando a sua autonomia e segurança no exercício de suas atividades.

A (TA) é considerada por vários pesquisadores uma área do conhecimento de característica interdisciplinar, que engloba artefatos, serviços, metodologias e instrumentos com a finalidade em tornar exequível as atividades diárias realizada pela pessoa com deficiência. A TA contribui, de fato, para a inclusão social dessas pessoas, pois torna possível a realização de diversas tarefas, como o de deslocamento urbano em transportes públicos, condições equitativas no ambiente de trabalho, o acesso à informação, dentre outras (Melo; Costa; Soares, 2006;

Bersch, 2013; Fernandes; Vianna, 2016; Matos; Lemos; Silva, 2017; Santos; Carvalho, 2020; Wellichan; Manzini 2021).

A existência de recursos de TA pode contribuir para a mediação da informação; entretanto, não é a solução dos problemas de inclusão social da pessoa com deficiência na biblioteca universitária, uma vez que “não basta “ter” o recurso, é preciso saber como utilizá-lo” (Wellichan; Manzini, 2018, p. 88). Para que esse processo se efetive, é necessária a presença de um profissional treinado, capaz de manusear os equipamentos e orientar a pessoa com deficiência, quando solicitada, em como utilizar os recursos de TA e, dessa forma, possibilitar a sua independência em atingir o acesso à informação (Wellichan; Manzini, 2021).

Nos ambientes das bibliotecas, a ocupação do cargo de pessoa bibliotecária é privativa aos bacharéis em Biblioteconomia e assegurado pela Lei 4.084 de 30 de junho de 1962 (Brasil, 1962). Nessas condições, uma pessoa com deficiência que atende aos requisitos estabelecidos pela supracitada lei também pode exercer a função de pessoa bibliotecária. Diante disso, entende-se que, para realizar as suas atividades laborais, a pessoa bibliotecária com deficiência pode necessitar do auxílio dos recursos de TA, uma vez que por meio deles obterá melhores condições em executar as suas funções com acessibilidade.

Com esse entendimento, as bibliotecas, independentemente de sua tipologia, e para este trabalho, em específico, as universitárias, precisam adaptar a sua estrutura e instrumentos de trabalho, a fim de oferecer condições viáveis para a realização das atividades da pessoa bibliotecária com deficiência. Compreende-se que essas medidas contribuem para que o ambiente da biblioteca universitária se torne cada vez mais inclusivo e preparado para que a pessoa bibliotecária com deficiência desenvolva as suas atribuições adequadamente. Além disso, as condições se tornam favoráveis para atender satisfatoriamente às necessidades informacionais de qualquer tipo de usuário, com ou sem deficiência.

Nessa direção, Veltrone (2011) destaca o conceito de inclusão, promovendo uma visão de que a sociedade e os espaços precisam se adequar e oferecer condições de acessibilidade para que estejam aptos a receberem todas as pessoas, independentemente de sua condição física e mental, assegurando o seu acesso e a sua participação.

Como afirma Diniz (2021), a pessoa bibliotecária com deficiência integrada a uma equipe de bibliotecários evidencia a representatividade e visibilidade para as

pessoas com deficiência, além de mostrar sob uma outra perspectiva, quais os produtos e os serviços acessíveis que, de fato, possam contemplar as reais necessidades desse público. Dessa forma, observa-se que a pessoa bibliotecária com deficiência "terá muito mais sensibilidade para com as preferências dos usuários com deficiência por determinados recursos informacionais e tipos de acesso" (Diniz; Cordeiro; Silva, 2022, p. 6).

Compreende-se que a utilização de produtos, dispositivos, metodologias e outros instrumentos na área da TA, como os ampliadores e leitores de tela, impressora Braille, *scanner* de voz, audiolivros, dentre outros, tornaram-se alternativas para que ambientes como o das bibliotecas universitárias pudessem oferecer e disponibilizar um acesso inclusivo do seu acervo, produtos e serviços, como também garantir o exercício de direitos e cidadania da pessoa bibliotecária com deficiência, contribuindo para melhores condições no desenvolvimento de suas atividades profissionais.

O planejamento de bibliotecas precisa levar em consideração, desde a sua fase inicial, a questão da acessibilidade, e este aspecto não deve ser pensado somente quando um usuário com deficiência procura o atendimento de forma presencial ou quando uma pessoa bibliotecária com deficiência se integra ao corpo de colaboradores. Isso também se aplica à disponibilidade dos recursos de TA nas bibliotecas universitárias, que precisam estar acessíveis para que a pessoa bibliotecária com deficiência desempenhe com facilidade as suas atividades.

[Início da subseção]

1.1 Problema e justificativa

A acessibilidade coloca-se como um elemento essencial que contribui para a ruptura das barreiras que ainda persistem em existir na sociedade, sejam elas de caráter arquitetônico, comunicacional ou atitudinal. Dessa forma, observa-se que a presença da acessibilidade e das suas dimensões tornam o ambiente de trabalho mais propício para que ocorra a inclusão da pessoa bibliotecária com deficiência. Além disso, tem-se no desenho universal, a oportunidade de planejar adequadamente os espaços que esse profissional irá atuar, respeitando a diversidade dos diferentes tipos de deficiência. Acrescenta-se também, a importância da avaliação dos recursos de TA pelas pessoas bibliotecárias com

deficiência, uma vez que são ferramentas que auxiliam esses profissionais no desenvolvimento das suas atividades laborais.

Os recursos de TA podem ser considerados elementos de democratização para o acesso à informação e, por meio de sua utilização, a pessoa bibliotecária com deficiência detém melhores condições para a realização das suas práticas profissionais. Nessa perspectiva, entende-se que a pessoa bibliotecária com deficiência também precisa ser consultada, uma vez que ocupa o papel de pessoa usuária dos recursos de TA disponíveis na biblioteca universitária. Isso vai ao encontro das reflexões de Saracevic (1997), Sawyer e Huang (2007), os quais enfatizam que a pessoa usuária deve retornar ao protagonismo na Ciência da Informação.

A razão para a realização dessa pesquisa se justifica, pois, a Ciência da Informação possui também "uma preocupação abrangente com aspectos humanos e sociais: comportamento relacionado à informação, preocupações organizacionais e sociais" (Zins, 2007, p. 336, tradução nossa). Isso significa que a Ciência da Informação tem o papel em auxiliar as necessidades de informação humana.

Além disso, a Ciência da Informação possui o desafio da integração da tríade Tecnologia de Informação e Comunicação – Informação – Usuário, na qual a pessoa bibliotecária com deficiência ocupa o papel de pessoa usuária, utilizando-se de recursos informacionais de acessibilidade para a realização de suas atribuições, razão pela qual também se justifica a realização da presente pesquisa.

A motivação para a idealização dessa tese deu-se, ademais, pelas situações presenciadas e expostas pelas pessoas com deficiência nos mais distintos ambientes em que o presente autor exerceu a sua função como pessoa bibliotecária. As pessoas com deficiência relatavam as suas dificuldades relacionadas ao acesso e a utilização dos produtos, dos serviços e do acervo da biblioteca universitária, uma vez que este espaço não possuía materiais adaptados que atendessem as suas necessidades informacionais. Assim, a ausência de recursos de TA eram considerados um dos fatores dificultadores para o seu percurso acadêmico, a sua inclusão e permanência no ensino superior. As barreiras arquitetônicas, atitudinais e informacionais constantemente mencionadas pelas pessoas com deficiência também foram elementos contribuidores para instigar o desenvolvimento da presente pesquisa.

Ressalta-se, ainda, o fato de o autor ter conhecido pessoas bibliotecárias com deficiência e ter ouvido o relato sobre as suas histórias pessoais e dificuldades vivenciadas em situações distintas. Esse contato o motivou a se aprofundar mais na presente temática, propiciando maior visibilidade para esse público, representando, por meio dessa tese, a responsabilidade social do papel da pessoa bibliotecária e da Ciência da Informação para a sociedade.

Em relação à motivação pessoal, o autor conviveu durante 30 anos com o pai que perdeu a visão por conta da anemia falciforme[5]. Essa doença genética e hereditária provoca, dentre diversas complicações, o descolamento da retina e, consequentemente, a perda da visão. Assim, o convívio com um membro familiar por tanto tempo com essa deficiência foi um componente de sensibilização que também o estimulou para o desenvolvimento dessa pesquisa.

Acrescenta-se a tudo isso as experiências vivenciadas como pessoa voluntária durante a realização dos Jogos Paralímpicos na cidade do Rio de Janeiro, em 2016, quando este autor trabalhou na função de *handler*[6], que consistia em auxiliar no transporte e deslocamentos de atletas paralímpicos para competirem nas provas de paratriatlo. O contato com essas pessoas com os mais distintos tipos de deficiência física, visual e auditiva contribuíram para ampliar a percepção de inclusão social em outras áreas, além do âmbito da educação e do trabalho.

Quanto ao aspecto social, a pessoa bibliotecária com deficiência também deve ser considerada como pessoa usuária da informação e, por isso, entende-se que esse profissional precisa ser consultado no ambiente das bibliotecas sobre a utilização dos recursos de TA. Logo, o direito ao trabalho é apenas mais um dentre tantos já conquistados por esse público, mas para que isso se efetive e se potencialize, as bibliotecas precisam oferecer condições de acessibilidade para que a pessoa bibliotecária com deficiência execute as suas funções.

Essas discussões são relevantes, pois representam uma desconstrução da ideia de deficiência como sinônimo de incapacidade, a qual se concretizou perante a sociedade por um longo período. As pessoas com deficiência possuem dificuldades

---

[5] [Início de nota] Doença caracterizada por anemia hemolítica crônica, crises dolorosas episódicas e envolvimento patológico de vários órgãos. É a expressão clínica de homozigosidade do gene que codifica a hemoglobina S. [Fim de nota] Disponível em: https://decs.bvsalud.org/ths/resource/?id=768&filter=ths_exact_term&q=anemia%20falciforme. Acesso em: 22 abr. 2024.

[6] [Início de nota] Pessoas responsáveis por auxiliarem os atletas a realizarem a transição da modalidade da natação para o ciclismo durante a realização da prova de paratriatlo (tradução nossa). [Fim de nota] Disponível em: https://www.britishtriathlon.org/. Acesso em: 22 abr. 2024.

em fazer determinadas atividades, devido à presença das barreiras existentes no ambiente ao qual transitam e interagem e não por serem consideradas incapazes de realizá-las. Ademais, a realização de estudos sobre esta temática possibilita o desenvolvimento de novos recursos de TA e de acessibilidade e sua aplicabilidade por meio da percepção da pessoa usuária, e para esta pesquisa em específico, a pessoa bibliotecária com deficiência. Outro fator relevante que precisa ser considerado é a oportunidade em despertar mais consciência sobre a inclusão social e auxiliar no desenvolvimento da empatia nas pessoas (Teixeira; Ferreira, 2019).

A partir da revisão sistemática de literatura realizada para a construção da presente tese, foi constatada que a temática sobre a pessoa bibliotecária com deficiência na área da Biblioteconomia e Ciência da Informação ainda é pouco explorada. Portanto, uma lacuna (e oportunidade) na literatura foi identificada e precisava ser investigada para propiciar conhecimento sobre os possíveis desafios enfrentados pela pessoa bibliotecária com deficiência em relação à sua prática profissional e sua inclusão na sociedade.

Nesse sentido, infere-se que desvendar as percepções da pessoa bibliotecária com deficiência em relação à acessibilidade, ao desenho universal e aos recursos de TA nas bibliotecas universitárias torna-se essencial para avaliar se esses elementos estão cumprindo, de fato, com os seus objetivos em auxiliar na realização das suas atividades laborais e na mediação da informação com a pessoa usuária.

> [Início da citação] Conhecer quem são os(as) trabalhadores(as) com deficiência e analisar o seu desempenho no mercado de trabalho formal, neste período de pandemia, são tarefas fundamentais para a defesa do que foi conquistado até hoje e para subsidiar a continuidade da luta por mais direitos para esse segmento ainda vulnerável do mercado de trabalho (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, 2020, p. 2). [Fim da citação]

O descumprimento das legislações inclusivas inviabiliza a inclusão social da pessoa bibliotecária com deficiência, tornando-a mais vulnerável e desassistida, o que evidencia ainda mais as dificuldades existentes. A presença das barreiras arquitetônicas, atitudinais e informacionais, aliada à conjuntura de escassez de investimentos em recursos de TA nas bibliotecas universitárias, criam um cenário adverso que distancia a pessoa bibliotecária com deficiência de uma sociedade inclusiva.

Ainda que a sociedade tenha evoluído em diversos aspectos, entre eles, o da diversidade e inclusão da pessoa com deficiência, nota-se que o percurso se encontra em um patamar “embrionário”, com ações isoladas e fragmentadas. Percebe-se a ausência de uma ação conjunta entre as entidades governamentais, empresas e sociedade civil, concomitante a falta de conscientização e conhecimento por uma considerável parcela da população sem deficiência em como agir quando uma pessoa com deficiência precisa de algum tipo de informação.

Nessa direção, ainda se encontra pouco explorado na literatura da Biblioteconomia e Ciência da Informação como as pessoas bibliotecárias com deficiência desenvolvem suas práticas profissionais no mercado de trabalho e, mais especificamente, no âmbito das bibliotecas universitárias federais brasileiras.

A partir da problematização apresentada, em relação à pessoa bibliotecária com deficiência na biblioteca universitária quanto à acessibilidade, ao desenho universal e à utilização dos recursos de TA, a presente tese teve a seguinte pergunta norteadora de pesquisa: Quais as percepções da pessoa bibliotecária com deficiência em relação à acessibilidade, ao desenho universal e à utilização dos recursos de Tecnologia Assistiva nas bibliotecas universitárias federais brasileiras, como auxílio para a realização das suas atividades profissionais?

Diante desse público-alvo escolhido para o desenvolvimento desta tese, o Censo da Biblioteconomia e Ciência da Informação Brasileira desenvolvido pela Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas de Informação e Instituições - FEBAB, o banco de dados dos Conselhos Regionais de Biblioteconomia e o Serviço de Informação ao Cidadão das universidades federais foram selecionados para obter informações referente às pessoas bibliotecárias com deficiência que atuam nas bibliotecas universitárias federais brasileiras.

[Fim da subseção]

[Início da subseção]

1.2 Pressupostos

A revisão sistemática de literatura apontou que a pessoa com deficiência ainda tem pouca participação durante o planejamento e o desenvolvimento de produtos e serviços nas bibliotecas universitárias. Dessa forma, a percepção desta pessoa usuária em relação aos recursos de TA presentes nestes espaços,

eventualmente, são levadas em consideração. Diante disso, Wellichan e Manzini (2021) afirmam que apenas a presença dos recursos de TA não são suficientes para que ocorra a inclusão; assim, caso seja necessário, um acompanhamento no processo de ensino e aprendizagem para a utilização desses recursos precisa ser oferecido. Nesse sentido, observa-se que a ausência de estudos de usuários com deficiência possa ocultar possíveis problemas e desafios que a pessoa bibliotecária com deficiência enfrenta no seu ambiente de trabalho em relação à acessibilidade, ao desenho universal e à utilização dos recursos de TA.

Nessa direção, a realização de uma pesquisa com as pessoas bibliotecárias com deficiência possui a relevância em identificar as suas percepções em relação à acessibilidade, ao desenho universal e aos recursos de TA utilizados nas bibliotecas universitárias para o desempenho de suas funções. Nessa perspectiva, a presente tese trouxe eventuais desafios e problemas relatados pelos profissionais para a realização de suas atividades laborais e que precisam ser solucionados para melhoria das práticas trabalhistas e dos níveis de satisfação.

Diante disso, as pessoas bibliotecárias com deficiência relataram as suas dificuldades de inclusão na biblioteca universitária, relacionadas à sua atividade funcional de que necessita de acessibilidade, desenho universal e do uso dos recursos de TA. Logo, esses profissionais realizaram uma avaliação da funcionalidade desses aspectos e apresentaram sugestões de como a biblioteca universitária pode se tornar mais inclusiva, ao ponto em atender as suas necessidades na perspectiva de pessoa usuária dos recursos de TA, da acessibilidade e do desenho universal.

[Fim da subseção]

[Início da subseção]

1.3 Objetivo Geral

Identificar as percepções da pessoa bibliotecária com deficiência em relação à acessibilidade, ao desenho universal e ao uso dos recursos de Tecnologia Assistiva nas bibliotecas universitárias federais brasileiras, como auxílio para o desenvolvimento das suas atividades profissionais.

[Fim da subseção]

[Início da subseção]

1.4 Objetivos Específicos

Com a finalidade em alcançar o objetivo geral, alguns objetivos específicos foram determinados e se encontram descritos a seguir:

a) Mapear, por meio da consulta ao Censo da Biblioteconomia e Ciência da Informação Brasileira, banco de dados dos Conselhos Regionais de Biblioteconomia e do Serviço de Informação ao Cidadão das instituições federais de ensino superior, as bibliotecas universitárias federais brasileiras que possuem em sua equipe de colaboradores, a pessoa bibliotecária com deficiência;

b) Averiguar, por meio de entrevista, os setores das bibliotecas universitárias nos quais estão alocadas as pessoas bibliotecárias com deficiência e os recursos de TA que utilizam para auxiliar as suas atividades laborais;

c) Identificar, por meio de entrevista, os possíveis desafios enfrentados pelas pessoas bibliotecárias com deficiência no desenvolvimento de suas atividades laborais;

d) Avaliar, por meio de entrevista, o nível de satisfação da pessoa bibliotecária com deficiência nas bibliotecas universitárias federais brasileiras em que atua em relação aos aspectos da acessibilidade, do desenho universal e dos recursos de TA.

[Fim da subseção]

[Início da subseção]

1.5 Estrutura da pesquisa

A presente tese seguiu as recomendações estabelecidas no Guia de Produção de Conteúdos Digitais Acessíveis (Francisco; Sousa, 2019), com base nas diretrizes da WCAG 2.0.[7] Com o objetivo de tornar este documento acessível, foram utilizados colchetes para indicar o início e o fim dos elementos pré-textuais (listas de

[7] [Início de nota] As Diretrizes de Acessibilidade para Conteúdo Web (WCAG) 2.0 abrangem diversas recomendações com a finalidade de tornar o conteúdo da Web mais acessível. [Fim de nota] Disponível em: https://www.w3.org/Translations/WCAG20-pt-br/. Acesso em: 21 abr. 2025.

tabelas, gráficos, figuras, etc.), elementos textuais (seção, subseção citação, notas, etc.) e elementos pós-textuais (apêndices e anexos), conforme orientações disponíveis no item de recomendações gerais do referido guia. Essa prática visa facilitar a navegação e a leitura por leitores de tela, beneficiando especialmente o público com deficiência visual.

Para melhor compreensão e organização, a presente tese foi estruturada em seções. A primeira seção, a introdução, apresenta a temática a ser explorada, acompanhada do problema de pesquisa, justificativa, pressupostos, objetivo geral e os objetivos específicos.

A segunda seção, a fundamentação teórica, é composta por quatro subseções: a primeira subseção, a história das pessoas com deficiência e as legislações inclusivas, aborda sobre o processo de evolução em relação a percepção da deficiência perante a sociedade e como essa mudança contribuiu para a elaboração das legislações inclusivas. A segunda subseção, o processo de inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho, resgata como a pessoa com deficiência foi inserida no mercado de trabalho com a aplicação dos conceitos de exclusão, segregação, integração e inclusão. A terceira subseção, acessibilidade, desenho universal e recursos de Tecnologia Assistiva: elementos para inclusão, discute sobre a importância da presença desses itens para possibilitar a inclusão da pessoa com deficiência. A quarta subseção, os estudos de usuários, relatam a necessidade da realização dos estudos de usuários, e mais especificamente, as pessoas bibliotecárias com deficiência, para identificar a percepção delas em relação à acessibilidade, ao desenho universal e aos recursos de Tecnologia Assistiva para o desempenho das atividades laborais.

A terceira seção, a metodologia, mostra os procedimentos que foram realizados para responder à pergunta norteadora da pesquisa, o objetivo geral e os objetivos específicos.

A quarta seção, análise dos dados, apresenta os dados obtidos por meio dos relatos das PBCD, que compartilharam as suas vivências, experiências, desafios e dificuldades enfrentados no seu ambiente de trabalho.

A quinta seção, discussão dos resultados, aborda os resultados coletados e sua discussão baseada na revisão sistemática de literatura utilizada para a fundamentação teórica.

A sexta seção, as considerações finais, expõe a compilação da pesquisa com os principais destaques, limitações e as propostas para a realização de trabalhos futuros. Em seguida se encontram disponíveis as referências, que contribuíram para o embasamento teórico e o desenvolvimento da presente tese. Posteriormente, no Apêndice A, o roteiro da entrevista, no Apêndice B, o termo de consentimento livre e esclarecido, no Apêndice C, a proposta de política de transversalidade da acessibilidade para as bibliotecas. E por fim, no Anexo A, o Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética de Pesquisa.

[Fim da seção]

[Início da seção]

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A construção do arcabouço teórico da presente tese recorreu à Revisão Sistemática de Literatura (RSL) na Base de Dados da Ciência da Informação (BRAPCI), *Google Scholar, Web of Science* e *Scopus*, nas quais foram selecionados artigos que poderiam contribuir com a temática desenvolvida. Além deste referencial, outras publicações (livros e artigos) citados pelos estudos coletados via RSL, também foram considerados (tais procedimentos serão detalhados na subseção 3.1). Diante disso, as próximas subseções irão abordar assuntos considerados pertinentes para a fundamentação desta tese.

[Início da subseção]

2.1 A história das pessoas com deficiência e as legislações inclusivas

Desde a Antiguidade, a história da humanidade relata que nem todas as pessoas eram tratadas de forma igualitária. Determinados grupos sociais eram julgados e condenados mediante as opções religiosas, as orientações sexuais, as características étnicas e raciais, as condições de gêneros, dentre outros aspectos que destoavam da maioria dos integrantes que constituíam a sociedade dominante.

A perseguição pelas minorias sociais formadas por mulheres, povos indígenas, negros, grupos LGBTQIAPN+[8] e as pessoas com deficiência se prolongou por muitos séculos, e ainda persistem na contemporaneidade; logo, a luta para assegurar os seus direitos como cidadãos se tornam constantes.

As discussões sobre os direitos e a equiparação de oportunidades para todos foi construída a partir dos movimentos de reivindicação das minorias sociais na tentativa de se incluírem, e isso contribuiu para a mudança de percepção da própria sociedade perante a esse público. Embora tenha sido de forma gradativa, ainda se encontra em continuidade o processo de valorização e reconhecimento das pessoas com deficiência na sociedade.

---

[8] [Início da nota] É uma sigla que abrange pessoas que são Lésbicas, Gays, Bi, Trans, Queer/Questionando, Intersexo, Assexuais/Arromânticas/Agênero, Pan/Pôli, Não-binárias e mais [Fim da nota]. Disponível em: https://diversifica.ufsc.br/2021/06/25/lgbtqiapn-mais-do-que-letras-pessoas/. Acesso em: 21 fev. 2024.

Nesse contexto, destacam-se as pessoas com deficiência, que por muitos séculos foram segregadas pela sociedade e consideradas em determinados períodos da história, como indivíduos inferiores e incapazes no desenvolvimento de qualquer atividade. Inclui-se, também, o julgamento desses indivíduos pelo seu estereótipo diferenciado, o que resultava em preconceito e discriminação pelo restante da população.

A pessoa com deficiência era tratada atendendo aos princípios do modelo biomédico da deficiência, que a considerava uma questão de doença que precisava ser diagnosticada e curada. Cabia a esse indivíduo esconder a sua deficiência para que fosse considerado digno de conviver em sociedade. Esse modelo, de caráter assistencialista, disseminava a ideia de dependência e incapacidade das pessoas com deficiência, limitando suas possibilidades de execução e desenvolvimento de atividades cotidianas (Universidade Aberta do SUS da Universidade Federal do Maranhão, 2019). O modelo biomédico da deficiência permaneceu na sociedade até por volta da década de 1970, e repercute na dificuldade do processo de inclusão social das pessoas com deficiência até então. Esses indivíduos ainda sofrem por exclusão nos espaços urbanos com a presença das barreiras físicas, comunicacionais, informacionais e atitudinais, além de preconceitos e discriminação por causa do seu estereótipo. Observa-se a persistência de uma cultura social que avalia as pessoas com deficiência como seres inferiores e, quando algumas são reconhecidas por superarem os desafios diários, são vistas sob uma perspectiva assistencialista e capacitista.

Todavia, essas discussões ficaram ainda mais evidentes ao final da década de 1940, em consequência do término da Segunda Guerra Mundial, quando vários soldados retornaram aos seus países com mutilações e recorreram aos serviços de reabilitação física. Diante desse cenário, originaram-se debates referentes aos direitos iguais para todas as pessoas e como poderiam usufruir de forma segura e autônoma de tais direitos. Na década de 1960 surge um movimento liderado por arquitetos europeus e americanos que tinham como propósito a eliminação de barreiras arquitetônicas. Essas situações demonstraram como os direitos das pessoas com deficiência foram conquistados e evoluíram ao decorrer dos anos (Poty; Alencar; Soares; Andrade; Ramos, 2012).

O crescimento dos movimentos sociais entre o período de 1960 a 1970, que reivindicavam a ampliação dos direitos humanos para todos os cidadãos, intensificou

a mudança de concepção da deficiência perante a sociedade. Dessa forma, a questão da deficiência passou a ser tratada como a diversidade do ser humano, o que contribuiu para a mudança do modelo biomédico para o modelo social da deficiência. Segundo Sassaki (2006), esse modelo busca a eliminação de todas as barreiras, de ordem arquitetônica, programática, atitudinal, comunicacional, metodológica, instrumental e natural, para que a pessoa com deficiência tenha condições favoráveis para a realização das suas atividades diárias.

Diante do exposto, as pessoas com deficiência começaram a ganhar cada vez mais notoriedade na sociedade, o que levou a criação de diversas legislações internacionais que procurassem garantir seus direitos. O ano de 1980 foi considerado um marco histórico para esse público, pois foi comemorado como o Ano Internacional das Pessoas Deficientes. A partir disso, houve desdobramentos resultando na elaboração de legislações, portarias e normas para a promoção dos direitos das pessoas com deficiência, e dos primeiros indícios de construção de uma sociedade para todos (Poty; Alencar; Soares; Andrade; Ramos, 2012).

A criação de legislações com o propósito de facilitar o acesso à educação para todas as pessoas é fundamental para os indivíduos que fazem parte de grupos de vulnerabilidade social, como as pessoas com deficiência, possam ter a garantia em exercer os seus direitos como cidadãos. Desde a formulação e promulgação da Constituição Federal de 1988 até a mais recente Lei Brasileira de Inclusão para a Pessoa com Deficiência de 2015, houve a elaboração de diversas leis no Brasil e no exterior, que buscaram reforçar a inclusão da pessoa com deficiência na sociedade, de modo a reduzir a desigualdade e promover melhores condições para que elas saíssem da posição de invisibilidade.

No âmbito brasileiro, a Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988) foi a precursora ao estabelecer os direitos às pessoas com deficiência. Em seguida, a Lei Federal 7.853/1989 consistia em apoiar as pessoas com deficiência e sua inclusão social, nas áreas de educação, saúde, formação profissional e trabalho, formação de recursos humanos e acessibilidade (Oliveira, 2010).

O Brasil, por meio da assinatura do Decreto nº 129, da Convenção nº 159 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), a qual se refere à Reabilitação Profissional e Emprego de Pessoas Deficientes, busca atingir a equidade de condições para as pessoas com deficiência realizarem as mesmas atividades que os demais cidadãos. Esse documento é um acordo entre os países participantes em

definir as políticas a fim de assegurar um emprego digno para as pessoas que passaram por reabilitação profissional (Oliveira, 2010).

Dentre as diversas legislações nacionais e internacionais criadas, cabe destacar a Declaração de Salamanca (1994), que garantiu o acesso das pessoas com deficiência à educação. Na esfera brasileira, a sucessão de leis que beneficiam as pessoas com deficiência nos mais diversos setores da sociedade foram: o Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, que institucionalizou uma política nacional de integração da pessoa com deficiência; a Lei 10.048/2000, que garantiu o atendimento prioritário de pessoas com deficiência em locais públicos e; a Lei 10.098/2000, que estabeleceu os critérios básicos para a promoção da acessibilidade.

O modelo social da deficiência, até então vigente, considerava que era de responsabilidade da pessoa com deficiência se adequar para ser integrada na sociedade. Entretanto, esse modelo passou por mudanças, o que contribuiu para que fosse discutido no âmbito universitário. Isso favoreceu o surgimento de novas reflexões e discussões das teorias sociais, concebendo, assim, a criação do modelo biopsicossocial.

O modelo biopsicossocial consiste na adaptação da sociedade e seus aspectos sociais, estruturais e de assistência integral, por meio do rompimento das barreiras arquitetônicas, atitudinais, programáticas, comunicacionais e instrumentais, ainda existentes, para que a pessoa com deficiência seja incluída ao ambiente em que se insere e interage (Universidade Aberta do SUS da Universidade Federal do Maranhão, 2019; Acessibilidade e Inclusão da Universidade Federal de Minas Gerais, 2020).

Observa-se que as legislações trouxeram novas perspectivas para as pessoas com deficiência ao reconhecê-las como cidadãos que possuíam direitos quanto ao exercício de sua cidadania plena. Os principais resultados das legislações perpassam pela construção da autonomia e independência, com destaque para: “criação de projetos de equiparação de oportunidades; implantação de redes locais de informação, conectadas a redes regionais e internacionais; e implementação gradual das leis de cotas na contratação de pessoas com deficiência” (Pupo; Martins, 2014, p. 30).

No âmbito nacional, a Lei Brasileira da Inclusão (nº 13.146/2015), também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, é a mais recente legislação

que visa garantir os direitos das pessoas com deficiência na área da educação, saúde, trabalho, à acessibilidade, à inclusão, ao desenho universal e a Tecnologia Assistiva. E segundo essa Lei, é considerada pessoa com deficiência

> [Início da citação] Art. 2º [...] aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (Brasil, 2015, *online*). [Fim da citação]

Desde a Antiguidade até então, os termos utilizados para designar as pessoas com deficiência, tais como pessoas deficientes, pessoas especiais, pessoas com necessidades especiais, pessoa portadora de deficiência, dentre outros, passaram por um processo de substituição, pois não representavam mais adequadamente esse grupo social. Dessa forma, de acordo com a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, o termo selecionado mais apropriado para a contemporaneidade foi o de pessoa com deficiência (ONU, 2006). Observa-se que "[início da citação] [...] as deficiências são construções sociais" (Leitão, 2014, p. 21) [fim da citação] e não podem ser definidas pelo estereótipo físico ou pela dificuldade de cognição, mas sim, pela presença das barreiras nas fontes de informação, na mobilidade urbana, nas edificações, na comunicação e dos serviços (Santos; Lima; Ferraz, 2019).

> [Início da citação] A palavra 'deficiente', por apontar incapacidade de uma pessoa, entrou em desuso, mas o termo 'deficiência', por ser relativo à falta de acessibilidade nas condições de igualdade, continua em uso e propõe ser uma condição complexa multideterminada de limitação ou impedimento da participação do indivíduo na trama de relações que compõem a sua existência real concreta (Carvalho, 2017, p. 16 -17). [Fim da citação]

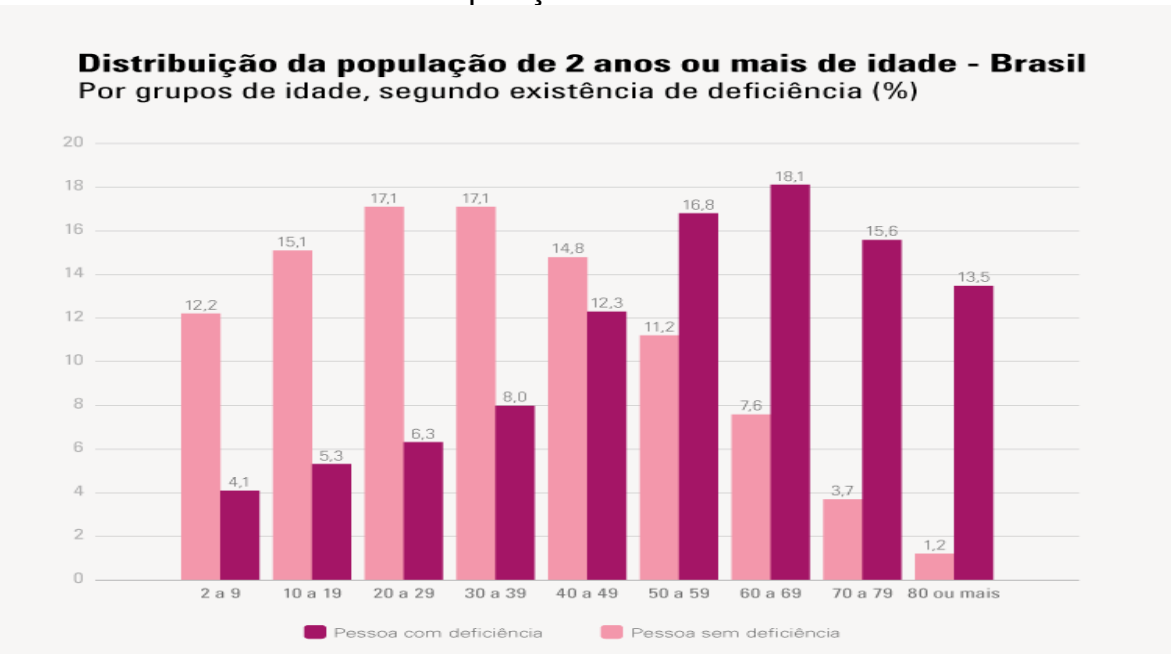
Vivarta (2003, p. 38) aprofunda a discussão e salienta o cuidado ao se expressar os termos "deficiente" e "portador", uma vez que

> [Início da citação] Pessoas com deficiência vem argumentando que elas não portam uma deficiência como portamos um sapato ou uma bolsa. Já a palavra 'deficiente' tem a desvantagem de tomar a parte pelo todo, sugerindo que a pessoa inteira é deficiente. É preferível a expressão 'pessoa com deficiência', que reconhece a condição de determinado indivíduo sem desqualificá-lo. Mas, atenção: a pessoa com deficiência é designada 'pessoa portadora de deficiência' na Constituição Brasileira, portanto, em um contexto jurídico, não escapamos da expressão consagrada nas leis (Vivarta, 2003, p. 38) [Fim da citação].

No Brasil, conforme os dados do Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), estima-se que 18,6 milhões de pessoas de 2 anos ou mais

(equivalentes a 8,9% da população total), são pessoas que declararam possuir algum tipo de deficiência. Apontaram também que as pessoas com deficiência têm menor acesso à educação, ao trabalho e à renda, o que eleva a desigualdade social desse público em relação à população sem deficiência. Esses dados corroboram com os estudos realizados pela ONU, que constataram o baixo índice de escolaridade e empregabilidade das pessoas com deficiência, em todas as partes do mundo, correspondendo a uma grande parte dessa população vivendo em condições precárias (Santos, 2018; Sotoriva; Neves; Jacques; Quintana, 2022).

Gráfico 1 - População com deficiência no Brasil



Fonte: PNAD Contínua Pessoas com Deficiência, IBGE 2022.

[Audiodescrição: A imagem é um gráfico de barras que apresenta a distribuição da população brasileira com 2 anos ou mais de idade, dividida por faixas etárias, considerando a existência de deficiência. O título do gráfico é "Distribuição da população de 2 anos ou mais de idade - Brasil", e o subtítulo especifica que os dados são apresentados em porcentagem. Cada faixa etária tem duas barras: uma barra rosa clara, que representa a população sem deficiência; uma barra roxa, que representa a população com deficiência].

Os dados apresentados no Gráfico 1 são ainda mais preocupantes quanto aos aspectos relacionados à educação, pois a taxa de analfabetismo para as pessoas com deficiência é de 19,5%. A maioria das pessoas com deficiência acima de 25 anos não terminaram a educação básica, no qual 63,3% tinham o fundamental incompleto e 11,1% o fundamental completo ou ensino médio incompleto. Somente 25,6% das pessoas com deficiência concluíram o ensino médio, enquanto o nível superior correspondeu a 7% (IBGE, 2022). Esse resultado revela como as pessoas

com deficiência ainda possuem pouco acesso à educação, mesmo sendo um direito básico e essencial. E quando ocorre, sua permanência é acompanhada por obstáculos. Nesse sentido, a criação e adoção de políticas públicas são meios para reduzir a desigualdade social e gerar mais oportunidades para a inclusão da pessoa com deficiência na sociedade.

As políticas públicas são fundamentais para as pessoas com deficiência, uma vez que, em muitos casos, se tornam a única forma desse grupo social ter os seus direitos garantidos e serem incluídos na sociedade. Cabe às políticas públicas o rompimento das primeiras barreiras existentes nos mais variados segmentos sociais, criando condições favoráveis para que as pessoas com deficiência possam exercer a sua cidadania (Sousa, 2017).

Nessa direção, considera-se relevante a participação efetiva das pessoas com deficiência na elaboração das políticas públicas, cuja discussão aponta para [início da citação] “o surgimento de novos paradigmas de valorização da diversidade e respeito às diferenças” (Antunes; Pimenta, 2017, p. 564) [fim da citação]. Dessa forma, sob o lema “nada sobre nós sem nós”, adotado pelo Grupo de Usuários de Estratégias, do Ministério da Saúde da Grã-Bretanha, no ano de 2001 (Sassaki, 2007), entende-se que as pessoas com deficiência devem ser as protagonistas em tais reivindicações, no intuito de defender os seus interesses políticos e sociais a fim de consolidar as suas variadas formas de atuação e ocupação no cenário nacional (Antunes; Pimenta, 2017).

A formação de uma sociedade inclusiva deve levar em consideração a instituição e a efetivação das políticas públicas que reconheçam, como objetivos, a promoção da inclusão e a valorização da diversidade na sociedade contemporânea. Observa-se, nas últimas décadas, o avanço significativo das políticas públicas, constituindo-se em ações afirmativas nos mais distintos contextos, entre eles, o educacional, o social e o cultural (Antunes; Pimenta, 2017).

Destaca-se, na área da educação, a ação afirmativa que reserva um percentual de vagas para o ingresso de pessoas com deficiência em instituições públicas de ensino superior (Brasil, 2012; Brasil, 2016). Essa política propiciou um crescimento gradual e significativo das pessoas com deficiência no ensino acadêmico, impactando a rotina das atividades, dos produtos e dos serviços oferecidos pelas universidades. Diversos setores das universidades precisaram se

adaptar para atender a esse público, e nesse contexto, se insere também a necessidade de mudanças nas bibliotecas universitárias.

[Início de subseção]

2.1.1 O papel das bibliotecas universitárias para a inclusão das pessoas com deficiência

Em 1994, a Declaração de Salamanca buscou assegurar o compromisso com a educação para as pessoas com deficiência, em todas as instâncias, desde a idade pré-escolar ao ensino superior. Conforme os dados das Sinopses Estatísticas do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), mesmo após a promulgação dessa declaração, observou-se no contexto brasileiro, que a participação desse público no ensino superior ocorreu de forma gradativa (INEP, 2016; 2017; 2018; 2019; 2020; 2021; 2022; 2023).

Contudo, em virtude da elaboração de mais legislações inclusivas, normas técnicas e o fortalecimento das ações afirmativas, no decorrer dos anos, houve novas diretrizes que orientaram como implementar a inclusão na prática. Diante disso, a biblioteca universitária se insere nesse contexto; porém, deve inicialmente, estar preparada para uma mudança de cultura e assumir a sua responsabilidade social como um ambiente inclusivo e que proporcione acesso à informação para qualquer tipo de cidadão (Costa; Oliveira, 2022).

As bibliotecas universitárias, ao auxiliarem nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, podem promover discussões nas suas respectivas instituições sobre as ações que contribuam para o rompimento das barreiras que dificultam o acesso e a permanência dos estudantes e dos colaboradores com deficiência no âmbito das universidades. Tendo em vista uma legislação que assegura os direitos das pessoas com deficiência, as bibliotecas universitárias também se tornam responsáveis em criar condições de acessibilidade arquitetônica, atitudinal e comunicacional, e assim, se comprometem com o fortalecimento de uma sociedade inclusiva (Costa; Oliveira, 2022).

Nessa direção, cabe salientar que o acesso à educação é um direito de todos e se encontra assegurado também pela legislação brasileira, com destaque para a Constituição Federal de 1988 e para Lei Brasileira da Inclusão, a qual determina as orientações necessárias para a inclusão das pessoas com deficiência nos

estabelecimentos de ensino. Portanto, as bibliotecas universitárias precisam se adequar para cumprirem os requisitos necessários a fim de garantir um atendimento satisfatório a esse público, que por tanto tempo foi invisibilizado. A Federação Internacional de Associações de Bibliotecas e Instituições (IFLA) (2009) disponibiliza recomendações que orientam padrões nacionais de serviços de bibliotecas para pessoas com deficiência, em específico, para o público cego. Essas diretrizes são uma iniciativa que viabiliza a inclusão da pessoa com deficiência na biblioteca universitária.

> [Início da citação] A preocupação com os direitos da pessoa com deficiência existe na legislação nacional e internacional. Contudo, o que se questiona é a sua aplicação: em que medida essas leis são suficientes para determinar os direitos e, ainda, quais são seus avanços e entraves (Stroparo; Moreira, 2016, p. 211). [Fim da citação]

Observa-se a existência de inúmeros desafios enfrentados para a inclusão das pessoas com deficiência nas bibliotecas universitárias, sejam por fatores educacionais, econômicos, políticos e/ou sociais. Cabe acrescentar que, em determinadas situações, alguns indivíduos tentam esconder a sua condição de deficiência, seja pelo não uso da bengala ou qualquer outro tipo de recurso, por ser considerado um símbolo estigmatizante (Martins; Barsaglini, 2011; Santos; Sampaio; Gutierrez; Almeida, 2017).

Diante do exposto, verifica-se que algumas pessoas evitam a autodeclaração da deficiência no momento da matrícula nas instituições de ensino superior, pois ainda não se reconheçam como pessoas que possuem tal condição. Essa atitude demonstra que o processo de aceitação da condição da deficiência muitas vezes é demorado, complexo, particular, intrínseco e varia de cada indivíduo.

Deve-se compreender que a deficiência não ‘resume’ ou ‘diminui’ as pessoas, pois elas são capazes de realizar tarefas como qualquer outro indivíduo, nas condições adequadas. Nesse sentido, as bibliotecas universitárias podem ressignificar o seu papel, no âmbito social, ao promover campanhas de conscientização em respeito pela diversidade e consolidar o seu espaço como um lugar de acolhimento e pertencimento, que se encontra acessível a todos.

As bibliotecas universitárias, por meio do acesso à informação, contribuem para a democratização da educação e promovem melhores chances para a igualdade de oportunidades para a sua comunidade. Outros elementos, como a acessibilidade, os recursos de TA e o desenho universal (e que serão discutidos

posteriormente nesta tese), precisam ser incorporados no planejamento das bibliotecas universitárias; quando isso não ocorre, cabe à sua adaptação para torná-la acessível à pessoa usuária com deficiência.

Segundo Miglioli e Santos (2017), o acesso à informação é imprescindível para o indivíduo conviver e interagir em sociedade e a ausência de informação contribui para a sua exclusão social. Diante disso, deve-se incorporar à biblioteca universitária a acessibilidade, uma condição que facilita a interação de todas as pessoas, de forma efetiva com a informação e a comunicação (Santos, 2020).

Tendo em vista o movimento de inclusão, que envolve a participação e o compromisso de várias instituições públicas e privadas, autoridades governamentais, nas instâncias municipais, estaduais e nacionais, vislumbra-se (e espera-se) que até o ano de 2030, a sociedade mundial se torne cada vez mais inclusiva. Segundo a ONU, até a data citada, precisam ser cumpridas as 169 metas globais e os 17 objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS). Dessa forma, a inclusão social para as pessoas com deficiência deve acontecer em todos os espaços, gerando impactos e transformações, o que também ocorre no ambiente das bibliotecas universitárias.

Segundo a IFLA (2015) e a Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários (FEBAB), as bibliotecas podem ser atuantes e decisivas para o cumprimento de todos os ODS. No contexto da pessoa com deficiência, pode-se destacar o ODS 4, o qual se refere em garantir a educação inclusiva e equitativa. Logo, as bibliotecas, por meio dos recursos de TA e de outras formas de acessibilidade, podem assegurar o acesso à informação e à pesquisa. O ODS 10 tem o intuito de reduzir as desigualdades, o que envolve os grupos sociais mais vulneráveis, também prevendo o acesso equitativo à informação para todos. O ODS 16 busca a construção de uma sociedade pacífica e inclusiva com o direito ao acesso à informação pública e o desenvolvimento de competência informacional.

A formação de uma sociedade mais justa e equânime perpassa pela elaboração e aplicação de legislações inclusivas que visam reduzir as desigualdades sociais, como a implantação de ações afirmativas e, assim, garantindo os direitos das minorias sociais. Em articulação com a Agenda 2030 da ONU, que consiste em "Não deixar ninguém para trás" por meio da aplicação dos ODS, as bibliotecas universitárias podem disponibilizar os recursos informacionais adaptados que

viabilizam as condições da acessibilidade informacional e, assim, efetivar a inclusão da pessoa com deficiência nesses espaços.

Para que isso se concretize, conta-se com o Tratado de Marraqueche, uma legislação que visa democratizar o acesso à informação a todos, ao autorizar a conversão de obras publicadas no meio impresso para formatos de conteúdo adaptados, sem infringir a lei do direito autoral (Brasil, 2018). Nessas circunstâncias destaca-se a relevância do papel das bibliotecas universitárias em se constituir como elemento mediador entre a pessoa com deficiência e a informação registrada, pois conforme a IFLA (2002, p. 3) "[início da citação] [...] a liberdade de acesso à informação, independente de meios e fronteiras, é uma das responsabilidades primordiais da biblioteca e dos profissionais da informação" [fim da citação].

> [Início de citação] As pessoas com limitação visual têm as mesmas necessidades de informação que as pessoas que enxergam. Como as pessoas que enxergam podem ler um jornal, ouvir um CD ou baixar informações eletrônicas na internet, as pessoas com limitação visual também querem ter acesso à informação relevante em formatos selecionados (IFLA, 2009, p. 8). [Fim de citação]

A Ciência da Informação tem a informação como o seu objeto de estudo, que transita em vários ambientes e se encontra disponibilizada em diversas formas, seja no meio físico ou eletrônico. Diante dessas circunstâncias, é inadmissível que um grupo social não tenha o acesso à informação devido a utilização de determinados suportes que restrinjam o seu uso (Paula, 2009; Souza; Tabosa, 2018).

Com isso, as bibliotecas universitárias, além de deter as atribuições de organização, preservação, disseminação e disponibilização do acesso à informação, assumem novos desafios ao se comprometerem com a sustentabilidade e a inclusão a fim de acompanhar as transformações da sociedade. Para que isso ocorra, torna-se essencial conhecer o seu público e as suas necessidades informacionais para que os produtos e os serviços desenvolvidos atendam aos seus interesses.

Então, cabe às bibliotecas universitárias refletirem se sua infraestrutura, acervo, recursos informacionais, tecnologias da informação, gestão de pessoas, atendimento, produtos e serviços, dentre outros aspectos, vão ao encontro de um público cada vez mais diversificado, ou seja, se suas atividades proporcionam a inclusão da pessoa com deficiência, tanto como um pessoa usuária, quanto na perspectiva de um profissional que venha compor o quadro de colaboradores da instituição (Wellichan; Lino, 2018).

Ressalta-se que o universo das pessoas com deficiência é amplo e composto por diferentes condições, a começar por deficiências visíveis e invisíveis. As deficiências invisíveis são aquelas consideradas ocultas, que em um primeiro instante são imperceptíveis, como as pessoas que apresentam o transtorno do espectro autista (TEA), o transtorno do déficit de atenção com hiperatividade (TDAH) e as pessoas surdas (Anderson, 2021). Já as deficiências visíveis se apresentam mais no aspecto físico devido à ausência de algum membro ou a alguma dificuldade de mobilidade. Ainda que haja peculiaridades entre as deficiências, as pessoas que vivenciam essas realidades devem ser tratadas com dignidade e sem distinção e, para isso, é necessária maior conscientização para a sua inclusão no ambiente das bibliotecas universitárias, dentre outros (Fonseca, Gomes, Vanz, 2011; Wellichan; Manzini, 2021).

> [Início de citação] Por vários motivos, a maioria das bibliotecas não têm considerado a atenção especial à oferta de serviços para as pessoas que são surdas. A surdez tem sido chamada como "deficiência invisível" porque as pessoas surdas não são identificadas como surdas por falta de observação. [...] Além disso, as pessoas que são surdas congênitas ou desde muito pequenas têm, frequentemente, dificuldades para ler e, por consequência, não usam a biblioteca (IFLA, 2000, p. 9). [Fim de citação]

Nessas condições, o conhecimento sobre os diferentes tipos de deficiência é fundamental para saber [início da citação] "as necessidades específicas de cada pessoa para tratá-las de forma adequada e poder promover o respeito à diversidade" (Fonseca; Gomes; Vanz, 2011, p. 2797) [fim da citação]. Dessa forma, os produtos e os serviços a serem planejados e desenvolvidos pelas bibliotecas universitárias seriam mais assertivos para atenderem as especificidades das deficiências (Wellichan; Manzini, 2021).

A modificação dessa realidade passa pelas mudanças de atitudes e paradigmas, considerados necessários para o fortalecimento e o reconhecimento da pessoa com deficiência, como o indivíduo que possui direitos para exercer a sua cidadania, se entreter, interagir e participar efetivamente na construção da sociedade inclusiva. Por isso, a importância do acesso à informação como um direito garantido por lei a todos os cidadãos, o que gera novas perspectivas de crescimento pessoal e profissional e melhoria na qualidade de vida.

Diante disso, a inclusão da pessoa com deficiência na biblioteca universitária, além de ser necessária para atender aos princípios da legislação, contribui para a ruptura de um ambiente segregacionista e marcado por privilégios sociais e começa

a se transformar em um espaço de acolhimento e pertencimento para todos os tipos de pessoas usuárias com ou sem deficiência.

Para que isso se efetive, é necessário revisar os atuais indicadores de avaliação realizados pelo INEP, uma vez que a biblioteca universitária é analisada apenas sob a ótica de sua infraestrutura (Brasil, 2016). Novos parâmetros precisam ser incorporados aos instrumentos de avaliação, tais como a presença dos recursos de TA, dos conteúdos informacionais adaptados, dentre outros elementos, que reforcem a acessibilidade nestes espaços (Stroparo; Moreira, 2021).

O documento "Referenciais de Acessibilidade na Educação Superior e a Avaliação *in loco* do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES)" (Brasil, 2013) avalia o quesito acessibilidade no ensino superior e exclui a biblioteca universitária. Dessa forma, "o instrumento mostra-se frágil, pois não valoriza esse papel da biblioteca" como ambiente de promoção à acessibilidade, respeito à diversidade e de inclusão social (Stroparo; Moreira, 2021, p. 6).

> [Início da citação] É certo que os avaliadores deveriam, em suas avaliações nas bibliotecas, fiscalizar o cumprimento da acessibilidade no acervo, serviços e apoios de modo a induzi-las a se tornarem inclusivas. Seu papel formador deveria subsidiar o contexto das avaliações do INEP, sobretudo no que diz respeito à disponibilização da informação a todas as pessoas, deficientes [com deficiência] ou não (Stroparo, Moreira, 2021, p. 6). [Fim da citação]

Ressalta-se que a inclusão é considerada um direito com amparo legal e não pode ser confundida como uma ação de caráter assistencialista. No entanto, a sua prática em si é dificultada pela presença das barreiras que ainda persistem para excluir o público com deficiência (Freitas; Teixeira; Rech, 2016; Wellichan; Souza, 2017). Assim, para mudar esse panorama, é preciso [início da citação] "o envolvimento do setor público e da sociedade, aliados às adequações sobre as condições existentes, é que a prática inclusiva surtirá efeitos positivos" (Wagner; Almeida, 2022, p. [8]) [fim da citação].

Em alguns setores da sociedade já se observa a ocorrência de algumas mudanças pontuais, mesmo que gradativas, em virtude do cumprimento das legislações inclusivas. No ensino público superior brasileiro, por exemplo, conforme as Sinopses Estatísticas de 2016 a 2022 (INEP, 2022; 2021; 2020; 2019; 2018; 2017), verifica-se um crescimento em relação a quantidade de matrículas de pessoas com deficiência nas universidades federais brasileiras.

Gráfico 2 – Pessoas com deficiência matriculadas no ensino superior entre 2016 a 2021

Fonte: Adaptado do INEP (2017; 2018; 2019; 2020; 2021; 2022).

[Audiodescrição: a imagem apresenta um gráfico que mostra a evolução das matrículas de alunos com deficiência no ensino superior ao longo dos anos. O título do gráfico é "Matrículas de alunos com deficiência no ensino superior". As barras verdes indicam os anos e a presença de alunos com deficiência no ensino superior em cada período, enquanto a linha azul representa a quantidade de matrículas ao longo do tempo].

Verifica-se que em 2021 houve um declínio de matrículas das pessoas com deficiência no ensino superior, impactadas pela pandemia da COVID-19[9] e o distanciamento social, que ainda se encontrava vigente. Dessa forma, o uso das TDIC tornou-se necessário para acompanhar as aulas de forma remota e essa prática expôs a desigualdade social e tecnológica que ainda prepondera no Brasil. [Início de citação] “Sem dúvidas, a crise educacional causada pela pandemia da COVID-19 exacerbou a exclusão vivenciada pelas pessoas com deficiência, as quais já enfrentam inúmeras barreiras para o exercício do direito à educação [...]” [Fim de citação] (Fumes; Carmo, 2021, p. 9). Diante disso, evidencia-se que uma mobilização conjunta é necessária, pois a inclusão não se trata de uma ação isolada

[9] [Início da nota] Pandemia da Covid 19. A Covid-19 é uma doença infecciosa causada pelo coronavírus SARS-CoV-2 originária na cidade de Wihuan, na China, na qual se espalhou em todo mundo e foi classificada como Pandemia pela sua rápida disseminação e gravidade em seres humanos causando a morte de mais de 6 milhões de pessoas em todo o mundo. [Fim da nota] Disponível em: https://www.paho.org/pt/topicos/coronavirus?adgroupsurvey={adgroupsurvey}&gclid=Cj0KCQiAxbefBhDfARIsAL4XLRr7ZOUQbMfblkEUScysAa7V_2cZe0vRi40aUEvCDhAm9btULWEzaXAaAi4cEALw_wcB. Acesso em: 16 fev. 2024.

mas, sim, de um movimento contínuo e integrado entre todos os componentes da sociedade.

> [Início de citação] A capacitação da equipe e a disponibilização de recursos físicos, humanos e tecnológicos, em muitos casos, não acompanhou a velocidade do crescimento do número de matrículas, ou seja, o atendimento aos usuários pessoa com deficiência tem impactado as bibliotecas universitárias em relação ao atendimento, acesso à informação e inclusão social desses alunos (Miranda, 2020 p. [2]). [Fim de citação]

Wellichan e Lino (2018, p. 8) apresentam a diferença entre o que é proposto pelas legislações, pelas correntes teóricas e pelo que se espera das instituições em relação à inclusão, para o que é realmente aplicado. Segundo os autores, a falta de acessibilidade, os recursos documentais e tecnológicos inacessíveis, a ausência de uma integração na gestão e desenvolvimento curricular na comunidade acadêmica e de uma [início de citação] “postura profissional mais atuante e estratégica frente às questões do usuário especial” [fim de citação] fomentam para o distanciamento sobre o que é estudado, recomendado e o que deveria ser praticado no cotidiano das bibliotecas universitárias. Isso demonstra o quanto ainda é necessário evoluir para que a inclusão realmente aconteça.

A pandemia provocada pela transmissão do vírus da COVID-19 evidenciou que as pessoas com deficiência ainda estão excluídas em diversas camadas da sociedade, pois as adaptações realizadas no intuito de conter a disseminação do vírus expôs a presença de barreiras informacionais, arquitetônicas, digitais deixando esse público ainda mais vulnerável, diante deste contexto (ONU, 2021). Segundo os dados da ONU (2021), em torno de 1 bilhão de pessoas no mundo apresentam algum tipo de deficiência e cerca de 80% estão situadas em países em desenvolvimento, dentre os quais se inclui o Brasil.

Então, é nesse sentido que a inclusão social se apresenta como um processo que resulta na mudança do olhar da sociedade para que as pessoas com deficiência possam assumir o protagonismo de suas próprias vidas, serem capazes de usufruir de produtos e serviços com autonomia e segurança. E para que isso ocorra de forma efetiva, as ferramentas como as ações afirmativas, os recursos de TA, a acessibilidade e o desenho universal são aspectos que criam condições favoráveis para exercer os seus direitos e satisfazer às suas necessidades. Para Sassaki (1997, p. 30), a inclusão social se trata de [início de citação] “[...] um processo bilateral no qual as pessoas, ainda excluídas, e a sociedade buscam, em parceria,

equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todos" [fim de citação].

> [Início de citação] O paradigma da inclusão social consiste em tornarmos a sociedade toda em um lugar viável para a convivência entre pessoas de todos os tipos e condições na realização de seus direitos, necessidades e potencialidades. Neste sentido, os adeptos e defensores da inclusão, chamados de inclusivistas, estão trabalhando para mudar a sociedade, a estrutura dos seus sistemas sociais comuns, as suas atitudes, os seus produtos e bens, as suas tecnologias etc. em todos os aspectos: educação, trabalho, saúde, lazer, mídia, cultura, esporte, transporte, etc. (Sassaki, 2003, p. 28). [Fim de citação]

A inclusão prevê nos comportamentos da sociedade ações que valorizem a diversidade, o respeito às características individuais e a conscientização sobre a eliminação de barreiras de ordem física, comunicacional, informacional e atitudinal para que as deficiências sejam desmistificadas e compreendidas da maneira mais natural possível. Nessa perspectiva, as bibliotecas universitárias precisam tornar o seu ambiente inclusivo para estabelecer vínculos com o seu público com deficiência para que eles se sintam pertencentes naquele espaço. As formas de acolhimento realizadas durante o atendimento, quando ele procura os produtos ou serviços da biblioteca, são decisivas para a criação de identidade com esse espaço. A inclusão, portanto, deve proporcionar à pessoa com deficiência um sentimento de que ela se sinta à vontade em ocupar aquele ambiente para usufruir, interagir, compartilhar experiências e vivências.

> [Início de citação] O sucesso da inclusão depende do empenho das pessoas com e sem deficiência, de mudanças atitudinais, além de todo um contexto físico e social composto de recursos que contribuam para a independência da pessoa com deficiência (Alves; Vigentim, 2013, p. 9). [Fim de citação]

Em busca desse ambiente mais inclusivo, as bibliotecas universitárias precisam compreender que a sua comunidade acadêmica é diversificada e composta por discentes, docentes, colaboradores com ou sem deficiência e deve ser levado em consideração nas etapas do seu planejamento (Silveira; Andrade, 2004). Dessa forma, entende-se que [início de citação] "o acesso aos mesmos bens que as demais pessoas têm é um direito que não pode ser tirado das pessoas com deficiência, mesmo que o modo de organizar as atividades seja repensado e modificado" [fim de citação] (Alcoba, 2008; Santos; Sampaio; Sampaio; Gutierrez; Almeida, 2017, p. 55).

De acordo com Pinheiro (2021), observa-se um avanço das bibliotecas universitárias, nos aspectos referente à inclusão, em relação ao cenário de pesquisa encontrado por Silveira e Andrade (2004). Porém, mesmo após 20 anos e com todas as mudanças já realizadas, as bibliotecas universitárias ainda podem não atender satisfatoriamente a maioria das pessoas com deficiência. A acessibilidade informacional ainda se torna comprometida com a escassez de materiais acessíveis - a maioria da população não conhece a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), por exemplo -, o que prejudica a inclusão e a permanência desse público no ensino superior (Pinheiro; Oliveira; Rodrigues; Mendonça, 2020).

Diante desse panorama, o sentimento de empatia surge como habilidade que pode contribuir para superar os desafios encontrados pela pessoa com deficiência em utilizar os produtos e serviços oferecidos pelas bibliotecas universitárias. Nesse sentido, a capacidade da pessoa bibliotecária em se colocar no lugar do outro e, assim, exercitar suas vivências, experiências e angústias, o torna mais consciente para construir formas que contribuam com o processo de acessibilidade, pertencimento e inclusão do indivíduo que se encontra nessas condições para usufruir desse ambiente (Diniz; Almeida; Furtado, 2017).

> [Início de citação] [...] A empatia pode ser considerada um dos fatores que podem amenizar as experiências com alunos com deficiência no contexto de uma biblioteca acadêmica. De fato, o grau de empatia do bibliotecário influencia o usuário com deficiência e seu senso de inclusão, integração e pertencimento ao ambiente da biblioteca (Nikolova, 2004, online, tradução nossa). [Fim de citação]

A pessoa com deficiência precisa se sentir pertencente ao ambiente da biblioteca universitária, não somente pela presença dos recursos de TA e da acessibilidade, mas também pelo comportamento humanizado da pessoa bibliotecária ao recebê-lo e atendê-lo. Nesse tocante, a empatia possibilita que a pessoa bibliotecária compreenda as reais dificuldades encontradas pela pessoa com deficiência em seu cotidiano, o que leva a repensar e a refletir se as suas atitudes promovem o acolhimento durante o atendimento.

Embora o avanço tecnológico tenha facilitado as atividades no ambiente das bibliotecas universitárias, ainda permanecem [início de citação] “as habilidades sociais, comunicacionais e interpessoais dos bibliotecários ao se comunicar com os pessoa usuárias da biblioteca” (Bodaghy; Cheong; Zainab, 2016, p. 89, tradução nossa) [fim de citação]. Todavia, a literatura aponta que [início de citação] “um

aspecto que recebeu menos atenção é a relação entre o comportamento empático dos bibliotecários e sua influência no bem-estar psicológico dos pessoa usuárias da biblioteca, como o sentimento de pertencimento" (Bodaghy; Cheong; Zainab, 2016, p. 89, tradução nossa) [fim de citação].

> [Início de citação] Johnson (2001) explicou que os usuários da biblioteca esperam que os bibliotecários sejam amigáveis, sorridentes e interajam ativamente com os usuários. Com efeito, quando os bibliotecários são simpáticos, os usuários com necessidades especiais tendem a sentir-se mais à vontade e acolhidos na biblioteca (Bodaghy; Cheong; Zainab, 2016, p. 90, tradução nossa) [Fim de citação].

Percebe-se então, que a pessoa bibliotecária precisa aprender, treinar e/ou desenvolver a empatia para compreender a relação das minorias sociais, como as pessoas com deficiência, com as suas necessidades na vertente da acessibilidade atitudinal, acessibilidade arquitetônica, acessibilidade comunicacional, como parte dos esforços para garantir a satisfação e a qualidade dos produtos e serviços das bibliotecas universitárias (Birdi; Wilson; Tso, 2009; Bodaghy; Cheong; Zainab, 2016).

Diante dessa conjuntura, o aspecto social das bibliotecas universitárias fica ainda mais evidente ao assumir a responsabilidade no processo de inclusão, criando condições para que as pessoas com deficiência se sintam acolhidas a usufruir de toda a potencialidade que esse ambiente pode proporcionar (Malheiros; Cunha, 2018). Além disso, cabe à pessoa bibliotecária, por meio da empatia, tornar a biblioteca universitária um espaço propício de respeito à diversidade, de tal forma que todas as pessoas se sintam incluídas nesse ambiente.

> [Início de citação] A realidade é que a falta de consciência do grau de deficiência dos bibliotecários os impede de apresentar um comportamento empático que posteriormente afeta seu senso de compreensão em relação aos PCD visuais e às condições dos alunos com baixa visão. Assim, a falta de empatia dos bibliotecários o comportamento cria experiências e sentimentos negativos para os PCD visuais em relação ao seu lugar e distância de outros membros da comunidade (Bodaghy; Cheong; Zainab, 2016, p. 92-93, tradução nossa) [Fim de citação].

A pessoa bibliotecária que atua no serviço de referência possui o primeiro contato com a pessoa usuária; logo, uma relação social é estabelecida a partir desse momento. E as atitudes e o comportamento do profissional desempenham uma função fundamental para tornar essa experiência satisfatória. Assim, espera-se que a pessoa bibliotecária que trabalha nesse setor tenha empatia, conhecimento sobre a acessibilidade atitudinal e habilidades de comunicação para oferecer um serviço

com acolhimento e compreender as necessidades informacionais da pessoa com deficiência.

Para que ocorra a inclusão e a acessibilidade, a pessoa bibliotecária precisa conhecer as pessoas com deficiência que utilizam os produtos e os serviços das bibliotecas universitárias para atendê-los adequadamente e para obter informações sobre quais os recursos de TA são considerados mais pertinentes de acordo com cada tipo de deficiência (Costa; Santos, 2017). É preciso identificar as vulnerabilidades durante o atendimento da pessoa com deficiência e propor a aquisição de recursos de TA para a acessibilidade informacional; o rompimento de: barreiras arquitetônicas para viabilizar o deslocamentos de pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida; barreiras informacionais, pois todo indivíduo tem o direito de acesso à informação; e barreiras atitudinais, uma vez que todas as pessoas merecem ser tratadas com respeito e dignidade, sem discriminação e sem julgamento mediante o seu estereótipo (Silva; Costa; Crivellari, 2014).

> [Início de citação] Os bibliotecários devem se equipar com três componentes principais para interagir e aumentar a eficiência do usuário. Estes são congruência (refere-se ao seu comportamento honesto com os usuários), empatia (ver o mundo através da perspectiva do usuário e compreender seus sentimentos) e respeito (refere-se à aceitação incondicional dos usuários da biblioteca pelo bibliotecário) (Bodaghy; Cheong; Zainab, 2016, p. 94, tradução nossa) [Fim de citação].

Tendo em vista essa tríade, congruência - empatia - respeito, abordada por Bodaghy, Cheong, Zainab (2016), cabe às pessoas bibliotecárias analisarem o impacto dos produtos e dos serviços oferecidos pelas bibliotecas universitárias para auxiliarem no processo de inclusão.

> [Início de citação] [...] As barreiras mais difíceis de serem contornadas são as 'barreiras de atitude'. É preciso que nos tornemos pessoas acessíveis e inclusivas, ou seja, fazer uma revisão de nossas atitudes e mudá-las, tendo como foco principal a ideia de que todas as pessoas têm direitos e deveres em uma sociedade democrática e que ninguém deve ser excluído por qualquer razão que seja (Pupo; Melo; Ferres, 2006, p. 14) [Fim de citação].

Dessa forma, entende-se que, para uma biblioteca ser considerada inclusiva, ela precisa abranger um conjunto de ações que envolva, dentre elas, o senso de empatia, o respeito pela diversidade, a implantação da acessibilidade e suas dimensões e os recursos de TA, para que se torne um ambiente acolhedor para todos os tipos de pessoa usuárias. A pessoa bibliotecária assume a função em gerenciar uma biblioteca universitária que contemple as necessidades

informacionais de seus pessoa usuárias, com ou sem deficiência. Para isso, ela deve buscar meios em se capacitar e [início de citação] “[...] deverá juntamente com demais profissionais, mapear as necessidades dos usuários e a partir de então desenvolver as práticas e adquirir os recursos de acessibilidade” (Costa; Chalub, 2021, p. 12) [fim de citação].

Observa-se que o ensino superior em diversas instituições públicas federais brasileiras ainda se encontra no processo de reestruturação quanto aos aspectos da acessibilidade arquitetônica, atitudinal e comunicacional para contemplar as necessidades das pessoas com deficiência de maneira adequada. Entende-se que o público com deficiência, após a conclusão das suas atividades acadêmicas, buscará espaços para que possam colocar em prática o conhecimento adquirido.

Assim, a próxima subseção busca compreender como ocorre a inclusão desses profissionais no mercado de trabalho e os possíveis desafios e dificuldades encontrados no espaço da biblioteca universitária para as suas práticas laborais e no convívio com os demais colaboradores.

[Fim de subseção]

[Início de subseção]

2.2 O processo de inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho

O ingresso das pessoas com deficiência no mercado de trabalho foi marcado por diferentes momentos. Um determinado período consistia na exclusão, via proibição ao acesso das pessoas com deficiência ao mercado de trabalho, pois havia a concepção de que o exercício de alguma atividade laboral representava a sua exploração. Havia também o conceito de que a deficiência significava uma dificuldade para a realização de qualquer tipo de trabalho (Sassaki, 2010).

Na fase da segregação, as pessoas com deficiência eram destinadas a desenvolver as suas atividades laborais em instituições educacionais filantrópicas que possuíam parceria com empresas privadas, pois tinha-se uma ideia protecionista em relação à pessoa com deficiência e, assim, ela era afastada do convívio social no ambiente de trabalho (Sassaki, 2010).

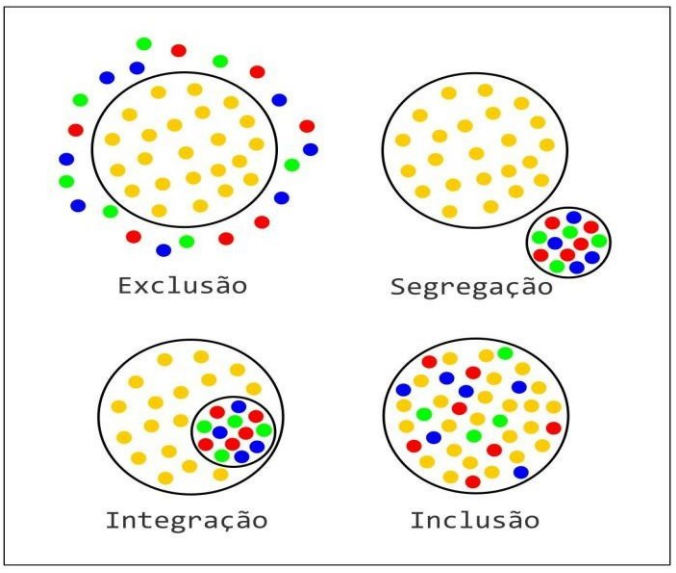
O período da integração foi caracterizado pela disponibilidade de diversas vagas para as pessoas com deficiência no mercado de trabalho; porém, não havia

preocupação na adequação dos aspectos arquitetônicos das instituições, da mudança de postura comportamental dos colaboradores e cultural das empresas. Dessa forma, observa-se que os trabalhadores com deficiência tinham dificuldades em participar das atividades de treinamento e desenvolvimento devido à ausência de "acessibilidade ou mesmo integração com outros empregados" (Sassaki, 2010; Santos; Lima; Ferraz, 2019, p. 62).

Por fim, a inclusão surge na perspectiva de modificação conjunta da sociedade, que envolve as instituições, os empregadores e as pessoas com deficiência, para que juntos busquem alternativas para atingirem a qualificação profissional, a produtividade e a competitividade. Ainda que se perceba avanços a respeito da inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho, "esses outros períodos não foram completamente abolidos e algumas atitudes ainda coexistem" (Araújo; Schimidt, 2006; Santos; Lima; Ferraz, 2019, p. 62).

Para compreender melhor o processo evolutivo da participação da pessoa com deficiência no mercado de trabalho, a Figura 1 representa a sua relação com os conceitos de exclusão, segregação, integração e inclusão.

Figura 1 - Representação dos conceitos de exclusão, segregação, integração e inclusão sobre a pessoa com deficiência no mercado de trabalho



Fonte: Pinterest, 2024.

[Audiodescrição: A imagem apresenta um diagrama dividido em quatro quadrantes, cada um ilustrando um conceito relacionado à inclusão de pessoas com deficiência. Cada representação usa círculos coloridos (amarelos, vermelhos, verdes e azuis) para simbolizar diferentes grupos de pessoas dentro de um grande círculo preto, que representa um ambiente social ou institucional. Exclusão (quadrante superior esquerdo): O grande círculo contém apenas círculos amarelos,

representando um grupo dominante; os círculos vermelhos, verdes e azuis estão fora do grande círculo, espalhados ao redor dele, simbolizando a exclusão dessas pessoas do sistema ou ambiente principal. Segregação (quadrante superior direito): o grande círculo ainda contém apenas círculos amarelos; os círculos vermelhos, verdes e azuis estão dentro de um pequeno círculo separado, afastado do grande círculo, indicando que esses grupos têm acesso a espaços próprios, mas continuam separados da maioria; Integração (quadrante inferior esquerdo): o grande círculo continua majoritariamente composto por círculos amarelos; no entanto, os círculos vermelhos, verdes e azuis agora estão dentro do grande círculo, mas reunidos em uma pequena área isolada, mostrando que foram admitidos, mas sem total interação com o grupo dominante. Inclusão (quadrante inferior direito): O grande círculo contém todos os círculos amarelos, vermelhos, verdes e azuis misturados e distribuídos de maneira uniforme, representando um ambiente verdadeiramente inclusivo, onde todos convivem e interagem sem separações.]

O acesso das pessoas com deficiência ao mundo do trabalho configura-se como história recente e teve como marco o ano de 1981, considerado pela ONU o Ano Internacional da Pessoa com Deficiência, impactando na elaboração de futuras legislações que buscassem assegurar a participação desse público no ambiente do trabalho (Hoffman; Traverso; Zanini, 2014).

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 reuniu temas relevantes para a inclusão da pessoa com deficiência na sociedade, como a acessibilidade, o trabalho e a educação (Santos; Lima; Ferraz, 2019). Posteriormente, a criação da Lei 8.231/91 representou um significativo avanço para a inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho, pois determinava a reserva de 2% a 5% das vagas para esse público. Segundo a supracitada Lei, [início da citação] “os percentuais se aplicam exclusivamente para empresas com 100 ou mais colaboradores. Empresas com até 200 colaboradores, precisam manter o percentual de 2% de pessoas com deficiência. De 201 a 500 colaboradores, exige-se 3%” (Brasil, 1991, *online*) [fim da citação].

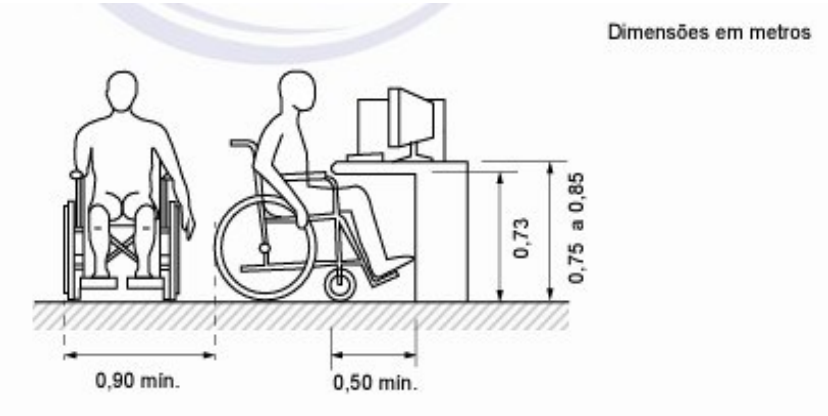
Todavia, as empresas, as organizações e as instituições não se planejaram para receber esse público nos seus espaços, contribuindo ainda mais para a segregação desses indivíduos. Tornou-se evidente a presença de barreiras culturais, informacionais, arquitetônicas e atitudinais e a ausência de acessibilidade no âmbito laborativo (Hammes; Nuernberg, 2015; Santos; Lima; Ferraz, 2019).

> [Início de citação] Leitão (2014) enfatiza, no entanto, que, para ocorrer qualquer inclusão social, a acessibilidade é a condição fundamental e imprescindível. Araújo e Schmidt (2006) relatam que, entre os obstáculos relacionados ao não cumprimento das cotas de funcionários com deficiência, encontram-se limitações físico-estruturais, dificuldades de adaptação do funcionário à organização e/ou ao trabalho em si. Também se relacionam à baixa qualificação das pessoas com deficiência e ao preconceito daquelas envolvidas no processo, entre outros aspectos (Santos; Lima; Ferraz, 2019, p. 63) [Fim de citação].

Na tentativa de resolver esse impasse, a implementação da Lei Brasileira da Inclusão (2015) impactou diversas esferas da sociedade, que precisaram se adaptar para que ocorresse a inclusão da pessoa com deficiência. Essa Lei também repercutiu em alterações do novo Código Civil e trouxe novas disposições em relação ao direito ao trabalho, no qual [início de citação] “toda pessoa com deficiência tem direito ao trabalho de sua livre escolha e aceitação, em ambiente acessível e inclusivo, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas” (Brasil, 2015, *online*) [fim de citação]

Em cumprimento à legislação supracitada e com o intuito em criar condições de um ambiente de trabalho que favoreça a inclusão da pessoa com deficiência, a pessoa bibliotecária que ocupa a função de gestor precisa estar ciente da Lei Previdenciária, da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência e da Norma Brasileira (NBR) 9050/2020 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), que tratam da acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos estabelecendo critérios técnicos de acessibilidade (Baptista; Gonçalves, 2016). Esse conhecimento se torna essencial para que o ambiente da biblioteca seja acolhedor, empático e inclusivo, conforme exemplificado nas figuras 2 e 3 a seguir.

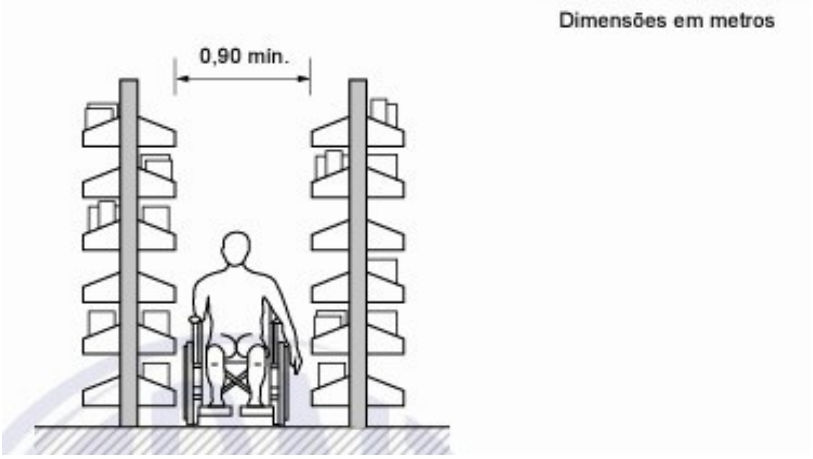
Figura 2 – Terminal de consulta para atendimento de pessoa com deficiência na biblioteca



Fonte: ABNT/NBR, 9050/2020.

[Audiodescrição: o diagrama apresenta uma visão lateral de um balcão de atendimento ou terminal de consulta em uma biblioteca. Ele mostra duas figuras humanas: Uma pessoa em cadeira de rodas em uma visão frontal. Uma pessoa em cadeira de rodas acessando o terminal. Algumas dimensões em metros são indicadas para garantir a acessibilidade: Altura do balcão: Entre 0,73 m e 0,86 m. Profundidade da área de aproximação: 0,50 m. Largura mínima do espaço de circulação: 0,90 m].

Figura 3 - Altura e distância adequada de estantes em biblioteca para pessoas com deficiência



Fonte: ABNT/NBR, 9050/2020.

[Audiodescrição: O diagrama exibe uma visão frontal de uma figura humana em uma cadeira de rodas posicionada entre duas estantes. Uma seta horizontal na parte superior indica a largura mínima do corredor entre as estantes, que deve ser de 0,90 metros para permitir a circulação e manobra de cadeiras de rodas. As estantes contêm prateleiras inclinadas, sugerindo a disposição dos livros de forma acessível].

Acrescenta-se, também, a Lei que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social, que estabeleceu as cotas para a expansão da quantidade de colaboradores com deficiência na iniciativa privada; no âmbito público, em específico, nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), a Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990, reserva 20% das vagas em concurso para pessoas com deficiência. Isso contribuiu para maior participação desses indivíduos no serviço público, e consequentemente, no mercado de trabalho.

Dessa forma, as pessoas com deficiência viram na obrigatoriedade da reserva de cotas, as oportunidades para que pudessem se inserir no mercado de trabalho. Neste contexto, diversos ambientes precisaram se adequar para atender às exigências da legislação. Assim, as bibliotecas universitárias devem estabelecer em conjunto com o setor de gestão de pessoas da própria instituição, [início da citação] “o processo de preparação para inclusão de pessoas com deficiência no seu quadro de colaboradores” (Baptista; Gonçalves, 2016, p. 506). [fim da citação]

> [Início da citação] Compreende-se que esse público tão diversificado é um usuário de biblioteca real ou em potencial, são clientes de instituições financeiras e de outros mercados, utilizam redes sociais, são ou serão funcionários em empresas públicas e privadas, docentes no sistema educacional etc., tendo em vista, inclusive, que o Brasil possui legislação com cota para as PCD [pessoa com deficiência] (Costa; Oliveira, 2022, p. 163) [Fim da citação].

É fundamental compreender a deficiência como um fator condicionante e não incapacitante para que o indivíduo se sinta pertencente àquele ambiente, e que as atividades que forem a ele designadas estejam de acordo com a condição da sua deficiência (Baptista; Gonçalves, 2016). Logo, a inclusão social do profissional com deficiência no ambiente da biblioteca universitária contribui para o respeito à diversidade, a aprendizagem da empatia, a conscientização sobre o aspecto da igualdade e [início da citação] "[...] um apoio permanente e de grande expectativa no nível cognitivo, social e emocional de cada indivíduo" (Baptista; Gonçalves, 2016, p. 503). [fim da citação]

> [Início da citação] Johnstone (2005) sugere a inclusão de pessoas com deficiência no quadro de funcionários das bibliotecas universitárias. Isso permite que os alunos tenham experiências com trabalhadores com deficiência, consequentemente mudando as atitudes de toda a sociedade. Assim, a contratação de trabalhadores com deficiência pode ser promovida pela organização como uma iniciativa adicional de diversidade. Conforme confirmamos em nossa própria pesquisa, esse tipo de ação pode fornecer valiosas oportunidades de orientação para alunos com deficiência e normaliza a deficiência (Brown; Scheidlower, 2019, p. 473, tradução nossa). [Fim da citação]

Verifica-se então, que a participação das pessoas bibliotecárias com deficiência nas bibliotecas universitárias pode contribuir para o desenvolvimento de produtos e serviços mais inclusivos e beneficiar toda a comunidade, inclusive aqueles pessoa usuárias com deficiência (Diniz; Cordeiro; Silva, 2022). Diante disso, a presença desse indivíduo nesse espaço mostra que ele pode estar apto a trabalhar em qualquer lugar, desde que sejam oferecidas as devidas condições. Embora o processo de inclusão tenha avançado, os desafios ainda persistem, segundo os relatos de pesquisas realizadas em bibliotecas universitárias e que se encontram mencionados na próxima subseção.

[Fim da subseção]

[Início da subseção]

2.2.1 Os desafios encontrados pelas pessoas bibliotecárias com deficiência no ambiente de trabalho

Baptista e Gonçalves (2016) realizaram um estudo sobre a acessibilidade no sistema de bibliotecas da Universidade de Caxias do Sul. Ainda que a proposta

tenha o enfoque na pessoa bibliotecária com deficiência, os desafios de inclusão abarcam outros profissionais que se encontram na condição de deficiência. Na instituição citada foram confirmadas a existência de dificuldades, mas não foram detalhadas pelos colaboradores. Eles apenas afirmaram se sentirem acolhidos em participarem no desenvolvimento de ferramentas que possam favorecer a realização dos seus trabalhos, de modo que se sintam incluídos.

Santos, Lima e Ferraz (2019) trazem o relato de colaboradores cegos de uma biblioteca universitária, que tinham dificuldades em acessar a informação em documentos, por meio dos *softwares* de leitura de tela. Relataram que, quando o documento era salvo no formato de imagem por outros colegas de setor, o *software* não lia o documento, pois realizava a leitura no formato pdf. Essa situação representa a importância de a pessoa com deficiência ser mais ouvida no ambiente de trabalho, podendo contribuir, por meio de sua vivência e experiências, com a melhor alternativa para deixar o ambiente de trabalho mais acessível.

Constata-se que somente o aspecto arquitetônico não seja o suficiente para que a pessoa com deficiência se sinta pertencente ao ambiente da biblioteca universitária, seja na posição de pessoa usuária ou de colaborador, uma vez que as interações sociais ocorrem com outras pessoas. Nessa direção, outras barreiras também precisam ser superadas, como as programáticas, as comunicacionais e as atitudinais, que representam outras dimensões da acessibilidade, e que em conjunto contribuem para a inclusão da pessoa com deficiência em qualquer ambiente.

Anderson (2021) apresenta em seus estudos a perspectiva de pessoas bibliotecárias com TEA durante o processo seletivo de entrevistas para se candidatarem a uma vaga de emprego. Os participantes relataram dificuldades de acolhimento por parte dos gestores e colegas de trabalho, uma vez que desconheciam sobre o nível do TEA ao qual se enquadravam. Destaca-se ainda que alguns participantes omitiram a deficiência com receio de serem desclassificados ou por vergonha. Anderson (2021) apontou sobre as dificuldades das pessoas com TEA em revelar a sua deficiência, já que ela é considerada invisível. Porém, o estudo realizado revelou que, a partir do instante em que os colaboradores autistas divulgaram a sua condição, passaram a ser mais acolhidos e incluídos no ambiente de trabalho. Nessa perspectiva, Schomberg e Highby (2020) sugerem que as pessoas bibliotecárias declarem as suas deficiências, caso se sintam à vontade e seguras para isso. Eles ressaltam também que a questão da deficiência deve ser

difundida para que um maior contingente de indivíduos possa refletir sobre as diferentes realidades vivenciadas pelas pessoas com deficiência e para que o processo de inclusão aconteça naturalmente.

Hollich (2020) explora o conceito de deficiências ocultas ou invisíveis e seu impacto no trabalho da informação, com foco na experiência de ser uma pessoa bibliotecária com deficiência e como isso pode afetar a natureza do trabalho de informação e a prestação de serviços. O artigo enfatiza a necessidade de uma cultura que apoie indivíduos com deficiências ocultas, onde eles não precisem "passar" para sobreviver e onde as acomodações sejam vistas como uma necessidade e não um privilégio. A autora destaca a importância da empatia no trabalho com a informação e a necessidade de as bibliotecas e outros locais de trabalho levarem a sério as experiências dos profissionais da informação com deficiência e fornecer acomodações sem repercussões adversas.

Siraki (2021) destaca as experiências de pessoas bibliotecárias com deficiências no local de trabalho, esclarecendo a discriminação e os preconceitos que eles sofrem. O artigo discute os desafios enfrentados pelas pessoas bibliotecárias com deficiências durante o processo seletivo de recrutamento e, quando conquistam a vaga, são julgadas com base em sua deficiência e constrangidas com comentários negativos de colegas e supervisores. O artigo enfatiza a necessidade de mudanças sistêmicas nas bibliotecas para criar um ambiente mais inclusivo e solidário para as pessoas bibliotecárias com deficiência.

Rathbun-Grubb (2021) realizou um estudo com os gerentes de bibliotecas universitárias na Irlanda e constatou que os profissionais citados estão conscientes das necessidades das adaptações e sua implementação na prática nesses ambientes, mas também identificaram que era preciso compreender melhor as necessidades dos colaboradores com deficiências invisíveis. Isso vai ao encontro das percepções relatadas por uma pessoa bibliotecária com deficiência que foi entrevistado neste estudo, a qual relatou que se sente pressionado em "ser 'normal' e atuar como se não tivesse uma deficiência. [Início da citação] "Fico desconfortável quando há situações em que colegas fazem comentários sobre a minha deficiência ou sugestões indesejadas" (Rathbun-Grubb, 2021, p. 52, tradução nossa) [Fim da citação]. De acordo com outro entrevistado do estudo realizado pela mesma autora, a biblioteca em que ele trabalhava não estava preparada para a diversidade e a inclusão, a ponto de ser uma experiência considerada decepcionante, levando-o a

solicitar a sua realocação para outro ambiente que acomodasse a sua condição de pessoa com deficiência.

Oud (2019) buscou identificar por meio das experiências de trabalho de pessoas bibliotecárias com deficiência nas bibliotecas universitárias do Canadá, quais os desafios e as barreiras existentes que criam dificuldades para a sua atuação profissional. O estudo revelou, por meio do relato dos entrevistados, três situações que causam mais impacto no ambiente de trabalho: o desconforto por parte dos colegas e gestores devido à sua deficiência; dificuldade em discutir ou assumir a sua deficiência no trabalho; e resistência em solicitar acomodação no local de trabalho, mesmo que esteja previsto esse direito na legislação. Oud (2019) relata que a pessoa bibliotecária com deficiência compõe uma minoria significativa dentro do universo da Biblioteconomia, cerca de 3,7% nos Estados Unidos e 5,9% no Canadá. Entretanto, registra-se a falta de programas relacionados à deficiência dentro das principais organizações profissionais desses dois países, e praticamente nenhuma pesquisa relevante sobre esse público foi realizada na Biblioteconomia.

Brown e Sheidlower (2019, p. 471, tradução nossa) são pessoas bibliotecárias com deficiência e também afirmam que “uma das facetas da Biblioteconomia que é pouco compreendida e apreciada é a presença de pessoas bibliotecárias com deficiência em nossa comunidade, e as contribuições e desafios que elas enfrentam”.

Diniz, Cordeiro e Silva (2022) buscaram identificar os conceitos de empoderamento e protagonismo no contexto de pessoas bibliotecárias com deficiência nas bibliotecas brasileiras. O artigo destaca a importância desses conceitos para as pessoas com deficiência, particularmente na garantia de seus direitos e acesso a serviços e liberdades, como educação, saúde e cultura. O seu objetivo consistiu em coletar dados por meio de um questionário para identificar as experiências, programas, projetos e soluções acessíveis desenvolvidos por pessoas bibliotecárias com deficiência nas bibliotecas brasileiras. As informações coletadas foram analisadas para explorar as contribuições desses profissionais na implementação de projetos e estratégias para pessoas usuárias com deficiências.

Destaca-se também que a dificuldade em compreender o significado da deficiência ainda reverbera na quantidade de contratação de pessoas que se encontram nessa condição. De acordo com Carvalho-Freitas (2008) e Santos, Lima, Ferraz (2019, p. 70), muitos gestores associam a deficiência com incapacidade e

apontam como obstáculos: a adequação estrutural do ambiente de trabalho; avaliação da atividade desenvolvida pela pessoa com deficiência; [início da citação] “e a necessidade de compreender a satisfação dos profissionais no mercado laboral” [fim da citação]

> [Início da citação] Um dos objetivos de longo prazo de abrir a conversa sobre as pessoas bibliotecárias com deficiência é ajudar os gerentes de contratação a estarem cientes do valor de se concentrar na capacidade, em vez de se concentrar na deficiência (Brown; Scheidlower, 2019, p. 476, tradução nossa) [Fim da citação].

Identifica-se a necessidade de entender que a deficiência consiste em [início da citação] “um fenômeno complexo, que reflete a interação entre as características do corpo de uma pessoa e as características da sociedade em que ela vive” (Brown; Scheidlower, 2019, p. 472, tradução nossa) [fim da citação]. Logo, a deficiência não está presente no corpo da pessoa que vive nessa condição, mas na sociedade que ainda mantém as barreiras sociais, atitudinais e informacionais, como um comportamento natural de convívio desrespeitando as singularidades desses indivíduos. Conforme exemplifica Shapiro (1993, p. 112, tradução nossa) [início da citação] “ser deficiente significava lutar contra a realidade de outra pessoa. As atitudes de outras pessoas, não a própria deficiência, [são] a maior barreira” [fim da citação].

Nessa perspectiva, o ambiente de trabalho deve apresentar condições que favoreçam a permanência e a inclusão do colaborador com deficiência. Para isso, o espaço deve ser adaptado para que esse indivíduo possa desempenhar as suas tarefas com autonomia e segurança. Carreira (1997) *apud* Baptista e Gonçalves (2016, p. 503) alertam que [início da citação] “não devemos criar espaços reservados para as pessoas com deficiência trabalharem, [pois] além de ser discriminatória essa prática não colabora com a integração do colaborador” [fim da citação]

> [Início da citação] A importância das relações e interações sociais com foco colaborativo precisa ser reconhecida no processo de inclusão. As bibliotecas universitárias fazem parte de ‘um todo’, incluindo a comunidade de seus usuários. Para isso, elas precisam ser promotoras-chave nesse processo de inclusão (Baptista; Gonçalves, 2016, p. 504) [Fim da citação].

Diante desse contexto, entende-se que os produtos e os serviços disponibilizados nos mais diversos setores da sociedade precisam contemplar

também as necessidades do público com deficiência. Tendo em vista a sua função social e o aspecto informacional, as bibliotecas universitárias devem se preparar para atender a pessoa usuária com deficiência, inclusive, para trabalhar com as pessoas que se encontram nessas condições (Baptista, Gonçalves, 2016).

Ressalta-se que a pessoa bibliotecária deve desenvolver habilidades e conhecer as melhores formas para se comunicar com as pessoas usuárias e colaboradores que possuem algum tipo de deficiência. Isso demonstra a preocupação do profissional em valorizar as diferenças, tornar o ambiente mais inclusivo e conhecer quais são as atividades pertinentes a fim de serem delegadas para os colaboradores com deficiência (Baptista; Gonçalves, 2016).

> [Início da citação] O respeito à singularidade das pessoas com deficiência é necessário, mas as bibliotecas não precisam criar protocolos rígidos para atender todas as necessidades ou para treinar pessoas com deficiências. Nesse sentido, é relevante o conhecimento do bibliotecário gestor em relação ao perfil, às condições funcionais e sociais das pessoas com deficiências que trabalham na biblioteca, favorecendo a otimização dos recursos e a racionalidade dos investimentos institucionais necessários. Os espaços disponibilizados na biblioteca devem ser organizados como um espaço de referência para o planejamento e execução de ações em acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiências (Baptista; Gonçalves, 2016, p. 511) [Fim da citação].

Salienta-se que as bibliotecas universitárias devem proporcionar uma infraestrutura que permita o acesso a todas as pessoas com ou sem deficiência, pois é a partir de um espaço acessível que se torna possível a pessoa com deficiência se deslocar com segurança, desempenhar novas atividades, interagir com o ambiente, se sentir mais incluída, ou seja, usufruir desse ambiente em toda a sua potencialidade (Baptista; Gonçalves, 2016).

Dessa forma, torna-se evidente que as condições favoráveis no ambiente do trabalho são fatores determinantes que impactam na qualidade e na realização das atividades laborais das pessoas com deficiência. Isso demonstra que [início da citação] “o servidor pode até ser qualificado, ter proatividade, querer fazer um bom trabalho, mas, se não tiver as condições adequadas, não conseguirá atingir o seu objetivo” (Santos; Lima; Ferraz, 2019, p. 70) [fim da citação].

Observa-se que a discussão sobre a deficiência se encontra presente na literatura da área da Biblioteconomia e na Ciência da Informação, pelo seu viés social (Saracevic, 1996). Segundo Oud (2019), em uma recente análise de conteúdo sobre a acessibilidade e a deficiência na Biblioteconomia, constata-se que essa

abordagem se concentra nos estudos sobre os produtos e os serviços das bibliotecas para as pessoas usuárias com deficiência. Mas percebe-se que os aspectos que envolvem as atitudes e as percepções da pessoa com deficiência diretamente ainda são pouco investigados na área.

Wellichan e Manzini (2021) vão ao encontro de Oud (2019) ao identificarem que a pessoa usuária com deficiência, como objeto de estudo, ainda continua sendo pouco explorada na área. Consideram ainda que as características relacionadas à formação e a capacitação dos profissionais que atuam nas bibliotecas podem ter influenciado na falta de interesse em pesquisar sobre esse público, mesmo que ele sempre tenha existido. Nessa direção, os autores elencaram alguns possíveis fatores para o pouco estudo sobre os pessoa usuárias com deficiência, tais como:

> [Início da citação] O desconhecimento a respeito do usuário e suas necessidades; desatualização prática, no que se refere aos recursos e tecnologias disponíveis; falta de investimentos institucionais; e a hipótese de que ações realizadas não sejam registradas ou comunicadas cientificamente, tendo em vista a dinâmica da vida do profissional (Wellichan; Manzini, 2021, p. 176) [Fim da citação].

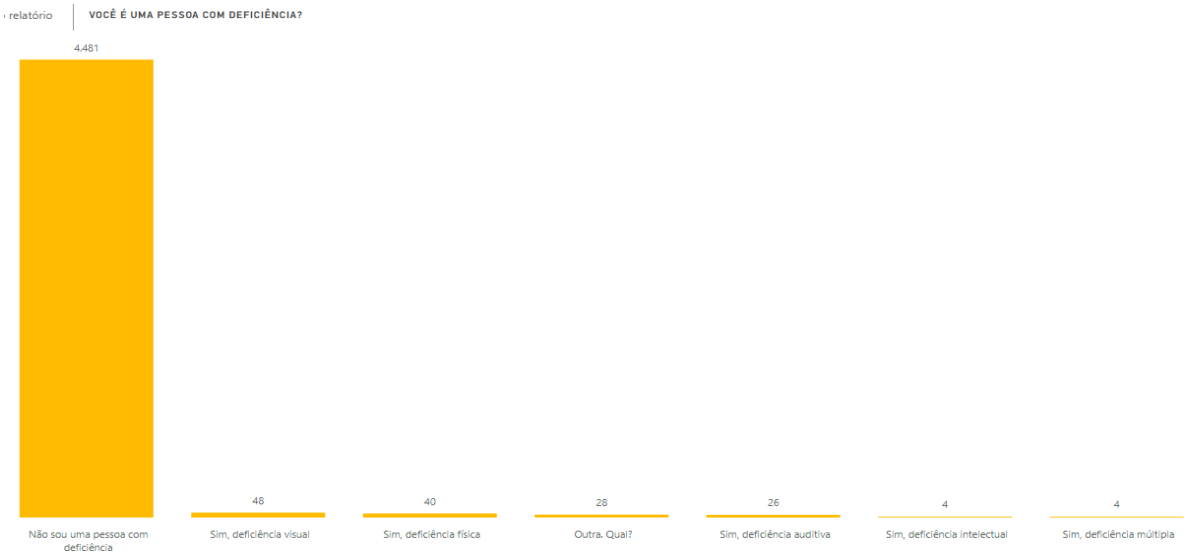
Em virtude do avanço das ações afirmativas, observa-se uma série de implementações em prol da inclusão e da acessibilidade das pessoas com deficiência em diversas esferas da sociedade, seja no âmbito educacional, cultural ou no trabalho (Santos; Lima; Ferraz, 2019). Diante disso, observa-se um crescimento em relação ao ingresso de estudantes e servidores com deficiência nas universidades federais ao decorrer do tempo. Ainda que o acesso ao ensino superior seja considerado um direito, porém, muitas são as barreiras enfrentadas pelas pessoas com deficiência. Compreende-se como barreira [início da citação] “[...] qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento, a circulação com segurança e a possibilidade de as pessoas se comunicarem ou terem acesso à informação” (Santos; Lima; Ferraz, 2019, p. 64) [fim da citação].

O exercício da profissão da pessoa bibliotecária é assegurado para qualquer indivíduo que possui o grau de bacharelado em Biblioteconomia e isso também abrange as pessoas com deficiência que se graduam no respectivo curso. Sabe-se que a pessoa com deficiência pode atuar em qualquer lugar, desde que se ofereça a compatibilidade com a sua condição de deficiência e nesse contexto também se insere o ambiente da biblioteca universitária.

A pessoa bibliotecária com deficiência também pode exercer as mesmas atribuições que os demais colegas de profissão sem deficiência, desde que sejam disponibilizados recursos que viabilizam a sua participação nos diversos setores da biblioteca universitária. Para a atuação desses profissionais, a equidade de oportunidades é condicionada a presença dos recursos de TA, da acessibilidade, do desenho universal e da sensibilização e conscientização dos gestores que precisam demonstrar empatia e estarem imersos no processo de inclusão.

No escopo brasileiro, ainda não se tem o conhecimento de um número absoluto de pessoas bibliotecárias com deficiência. Porém, se encontra em andamento um Censo Demográfico da Biblioteconomia e Ciência da Informação Brasileira[10] organizado pela FEBAB, no qual consta uma pergunta solicitando para que a pessoa bibliotecária declare se tem deficiência ou não. Cabe dizer que o mapeamento das pessoas bibliotecárias com deficiência em bibliotecas universitárias federais brasileiras figura-se como um dos objetivos específicos desta tese.

Gráfico 3 - Declaração de pessoas bibliotecárias com deficiência



Fonte: FEBAB, 2024.

[Audiodescrição: Gráfico de barras vertical retirado do Painel Censo Biblioteconomia. O gráfico responde à pergunta: "Você é uma pessoa com deficiência?" Há seis categorias de resposta, cada uma representada por uma barra vertical na cor amarela. A maior barra, significativamente mais alta do que as demais, corresponde à resposta "Não sou uma pessoa com deficiência", com um total de 4.481 respostas. As demais categorias possuem valores muito menores, indicados na base de cada

[10] [Início de nota] É um censo interativo, que se encontra em andamento, desenvolvido pela Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições (FEBAB), com o apoio do Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB) e da Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação (ABECIN). Disponível em: https://censo.febab.org/painel-de-dados/. Acesso em: 22 fev. 2024 [Fim de nota].

barra: 48 pessoas declararam ter deficiência visual. 40 pessoas relataram ter deficiência física. 28 pessoas indicaram "Outra. Qual?", sugerindo outro tipo de deficiência não listada. 26 pessoas afirmaram ter deficiência auditiva. 4 pessoas se identificaram com deficiência intelectual. 4 pessoas declararam ter deficiência múltipla].

Conforme o Gráfico 3, até a data deste levantamento (maio, 2024), dentre os 4.631 participantes, 150 profissionais (3,24%) declararam possuir algum tipo de deficiência. Isso mostra que os ambientes em que atuam precisam se adaptar para que possam exercer as suas funções com independência e segurança. Um estudo mais aprofundado com base nesses dados foi realizado por meio de entrevistas às pessoas bibliotecárias com deficiência e se encontra mais discutido na seção quatro desta tese.

Assim, reitera-se o que afirmou Oud (2019), sobre a existência de uma lacuna a ser investigada acerca das percepções da pessoa bibliotecária com deficiência no ambiente de trabalho. Dessa forma, ainda se encontra pouco explorado na literatura estudos relacionados à pessoa bibliotecária com deficiência, que também necessita dos recursos de acessibilidade para desenvolverem as suas atividades laborais nas bibliotecas universitárias.

Com o intuito de modificar esse panorama, a participação da pessoa bibliotecária com deficiência na equipe de colaboradores da biblioteca universitária pode trazer uma nova perspectiva em relação à inclusão e à diversidade neste ambiente. A partir da sua condição, das suas vivências e experiências, ela pode apontar alternativas que, de fato, possam contribuir para satisfazerem as suas necessidades no ambiente de trabalho, quanto aos aspectos informacionais das pessoas usuárias com deficiência (Diniz; Cordeiro; Silva, 2022).

> [Início de citação] Esse tema tem uma relevância ainda maior quando se leva em consideração os bibliotecários que também são PCDs. Profissionais que enfrentam barreiras sociais como as PCDs ao mesmo tempo que tem uma nova perspectiva sobre sua profissão, podem exercê-la sob um novo olhar (Diniz; Cordeiro; Silva, 2022, p. 2). [Fim de citação]

Em uma biblioteca, a convivência da pessoa bibliotecária com deficiência com os demais profissionais desse ambiente contribui para uma mudança de concepção a respeito da deficiência, pois amplia a perspectiva de atuação, sensibilização e conscientização para com o outro. Assim, a visão estereotipada e capacitista que tanto acompanhou o público com deficiência é minimizada e passa a ser substituída pelo processo de normalização da deficiência (Costa; Santos, 2017; Diniz; Cordeiro;

Silva, 2022). Portanto, a presença da pessoa bibliotecária com deficiência na biblioteca traz uma nova perspectiva sobre as melhores práticas em relação à inclusão que podem ser realizadas naquele espaço. A partir de sua sapiência e por sua condição de deficiência, esse profissional estará mais apto para utilizar e avaliar os recursos que favorecem a acessibilidade, nos seus diferentes âmbitos, e com isso, contribuir não apenas para o atendimento da pessoa usuária com deficiência, mas para o desenvolvimento de suas funções no ambiente de trabalho (Diniz; Cordeiro; Silva, 2022).

Diante dessa conjuntura, compreende-se ser fundamental conhecer as possibilidades existentes a fim de proporcionar os aspectos favoráveis para a realização das tarefas laborais pela pessoa bibliotecária com deficiência. Na próxima subseção serão abordadas discussões referentes à acessibilidade, aos recursos de Tecnologia Assistiva e ao desenho universal, temas relevantes para que o ambiente das bibliotecas universitárias efetive a diversidade, cumpram a legislação e se tornem inclusivos.

[Fim de subseção]

[Início de subseção]

2.3 Acessibilidade, Tecnologia Assistiva e Desenho Universal: elementos para a inclusão

Com o intuito de favorecer a realização das atividades das pessoas com deficiência, alguns elementos são considerados fundamentais para auxiliarem nesse processo de inclusão, tais como: a instalação de pisos táteis para a orientação geoespacial de pessoas cegas ou com baixa visão; a construção de rampas e a instalação de elevadores para que pessoas com mobilidade reduzida possam transitar com autonomia e segurança; acesso à informação, por meio do uso de *softwares* leitores de tela ou da adaptação de conteúdos informacionais com o método Braille, pelo formato em áudio ou transcrição em Libras, para atender ao público com deficiência visual e auditiva, respectivamente. Essas alternativas fazem a diferença para que a inclusão realmente aconteça, tornando-se necessário compreender a importância que a acessibilidade, a Tecnologia Assistiva e o desenho universal podem proporcionar ao cotidiano das pessoas bibliotecárias com deficiência no seu ambiente de trabalho.

[Fim de subseção]

[Início de subseção]

2.3.1 Acessibilidade

De acordo com Sassaki (1997), é por meio da acessibilidade que se torna possível alcançar a inclusão, pois ela viabiliza condições para que todas as pessoas tenham as mesmas oportunidades de usufruírem da potencialidade que determinado ambiente possa oferecer, o uso dos seus produtos, dos seus serviços e das informações nele existentes. Dessa maneira, o processo de adaptação dos espaços se torna imprescindível para a ruptura de barreiras e atender às características peculiares da diversidade humana.

Por muito tempo, a acessibilidade foi relacionada apenas às barreiras arquitetônicas e estruturais existentes nas edificações, nos espaços urbanos, dentre outros aspectos condicionados ao meio físico. Essa percepção evoluiu no decorrer dos anos, constatando-se que apenas a ruptura das barreiras físicas não seria suficiente para que a pessoa com deficiência fosse considerada incluída na sociedade (Glat, 2011).

Cabe destacar que a acessibilidade beneficia, além das pessoas com deficiência, os indivíduos com limitações devido à idade avançada (pessoas idosas), gestantes, pessoas com deficiência temporária em decorrência de fraturas ou recuperação de cirurgias e pessoas que apresentam obesidade e problemas cardíacos (Glat, 2011).

Assim, a acessibilidade é considerada um conceito muito extenso, que não se restringe à presença de recursos tecnológicos e adaptação de espaços, mas abrange as relações interpessoais, as formas de tratamento, o sentimento de empatia, uma ótica mais humanista direcionada ao coletivo. [Início de citação] “O acolhimento e atendimento corretos dependem de um conjunto de atividades, pois a falta de um único item compromete qualquer esforço isolado” (Pupo; Martins, 2014, p. 38) [Fim de citação].

Diante do exposto, Sassaki (2003) revela a existência de sete dimensões da acessibilidade, que se encontram relacionadas entre si: arquitetônicas, comunicacionais, metodológicas, instrumentais, programáticas, atitudinais e naturais.

A acessibilidade arquitetônica está relacionada à viabilidade no acesso às edificações e demais espaços públicos ou privados, urbanos ou rurais devido à presença de rampas, elevadores e pisos táteis que possam orientar e facilitar a locomoção geoespacial das pessoas com deficiência com independência e segurança (Sassaki, 2003).

A acessibilidade comunicacional está veiculada a presença de um meio que permite realizar a transcrição alternativa condizente para a pessoa com deficiência se comunicar ou que tenha acesso à informação, por exemplo, a tradução de Libras ou o *software* leitor de tela (Sassaki, 2003).

A acessibilidade metodológica consiste no uso de técnicas e métodos que favorecem a realização de atividades no ambiente de trabalho. Os postos de trabalho são analisados de forma que possam ser adequados para a inclusão da pessoa com deficiência naquele ambiente (Sassaki, 2003; Fundação Dorina Nowill, 2024).

A acessibilidade instrumental está condicionada ao manuseio sem barreiras de equipamentos e *softwares*. Como exemplo, um *software* leitor de tela favorece a utilização de um computador por uma pessoa cega ou com baixa visão (Sassaki, 2003; Fundação Dorina Nowill, 2024).

A acessibilidade programática trata das legislações, normas e portarias que garantem o direito e respeitam as necessidades das pessoas com deficiência e caso sejam julgados pertinentes, às adequações das leis são realizadas com o propósito de incluir esse público (Sassaki, 2003; Fundação Dorina Nowill, 2024).

A acessibilidade atitudinal se refere às formas de comportamento desprovido de preconceitos e estereótipos, tratando as pessoas com deficiência em condições de igualdade respeitando a sua diversidade. É uma forma de tratamento que consiste em se colocar no lugar do outro, reconhecendo as suas características particulares, respeitando-o como cidadão e que não interferem em sua participação social (Sassaki, 2003; Diniz; Cordeiro; Lima, 2022).

A acessibilidade natural consiste na extinção de barreiras que foram criadas pela própria natureza e existentes no ambiente terrestre e aquático de espaços públicos ou privados (Sassaki, 2019; Fundação Dorina Nowill, 2025).

Condicionando as dimensões da acessibilidade ao ambiente das bibliotecas, esta pode ser considerada um caminho elementar para democratização da informação; tanto no aspecto arquitetônico, por eliminar barreiras de infraestrutura e

proporcionar condições satisfatórias da pessoa com deficiência transitar até o ambiente da biblioteca; no aspecto programático, com o regulamento e regimento da biblioteca adaptado para a inclusão do público com deficiência; na acessibilidade comunicacional, com a transcrição para materiais adaptados seja no formato áudio, Braille ou em Libras. Logo, é por meio dos diferentes níveis de acessibilidade que será possível atingir o nível de inclusão social esperado por esse público.

> [Início de citação] [...] quando a acessibilidade é mencionada na biblioteca, seu significado precisa estar muito além, pois conforme Manzini (2014, p. 20) '[...] as condições de acessibilidade devem estar fora da pessoa ou do usuário. Essas condições fazem parte dos espaços; mobiliários; equipamentos urbanos; edificações e dispositivos de comunicação e informação' (Wellichan; Manzini, 2018, p. 85) [Fim de citação].

Segundo Sousa, Bezerra, Andriola e Silva (2014), baseados no documento orientador sobre Referenciais de Acessibilidade da Educação no Ensino Superior, a acessibilidade à informação para a inclusão das pessoas com deficiência leva em consideração o material didático institucional e a tecnologia da informação e comunicação. Nesse tocante, a biblioteca universitária, por ser a responsável em organizar, reunir e disponibilizar as ferramentas para a pesquisa nas instituições de ensino superior, deve garantir o [início de citação] "acesso e uso aos recursos de informação de forma adequada e democrática, respeitando as múltiplas diversidades das pessoas com deficiência" (Lopes; Martins, 2022, p. 105). [fim de citação]

Para se alcançar a acessibilidade à informação nas bibliotecas, que muitas vezes se concentra na tríade tecnologia assistiva - pessoa bibliotecária - pessoa com deficiência, outros tipos de obstáculos precisam ser superados. As barreiras arquitetônicas, ainda presentes, como a ausência de rampas, piso táteis, sinais sonoros comprometem o deslocamento da pessoa com deficiência até a biblioteca universitária; as barreiras comunicacionais, como os catálogos das bibliotecas online, caso não estejam adaptados para o público com deficiência visual ou auditivo podem ser impeditivos para que esse pessoa usuária realize a busca pelo recurso informacional desejado; as barreiras atitudinais, por meio do tratamento provido de discriminação, preconceito e baseado em estereótipos afastam a pessoa com deficiência em utilizar os produtos e serviços da biblioteca universitária. (Wellichan; Manzini, 2018).

> [Início de citação] Os estudos sobre acessibilidade informacional em Bibliotecas, no campo da Ciência da Informação, são cada vez mais úteis e relevantes tendo em vista um aumento na consciência sobre a urgência na implantação de dispositivos que garantam a execução de políticas públicas amparadas pelo marco legal de inclusão da pessoa com deficiência na sociedade, particularmente no acesso à informação - que é condição básica para autonomia e cidadania (Vianna; Pinto, 2017, p. 126). [Fim de citação]

Os recursos de acessibilidade nas bibliotecas devem ser condizentes com o tipo de deficiência, com o propósito em corresponder às necessidades informacionais de forma individualizada. Conforme enfatiza Alves (2017, p. 1895), [início de citação] "[...] várias diretrizes já foram pensadas no sentido de tornar acessível a biblioteca e a informação que ela disponibiliza, no entanto, esse é um universo pouco discutido no contexto da Biblioteconomia" [fim de citação]. Dessa forma, para que as bibliotecas possam colaborar efetivamente com a acessibilidade, torna-se essencial sempre perguntar a pessoa com deficiência se ela necessita de algum auxílio. Caso seja confirmada essa necessidade, deve-se consultá-la sobre o recurso de acessibilidade que possui maior domínio para a sua utilização (Alves, 2017).

Isso vai ao encontro do lema "Nada sobre nós sem nós", que consiste na presença e participação das pessoas com deficiência nas tomadas de decisão quando os assuntos a serem debatidos se referem a si próprios. E nesta amplitude, abrangem-se as bibliotecas universitárias, seja durante a realização do atendimento de alguma pessoa com alguma deficiência ou no desenvolvimento de produtos e serviços destinados a esse público (Miranda, 2020).

Embora a acessibilidade e a inclusão das pessoas com deficiência tenham avançado na sociedade, o cenário contemporâneo ainda é acompanhado por diversos entraves, que também repercutem no ambiente das bibliotecas. Conforme Costa e Oliveira (2022), o trabalho realizado por uma equipe multidisciplinar pode modificar o atual panorama e essa percepção vai ao encontro das práticas profissionais e dos estudos realizados na Ciência da Informação.

Nessa direção, ao abordar sobre acessibilidade em bibliotecas, Pérez Ferrés (2006) afirma que para uma biblioteca ser considerada acessível ela deve ter a infraestrutura, os produtos, os serviços, o acervo adequado para atender com qualidade e satisfação às pessoas com deficiência. Stroparo e Moreira (2016, p. 219) ainda acrescentam que [início da citação] "[...] é preciso assegurar políticas de forma permanente, possibilitando que a acessibilidade em todas as suas dimensões

se dê de maneira plena, e não fragmentada e pontualmente" [fim da citação]. Cabe destacar, também, a necessidade de adequação do atendimento realizado em consonância à diversidade das deficiências, de tal forma que os indivíduos que se encontram nessas condições possam se sentir incluídos naquele ambiente em toda a sua plenitude.

> [Início da citação] Destaca-se que as bibliotecas são, antes de tudo, espaços de informação, e estes espaços são privilegiados em termos de visibilidade, de forma que adequam-se à inserção de elementos que devam facilitar a acessibilidade à informação e conhecimento. As bibliotecas são pontos chaves para a orientação das várias necessidades dos usuários, além de serem locais estratégicos, uma vez que são pontos de interação de pessoas e informação (Pupo; Martins, 2014, p. 38). [Fim da citação]

Ranganathan (1931) já demonstrava a preocupação da Biblioteconomia em relação ao acesso à informação pela pessoa com deficiência, ao defender a proposta de que os livros estejam ao alcance de todas as pessoas, sem exceção (Miranda, 2015). Nessa direção, Costa e Oliveira (2022) afirmam a presença da acessibilidade informacional e tecnológica na quarta lei da Biblioteconomia, sendo indispensável a presença dos recursos tecnológicos e informacionais acessíveis. Afinal, para que uma biblioteca seja considerada acessível e inclusiva, ela deve oferecer uma diversidade de fontes de informações nos mais variados tipos, desde que sejam acessíveis para toda a sua comunidade.

Borko (1968), Souza e Tabosa (2016) afirmam que a Ciência da Informação pesquisa as propriedades e o comportamento da informação, o que inclui a acessibilidade e a usabilidade. Dessa forma, estudos relacionados à acessibilidade também são condizentes à Ciência da Informação, pois se integram ao arcabouço teórico de fenômenos informacionais, transmissão, transformação (transcrição da informação do suporte tradicional para um meio alternativo, como o Braille ou audiolivro), utilização da informação, seus desafios e possíveis soluções.

Além das dimensões mencionadas por Sassaki (2003), o tema acessibilidade na web vem ganhando destaque, em virtude da difusão da Internet que possibilitou o acesso a diversas fontes de informação. O acesso à informação é um direito de todos os cidadãos e também abrange discussões referentes à acessibilidade no ambiente na web. Observa-se que os *sites* e mídias sociais, dentre outras fontes provenientes do meio eletrônico, também precisam de alternativas acessíveis, de tal

forma que possam contemplar as necessidades das pessoas com deficiência nesse ambiente (Nazário; Coelho, 2019; Miranda; Gibson; Moraes; Silva, 2022).

Assim, para que a pessoa bibliotecária com deficiência possa desenvolver suas atividades laborais com qualidade, observa-se que as dimensões da acessibilidade precisam atuar em conjunto para que a inclusão desse profissional, de fato, aconteça. O ambiente das bibliotecas precisa oferecer condições de acessibilidade, desde o aspecto físico ao virtual, para que o profissional com deficiência tenha várias possibilidades de atuação. A partir dessa perspectiva, concomitante com a acessibilidade, os recursos de Tecnologia Assistiva são alternativas que promovem a inclusão e contribuem para que a pessoa bibliotecária com deficiência tenha autonomia para realizar as suas tarefas em qualquer lugar, e para este estudo em específico, no ambiente das bibliotecas universitárias.
[Fim de subseção]

[Início de subseção]
2.3.2 Recursos de Tecnologia Assistiva

A Tecnologia Assistiva (TA) é uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que envolve o uso de equipamentos, instrumentos, ferramentas e metodologias para ampliar as habilidades funcionais e promover a acessibilidade das pessoas com deficiência em realizar as suas atividades diárias com independência e inclusão (Bersh; Tonolli, 2006; Santos; Sampaio; Sampaio; Gutierrez; Almeida, 2017).

De acordo com o Decreto nº 10.645, de 11 de março de 2021, que dispõe sobre as diretrizes, os objetivos e os eixos do Plano Nacional de Tecnologia Assistiva, entende-se por TA ou ajuda técnica

> [Início de citação] [...] os produtos, os equipamentos, os dispositivos, os recursos, as metodologias, as estratégias, as práticas e os serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, com vistas à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social (Brasil, 2021, online) [Fim de citação].

Conforme Souza e Tabosa (2016), os recursos de TA abrangem qualquer tipo de instrumento que proporciona facilidades na realização de alguma atividade pelas pessoas com deficiência; porém, não se limitam apenas a esse público. Os autores

exemplificam como instrumentos desde uma bengala, que orienta no deslocamento de uma pessoa com deficiência visual, até um aplicativo de *smartphone* que faz a tradução para Libras, de modo que uma pessoa ouvinte seja compreendida por uma pessoa surda.

Compreende-se que os recursos de TA atuam como mediadores para que a acessibilidade se concretize, pois promovem distintas formas de acesso à informação, auxiliam na adequação ou na eliminação de barreiras, propiciando melhores condições para qualidade de vida e inclusão das pessoas com deficiência física, visual, auditiva, mental ou múltipla na sociedade (Lauand 2005; Paiva, 2020; Sotoriva; Neves; Jacques; Quintana, 2022).

Para Oliveira e Silva (2015), os recursos de TA, em conjunto com a acessibilidade atitudinal, o acolhimento, a empatia e o desenho universal são o caminho para uma sociedade inclusiva. Diante desse entendimento, os recursos de TA se tornam alternativas de mediação para que as pessoas com deficiência sejam incluídas em qualquer ambiente, como no ensino superior, uma vez que auxiliam no processo de ensino e aprendizagem. De acordo com Bersch (2006, p. 92) [início de citação] “[...] a aplicação da TA na educação vai além de simplesmente auxiliar o aluno a fazer tarefas pretendidas. Nela, encontramos meios de o aluno ser e atuar de forma construtiva no seu processo de desenvolvimento” [fim de citação].

Cabe destacar que os recursos de TA contribuem no processo de inclusão das pessoas com deficiência na educação, na saúde, no trabalho, entre outras esferas, pois torna possível o desenvolvimento de várias atividades, o que antes era considerado difícil ou improvável para esse público (Radabaugh, 1993). Logo, as bibliotecas universitárias têm nos recursos de TA a oportunidade de adaptar seus produtos e serviços e seu atendimento, deixando-os acessíveis e condizentes com as perspectivas das pessoas com deficiência.

Embora os recursos de TA sejam considerados indispensáveis para a acessibilidade, é preciso compreender, inicialmente, as particularidades de cada indivíduo ante a diversidade humana. Assim, as bibliotecas universitárias podem tornar os seus produtos e serviços acessíveis correspondendo às necessidades informacionais das pessoas usuárias com deficiência (Silva; Freitas; Araújo, 2019). A partir dessa percepção, os recursos de TA podem ser otimizados e direcionados de acordo com a preferência de cada pessoa usuária, e isso se aplica, também, a

pessoa bibliotecária com deficiência, que pode necessitar do auxílio desses recursos para exercer as suas atividades funcionais.

> [Início de citação] As pessoas com deficiência física/motora afirmaram abandonar a TA quando é difícil o manuseio ou transporte da mesma. A TA depende da adaptação do usuário, por isso, deve ser de fácil utilização. Seu sucesso não depende exclusivamente da disposição da TA em repor a ausência do membro ou de sua funcionalidade, mas também da adesão da pessoa com deficiência (Vital; Queiroz, 2008; Santos, Sampaio; Sampaio; Gutierrez; Almeida, 2017, p. 59) [Fim de citação].

Portanto, a pessoa bibliotecária precisa saber e dominar o uso dos recursos de TA para atingir o objetivo esperado em favorecer o acesso à informação, pois [início de citação] "[...] as tecnologias assistivas nem sempre são de uso intuitivo [...]" (Santos; Diniz; Fernandes, 2017, p. 1878; Pinheiro; Oliveira, 2018; Costa; Chalub, 2021) [fim de citação].

> [Início de citação] Nesse contexto, pessoas com deficiência devem ter acesso à informação e aos ambientes garantidos e facilitados de forma que se sintam naturalmente parte da sociedade. Porém, na realidade, a luta pelos direitos das pessoas com deficiência pela equidade é fato reconhecido e em constante busca, pois o sentimento de não pertencimento é reafirmado diante de situações e ambientes que reforcem suas limitações e/ou dificuldades de uso ou acesso (Wellichan; Manzini, 2018, p. [84]) [Fim de citação].

Conforme salientado por Wellichan e Manzini (2021), somente a presença dos recursos de TA não significa a concretização da inclusão, mas a partir das ações realizadas por meio dela, possibilitam a interação social da pessoa com deficiência. Dessa forma, saber a opinião da pessoa usuária com deficiência torna-se imprescindível para que a tomada de decisão seja mais assertiva durante o seu processo de atendimento e para a seleção do recurso de TA que lhe for mais conveniente.

Sabe-se que as TDIC facilitaram a realização de diversas atividades cotidianas, inclusive em relação aos produtos e serviços oferecidos pelas bibliotecas universitárias. Nesse sentido, novas condições para busca, uso e recuperação da informação, tanto no ambiente físico quanto *online*, foram propiciadas, inclusive para as pessoas com deficiência, desde que essas ferramentas estejam acessíveis (Miranda, 2017).

Diante disso, é importante salientar que as bibliotecas universitárias devem estar previamente preparadas para disponibilizar produtos e serviços acessíveis e não se preocupar com esta situação, somente, quando aparecer uma pessoa

usuária com deficiência. Acrescenta-se ainda, que não é justificativa usar da ausência de pessoas usuárias com deficiência para a falta de investimentos em recursos de TA e acessibilidade, uma vez que se vive em uma sociedade diversa e inclusiva. Dessa forma, esperam-se que as instituições se mobilizem na perspectiva de ajustar os seus ambientes em condições para receber todas as pessoas a qualquer instante (Miranda, 2017).

Portanto, verifica-se que a presença dos recursos de TA nas bibliotecas universitárias criam possibilidades em garantir o direito de acesso à informação às pessoas com deficiência cumprindo com o seu potencial integralizador de viabilizar a inclusão desses cidadãos (Silva; Lazzarin, 2017). Nesse tocante, é importante conhecer a diversidade de recursos acessíveis disponíveis que podem ser utilizados nas bibliotecas universitárias a fim de cumprirem o seu papel de tornar esse ambiente inclusivo, como demonstrado no Quadro 1.

Quadro 1 - Recursos de Tecnologia Assistiva para as pessoas com deficiência

(continua)

Tipos de deficiência	**Recursos de Tecnologia Assistiva**	**Finalidade**	**Exemplos**
Visual	Ampliadores de telas	Ampliam e modificam as cores da tela, com o objetivo de melhorar a leitura de textos e a percepção de imagens, para pessoas com dificuldades de enxergar.	Lentes de aumentos, lupa eletrônica, óculos para baixa visão.
	Leitores de tela	Realizam a leitura de informações textuais por meio de sintetizadores de voz ou displays em Braille para pessoas cegas ou com baixa visão.	Virtual vision, Monitivox, Jaws, NVDA (Non Visual Desktop Access), Dosvox – para ambiente Windows; ORCA (Linux); Voice over (MAC os).
	Programas de reconhecimento de voz	Possibilitam o acionamento de comando dos programas via voz e podem ser usados por quem tem deficiência que dificulte, ou impeça o uso de teclado ou mouse, por exemplo	XULIA (acrônimo de Gestão Unificada de Linguagem de Inteligência Artificial, no dialeto galego)
	Conversor de texto para áudio	Ler em voz alta o texto escrito e escolher as sentenças a serem proferidas com base nas respostas vocais do usuário.	D-Speech, Scanner Bookreader.

(conclusão)

Tipos de deficiência	Recursos de Tecnologia Assistiva	Finalidade	Exemplos
	Textos e imagens em Braille	Conversão de textos e imagens impressos para o formato Braille	Conversão de textos e imagens impressos para o formato Braille
Mudo	Vocalizadores	Realizam a comunicação expressiva e receptiva das pessoas sem a fala com limitações da mesma	Pranchas de comunicação com os símbolos ARASAAC, SymbolStix, Widgit, PCS ou Bliss.
Física ou Mobilidade reduzida		Adaptam os ambientes no aspecto arquitetônico sejam eles: residência, local de trabalho, empresas, instituições de ensino, entre outros.	Rampas, elevadores, adaptações em banheiros entre outras, que retiram ou reduzem as barreiras físicas, facilitando a locomoção e o uso dessas áreas pela pessoa com deficiência.
Surdos ou com deficiência auditiva	Aparelho de surdez, recursos informacionais disponíveis na Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)	Auxiliar na comunicação da pessoa surda ou com deficiência auditiva	Telefones com teclado — teletipo (TTY), sistemas com alerta tátil-visual, campainhas luminosas.

Fonte: Adaptado de Cunha e Malheiros (2018); Silva (2019); Sartoreto e Berch (2024).

O Quadro 1 representa uma amostra das inúmeras possibilidades que existem dentro do universo dos recursos de TA e que podem beneficiar as pessoas com diversos tipos de deficiência em utilizarem os produtos e serviços disponíveis nas bibliotecas universitárias. Ainda que sejam consideradas essenciais, a literatura na área da Biblioteconomia e Ciência da Informação aponta alguns desafios vivenciados pelas bibliotecas universitárias em relação à aquisição, à implantação e ao uso dos recursos de TA. Nessas circunstâncias, as dificuldades podem ser determinantes no processo de inclusão da pessoa com deficiência, tanto quanto usuária desses recursos, quanto como pessoa bibliotecária com deficiência que pode depender dessas ferramentas para o seu exercício profissional.

Diante o exposto, Delgado Garcia (2017, p. 144) e o Instituto Tecnológico Social (2017, p. 144) apontam alguns desafios relacionados ao acesso dos recursos de TA no âmbito do Trabalho e da Educação, conforme detalhados a seguir:

> [Início da citação] 1. Faltam produtos assistivos nacionais, de baixo custo, de qualidade similar à dos importados;
> 2. A insuficiência de recursos computacionais (computadores e dispositivos móveis/tablets) acessíveis e de aplicativos que garantam acessibilidade às oportunidades oferecidas por esta tecnologia compromete a participação

> dos estudantes e dos trabalhadores com deficiência em igualdade de condições;
> 3. Ainda incidem muitos impostos sobre os produtos assistivos, o que dificulta o acesso;
> 4. Faltam recursos que possibilitem e/ou facilitem a comunicação de pessoas com deficiência nos espaços de educação e trabalho, inclusive no atendimento ao público;
> 5. A concessão de produtos assistivos, de qualidade, hoje não é suficiente para atender a demanda real;
> 6. Faltam materiais didáticos acessíveis aos alunos com deficiência.
> 7. Muitas escolas recebem equipamentos mas não instalam nas salas de recursos multifuncionais;
> 8. Embora o MEC disponibilize 50 itens para a implantação de sala de AEE, além de verba diferenciada do Fundeb para escolas relacionadas à matrícula de pessoas com deficiência, muitas escolas ainda não contam com essas salas de recursos multifuncionais, muitas vezes por conta de falhas na administração e gestão local (Delgado Garcia; Instituto Tecnológico Social, 2017, p. 144). [Fim da citação]

Nessa consonância, a literatura da área da Biblioteconomia e Ciência da Informação apresenta alguns casos de implementação, estudos e propostas de utilização dos recursos de TA nas bibliotecas universitárias nos mais diversos países, e mostra que os desafios e as dificuldades da inclusão social vivenciados pela pessoa com deficiência no contexto da educação, em específico no âmbito do ensino superior, são semelhantes.

Tabosa e Pereira (2013) buscaram evidenciar o papel das pessoas bibliotecárias do Estado do Ceará como agentes transformadores em facilitar o acesso a serviços eletrônicos para pessoas usuárias com deficiência visual. Um questionário eletrônico foi enviado às pessoas bibliotecárias que exercem a profissão no Ceará. O estudo identificou a necessidade de treinamento e domínio de recursos de TA pelas pessoas bibliotecárias, a fim de proporcionar melhor o acesso eletrônico às informações para pessoas usuárias com deficiência visual. Constatou-se também a ausência de conscientização e implementação de recursos de TA em algumas instituições, inclusive as que são especializadas em Medicina, o que pode prejudicar os estudantes com deficiência visual ao acesso às informações especializadas.

Chen (2014) relatou a definição do serviço de biblioteca universitária sem barreiras, apresentando *hardwares* e *softwares* que cumprem esse papel de acessibilidade. Alguns exemplos de tecnologias citadas que auxiliaram as pessoas com deficiências visuais nas bibliotecas universitárias foram: leitores de tela como *JAWS*, *Chengde*, e *Tsinghua Shuangxing* para cegos, máquina de impressão e leitura em Braille, *software* de ampliação de tela e navegador baseado em texto

LYNX. Salienta-se que o autor realizou uma pesquisa nos *sites* de 10 bibliotecas universitárias, dos quais cinco eram chinesas e outras cinco norte-americanas, e constatou que apenas o *site* de uma biblioteca universitária chinesa seguia os padrões internacionais de acessibilidade para as pessoas com deficiências visuais. Isso demonstra o quanto é preciso avançar em todos os aspectos da biblioteca para que ela possa cumprir com o seu papel inclusivo.

Pereira e Nonato (2014) apontaram os problemas enfrentados pelos gerentes do sistema de bibliotecas da Universidade Federal de Goiás (UFG) com o foco na acessibilidade para pessoas usuárias com deficiências físicas, visuais e auditivas. Como metodologia, utilizaram questionários para a coleta de dados das pessoas usuárias com deficiência e entrevistas com os gerentes das bibliotecas da UFG. Os resultados apontaram que os gerentes possuem dificuldades em atender os requisitos de acessibilidade, devido ao baixo orçamento, à ausência de um plano de acessibilidade, ao treinamento precário dos servidores e à aquisição inadequada de recursos de TA. Ainda salientaram que as pessoas usuárias com deficiência física da Biblioteca Central da UFG não utilizam os recursos de TA e enfrentam dificuldades com o elevador, falta de sinalização e iluminação precária.

Segundo o estudo realizado por Melo, Furtado, Ribeiro, Melo, Araújo e Trindade (2014) no laboratório de acessibilidade da Biblioteca Central Zila Mamede (BCZM) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), os serviços de textos adaptados apresentam uma série de problemas, pois há uma demanda substancial pelos estudantes e o processo de envio do documento original pelo docente é demorado. Dessa forma, o material adaptado não fica disponível para o aluno de forma antecipada para a realização de estudos ou leitura, somente, no instante para o desenvolvimento das atividades, como provas e seminários.

Ressalta-se que a transcrição para um material adaptado, na maioria das vezes, é um processo que demanda tempo e a matéria-prima utilizada; no caso do papel específico para a transcrição em Braille ou o uso de algum recurso de TA para áudio, possuem custos elevados. Conforme estudos realizados pela biblioteca pública para cegos da Lituânia, o período de publicação para um formato acessível pode ultrapassar três meses, o que dificulta o acesso à informação das pessoas com deficiência visual (Manzuch; Maceviciute, 2013).

Oliveira (2015) discutiu a importância sobre a promoção da leitura, inclusive em bibliotecas universitárias. O autor evidenciou a realização do projeto “Ler ilumina

sua mente" iniciado pela BCZM da UFRN, que utilizou o *software DSpeech*, que transforma a literatura de Cordel em um audiocordel, tornando-a acessível às pessoas usuárias com deficiência visual. A partir disso, espera-se que o *DSpeech* possa ser uma alternativa para o acesso à informação às pessoas usuárias com deficiência visual.

Cutrim e Lemos (2014) discutiram o papel das bibliotecas universitárias no treinamento e no apoio às pessoas com deficiência, enfatizando o uso de recursos de TA para promover a autonomia e a acessibilidade. A metodologia utilizada contou com a revisão de literatura e visitas *in loco* para verificar problemas de acessibilidade e os resultados identificaram falhas nas bibliotecas do Núcleo Integrado de Bibliotecas (NIB) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) com relação à acessibilidade e às barreiras estruturais. Os autores ressaltaram a necessidade de investimento em recursos de TA e treinamento de tutores para superar as barreiras de acesso físico e aumentar a contribuição da universidade para a sociedade.

Vieira (2014) buscou identificar as políticas de acesso e inclusão para a comunidade de pessoas com deficiência auditiva no NIB da UFMA e informar a disponibilidade, segundo a diretora do NIB, de recursos de TA como: calculadora falada, lupa eletrônica, programas de voz, *scanner*, computador de pesquisa especial e cabine adaptada. A metodologia utilizada foi baseada de acordo com a norma brasileira (NBR) 9050:2004, a Lei 10.098/00 e o Decreto 5.296/04, e os resultados indicaram a ausência de recursos de TA que atendam ao público surdo.

Diniz, Almeida e Furtado (2016) examinaram as práticas de acessibilidade e inclusão na biblioteca central da UFMA para estudantes com deficiência. Um questionário foi aplicado e revelou que a biblioteca não se encontra equipada com serviços especializados para atender as pessoas usuárias. Todavia, durante a entrevista com a diretora do NIB, foi confirmada a existência desse acervo voltado para acessibilidade. A diretora complementou informando que o NIB possui programas específicos para Windows (MAGIC® e *JAWS*®), lupa eletrônica (Aladin Mouse), calculadora falada, máquina de escrever e impressora em Braille, *scanner*, computador com placa de vídeo especial e uma TV de 29". Foi ainda ressaltado que o NIB atua em parceria com o Núcleo de Acessibilidade, juntamente com a Pró-Reitoria de Ensino (PROEN) e Colégio Universitário (COLUN). Os resultados relataram que a biblioteca central da UFMA ainda não está adotada de serviços que atendam às necessidades informacionais das pessoas usuárias com deficiência.

A pesquisa de Tripathi e Shukla (2014) buscou identificar como os recursos de TA foram utilizados para atender as necessidades informacionais de alunos com deficiência visual nas bibliotecas universitárias da Índia, Canadá, Reino Unido e nos Estados Unidos. Como metodologia foi realizada uma consulta aos *sites* das bibliotecas universitárias desses países. Os resultados mostraram que no Canadá, Reino Unido e Estados Unidos, as bibliotecas universitárias disponibilizam *software* de ampliação de tela, leitores de Braille, leitores de tela, lupas e mesas ajustáveis, formatos alternativos para materiais didáticos e livros de referência, como versões em letras grandes, faladas e em Braille como meios de auxílio aos estudantes com deficiência visual. Já na Índia, o uso e a implementação dos recursos de TA se encontram no estágio inicial.

Mutula e Majinge (2016) realizaram uma revisão de literatura sobre o comportamento informacional dos estudantes com deficiência visual em bibliotecas universitárias, com destaque para aquelas localizadas nos países do continente africano. Constataram que os recursos de TA podem efetivamente ser utilizados para facilitar o acesso à informação por alunos com deficiência visual em bibliotecas universitárias. O estudo revelou ainda que,

> [início de citação] a escassez de recursos de informação em Braille e letras grandes, prédios de bibliotecas inacessíveis e falta de tecnologias assistivas são os principais desafios que afetam o acesso e o uso da informação por estudantes que vivem com deficiências visuais (Mutula; Majinge, 2016, p. 522, tradução nossa). [fim de citação]

Diniz, Almeida e Furtado (2016) discorreram sobre as práticas inclusivas desenvolvidas por bibliotecas universitárias no Brasil e em Portugal, considerando a implementação e uso de recursos de TA voltados para alunos com deficiência. Como metodologia, foram enviados questionários para as bibliotecas universitárias dos dois países. Este artigo identificou uma fragilidade por parte das pessoas bibliotecárias de ambos os países em relação à promoção e desenvolvimento da acessibilidade nas bibliotecas universitárias, devido à ausência de uma formação específica desses profissionais sobre o tema. A falta de conhecimento sobre a acessibilidade por parte do profissional bibliotecário pode prejudicar na construção ou adaptação da biblioteca universitária e contribuir para o distanciamento da pessoa com deficiência em usufruir os produtos, os serviços e os recursos de TA.

Ferreira e Chagas (2016) discutiram sobre a atribuição da pessoa bibliotecária no processo de inclusão da pessoa usuária surda nas bibliotecas universitárias, com

o auxílio dos recursos de TA para o desenvolvimento das atividades acadêmicas e acesso à informação. Eles citaram algumas ferramentas direcionadas à comunidade surda que possa ser utilizada nas bibliotecas universitárias, como: os dicionários digitais das línguas de sinais; Dicionário Bilíngue – Português x Libras e Libras x Português; o Dicionário LIBRAS.com; o Dicionário LIBRAS Ilustrado; *o Sign Writing; o Signed e o Signsim*; e o Sistema Falibras. Adotaram como metodologia a pesquisa bibliográfica e, como resultados, revelaram o desenvolvimento de habilidades e competências do novo perfil do bibliotecário para a inclusão da pessoa usuária surda.

Fernandes e Vianna (2016) buscaram identificar a percepção de indivíduos com deficiência visual em relação à TA, especificamente aos sintetizadores de voz. Para isso, utilizaram-se de questionário para a coleta de dados. Os resultados destacaram a importância de as pessoas bibliotecárias compreenderem as percepções e necessidades específicas dos indivíduos com deficiência, particularmente em relação à deficiência visual e aos benefícios potenciais do uso de sintetizadores de voz.

Assis e Diniz (2017) destacaram o atendimento à pessoa com deficiência nas bibliotecas da Universidade Federal Fluminense (UFF) com o apoio da TA. O estudo consistiu em elaborar um protocolo a partir de um levantamento conceitual bibliográfico de orientações e diretrizes para evitar barreiras atitudinais no atendimento à pessoa usuária com deficiência. As autoras salientaram que, por meio da Divisão de Acessibilidade e Inclusão (Sensibiliza UFF), é possível adquirir os equipamentos de TA para as bibliotecas auxiliarem no atendimento das pessoas com deficiência.

Mulliken (2017) realizou um estudo com o objetivo de analisar, a partir da perspectiva da pessoa usuária cega, o uso dos *softwares* leitores de tela. Foram entrevistadas 18 pessoas usuárias cegas e observou-se os desafios enfrentados por eles em relação ao acesso aos recursos *online* nas bibliotecas universitárias dos Estados Unidos, como os leitores de tela *JAWS*® e *NVDA*®. Constatou-se ainda a existência de lacunas de conhecimento e recursos para as pessoas usuárias com deficiências. Isso destaca a importância de as pessoas bibliotecárias conhecerem os recursos de TA e as obrigações das bibliotecas em fornecer recursos *online* acessíveis.

Arruda (2017), Santos e Carvalho (2019) abordaram sobre uma proposta de implementação de recursos de TA na biblioteca universitária da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS) e no Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET/MG), respectivamente, para melhorar a acessibilidade comunicacional com as pessoas com deficiência. Como metodologia, utilizaram-se da observação em duas bibliotecas do CEFET/MG, questionários enviados aos coordenadores das bibliotecas e entrevistas com três estudantes com deficiência. Destacaram a importância em adquirir recursos de TA compatíveis com os principais navegadores, tanto para computadores quanto para dispositivos móveis, para melhorar a acessibilidade dos serviços e recursos da biblioteca. Os resultados apontaram avanços na inclusão do estudante com deficiência no CEFET/MG; no entanto, ainda é necessário a realização de mais modificações do ponto de vista da acessibilidade e dos recursos de TA. Arruda (2017), por meio de um levantamento bibliográfico, obteve como resultados do seu estudo, a necessidade de as bibliotecas universitárias se adaptarem às novas tecnologias e fornecerem serviços *online*, incluindo a aquisição de recursos de TA, para garantir que as pessoas com deficiência possam acessar as informações digitais.

De acordo com a pesquisa de Antunes e Pimenta (2017), alguns recursos de TA foram adquiridos para todos os *campi* da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), e estes consistiam em livros Braille, impressoras Braille e *scanner* com voz. Acrescenta-se que oficinas de sensibilização foram realizadas com a comunidade acadêmica; entretanto, os recursos de TA continuavam dentro das caixas, pois não havia servidores capacitados para manuseá-los. Os autores destacaram ainda que as bibliotecas não possuem recursos de TA para o atendimento aos estudantes com deficiência visual, o que demonstra um despreparo da instituição, pois possuir essas ferramentas não significa que, efetivamente, esteja acontecendo a inclusão.

> [Início de citação] Entretanto, de pouco adianta a tecnologia evoluir se ela acaba não sendo disponibilizada nas bibliotecas e seu uso disseminado por meio de ajudas técnicas dos profissionais da informação, particularmente, dos bibliotecários. Enquanto as bibliotecas e os bibliotecários não se adequarem às tecnologias já existentes, a evolução da pesquisa na área continuará impactando as práticas profissionais apenas de forma sutil e em unidades específicas, sendo esse um dos principais desafios que emergem deste estudo (Fernandes; Vianna, 2016, p. 15). [Fim de citação]

Pinheiro e Oliveira (2018) abordaram sobre a utilização dos recursos de TA no processo de mediação da informação das pessoas usuárias com deficiência

visual na Biblioteca Central da Universidade Federal do Pará (UFPA). Baseando-se na pesquisa bibliográfica, observação direta e entrevista com o profissional responsável pelo setor de atendimento ao pessoa usuária com deficiência nessa biblioteca, perceberam que os recursos de TA mais utilizados para a realização desse processo foram: [início de citação] “conversão de materiais para suportes e/ou formatos acessíveis; apoio na leitura de textos impressos à tinta; descrição de imagens; pesquisa na Internet e disponibilidade de computadores com leitores de tela e o Dosvox” (Pinheiro; Oliveira, 2018, p. 2114) [fim de citação]. Consideraram ainda que a mediação realizada pelo uso de recursos de TA à informação científica contribui para que as pessoas com deficiências visuais tivessem acesso aos produtos e serviços disponibilizados pela biblioteca universitária.

Lyner-Cleophas (2019) abordou sobre o uso da TA como forma de inclusão da pessoa com deficiência no ensino superior. A autora apontou a disponibilidade de acesso à Internet em todas as instituições de ensino superior da África do Sul, o que resultou em uma lista de serviços sobre informações de TA. Ela salientou que os recursos de TA não estão alocados nas bibliotecas universitárias, mas localizados em sua maior parte em laboratórios de informática, no qual os alunos utilizam para acessar os materiais de aprendizagem e leitura.

Al-Harrasi e Taha (2019) discutiram as necessidades especiais como um novo gênero de serviços de biblioteca acadêmica nos Emirados Árabes Unidos. Por meio de entrevistas com 35 estudantes com deficiência, os resultados revelaram que a biblioteca universitária não responde às suas necessidades de acesso ao conteúdo digital e os serviços *online* não são utilizados de forma adequada. Os participantes recomendaram a introdução de recursos de TA para atraí-los a frequentar e utilizar a biblioteca de forma autônoma.

Dodamani e Dodamani (2019) verificaram o *status* da TA para auxiliar os alunos com deficiência visual nas bibliotecas universitárias da Índia. O estudo englobou 185 universidades do país e revelou que apenas 22,70% das bibliotecas universitárias disponibilizaram recursos de TA para capacitar os alunos com deficiência visual a terem acesso instantâneo aos produtos e serviços da biblioteca.

Sales, Sousa e Macedo (2019) propuseram o uso do sistema computacional Dosvox para facilitar a atuação de pessoas usuárias com deficiência visual no acesso ao catálogo *online* da biblioteca Leopoldo Nachbin do Instituto de Matemática e na biblioteca do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH) da

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e ao portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), promovendo inclusão social, independência e motivação pessoal. Como resultados esperados, por meio da instalação do sistema Dosvox com o apoio de recursos humanos e profissionais do setor de Tecnologia e Informação da instituição, pretende-se aumentar o acesso e o uso das informações disponíveis no catálogo *online* da biblioteca e no portal da CAPES por pessoas usuárias com deficiência visual.

Sousa, Sales e Macedo (2019) supracitadas também elaboraram um outro trabalho que consistiu em conduzir pesquisas sobre recursos de TA gratuitos para serem instalados em computadores das bibliotecas e identificaram instituições que fornecem livros e audiolivros em Braille gratuitos para oportunidades de parceria. A metodologia consiste na instalação do software Dosvox com o auxílio de tutoriais e colaboradores de tecnologia da informação da UFRJ. O artigo destacou o papel dos profissionais da informação em atender às diversas necessidades das pessoas usuárias, incluindo aquelas com deficiência visual, ao longo de sua jornada acadêmica. Como resultados futuros espera-se construir uma cultura de autonomia, possibilitando a inclusão social e o aumento da independência do público com deficiência.

Teixeira e Ferreira (2019) objetivaram coletar informações sobre o uso de *softwares* de TA nas bibliotecas universitárias na região Nordeste do Brasil. Como metodologia, utilizaram pesquisas e entrevistas e constataram que a adoção de *softwares* leitores de tela tem sido lenta e gradual (considerando o período entre 2010 e 2018). Os resultados apontaram que os leitores de tela predominantes identificados na literatura e usado nessas bibliotecas são para indivíduos com deficiência visual, indicando a falta de opções de *software* para outros grupos de pessoa usuárias com deficiências. De acordo com o estudo, a responsabilidade em adquirir o *software* de TA foi atribuída às pessoas bibliotecárias, que desempenham um papel crucial como mediadores entre as pessoas usuárias com deficiência. O estudo também revelou que algumas pessoas bibliotecárias não receberam treinamento no uso do software TA e houve falta de conscientização e engajamento na busca por essas ferramentas. O artigo destaca a necessidade de as pessoas bibliotecárias serem proativas em se manterem atualizadas com os recursos disponíveis e buscarem o apoio necessário para cumprir seu papel na promoção da acessibilidade.

Os autores Agabirwe e Kiyingi (2020) procuraram explorar a utilização de recursos de TA entre os alunos com deficiência visual em bibliotecas universitárias em Uganda. Os recursos de TA disponíveis que os alunos utilizavam nas bibliotecas universitárias estudadas foram o leitor de tela *JAWS*® e uma gravadora para cegos. A partir das entrevistas realizadas com as pessoas usuárias com deficiências visuais, concluíram que as pessoas bibliotecárias não sabem usar e não possuem o conhecimento adequado para a realização de treinamentos para a utilização dos recursos de TA. Destacaram também que tais recursos existentes são obsoletos, que os alunos com deficiência visual não sabem como utilizá-los e ainda ressaltaram que "o fornecimento de tecnologias assistivas por si só pode ser insuficiente para garantir a utilização dos recursos digitais de informação por alunos com deficiência visual" (Agabirwe; Kivingi, 2020, p. 477, tradução nossa).

Munyoro, Machimbdiza e Mutula (2021) enfatizaram o desenvolvimento de competência em TA da pessoa bibliotecária que atua nas bibliotecas universitárias das províncias do Zimbábue. Por meio de entrevistas, constatou-se que a pessoa bibliotecária necessitava de uma formação adequada em TA em suas universidades para se tornar mais apta em auxiliar os estudantes com deficiência. Há também os vários desafios existentes que incluem [início de citação] "financiamento inadequado, falta de especialistas em TA, falta de exposição a eventos relacionados à TA, atitude negativa em relação às questões de deficiência pelos tomadores de decisão" (Munyoro; Machimbdiza; Mutula, 2021, p. 8, tradução nossa) [fim de citação].

Pinheiro e Crivellari (2021) realizaram uma revisão de literatura a fim de observar o que fazem as pessoas bibliotecárias atuantes em sistemas de bibliotecas universitárias públicas (no Brasil) para satisfazer às necessidades das pessoas com deficiência, em relação à utilização e ao conhecimento dos recursos de TA para a inclusão da pessoa com deficiência e à colaboração da pessoa bibliotecária no processo de ensino aprendizagem. Identificaram que as ações ainda são consideradas incipientes por parte das pessoas bibliotecárias em promover a acessibilidade em bibliotecas universitárias, bem como o conhecimento sobre o uso dos recursos de TA. Os autores, por meio da revisão de literatura, identificaram que os leitores de tela, as publicações e a impressora em Braille, a lupa eletrônica, os audiolivros e o *scanner* são alguns dos recursos de TA que tentam suprir as necessidades desse público. Os recursos de TA se encontram presentes no sistema de bibliotecas da Universidade Federal do Ceará, por meio do Núcleo de

Acessibilidade, na biblioteca central da UFMA, na rede de bibliotecas da Universidade Estadual Paulista, no sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, na Biblioteca Central da UFMS, na BCZM da UFRN e na Biblioteca Universitária José de Alencar da Faculdade de Letras da UFRJ.

Silva e Spudeit (2021) realizaram um mapeamento dos serviços das bibliotecas universitárias destinados a promover a acessibilidade informacional das pessoas cegas. Nesse estudo, as autoras localizaram na literatura diversas iniciativas de bibliotecas universitárias no Brasil, Nigéria e na Índia, que utilizavam os recursos de TA com a finalidade de: busca e recuperação e acesso às informações científicas (Monteiro, 2010); atuação do bibliotecário como intermediário entre fontes de informação e a pessoa com deficiência visual (Gonçalves, 2012); inclusão e recursos para o acesso à informação nos ambientes digitais/virtuais elencando os principais recursos de TA (Sonza; Salton; Carniel, 2012); diagnóstico dos recursos de TA nas bibliotecas da região da capital nacional da Índia e estudo de usuários em relação ao uso das TA nas bibliotecas da Nigéria (Kumar; Sanaman, 2017) e nas bibliotecas universitárias americanas (Mulliken, 2017). Como resultados, observaram diversas iniciativas para o acesso à informação para as pessoas com deficiência visual baseado nas legislações; porém, as bibliotecas universitárias ainda precisam planejar e desenvolver produtos e serviços informacionais acessíveis seguindo os parâmetros de acessibilidade.

Potnis e Mallary (2021) tiveram como objetivo analisar a divisão de serviços em bibliotecas universitárias públicas dos Estados Unidos e verificaram os desafios enfrentados por 186 delas, sobre a prestação de serviços aos pessoa usuárias com deficiência utilizando os recursos de TA. Os autores identificaram nos *sites* dessas bibliotecas os seus respectivos responsáveis e enviaram para eles, por *e-mail*, um questionário. O estudo obteve o retorno do quantitativo de 51 desafios, entre os quais alguns estão relacionados ao conhecimento e às habilidades das pessoas bibliotecárias, problemas de *hardware* e *software*, restrições financeiras e fatores externos ao atender pessoas usuárias com deficiências usando os recursos de TA.

Cerqueira e Miranda (2021) realizaram uma pesquisa nas bibliotecas universitárias federais da região Nordeste do Brasil com o intuito de averiguar o alcance dos serviços oferecidos para as pessoas com deficiência e, em específico, o acervo acessível e os recursos de TA. A coleta de dados foi realizada por meio da consulta aos *sites* das instituições e levou as autoras a constatarem que, dentre as

20 bibliotecas pesquisadas, somente oito apresentaram em seus *sites* serviços destinados a pessoas com deficiência.

Pinheiro e Oliveira (2022) ressaltaram a importância dos recursos de TA nas bibliotecas universitárias, particularmente para indivíduos com deficiência visual. Como metodologia foi feita uma revisão de literatura e o estudo revelou que alguns recursos de TA em bibliotecas universitárias estão desatualizados e disfuncionais, e pessoas usuárias com deficiência visual enfrentam dificuldades em receber assistência das pessoas bibliotecárias para usar esses recursos. Há uma necessidade de mais pesquisas sob a perspectiva de pessoas usuárias com deficiência visual para avaliar a eficácia dos recursos de TA em atender às suas necessidades de mediação de informações e para melhorar os serviços, os produtos e a inclusão geral nas bibliotecas universitárias.

Martin, Verde, Rodriguez e Godoy (2022) apresentaram iniciativas realizadas pelo Sistema de Bibliotecas da Universidade Católica de Córdoba, na Argentina, no âmbito da acessibilidade e inclusão. As autoras relataram a mobilização de diversos setores da universidade com o intuito de adequar os seus materiais informacionais e a adaptação do *site* para os padrões de acessibilidade. Dentre alguns serviços realizados, mencionam: a digitalização e edição de textos; a criação de materiais educacionais acessíveis; a aquisição de dispositivos para leitura auditiva e a organização de debates cinematográficos inclusivos.

Teixeira e Marinho (2022) apresentaram uma investigação sobre a presença da TA e seu potencial de inclusão social na formação de pessoas bibliotecárias. A metodologia utilizada foi uma análise da grade curricular do curso de graduação em Biblioteconomia da UFMA. O trabalho destaca a importância da abordagem da TA no campo da Biblioteconomia e enfatiza a necessidade de os cursos de graduação avançarem e buscarem medidas de enfrentamento para essa questão. Os resultados levantaram a relevância da introdução da TA desde a graduação para que possa reverberar em futuros profissionais conscientes sobre a inclusão da pessoa com deficiência nas bibliotecas universitárias.

Outra característica a ser considerada para a adoção dos recursos de TA é a condição financeira e de infraestrutura das universidades. Nesse sentido, identifica-se a desigualdade entre as universidades em relação aos aspectos orçamentários, de estrutura, de tecnologia e de profissionais capacitados em atender aos diversos tipos de deficiência. Assim, vários fatores podem ser determinantes para que haja

distinções nas ações inclusivas para as pessoas com deficiência entre os cursos e as instituições comparadas (Wagner; Almeida, 2022).

> [Início de citação] Miranda (1978) identifica, dentre outros problemas na estrutura administrativa da biblioteca universitária, o fato de a mesma não possuir orçamento próprio e definido. No mesmo sentido, Carvalho (1981) afirma que a maioria das bibliotecas universitárias brasileiras não são unidades orçamentárias e as verbas são destinadas sem que haja um planejamento das suas reais necessidades. Ainda nesse sentido, Walter, Eirão e Reis (2010) ressaltam que é a partir da definição da dotação orçamentária para determinado período que as unidades de informação podem se organizar e elaborar seus planos de trabalho (Pereira; Nonato, 2014, p. 5). [Fim de citação]

Os custos dos recursos de TA ainda são considerados elevados para serem adquiridos pela maioria das bibliotecas universitárias, uma vez que não detêm orçamento próprio e dependem dos recursos disponíveis e repassados pelos responsáveis pela gestão das universidades. Aplica-se também, o corte de distribuição de recursos financeiros às universidades nos últimos anos, pelo governo federal, comprometendo a atualização do aparato tecnológico e informacional das bibliotecas universitárias, e consequentemente, prejudicando no processo de permanência e inclusão da pessoa com deficiência nesse ambiente (Pinheiro, 2021).

Diante desse cenário, vislumbra-se na cooperação entre bibliotecas uma alternativa para solucionar as dificuldades encontradas, pois o processo evitaria duplicidade na produção de materiais em formatos acessíveis, otimizando o tempo disponibilizado, redução dos insumos atribuídos e um direcionamento mais assertivo de gestão de pessoas para o desenvolvimento de projetos para publicação conjunta voltados para necessidades específicas da pessoa usuária (Manzuch; Maceviciute, 2013).

Isso vai ao encontro a um projeto realizado no Brasil, que visa reduzir o déficit de recurso informacional alternativo e veem no trabalho cooperativo entre as bibliotecas universitárias, a oportunidade em democratizar o acesso ao material registrado no formato tradicional tendo em vista a inclusão do público com deficiência. A Rede Brasileira de Estudos e Conteúdos Adaptados (REBECA) torna-se uma alternativa de benefício mútuo entre as instituições participantes na transcrição de recursos informacionais adaptados no atendimento da demanda informacional da pessoa com deficiência visual (Pinheiro, 2021).

> [Início da citação] [...] a Rede Brasileira de Estudos e Acervos [sic] Adaptados (REBECA), um projeto de cooperação que possibilita o intercâmbio de informações técnicas e reunir, em um único ambiente, um acervo acessível para pessoas com deficiência visual. Além disso, disponibiliza a produção e adaptação de textos em formatos acessíveis; o catálogo acessível da Rede Rebeca; associado à orientação à pesquisa bibliográfica de textos acessíveis (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, 2021; Cerqueira; Miranda, 2021, p. 5). [Fim da citação]

Com o intuito de tornar o conteúdo acessível às pessoas com deficiência, diversas técnicas podem ser utilizadas de forma conjunta ou isolada, como a digitalização e a audiodescrição. No processo de digitalização, o material impresso recebe nova formatação favorecendo a sua leitura para as pessoas com deficiência visual. Caso haja alguma ilustração, como figuras, gráficos ou tabelas, estas são descritas por meio da audiodescrição (Sousa; Bezerra; Andriola; Silva, 2014).

A audiodescrição consiste na descrição de uma imagem estática ou dinâmica, por meio de elementos textuais ou orais que buscam detalhar o mais próximo possível o significado representado pelo conteúdo imagético. A audiodescrição torna possível a inclusão da pessoa com deficiência em um universo predominantemente visual e sensorial; logo, por meio dessa técnica, quadros, esculturas, gravuras e pinturas podem ser assimilados por esse público (Vieira; Lima, 2010).

Sousa, Bezerra, Andriola e Silva (2014) apontam outras alternativas de conversão, como: a gravação dos conteúdos em áudio; a ampliação do texto ou imagem por meio do uso de lupas e a impressão no formato Braille. É importante salientar que a técnica selecionada para ser utilizada precisa ir ao encontro das necessidades de cada pessoa usuária; portanto, o conjunto desses serviços tornam possíveis o acesso à informação.

> [Início de citação] Esses acervos digitais ou eletrônicos são acessados por toda a comunidade acadêmica. No caso de alunos com deficiência visual é necessário o apoio das tecnologias assistivas, como programas leitores de tela, por exemplo, bastando apenas instalar nos computadores de pesquisa da biblioteca, pois alguns são programas livres, além de equipamentos como fone de ouvido, teclados ampliados ou Braille. Nesse caso, o aluno com deficiência tem a oportunidade de frequentar o mesmo espaço e interagir com outros alunos (Sousa; Bezerra; Andriola; Silva, 2014, p. 16). [Fim de citação]

Baseando-se nos dados obtidos junto ao Censo da Educação Superior (INEP, 2022), ao qual se referem a amostra dos cursos de graduação das IFES, Wagner e Almeida (2022) elaboraram uma tabela que expõe a quantidade de recursos de TA e Ajuda Técnica que os cursos receberam entre o período de 2011 a 2019.

Tabela 1 - Percentual de cursos que apresentam instrumentos de Tecnologia Assistiva e Ajuda técnica, por ano.

Ano	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Ajuda para PcD	61	65	69	78	79	83	83	85	86
i) Materiais	36	43	40	42	47	54	52	54	61
Material Digital	22	26	26	28	32	33	36	39	45
Material Ampliado	21	23	23	23	26	33	34	36	47
Material Tátil	15	20	20	24	26	29	27	29	35
Material Impresso	16	27	28	29	30	33	31	36	45
Material Áudio	26	27	25	23	27	34	33	34	44
Material Braille	18	27	29	32	32	37	38	38	40
Material LIBRAS	16	22	24	26	30	35	35	34	38
ii) Apoio Técnico	58	58	61	71	72	77	78	81	83
Disciplina LIBRAS	46	46	55	62	65	71	71	74	76
Tradutor LIBRAS	29	27	32	41	42	52	53	57	62
Guia Interprete	11	13	10	11	15	17	20	19	24
iii) Recursos	33	34	28	37	41	50	46	51	61
Recursos Comunicação	24	24	22	28	28	37	36	42	48
Recursos Informática	28	31	27	34	38	47	43	46	57
Total de Cursos	5.445	5.743	5.773	6.055	6.203	6.122	6.229	6.357	6.507

Fonte: Elaborado por Wagner e Almeida (2022, p. [13]).

Embora seja constatado o crescimento dos recursos de TA nos cursos de graduação do ensino superior ao longo do período analisado, observa-se que a maioria dos materiais informacionais adaptados não atingiram 50% em quantidade, o que pode representar um fator dificultador para o processo de inclusão e permanência dos alunos com deficiência no ensino superior. Diante disso, cabe refletir se no contexto das bibliotecas universitárias, as atividades desempenhadas pelas pessoas bibliotecárias com deficiência também ficam comprometidas devido a possibilidade da pouca variedade de oferta desses recursos.

Os recursos de TA são determinantes para que a inclusão da pessoa com deficiência ocorra, independentemente do ambiente em que ela se entretém, estuda ou trabalha. Em relação às bibliotecas universitárias, esses recursos criam condições para a inclusão, tornam possível a acessibilidade, e por consequência, democratizam o acesso à informação e a atuação da pessoa bibliotecária com deficiência. Diante disso, os recursos de TA, em conjunto, com o desenho universal proporcionam um ambiente em que a pessoa bibliotecária com deficiência possa usufruir com liberdade e autonomia permitindo a sua interação com outros indivíduos, assunto este que será discutido na próxima subseção.

[Fim de subseção]

[Início de subseção]

2.3.3 Desenho Universal

Em 1963, um grupo de arquitetos dos Estados Unidos identificou a presença de diversas barreiras físicas e estruturais nas universidades norte-americanas. Incomodados com essa situação, desenvolveram um conceito denominado de “Desenho Livre sem Barreiras”, que consiste na eliminação de barreiras arquitetônicas nos projetos de edificações urbanas e equipamentos com o objetivo de proporcionar condições de uso para todas as pessoas (Costa; Santos, 2017).

Posteriormente, essa terminologia foi aprimorada para o nome de desenho universal, pois, inicialmente, a sua visão se restringia ao aspecto físico e depois se expandiu e englobou a diversidade humana, respeitando as características específicas de cada indivíduo e buscando garantir a sua acessibilidade ao ambiente. Dessa forma, o desenho universal tem como premissa proporcionar o acesso aos produtos e ambientes a todas as pessoas, desde o seu estágio inicial, sem a necessidade de adaptações futuras (Costa; Santos, 2017).

A utilização do desenho universal no processo de desenvolvimento de projetos para a construção de edificações ou de equipamentos leva em consideração a diversidade de pessoas que possam usufruir dessas futuras instalações ou no uso dos instrumentos. Entretanto, Fonseca, Gomes e Vanz (2011) afirmam que, diante do contexto brasileiro, praticamente tudo é adaptado:

> [Início de citação] [...] Adaptamos rampas em prédios já existentes, banheiros adaptados (normalmente pensados depois que o projeto já está pronto), escolas, universidades e bibliotecas adaptadas com andares e salas especiais, reforçando o estigma social (Fonseca; Gomes; Vanz, 2011, p. 2798). [Fim de citação]

Hollich (2020) evidencia que o desenho universal nem sempre contemplará a necessidade de todas as pessoas com deficiência, principalmente as deficiências consideradas invisíveis. Porém, reconhece que cabe à sociedade modificar as suas atitudes, as estruturas prediais, adaptar os espaços urbanos, de tal maneira que inclua as pessoas com deficiência em qualquer ambiente.

O desenho universal aborda sete princípios como proposta de soluções, produtos e serviços, que podem ser praticados ao cotidiano e as ações realizadas na biblioteca (Fortalecimento das bibliotecas, 2016, p. 42), que são:

> [Início de citação] 1) Equiparação nas possibilidades de uso. Esse princípio indica que soluções, produtos e serviços devem estar disponíveis às pessoas com habilidades diferenciadas [...];
> 2) Flexibilidade no uso. Soluções, produtos e serviços devem atender a uma ampla gama de indivíduos, preferências e habilidades. Deve-se considerar este princípio ao planejar a programação de uma biblioteca. É importante desenvolver estratégias que possam atender a todos os públicos;
> 3) Uso simples e intuitivo. Produtos e serviços devem ter uso simples e de fácil compreensão, independentemente de experiência, nível de formação, conhecimento do idioma ou da capacidade de concentração do usuário. Ao organizar o espaço onde está o acervo público, este princípio é muito importante, pois possibilita criar estratégias de comunicação que contribuam para que os usuários possam encontrar, de maneira autônoma, os materiais que estão procurando [...];
> 4) Captação da informação. O produto ou serviço deve comunicar eficazmente ao usuário as informações necessárias, independentemente de sua capacidade sensorial ou de condições ambientais. Para isso, é importante desenvolver alternativas de comunicação, utilizando-se vários códigos e linguagens que possibilitem o entendimento [...];
> 5) - Tolerância ao erro. O desenho do produto ou serviço deve minimizar o risco e as consequências adversas de ações involuntárias ou imprevistas [...];
> 6) - Mínimo esforço físico. O desenho universal indica que soluções, produtos e serviços devem ser utilizados com um mínimo de esforço, de forma eficiente e confortável [...];
> 7) Dimensão e espaço para uso e interação. Soluções, produtos e serviços devem oferecer espaços e dimensões apropriados para interação, alcance, manipulação e uso, independentemente de tamanho, postura ou mobilidade do usuário [...] (Fortalecimento das bibliotecas, 2016, p. 42). [Fim de citação]

No universo da biblioteca universitária, Hollich (2020) destaca que a disposição do *layout*, juntamente com a presença de um mobiliário que apresenta cadeiras com braços, balcões de atendimento com um metro e meio de altura e o espaço de 46 centímetros disponíveis entre as estantes, transmite a mensagem de que esse ambiente não leva em consideração as pessoas com deficiência como pessoas usuárias desse espaço. Nesse sentido, o desenho universal impõe a necessidade de repensar os espaços físicos e digitais, na tentativa de torná-los acessíveis a todas as pessoas.

Figura 4 - Pessoa com deficiência na Biblioteca Pública de Toronto

Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2018.

[Audiodescrição: Fotografia em ambiente interno, capturada no salão principal de uma biblioteca pública. O espaço possui carpete na cor vermelho terroso e é iluminado por luzes de teto embutidas, proporcionando boa visibilidade. No centro da imagem, em primeiro plano, está uma pessoa usuária de cadeira de rodas, posicionada junto a uma mesa retangular de madeira clara, compatível com o uso do equipamento de mobilidade. A pessoa veste camisa polo laranja e calça escura. Está envolvida em uma atividade sobre a mesa, utilizando as mãos para manusear objetos e papéis, com atenção voltada ao que está à sua frente. Uma mochila preta está presa à lateral da cadeira de rodas. Ao fundo, outras pessoas estão distribuídas em mesas semelhantes, envolvidas em leitura, uso de notebooks ou estudos em grupo. O ambiente é cercado por divisórias de vidro, permitindo a visualização de uma área interna da biblioteca com estantes e mais usuários. Algumas cadeiras estão desocupadas, indicando a livre circulação. O mobiliário é padronizado e adaptado, com altura acessível. O clima geral é silencioso, organizado e inclusivo, evidenciando a presença de acessibilidade arquitetônica e social.]

A proposta do desenho universal é tornar o ambiente funcional e acessível para que seja usufruído por todas as pessoas. Dessa forma, a criação de espaços separados para o atendimento exclusivo para as pessoas com deficiência é compreendida como discriminatória (Mazzoni; Torres; Oliveira; Ely; Alves, 2001). A partir desse entendimento, as bibliotecas universitárias precisam avaliar se o seu espaço contribui para a inclusão ou a segregação das pessoas com deficiência e, nesse sentido, também deve-se considerar a pessoa bibliotecária com deficiência.

> [Início de citação] [...] A construção civil, em sua maioria, ainda não considera como deveria as questões de acessibilidade em suas obras. As bibliotecas, assim como arquivos e museus, são disponibilizadas em ambientes exclusivos desde seu início, e, como solução pelo menos no aspecto físico, existe a adaptação, a reforma ou até uma nova construção, porém nem sempre são modificações possíveis ou atendem a pessoa com deficiência em suas necessidades, respeitando sua independência e autonomia. Outra situação, bem comum nesses três locais de busca pela informação, é a falta de espaço devido ao crescimento de seus acervos, diminuindo, consequentemente, o espaço para circulação e convivência (Wellichan; Manzini, 2021, p. 174). [Fim de citação]

A partir dessa percepção, compreende-se que as ações de acessibilidade devem ser desenvolvidas seguindo os princípios do desenho universal para que as pessoas com deficiência tenham as mesmas oportunidades de participação na sociedade, sem discriminação (Costa; Santos, 2017). Conforme já exposto, os diferentes tipos de deficiência precisam ser levados em consideração para que o planejamento dos espaços, os produtos e os serviços das bibliotecas universitárias possam incluir a maior diversidade possível desse público.

É importante ressaltar a aplicabilidade do desenho universal no ambiente web, como *sites*, mídias sociais e demais fontes eletrônicas de informação. Conforme destaca Malheiros (2009), as pessoas usuárias com deficiência visual utilizam as informações obtidas pelo meio digital; dessa forma, as *interfaces* também precisam conter recursos de acessibilidade para que a inclusão ocorra também nesse universo. [Início de citação] “A desatenção a essa questão tem como consequência a limitação de acesso a um mundo de informações que estão disponíveis na Internet” (Malheiros; Cunha, 2018, p. 164-165). [Fim de citação]

Tendo em vista o quão amplo e diverso é a questão da inclusão da pessoa com deficiência na sociedade, entende-se que é fundamental a realização dos estudos de usuários com deficiência para identificar as necessidades informacionais desse público e suas perspectivas em relação à acessibilidade, a utilização dos recursos de TA, dos produtos e dos serviços disponíveis nas bibliotecas universitárias. Neste contexto, se insere a pessoa bibliotecária com deficiência, que também é pessoa usuária dos recursos de TA para a realização das suas atividades profissionais. Esse profissional também precisa ser consultado para verificar se os recursos de TA disponíveis no seu ambiente de trabalho auxiliam no seu exercício laboral de acessibilidade informacional.

[Fim de subseção]

[Início de subseção]

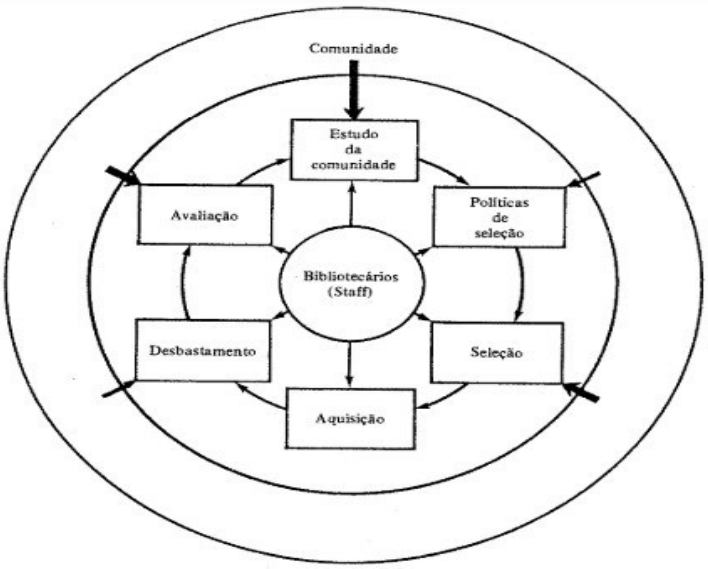
2.4 Os Estudos de Usuários

As bibliotecas, independentemente de sua tipologia, têm o compromisso em satisfazer as necessidades informacionais dos indivíduos que são considerados a razão de existência dessas unidades de informação: a pessoa usuária (Ramalho; Paiva; Pinheiro, 2019). Para Sanz Casado (1994), é considerada pessoa usuária da

informação aquele sujeito que necessita obter a informação para a realização de suas atividades. A partir de uma necessidade consciente ou inconsciente de informação, a pessoa usuária gera demandas para as bibliotecas e estas, por meio dos seus profissionais, as pessoas bibliotecárias, os auxiliam no processo de busca, recuperação e uso da informação.

A pessoa usuária é considerada a protagonista das bibliotecas, pois todas as atividades desenvolvidas nesses espaços, como os processos de seleção, organização, gerenciamento e disseminação da informação, os produtos e os serviços desenvolvidos, têm como finalidade satisfazer as suas necessidades. (Ramalho; Paiva; Pinheiro, 2019). Assim como no processo de desenvolvimento de coleções, com exceção da fase da aquisição, a pessoa usuária tem participação nas demais etapas, conforme a Figura 5 (Vergueiro, 1989).

Figura 5 – O processo de desenvolvimento de coleções



Fonte: Vergueiro (1989).

[Audiodescrição: Diagrama circular com três níveis concêntricos representando o modelo sistêmico do processo de desenvolvimento de coleções. No círculo central, está o termo “Bibliotecários (Staff)”, indicando que os profissionais da informação são o núcleo responsável por articular as demais etapas do processo. Ao redor desse núcleo, no segundo nível do diagrama, estão dispostos, em formato de anel e interligados por setas bidirecionais, seis blocos retangulares contendo as etapas do processo: “Estudo da comunidade”, “Políticas de seleção”, “Seleção”, “Aquisição”, “Desbastamento” e “Avaliação”. Essas etapas formam um ciclo contínuo e interdependente, reforçando a ideia de que nenhuma delas deve ser realizada isoladamente. O anel externo do diagrama é ocupado pela palavra “Comunidade”, com uma seta apontando do exterior para o bloco “Estudo da comunidade”, sinalizando que a comunidade é o ponto de partida e o foco central para o desenvolvimento da coleção.]

Dessa forma, compreende-se a relevância em identificar o perfil, os desejos e as necessidades de sua comunidade, tornando imprescindível a realização dos estudos de usuários.

Os estudos de usuários são um dos campos de pesquisa da Ciência da Informação e investiga as características dos pessoa usuárias que frequentam, utilizam ou não, os produtos, os serviços, o espaço, o acervo da biblioteca para identificar os seus interesses, as suas necessidades, os hábitos ou comportamentos de busca e uso da informação (Figueiredo, 1983; Dias; Pires, 2004). Nesse sentido, [início de citação] “é por meio dos estudos de usuários que será possível identificar quem usa o serviço (usuários reais) e quem não usa (usuários potenciais) [...]” (Dias; Pires, 2004, p. 30). [fim de citação]

Segundo Valentim (2010, p. 6) o conhecimento a respeito das pessoas usuárias e suas necessidades de informação é o princípio para que os produtos e os serviços oferecidos pelas bibliotecas proporcionem a satisfação esperada. Diante disso, entende-se que os estudos de usuários são uma investigação a fim de verificar [início de citação] “os interesses, as necessidades e os hábitos de uso de informação dos usuários reais e/ou potenciais de um sistema de informação.” [fim de citação]. Nesse sentido, Almeida (2000, p. 74) enfatiza que [início de citação] “o conhecimento do usuário é indispensável tanto para planejar novos serviços de informação, como aprimorar os serviços já existentes” [fim de citação].

Ressalta-se que as investigações direcionadas a essa temática auxiliam no planejamento, na tomada de decisões para o aprimoramento ou no desenvolvimento de produtos e serviços de forma a suprir as necessidades da maior parte das pessoas usuárias, tanto em uma biblioteca física, quanto em relação à utilização de um sistema de informação (Cunha, 1999; 2008; Santos, 2020).

Assim, Cunha (1982) apresenta duas correntes teóricas de pesquisa sobre os estudos de usuários. A primeira consiste no paradigma da coleção, também conhecida como abordagem tradicional, pois se baseia na medição do uso da informação por meio do acesso ao acervo físico da biblioteca ou dos sistemas de informação (Araújo, 2014). Essa abordagem foi utilizada por um longo período e se caracterizava por “identificar qual a fonte de informação mais utilizada, se os serviços e os produtos ofertados pela biblioteca atendiam adequadamente às necessidades dos seus usuários” (Pinheiro; Oliveira, 2022, p. 9). A abordagem

tradicional visava alcançar os resultados com mais precisão aumentando a sua confiabilidade para a análise e interpretação (Baptista; Cunha, 2007).

Com a evolução das TDIC, um novo cenário foi sendo construído, colocando a pessoa usuária em evidência nos estudos da Ciência da Informação. Nesse sentido, a segunda corrente teórica ficou conhecida como paradigma do usuário ou abordagem alternativa, uma vez que os estudos eram centralizados nas necessidades de informação da pessoa usuária, com o intuito em descobrir quais os procedimentos ela realizava para a busca e o uso dessa informação. A abordagem alternativa compreende o comportamento da pessoa usuária de forma individualizada, que apresenta diferentes demandas em contextos distintos (Cunha; Amaral; Dantas, 2015).

A partir desse entendimento, o foco na pessoa usuária requer mudança na postura da pessoa bibliotecária que precisa dominar novas atribuições, o que inclui a utilização de todos os recursos disponíveis para a busca da informação e a capacidade de educar a pessoa usuária no uso dessa informação. Assim, a pessoa bibliotecária precisa estar preparada para oferecer a pessoa usuária um atendimento personalizado, respeitando as suas características e peculiaridades (Costa; Santos, 2017).

Um outro viés no campo do estudo de usuários, e que se encontra em desenvolvimento, que é a abordagem interacionista, que se utiliza da Hermenêutica, da Etnometodologia e do Interacionismo Simbólico. As duas últimas citadas são as que mais se aproximam da área da Ciência da Informação e revelam a participação ativa da pessoa usuária e a sua relação mútua com a sociedade (Araújo, 2010).

Considerado um organismo em crescimento (Ranganathan, 1931), a biblioteca precisa acompanhar as transformações pelas quais passa a sociedade e, nesse contexto, se inserem as TDIC, que ampliaram a atuação e participação das pessoas usuárias por meio do acesso à Internet. Dessa forma, os estudos de usuários são fundamentais para manter a biblioteca atualizada sobre as novas tendências e atender as expectativas das pessoas usuárias que se modificam ao decorrer do tempo.

Dentro do grupo de usuários da informação, existem aqueles que não necessitam apenas de informação, mas também de algum auxílio diferenciado devido a sua condição de deficiência. Logo, as pessoas usuárias com deficiência dependem de um ambiente acessível e da presença dos recursos de TA para

frequentá-lo e utilizar toda a sua potencialidade. Entretanto, essas pessoas usuárias nem sempre contam com ambientes com a devida infraestrutura, seja por falta de recursos financeiros ou humanos para recebê-los e atendê-los, o que limita a sua presença, ficando excluídos do acesso à informação (Andrade; Lucas; Nascimento, 2015).

Conforme afirmado por Rowley (2002, p. 183)

> [Início de citação] Entende-se por usuário com necessidades especiais aquele que pode ser portador de deficiências visuais ou auditivas, ou ter necessidades físicas específicas ou distúrbios de aprendizagem. O sistema deve ter condições para suportar a necessidade especial do usuário. Assim, por exemplo, no caso de um usuário que seja deficiente auditivo, a interface deverá oferecer informações visuais nítidas (Rowley, 2002, p. 183). [Fim de citação]

Ainda que essa concepção não represente a definição contemporânea sobre a deficiência, evidencia a necessidade da adaptação dos produtos e serviços para que a pessoa usuária que se encontra nessa condição tenha o direito ao acesso à informação.

A partir do arcabouço teórico e tendo como base a evolução social, a pessoa usuária com deficiência pode ser compreendida como aquele cidadão que possui uma condição motora, física, visual, auditiva, mental ou múltipla e que pode precisar do auxílio de algum recurso de TA ou de acessibilidade para obter o acesso à informação e aos conteúdos de materiais adaptados no ambiente físico ou digital.

Nesse contexto, as legislações voltadas para a acessibilidade em bibliotecas reconhecem os grupos sociais com vulnerabilidade como pessoas usuárias e que também possuem direitos de acesso à informação. Logo, a compreensão de aspectos como os recursos de TA e a inclusão representam o rompimento ou a redução das barreiras entre a pessoa usuária e a informação (Costa; Santos, 2017).

> [Início de citação] Os estudos de comportamento informacional podem ser considerados como uma ampliação do estudo de usuário e embora visem compreender melhor o contexto da busca, processamento e transferência da informação (Wilson, 1999), podem atuar como uma complementação importante para contextualizar a realidade do usuário especial e auxiliar o bibliotecário diante das necessidades deste e de outros grupos no ambiente informacional (Wellichan; Manzini, 2018, p. 85). [Fim de citação]

Como já expostos, a biblioteca deve acompanhar as transformações sociais e isso abrange a inclusão da pessoa usuária com deficiência como cidadão que possui anseios e demandas que merecem ser contempladas. Nesse sentido, o

desenvolvimento dos estudos de usuários com o público com deficiência torna-se fundamental para compreender como planejar, criar ou otimizar os produtos e serviços das bibliotecas de modo que sejam acessíveis.

> [Início de citação] [...] sem o pensamento de interação no que diz respeito a ouvir e compreender as demandas informacionais desses usuários, corre-se o risco de trabalhar em uma estrutura de produtos limitada e excludente na contramão de uma prática inclusiva (Melo; Dias; Ribeiro; Melo; Araújo; Trindade, 2014, p. 45). [Fim da citação]

Ademais, observa-se que as necessidades das pessoas usuárias com deficiência são negligenciadas, pois o que se encontra disponibilizado no aspecto de fontes informacionais, na maioria das vezes, é disfuncional e não atende a sua condição. Então, para mudar esse cenário é preciso conhecer a pessoa usuária com deficiência, suas preferências, hábitos e comportamentos e, assim, oferecer os produtos e serviços pertinentes (Wellichan; Manzini, 2021).

> [Início de citação] A tarefa de disponibilizar informações adequadas a seus usuários requer a necessidade da identificação de suas demandas informacionais por meio dos estudos de usuários. No caso dos usuários com deficiência visual, o compromisso do profissional da informação e o valor do seu trabalho são essenciais pelas dificuldades enfrentadas por esses usuários, pois na sua quase totalidade as informações não são adaptadas às suas necessidades especiais (Malheiros; Cunha, 2018, p. 154). [Fim de citação]

O ambiente da biblioteca deve ser compreendido como um espaço de interação e acolhimento social, que busca satisfazer as necessidades das pessoas usuárias respeitando a sua diversidade. Seguindo essa premissa, as pessoas usuárias com deficiência precisam de suporte para a busca, recuperação e uso da informação; assim, cabe à biblioteca, por meio da acessibilidade, eliminar as barreiras e garantir o direito de acesso à informação (Alves, 2017). [Início de citação] “[...] Afinal, enquanto a pessoa com deficiência não se sentir parte do local, dificilmente vai frequentá-lo [...]” (Wellichan; Manzini, 2021, p. 184). [Fim de citação]

> [Início de citação] As bibliotecas, portanto, são responsáveis por facilitar, por meio dos produtos e serviços de informação ofertados, o acesso e a aquisição de informações, não somente no formato impresso, mas também em gravações de áudio e em meio digital. São responsáveis, ainda, pela produção desses produtos por meio da adaptação dos materiais alternativos. Assim, a participação das bibliotecas no processo de inclusão social traz autonomia, permitindo que a pessoa tenha a liberdade de escolha das informações de que necessita (Malheiros; Cunha, 2018, p. 154). [Fim de citação]

Malheiros (2009) aborda que as necessidades de informação das pessoas com deficiência visual e do público sem deficiência são semelhantes. O aspecto determinante se refere à ausência de acessibilidade nos recursos informacionais e durante o atendimento, uma vez que o suporte físico ao qual se encontram registradas a informação inviabiliza o acesso da pessoa com deficiência visual.

Segundo Coneglian e Casarin (2014), os estudos de usuários são uma temática muito pesquisada na literatura da Ciência da Informação e, nessa linha, se inserem as pessoas usuárias com deficiência. Embora os estudos referentes à questão da deficiência tenham registrado crescimento de pesquisa nos últimos anos [início de citação] “devido, talvez, ao reconhecimento por parte dos profissionais da informação da necessidade de ações de inclusão específicas para este público” [fim de citação], as investigações sobre essa pessoa usuária ainda são pouco exploradas (Andrade; Lucas; Nascimento, 2015, p. 2).

Malheiros e Cunha (2018, p. 165) corroboram os estudos de Coneglian e Casarin (2014), ao revelarem que [início de citação] “os estudos de usuários com deficiência visual são insuficientes e esse pessoa usuária geralmente é negligenciada no planejamento das bibliotecas brasileiras” [fim de citação]. Os autores afirmam a relevância desses estudos para o desenvolvimento do acervo, principalmente em relação ao público com deficiência que possuem características particulares e que são determinantes para a oferta de produtos, serviços e a seleção adequada das fontes de informação.

De acordo com Wellichan e Manzini (2018) um levantamento realizado nas Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI) por Silva, Santos e Rodrigues (2011) apontou que, entre os 77 trabalhos recuperados sobre estudos de usuários, 37 abordavam sobre pessoas usuárias com deficiência, visual ou com surdez. Isso demonstra que os estudos referentes à pessoa usuária com deficiência que ocorrem na literatura da área da Ciência da Informação, ainda são restritos em relação à diversidade das deficiências.

Nessa mesma conjectura, Coneglian e Casarin (2014) pesquisaram sobre ‘biblioteca e deficiência’ nas bases de periódicos da CAPES, Pathernon – Universidade Estadual Paulista (UNESP), SIBiUSP – Universidade de São Paulo (USP), Scielo, Dedalus (USP) e Sistema de Bibliotecas da Universidade Estadual de Londrina (UEL), no período de 2001 a 2012, e constataram a presença de poucos

artigos sobre a temática[11]. A recuperação dos documentos considerados pertinentes ao assunto era predominantemente direcionada à deficiência visual.

Pinheiro e Mafra Pereira (2025) realizaram uma revisão sistemática de literatura nas bases de dados *Scopus, Web of Science, Google Scholar* e BRAPCI com o objetivo de identificar, a partir da perspectiva da pessoa usuária com deficiência, o que as bibliotecas universitárias podem fazer para satisfazer as suas necessidades informacionais, em relação aos produtos, aos serviços ou aos recursos de TA. No Quadro 2 se encontram apresentadas as bibliotecas que realizaram e publicaram os estudos de usuários com deficiência e as percepções deles em relação aos produtos, aos serviços e aos recursos de TA disponibilizados nesses ambientes.

Quadro 2 – Estudos de usuários com deficiência em bibliotecas universitárias

Autores	Localização	Percepção do usuário
Silva, Nascimento, Keys, Alves (2013)	Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo	"Ausência de um software leitor de tela; o sistema de gerenciamento do catálogo da biblioteca não possui acessibilidade; a pouca luminosidade atrapalham o usuário que possui baixa visão; ausência de um guia ou uma referência para chegar até a roleta; disponibilização do acervo no formato digital acessível."
Pupo; Martins (2014)	Bibliotecas da Universidade de Campinas	"Dificuldades no acesso arquitetônico, por meio das escadas, desníveis, sanitários, catracas, largura de portas; Melhoria na comunicação interpessoal, escrita e virtual."
Baptista; Gonçalves (2016)	Universidade de Caxias do Sul	"Dificuldade com pequenas informações escritas; Melhoria de sinalização das bibliotecas."
Chijioke; Chigozieke; Igbokwe (2020)	Bibliotecas da Universidade Federal do Sudeste da Nigéria	"Dificuldades ao acesso no serviço de referência eletrônico, principalmente na perspectiva do design do ambiente."
Wellichan; Lino; Manzini (2021)	Biblioteca de Instituição de Ensino Superior	"Dificuldade em localizar materiais específicos para sua condição (surdo), além de não conseguir orientação para localizar materiais que procurava no acervo da instituição, ausência de materiais em Libras e a falta de comunicação, o que compromete seu atendimento; Ausência de recursos de TA"

Fonte: Pinheiro e Mafra-Pereira (2025, p. 3).

Em virtude das mudanças sociais ocorridas, principalmente no final de século XX e início do século XXI, observa-se que diversos ambientes, e em específico as

[11] O estudo dos autores não determinou a quantidade de artigos recuperados nas bases de dados pesquisadas.

bibliotecas universitárias, ainda não estão totalmente adequadas para suprir as necessidades informacionais das pessoas usuárias com deficiência (Alves, 2017). Isso significa que os produtos e os serviços de informação precisam ser acessíveis e, para desenvolvê-los, é necessária sua inclusão no processo de planejamento da biblioteca. Dessa maneira, os estudos de usuários podem contribuir no desenvolvimento de coleções com o intuito de oferecer um atendimento adequado às necessidades informacionais das pessoas usuárias com deficiência, por meio da redução de custos de produção dos materiais adaptados resultando em produtos e serviços de informação mais eficientes (Malheiros; Cunha, 2018).

Tendo em vista os aspectos de acessibilidade e inclusão social, cabe às bibliotecas universitárias criarem estratégias para atender com qualidade e satisfação as pessoas usuárias com deficiência. Logo, os estudos de usuários com deficiência permitem identificar quais são as preferências por determinados recursos informacionais e os tipos de acesso.

Como exposto na seção 1, as pessoas com deficiência possuem características distintas, o que leva a um atendimento diferenciado para compreender a sua necessidade informacional e deixá-las confortáveis e se sentindo pertencentes ao ambiente da biblioteca universitária. Dessa forma, com o conhecimento da tipologia da deficiência, cria-se condições para o desenvolvimento de um ambiente que propicie mais conforto, independência para deslocamento, pesquisa, leitura e segurança, entre outros aspectos (Costa; Oliveira, 2022).

As informações coletadas sobre o perfil da pessoa usuária com deficiência, quais são as suas necessidades informacionais e do que ela precisa para utilizar as fontes de informação, o acervo ou espaço da biblioteca, permitem um melhor planejamento das atividades realizadas pelas bibliotecas universitárias, de tal forma que sejam modificadas a fim de incluir esse público e atender a diversidade de sua comunidade (Costa; Oliveira, 2022). Isso significa que a participação da pessoa usuária com deficiência é determinante para a otimização dos recursos financeiros, humanos e tecnológicos para a tomada de decisão, desde a assinatura de *softwares* leitores de tela até a reprodução de conteúdo de materiais adaptados. Logo, a pessoa usuária com deficiência precisa ser ouvida durante todo o procedimento de modificação de produtos, dos serviços, do atendimento e do espaço para que a biblioteca universitária se torne acessível e atenda às necessidades desse público (Costa, Oliveira, 2022).

> [Início de citação] Assim sendo, aliado às práticas políticas e administrativas, é perceptível que o desenvolvimento de estudos de usuários pela gestão da biblioteca universitária pode contribuir na condução dos processos diários de tomada de decisão e mediação da informação, resultando, porquanto, na promoção do usuário com deficiência a sujeito ativo na construção de seu aprendizado por meio do desenvolvimento de suas habilidades e competências, entre outros, no processo de busca e uso da informação. Isto irá resultar na promoção da cidadania mediante a participação social das pessoas com deficiência, entre outros, no mercado de trabalho, espaços de lazer e entretenimento e formação / educação continuada (Sousa; Silva; Freitas, 2022, p. 6). [Fim de citação]

Nessa perspectiva, a pessoa bibliotecária com deficiência precisa ser consultada, já que se encontra inserida em todo o processo de acessibilidade do espaço físico da biblioteca e na utilização dos recursos informacionais adaptados para o desenvolvimento de suas atividades laborais. Logo, a partir de suas vivências e experiências, a pessoa bibliotecária com deficiência também pode ser considerada [início de citação] "[...] uma fonte de informação importante para tomada de decisão dos gestores, dos desenvolvedores de softwares, bem como para a melhoria do atendimento prestado" (Costa; Oliveira, 2022, p. 183). [fim de citação]

A partir desse entendimento, observa-se que a aplicabilidade dos recursos de TA nas bibliotecas universitárias requer a análise das necessidades e características do pessoa bibliotecária com deficiência para facilitar as suas atividades laborais e o seu processo de interação social. Para a Biblioteconomia e a Ciência da Informação, a presente tese contribui para o fortalecimento da interdisciplinaridade com a TA e compreender os desafios enfrentados pela pessoa bibliotecária com deficiência para a sua inclusão no mercado de trabalho e para obter o acesso à informação (Teixeira; Marinho, 2022).

Conforme exposto, percebe-se o quão importante é a realização dos estudos de pessoas usuárias com deficiência para que seja explorado com mais eficiência quais os recursos de acessibilidade e TA capazes de cumprir com a sua função de facilitar o acesso à informação. É por meio dos estudos de pessoas usuárias com deficiências que será possível compreender, de fato, a realidade das suas necessidades informacionais. Para este estudo, a pessoa bibliotecária com deficiência será considerada a pessoa usuária dos recursos de acessibilidade, TA e desenho universal para exercer a sua atividade profissional.

Como já salientado no decorrer desta subseção, o conhecimento a respeito da pessoa usuária com deficiência é imprescindível para que se obtenha êxito no

atendimento desse público nas bibliotecas universitárias. Então, para atingir esse objetivo, Gonçalves (2012) sugere a aplicação de algumas perguntas direcionadas às pessoas usuárias com deficiência visual, que foram os objetos de estudo de sua pesquisa.

> [Início de citação] a) Qual o tipo de deficiência visual a pessoa possui, sendo cegueira ou visão subnormal. A fim de identificar qual recurso irá atender melhor a sua necessidade;
> b) Qual recurso ele tem utilizado para ler e se este recurso o tem atendido adequadamente. Caso o usuário diga que utiliza determinado recurso e não está satisfeito pergunte o motivo, a fim de buscar alguma alternativa que melhor o atenda;
> c) O modo de alfabetização: se foi com o uso do Braille ou outro recurso, para identificar com qual recurso o usuário teve maior costume e ou afinidade de uso;
> d) Qual a área de interesse da pessoa. Para identificar as características de leitura, ou seja, se haverá muitos gráficos, fórmulas matemáticas ou demais itens iconográficos e planejar estratégias para proporcionar a leitura também por estes itens (Gonçalves, 2012, p. 4). [Fim de citação]

As propostas de perguntas sugeridas por Gonçalves (2012) podem ser adaptadas a outros perfis de deficiência e complementar na elaboração de outras questões que possam contribuir no levantamento do perfil das pessoas bibliotecárias com deficiência que atuam nas bibliotecas universitárias federais brasileiras, objeto de estudo desta tese. Logo, na próxima seção, referente a metodologia, serão abordados os procedimentos para obter as respostas sobre as pessoas bibliotecárias com deficiência.

[Fim de seção]

[Início de seção]

3 METODOLOGIA

Conforme Marconi, Lakatos (2003) e Gil (2008), a literatura aponta uma diversidade de tipologias de pesquisas e procedimentos metodológicos que podem ser selecionados para alcançarem um determinado fim e que podem ser utilizados de forma individual ou conjunta. Em virtude de uma ciência cada vez mais interdisciplinar, alguns procedimentos metodológicos também começam a ganhar notoriedade e passam ser disseminados e incorporados em outras áreas do conhecimento.

A partir dessa perspectiva, a Ciência da Informação, considerada por alguns autores como uma área do conhecimento de característica interdisciplinar (Saracevic, 1996; Pinheiro, 2006; Moraes; Carelli, 2016), recorre ao uso de técnicas de coletas de dados que têm a sua origem em outras áreas, como exemplos, o incidente crítico (Psicologia), o grupo focal (Sociologia) e a revisão sistemática de literatura (Saúde), pois podem oferecer um novo caminho para o esclarecimento de problemas e para a obtenção de respostas.

Dessa maneira, a presente tese, do ponto de vista de sua natureza, é considerada uma pesquisa aplicada, pois visa solucionar potenciais problemas específicos, e neste caso, compreender os desafios enfrentados pelas pessoas bibliotecárias com deficiência para a sua atuação profissional tendo como auxílio, a acessibilidade, o desenho universal e os recursos de TA, nas bibliotecas universitárias federais brasileiras (Marconi; Lakatos, 2003; Gil, 2008).

Em relação aos seus objetivos, é considerada uma pesquisa exploratória, pois pretende-se identificar as percepções das pessoas bibliotecárias com deficiência sobre a acessibilidade, o desenho universal e a utilização dos recursos de TA nas bibliotecas universitárias federais brasileiras como auxílio para a realização das suas atividades laborais (Marconi; Lakatos, 2003; Gil, 2008).

Quanto à abordagem, é considerada de caráter qualitativo, uma vez que o universo da população estudada é um grupo específico e, para esta tese, se refere às pessoas bibliotecárias com deficiência que atuam em bibliotecas universitárias federais brasileiras (Marconi; Lakatos, 2003; Gil, 2008).

Em relação aos procedimentos técnicos, se caracteriza como pesquisa bibliográfica e documental, pois busca estabelecer contato direto do pesquisador

com as fontes informacionais, nos quais registram o conhecimento publicado sobre determinado assunto, em meio impresso ou eletrônico para a construção do arcabouço teórico (Marconi; Lakatos, 2003). Além disso, se utiliza da legislação em âmbito nacional e internacional que abordam sobre os direitos das pessoas com deficiência e para esse estudo, a ênfase recai sobre as pessoas bibliotecárias com deficiência.

Diante do exposto, a presente tese recorreu, inicialmente, à revisão sistemática de literatura (RSL) para a construção e o desenvolvimento da sua parte teórica, na tentativa em responder à pergunta norteadora e aos objetivos propostos. E como técnica de coleta de dados empíricos, realizou entrevistas com as pessoas bibliotecárias com deficiência, assuntos estes que serão discutidos nas próximas subseções.

[Início de subseção]

3.1 A Revisão Sistemática de Literatura (RSL)

A RSL consiste em um procedimento metodológico rigoroso e completo que pretende obter a resposta de uma determinada pergunta sobre uma questão específica de pesquisa. É considerada um processo transparente, explícito e sistematizado que, por meio do seu protocolo, possibilita que a sua reprodução seja realizada por um outro pesquisador (Sampaio; Mancini, 2007; Pinheiro; Dias; Oliveira; Diniz; Miranda, 2024).

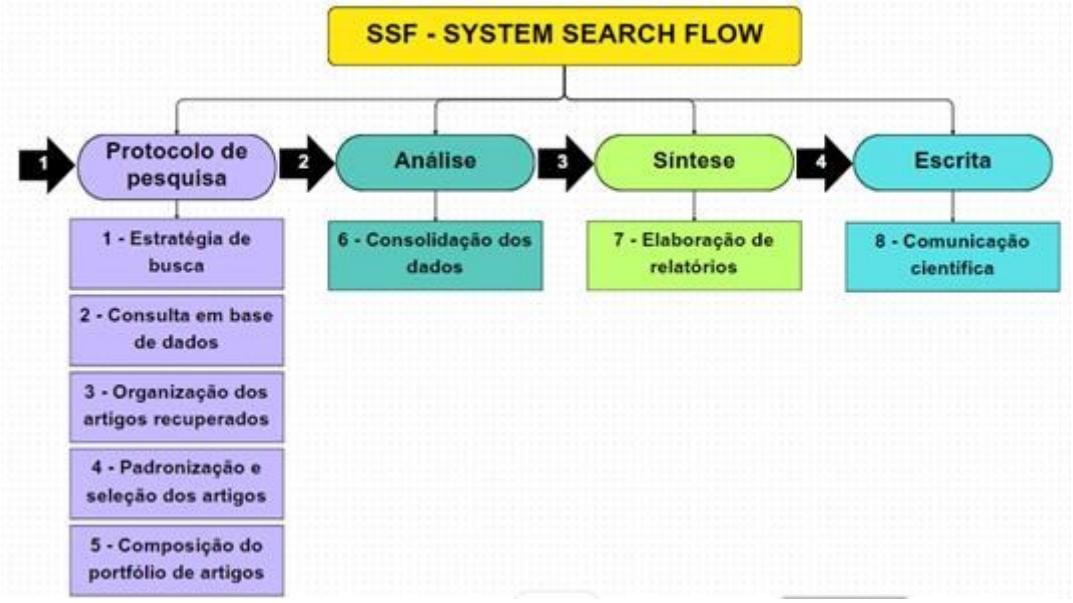
Cabe salientar que a RSL reúne os resultados obtidos dos sistemas de busca e que foram submetidos aos critérios de inclusão e exclusão, processo de recuperação dos dados, extração dos dados, à análise crítica e síntese dos estudos selecionados (Sampaio; Mancini, 2007; Brito; Martins, 2023).

A RSL, ainda que apresente um histórico de sua origem atribuída a área da Saúde, pode ser vantajosa e aplicada na área da Ciência da Informação, pois evita a duplicação de investigações. Além disso, como possui um protocolo rigoroso, expressa a credibilidade e a qualidade dos dados da pesquisa para a sua disseminação pela comunicação científica tornando-a bem aceita no meio acadêmico (Brito; Martins, 2023). “É necessário ampliar seu uso na área da Ciência da Informação para fornecer sínteses e avaliação crítica de pesquisas relevantes

com o objetivo de auxiliar estudantes e pesquisadores no desenvolvimento de seus estudos" (Brito; Martins, 2023, p. 28).

A RSL apresenta diferentes metodologias em distintas áreas do conhecimento e para a presente tese foi selecionada a *Systematic Search Flow (SSF),* criada por Ferenhof e Fernandes (2016). De acordo com os autores, a *SSF* foi desenvolvida com a finalidade de simplificar e ao mesmo tempo especificar o processo de busca em bases de dados científicas de forma eficaz. A *SSF* consiste em oito atividades e estão divididas em quatro fases que se encontram demonstradas na representação do modelo a seguir.

Figura 6 – Representação do método do *System Search Flow*



Fonte: Adaptado de Ferenhof e Fernandes (2016).

[Audiodescrição: Diagrama em formato de fluxograma horizontal dividido em quatro etapas principais, representando o processo metodológico denominado System Search Flow (SSF), voltado à sistematização de pesquisas acadêmicas. O título do fluxograma, centralizado na parte superior, está destacado em uma caixa amarela com letras pretas: SSF – System Search Flow. Abaixo do título, o fluxo é dividido em quatro blocos numerados e conectados por setas horizontais, da esquerda para a direita: Protocolo de pesquisa – representado por uma caixa rosa, contendo uma lista vertical com cinco etapas numeradas, em caixas menores e roxas: 1 - estratégia de busca; 2 - consulta em base de dados; 3 - organização dos artigos recuperados; 4 - padronização e seleção dos artigos; 5 - composição do portfólio de artigos; Análise – representada por uma caixa verde azulada com a etapa 6: consolidação dos dados; Síntese – destacada em verde-claro, com a etapa 7: elaboração de relatórios; Escrita – última etapa do fluxo, em azul-celeste, com a etapa 8: comunicação científica. As caixas e setas indicam a linearidade e a interdependência entre as etapas do processo, sugerindo uma sequência lógica e organizada que parte da definição do protocolo e culmina na produção científica.]

Com a finalidade em compreender melhor as fases e suas respectivas atividades, se encontram detalhadas a seguir a metodologia e sua aplicação para a construção da presente tese.

3.1.1 Fase 1 – Protocolo de pesquisa

A primeira fase se refere ao protocolo de pesquisa, que tem como finalidade estabelecer os critérios e os parâmetros para a construção do portifólio de artigos. Para atingir a esse objetivo, um protocolo de busca foi elaborado, constituído pela "Elaboração da Questão de Pesquisa" para direcionar o assunto que será pesquisado e as cinco atividades: 1 - definição da estratégia de busca; 2 - consulta às bases de dados selecionadas; 3 - organização dos artigos recuperados; 4 - padronização e seleção dos artigos recuperados baseados nos critérios de inclusão e exclusão; e 5 - definição dos artigos que irão compor o portifólio (Ferenhof; Fernandes, 2016; Pinheiro; Dias; Oliveira; Diniz; Miranda, 2024).

Em relação a elaboração da questão de pesquisa, foi utilizada a pergunta norteadora da presente pesquisa de tese: "Quais as percepções da pessoa bibliotecária com deficiência em relação à acessibilidade, ao desenho universal e à utilização dos recursos de Tecnologia Assistiva nas bibliotecas universitárias federais brasileiras, como auxílio para a realização das suas atividades profissionais?"

Para atender ao propósito da atividade 1 – definição da estratégia de busca, alguns descritores foram definidos, incluindo as suas variações terminológicas localizadas na literatura, sinônimos e traduções. A partir da definição dos termos foram elaboradas *strings* no idioma português e inglês para que fossem utilizadas durante o processo de busca em bases de dados nacionais e internacionais:

Quadro 3 – *Strings* utilizadas nas bases de dados

(continua)

***String* 1**	"bibliotecário com deficiência" OR "bibliotecários com deficiência" OR "bibliotecário deficiente" OR "bibliotecários deficientes" OR "bibliotecário com necessidade especial" OR "bibliotecário com necessidades especiais" OR "bibliotecários com necessidades especiais"
***String* 2**	"disabled librarian" OR "librarian with special needs" OR "librarian with disability" OR librarian with disabilities"

(conclusão)

***String* 3**	“pessoa com deficiência” OR “pessoa deficiente” OR “pessoa portadora de deficiência” OR “pessoas com necessidades especiais” OR “usuário com deficiência” OR “usuário deficiente” OR “usuário especial” OR “usuário com necessidades especiais” OR “usuários com necessidades especiais” OR “usuários especiais” AND “biblioteca universitária” OR “biblioteca acadêmica” OR “bibliotecas universitárias” OR “bibliotecas acadêmicas”
***String* 4**	“special user” OR “special needs user” OR “special needs users” OR “special users” “disabled person” OR “disabled user” OR “disabled people” OR handicapped OR “visually impaired” OR “hearing impaired” OR “people with disability” OR “people with disabilities” AND “university library” OR “universities libraries” OR “academic library” OR “academic libraries”
***String* 5**	“biblioteca universitária” OR “biblioteca acadêmica” OR “bibliotecas universitárias” OR “bibliotecas acadêmicas” AND “tecnologia assistiva” OR “tecnologia adaptativa” OR “tecnologia auxiliar” OR “tecnologia inclusiva” OR “tecnologia de apoio”
***String* 6**	“university library” OR “university libraries” OR “academic library” OR “academics libraries” AND “assistive technology” OR “assistive technologies” OR “adaptative technology” OR “adaptative technologies” OR “auxiliar technology” OR “auxiliar technologies” OR “inclusive technology” OR “inclusive technologies”
***String* 7**	“estudo de usuário com deficiência” OR “estudo de usuários com deficiência” OR “estudo de usuário deficiente” OR “estudo de usuários com necessidades especiais” OR “estudo de usuário especial” AND “biblioteca universitária” OR “biblioteca acadêmica” OR “bibliotecas universitárias” OR “bibliotecas acadêmicas”
***String* 8**	“disabled user study” AND “university library” OR “academic library” OR “university libraries” OR “academic libraries”
***String* 9**	“estudo de usuários” AND “usuário com deficiência” OR “usuário deficiente” OR “usuário especial” OR “usuário com necessidades especiais” OR “usuários com necessidades especiais” OR “usuários especiais”
***String* 10**	“user study” AND “special user” OR “special needs user” OR “special needs users” OR “special users” “disabled person” OR “disabled user” OR “disabled people” OR handicapped OR “visually impaired” OR “hearing impaired”

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

Tendo em vista a atividade 2 – consulta as bases de dados selecionadas, foram determinadas quatro bases às quais foram submetidas as *strings* supramencionadas, de forma a recuperarem os documentos pertinentes a temática pesquisada. O Quadro 4 representa as bases de dados consultadas e os seus respectivos resultados.

Quadro 4 – Consulta às bases de dados

(continua)

Base de dados	***Strings***	**Resultado**
Base de Dados em Ciência da Informação – BRAPCI	"bibliotecário com deficiência" OR "bibliotecários com deficiência" OR "bibliotecário deficiente" OR "bibliotecários deficientes" OR "bibliotecário com necessidade especial" OR "bibliotecário com necessidades especiais" OR "bibliotecários com necessidades especiais"	10.000
	"estudo de usuário com deficiência" OR "estudo de usuários com deficiência" OR "estudo de usuário deficiente" AND "biblioteca universitária" OR "biblioteca acadêmica"	10.000
	"pessoa com deficiência" OR "pessoa deficiente" OR "pessoa portadora de deficiência" OR "pessoas com necessidades especiais" OR "usuário com deficiência" OR "usuário deficiente" OR "usuário especial" OR "usuário com necessidades especiais" OR "usuários com necessidades especiais" OR "usuários especiais" AND "biblioteca universitária" OR "biblioteca acadêmica" OR "bibliotecas universitárias" OR "bibliotecas acadêmicas"	10.000
	"tecnologia assistiva" OR "tecnologia adaptativa" OR "tecnologia auxiliar" OR "tecnologia inclusiva" OR "tecnologia de apoio" AND "biblioteca universitária" OR "biblioteca acadêmica" OR "bibliotecas universitárias" OR "bibliotecas acadêmicas"	10.000
	"usuário com deficiência" OR "usuário deficiente" OR "usuário especial" OR "usuário com necessidades especiais" OR "usuários com necessidades especiais" OR "usuários especiais" AND "estudo de usuários"	10.000
Google Scholar	"bibliotecário com deficiência" OR "bibliotecários com deficiência" OR "bibliotecário deficiente" OR "bibliotecários deficientes" OR "bibliotecário com necessidade especial" OR "bibliotecário com necessidades especiais" OR "bibliotecários com necessidades especiais"	7
	"estudo de usuário com deficiência" OR "estudo de usuários com deficiência" OR "estudo de usuário deficiente" OR "estudo de usuários com necessidades especiais" OR "estudo de usuário especial" AND "biblioteca universitária" OR "biblioteca acadêmica" OR "bibliotecas universitárias" OR "bibliotecas acadêmicas"	7
	"pessoa com deficiência" OR "pessoa deficiente" OR "pessoa portadora de deficiência" OR "pessoas com necessidades especiais" OR "usuário com deficiência" OR "usuário deficiente" OR "usuário especial" OR "usuário com necessidades especiais" OR "usuários com necessidades especiais" OR "usuários especiais" AND "biblioteca universitária" OR "biblioteca acadêmica" OR "bibliotecas universitárias" OR "bibliotecas acadêmicas"	1.460
	"tecnologia assistiva" OR "tecnologia adaptativa" OR	749

(conclusão)

Base de dados	*Strings*	Resultado
	"tecnologia auxiliar" OR "tecnologia inclusiva" OR "tecnologia de apoio" AND "biblioteca universitária" OR "biblioteca acadêmica" OR "bibliotecas universitárias" OR "bibliotecas acadêmicas"	
	"usuário com deficiência" OR "usuário deficiente" OR "usuário especial" OR "usuário com necessidades especiais" OR "usuários com necessidades especiais" OR "usuários especiais" AND "estudo de usuários"	100
Scopus	"disabled librarian" OR "librarian with special needs" OR "librarian with disability" OR librarian with disabilities"	4
	"disabled user study" AND "university library" OR "academic library" OR "university libraries" OR "academic libraries"	-
	"special user" OR "special needs user" OR "special needs users" OR "special users" "disabled person" OR "disabled user" OR "disabled people" OR handicapped OR "visually impaired" OR "hearing impaired" OR "people with disability" OR "people with disabilities" AND "university library" OR "universities libraries" OR "academic library" OR "academic libraries	75
	"university library" OR "university libraries" OR "academic library" OR "academics libraries" AND "assistive technology" OR "assistive technologies" OR "adaptative technology" OR "adaptative technologies" OR "auxiliar technology" OR "auxiliar technologies" OR "inclusive technology" OR "inclusive technologies"	39
	"user study" AND "special user" OR "special needs user" OR "special needs users" OR "special users" "disabled person" OR "disabled user" OR "disabled people" OR handicapped OR "visually impaired" OR "hearing impaired"	5
Web of Science	"disabled librarian" OR "librarian with special needs" OR "librarian with disability" OR librarian with disabilities"	4
	"disabled user study" AND "university library" OR "academic library" OR "university libraries" OR "academic libraries"	123
	"special user" OR "special needs user" OR "special needs users" OR "special users" OR "disabled person" OR "disabled user" OR handicapped OR "visually impaired" OR "hearing impaired" AND "university library" OR "universities libraries" OR "academic library" OR "academic libraries"	2.924
	"university library" OR "university libraries" OR "academic library" OR "academic libraries" AND "assistive technology" OR "assistive technologies" OR "adaptative technology" OR "adaptative technologies" OR "auxiliar technology" OR "auxiliar technologies" OR "inclusive technology" OR "inclusive technologies"	265
	"user study" AND "special user" OR "special needs user" OR "special needs users" OR "special users" "disabled person" OR "disabled user" OR "disabled people" OR handicapped OR "visually impaired" OR "hearing impaired"	6

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

Durante o processo de busca, para a base de dados BRAPCI foi selecionado o período cronológico de 2012 a 2022, as coleções: revistas brasileiras; revistas estrangeiras; eventos; e o filtro de todos os campos, enquanto que, para o *Google*

Scholar, o único filtro disponível é o recorte temporal, no qual foi selecionado de 2012 a 2022, para esta primeira etapa da seleção.

Para as bases de dados *Scopus e Web of Science* foram considerados os seguintes critérios de seleção:

- Critérios descritivos: Tipos de documentos – Artigos e Artigos de evento; Período cronológico: 2012 a 2022; Idioma: Inglês e Português;
- Critérios de forma: Área do conhecimento: Ciência da Informação e Biblioteconomia; Presença dos termos no título e resumo; Acesso ao texto completo; *Open Access*.

Para a realização da atividade 3 – Organização dos artigos recuperados, os resultados foram compilados em uma planilha Microsoft Excel®. A base de dados da BRAPCI retornou 10.000 documentos utilizando as *strings* 1, 3, 5, 7 e 9, em agosto de 2023. No entanto, após a participação deste autor na oficina da BRAPCI: estratégias avançadas para busca e análise de informação[12], ministrado pelo professor Rene Faustino Gabriel Junior, um dos responsáveis pela manutenção e gestão da base, foi tomado o conhecimento de que a BRAPCI incorpora automaticamente os operadores booleanos na estratégia de busca. Segundo Gabriel Junior (2024), caso seja digitado o operador booleano na estratégia de busca, a BRAPCI entende esse elemento como um termo a ser recuperado e não com a função de um conector. Como a BRAPCI passou por um processo de atualização, a mesma estratégia de busca utilizada em agosto de 2023 com o uso do operador booleano foi realizada em setembro de 2024, e dessa vez, nenhum resultado é obtido, conforme demonstrado no quadro 5.

Quadro 5 – Consulta à base BRAPCI (continua)

Base de dados	***Strings***	**Resultado**
Base de Dados em Ciência da Informação – BRAPCI	"bibliotecário com deficiência" OR "bibliotecários com deficiência" OR "bibliotecário deficiente" OR "bibliotecários deficientes" OR "bibliotecário com necessidade especial" OR "bibliotecário com necessidades especiais" OR "bibliotecários com necessidades especiais"	-
	"estudo de usuário com	

[12] Oficina realizada pelo professor Rene Faustino Gabriel Junior durante o 9º Encontro Brasileiro de Bibliometria e Cientometria na Universidade de Brasília, no dia 23 de julho de 2024.

(conclusão)

Base de dados	*Strings*	Resultado
	deficiência” OR “estudo de usuários com deficiência” OR “estudo de usuário deficiente” AND “biblioteca universitária” OR “biblioteca acadêmica”	-
	“pessoa com deficiência” OR “pessoa deficiente” OR “pessoa portadora de deficiência” OR “pessoas com necessidades especiais” OR “usuário com deficiência” OR “usuário deficiente” OR “usuário especial” OR “usuário com necessidades especiais” OR “usuários com necessidades especiais” OR “usuários especiais” AND “biblioteca universitária” OR “biblioteca acadêmica” OR “bibliotecas universitárias” OR “bibliotecas acadêmicas”	-
	“tecnologia assistiva” OR “tecnologia adaptativa” OR “tecnologia auxiliar” OR “tecnologia inclusiva” OR “tecnologia de apoio” AND “biblioteca universitária” OR “biblioteca acadêmica” OR “bibliotecas universitárias” OR “bibliotecas acadêmicas”	-

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

Conforme mencionado, o uso de operados booleanos não são aplicáveis a estratégia de busca na BRAPCI, logo, o processo de busca teve que ser refeito utilizando apenas a combinação de no máximo duas *strings*, e entre aspas, sem o uso de operadores booleanos. Portanto, optou-se pelo uso de *strings* individuais ou com duas combinações, conforme exemplificado no quadro 6.

Quadro 6 – *Strings* de estratégia de busca na BRAPCI

(continua)

Strings	Resultados
“bibliotecário com deficiência”	34
“bibliotecários com deficiência”	18
“bibliotecário deficiente”	7
“bibliotecários deficientes”	7
“bibliotecário com necessidade especial”	12
“bibliotecários com necessidades especiais”	9
“estudo de usuário com deficiência” “biblioteca universitária”	11
“estudo de usuário com deficiência” “biblioteca acadêmica”	4
“estudo de usuários com deficiência” “biblioteca universitária”	11
“estudo de usuários com deficiência” “biblioteca acadêmica”	1
“estudo de usuário deficiente” “biblioteca universitária”	-

Strings	Resultados
“estudo de usuário deficiente” “biblioteca acadêmica”	-
“pessoa com deficiência” “biblioteca universitária”	18
“pessoa com deficiência” “biblioteca acadêmica”	-
“pessoa com deficiência” “bibliotecas universitárias”	18
“pessoa com deficiência” “bibliotecas acadêmicas”	-
“pessoa deficiente” “biblioteca universitária”	-
“pessoa deficiente” “biblioteca acadêmica”	-
“pessoa deficiente” “bibliotecas universitárias”	-
“pessoa portadora de deficiência” “biblioteca universitária”	-
“pessoa portadora de deficiência” “biblioteca acadêmica”	-
“pessoa portadora de deficiência” “bibliotecas universitárias”	-
“pessoa portadora de deficiência” “bibliotecas acadêmicas”	-
“pessoas com necessidades especiais” “biblioteca universitária”	3
“pessoa com necessidade especial” “biblioteca universitária”	-
“pessoa com necessidade especial” “bibliotecas universitárias”	2
“pessoa com necessidade especial” “biblioteca acadêmica”	-
“pessoa com necessidades especiais” “biblioteca acadêmica”	-
“pessoa com necessidades especiais” “bibliotecas acadêmicas”	-
“usuário com deficiência” “biblioteca universitária”	17
“usuários com deficiências” “biblioteca universitária”	3
“usuário com deficiência” “biblioteca acadêmica”	4
“usuário com deficiência” “bibliotecas acadêmicas”	1
“usuário com deficiência” “bibliotecas universitárias”	14
“usuário deficiente” “biblioteca universitária”	2
“usuário deficiente” “biblioteca acadêmica”	-
“usuário deficiente” “bibliotecas universitárias”	1
“usuário deficiente” “bibliotecas acadêmicas”	-
“usuários deficientes” “bibliotecas universitárias”	4
“usuários deficientes” “bibliotecas acadêmicas”	2
“usuário especial” “biblioteca universitária”	9
“usuário especial” “biblioteca acadêmica”	1
“usuário especial” “bibliotecas universitárias”	12
“usuário especial” “bibliotecas acadêmicas”	-
“usuários especiais” “biblioteca universitária”	7
“usuários especiais” “biblioteca acadêmica”	1
“usuários especiais” “bibliotecas universitárias”	9
“usuários especiais” “bibliotecas acadêmicas”	-
“usuário com necessidades especiais” “biblioteca universitária”	1
“usuário com necessidades especiais” “biblioteca acadêmica”	-
“usuário com necessidades especiais” “bibliotecas universitárias”	1
“usuário com necessidades especiais” “bibliotecas acadêmicas”	-
“usuários com necessidades especiais” “biblioteca universitária”	6
“usuários com necessidades especiais” “biblioteca acadêmica”	1
“usuários com necessidades especiais” “bibliotecas universitárias”	5
“usuários com necessidades especiais” “bibliotecas acadêmicas”	-
“tecnologia assistiva” “biblioteca universitária”	17
“tecnologia assistiva” “biblioteca acadêmica”	1
“tecnologia assistiva” “bibliotecas universitárias”	15
“tecnologia assistiva” “bibliotecas acadêmicas”	-
“tecnologias assistivas” “biblioteca universitária”	14
“tecnologias assistivas” “biblioteca acadêmica”	3
“tecnologia adaptativa” “biblioteca universitária”	2
“tecnologia adaptativa” “biblioteca acadêmica”	-
“tecnologia adaptativa” “bibliotecas universitárias”	2
“tecnologia adaptativa” “bibliotecas acadêmicas”	-
“tecnologias adaptativas” “biblioteca universitária”	-

(conclusão)

Strings	**Resultados**
“tecnologias adaptativas” “biblioteca acadêmica”	-
“tecnologia auxiliar” “biblioteca universitária”	2
“tecnologia auxiliar” “biblioteca acadêmica”	1
“tecnologia auxiliar” “bibliotecas universitárias”	3
“tecnologia auxiliar” “bibliotecas acadêmicas”	-
“tecnologias auxiliares” “biblioteca universitária”	-
“tecnologias auxiliares” “biblioteca acadêmica”	-
“tecnologia inclusiva” “biblioteca universitária”	3
“tecnologia inclusiva” “biblioteca acadêmica”	-
“tecnologia inclusiva” “bibliotecas universitárias”	2
“tecnologia inclusiva” “bibliotecas acadêmicas”	-
“tecnologias inclusivas” “biblioteca universitária”	2
“tecnologias inclusivas” “biblioteca acadêmica”	-
“tecnologia de apoio” “biblioteca universitária”	6
“tecnologia de apoio” “biblioteca acadêmica”	5
“tecnologia de apoio” “bibliotecas universitárias”	6
“tecnologia de apoio” “bibliotecas acadêmicas”	2
“tecnologias de apoio” “biblioteca acadêmica”	3
“tecnologias de apoio” “biblioteca universitária”	8
“usuário com deficiência” “estudo de usuários”	22
“usuário deficiente” “estudo de usuários”	4
“usuário especial” “estudo de usuários”	18
“usuário com necessidades especiais” “estudo de usuários”	1
“usuários com necessidades especiais” “estudo de usuários”	11
“usuários especiais” “estudo de usuários”	17
Total de artigos	**426**

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

Baseando-se nas atividades 2 e 3, o Quadro 7 foi elaborado para representar o resultado total dos artigos recuperados nas bases de dados selecionadas para o desenvolvimento da presente tese:

Quadro 7 – Quantidade de documentos recuperados por base

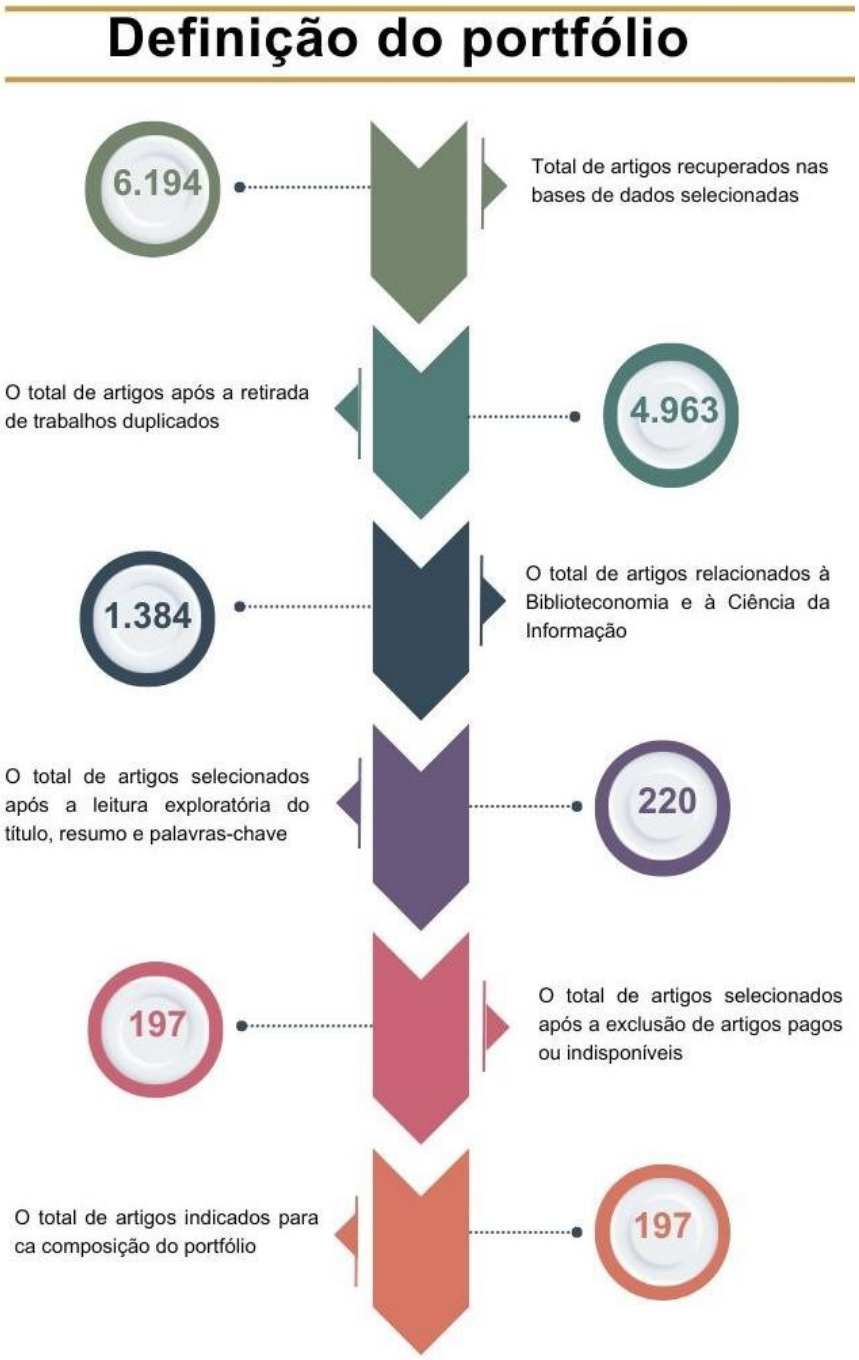
Base de dados	**Resultado**
BRAPCI	426
Google Scholar	2.323
Scopus	123
Web of Science	3.322
Total de artigos recuperados	**6.194**

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

Para a realização da atividade 4 - padronização e seleção dos artigos recuperados baseados nos critérios de inclusão e exclusão, foram selecionados os artigos que fariam parte do portfólio. Os 6.194 documentos recuperados foram submetidos aos critérios de inclusão e exclusão que consistiram em: leitura exploratória dos títulos, resumos e palavras-chave; acesso aos artigos disponíveis

em texto completo; exclusão de trabalhos duplicados, artigos pagos e publicados em outros idiomas (Figura 7).

Figura 7 – O processo de seleção dos artigos



Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

[Audiodescrição: A imagem apresenta um infográfico vertical, intitulado “Definição do portfólio”, que descreve, por meio de setas e números, as etapas de filtragem de artigos durante um processo de revisão sistemática. O título está centralizado no topo da imagem, em letras pretas, com uma linha dourada acima e abaixo dele. Abaixo do título, sete blocos em forma de setas grandes apontam para baixo, conectando os dados em sequência. Cada etapa possui, à esquerda, um círculo colorido com um número, e à direita, a explicação correspondente: Círculo cinza com número 6.194: Total de

artigos recuperados nas bases de dados selecionadas. Círculo verde com número 4.963: O total de artigos após a retirada de trabalhos duplicados. Círculo azul com número 1.384: O total de artigos relacionados à Biblioteconomia e à Ciência da Informação. Círculo roxo com número 220: O total de artigos selecionados após a leitura exploratória do título, resumo e palavras-chave. Círculo vermelho-claro com número 197: O total de artigos selecionados após a exclusão de artigos pagos ou indisponíveis. Círculo laranja com número 197 (repetido): O total de artigos indicados para a composição do portfólio. As setas que conectam as etapas têm cores correspondentes aos círculos, sugerindo continuidade e progressão do processo. A imagem representa visualmente o refinamento gradual de um conjunto inicial de publicações até a seleção final de artigos que compõem o portfólio da pesquisa.]

A partir da submissão dos artigos aos critérios propostos, o resultado obtido foi de 197 artigos indicados para compor o portfólio.

A atividade 5, composição do portfólio, se refere a leitura completa dos artigos para que sejam excluídos aqueles que não são pertinentes ao assunto pesquisado. Logo, após a aplicação dessa atividade constatou-se que os 197 artigos estavam aptos para compor o portfólio.

3.1.2 – Fase 2 – Análise

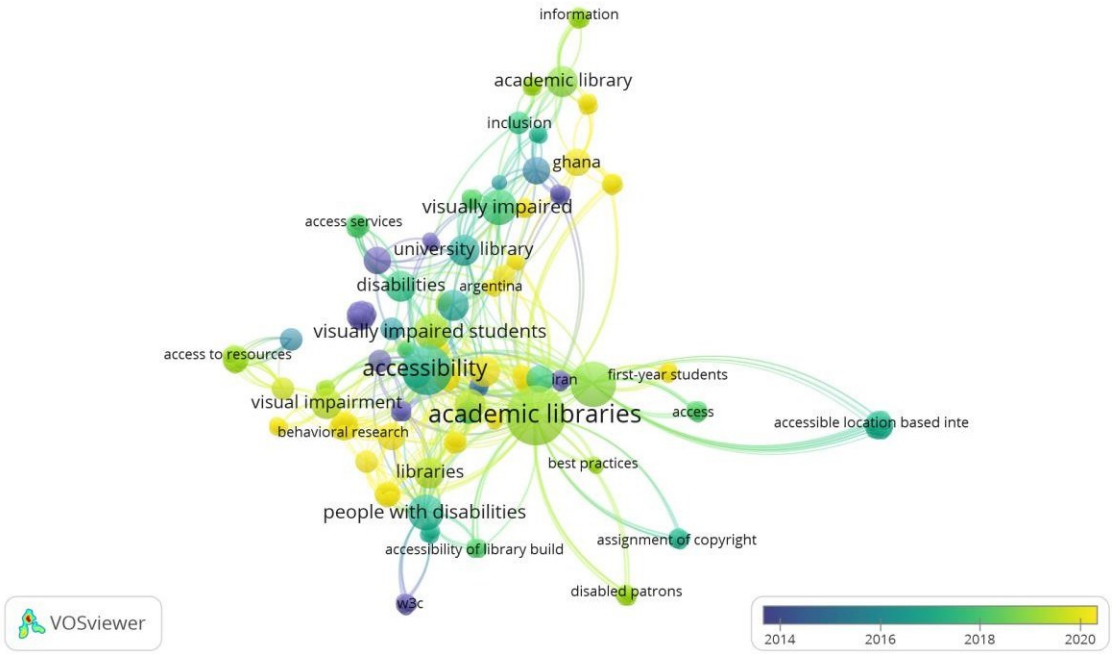
A próxima etapa é a fase 2, denominada Análise, quando ocorre a atividade 6, responsável pela consolidação dos dados. De acordo com Ferenhof e Fernandes (2016, p. 559), esta consiste na combinação dos dados, na qual há indicação [início de citação] "[...] dos autores mais citados, o ano em que houve mais publicações sobre o tema de pesquisa [...]" [fim de citação], dentre outros elementos que estão relacionados e que possam ser interpretados para o levantamento de possíveis lacunas na literatura.

Para melhor entendimento, a Figura 8 apresenta uma análise bibliométrica realizada com as palavras-chave utilizadas nos artigos indexados na base de dados *Scopus* referentes a temática dessa RSL. A partir dessa análise é possível identificar diversas relações. Observa-se por meio da espessura das arestas[13], a relação de proximidade ou distanciamento entre as palavras-chave; o tamanho da palavra-

[13] Representam as entidades em questão, sejam elas pessoas, perfis do Twitter, empresas, páginas ou usuários do Facebook, canais ou vídeos do Youtube, etc. Estes nós podem possuir atributos ou características específicas, tais como tipos, tamanho e peso. É o quantitativo de documentos que determinado item possui, critério esse pré-estabelecido pelo *software VOSviewer*. NASCIMENTO, M.R.; INOMATA, D. O.; BARBALHO, C. R. S.; SOUZA, C. M. Tendências em pesquisas sobre bibliotecas universitárias: um estudo bibliométrico dos anais do SNBU. **Em Questão**, v, 28, n. 1, 2022. ESCOLA DE DADOS. Disponível em: https://escoladedados.org/tutoriais/visualizando-redes-do-youtube-com-o-gephi/. Acesso em: 12 maio 2024.

chave e o tamanho dos nós[14] indicam a frequência em que ela foi utilizada nos artigos indexados; e as cores dos nós com a tonalidade mais clara se relacionam com o seu uso recente e demonstrado no período cronológico abaixo da análise.

Figura 8 – Análise bibliométrica de palavras-chave na Scopus



Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

[Audiodescrição: A imagem apresenta um mapa de rede bibliométrico gerado pelo software *VOSviewer*, com o título implícito “Análise Bibliométrica: coocorrência de termos sobre acessibilidade em bibliotecas acadêmicas”. O gráfico é composto por diversos nós (círculos coloridos de diferentes tamanhos) interligados por linhas curvas, que representam a intensidade das conexões entre os termos identificados em publicações científicas. No centro da imagem, destacam-se, em letras maiores, os termos mais frequentes e centrais na rede: academic libraries (bibliotecas acadêmicas); accessibility (acessibilidade); people with disabilities (pessoas com deficiência); visually impaired students (estudantes com deficiência visual); libraries (bibliotecas). Esses termos apresentam maior tamanho e espessura nos vínculos, evidenciando sua relevância na área. Os nós estão coloridos em um gradiente que vai do roxo ao amarelo, com base em uma escala temporal exibida no canto inferior direito, representando os anos de publicação: roxo escuro indica publicações mais antigas (por volta de 2014); verde indica média temporal; amarelo corresponde a publicações mais recentes (até 2020). No canto inferior esquerdo da imagem há o logotipo do software VOSviewer, que também é o responsável pela visualização e mapeamento dos dados. A rede visualiza, de maneira clara, a interconectividade entre os conceitos-chave sobre acessibilidade em bibliotecas acadêmicas, demonstrando as áreas temáticas recorrentes e sua evolução ao longo do tempo.]

A figura 8 mostra que as palavras-chave *accessibility* e *academic libraries* são os termos considerados mais utilizados nos artigos indexados na base de dados

[14] São as conexões entre os nós, representam as relações entre as entidades. ESCOLA DE DADOS. Disponível em: https://escoladedados.org/tutoriais/visualizando-redes-do-youtube-com-o-gephi/. Acesso em: 12 maio 2024.

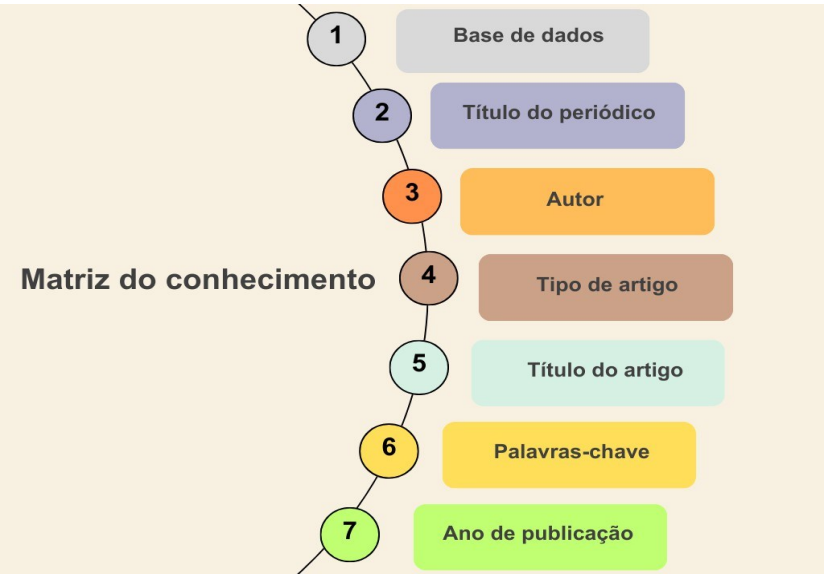
Scopus para representarem o conteúdo sobre a temática pesquisada. Isso é corroborado pelo tamanho dos nós em que esses termos estão localizados, pois são maiores em relação as outras palavras-chave, o que significa a sua frequência de uso nos artigos e a sua relevância.

Diante do exposto, as análises auxiliam na formação das relações, expressam a relevância entre os termos de busca e possibilitam identificar um rol de elementos determinantes para a construção da pesquisa (Ferenhof; Fernandes, 2016).

3.1.3 – Fase 3 – Síntese

Na fase 3, Síntese, a atividade 7 consiste na elaboração de relatórios na qual são feitas reflexões sobre a temática pesquisada e, então, são compiladas em forma de relatórios. A síntese dos dados contribui para a produção de novos conhecimentos, tendo como fundamentos os resultados obtidos em investigações anteriores (Ferenhof; Fernandes, 2016). Estes autores propõem o uso de uma matriz do conhecimento para extrair e organizar os dados obtidos a partir da análise dos artigos. Cabe ao pesquisador definir os dados que serão analisados, ressaltando-se que não existe um modelo padrão para a elaboração dessa matriz. Dessa forma, na presente tese, a matriz do conhecimento elaborada é uma adaptação resumida daquela desenvolvida por Ferenhof e Fernandes em 2014.

Figura 9 - Matriz do conhecimento



Fonte: Baseado e adaptado de Ferenhof e Fernandes (2016).

[Audiodescrição: A imagem apresenta um diagrama chamado "Matriz do conhecimento", que organiza diferentes elementos relacionados à pesquisa acadêmica. No lado esquerdo, o título "Matriz do conhecimento" está escrito em negrito. Ao lado direito, há uma estrutura visual composta por círculos numerados de 1 a 7, conectados por uma linha curva, formando uma sequência. Cada número está associado a uma categoria representada por um retângulo colorido contendo um rótulo descritivo. Estrutura da Matriz do Conhecimento: Número 1 (círculo cinza) → Base de dados (retângulo cinza claro); Número 2 (círculo roxo) → Título do periódico (retângulo roxo claro); Número 3 (círculo laranja) → Autor (retângulo laranja); Número 4 (círculo marrom) → Tipo de artigo (retângulo marrom); Número 5 (círculo azul-claro) → Título do artigo (retângulo azul-claro); Número 6 (círculo amarelo) → Palavras-chave (retângulo amarelo); Número 7 (círculo verde) → Ano de publicação (retângulo verde-claro). A imagem tem um fundo bege, e os retângulos usam cores variadas para facilitar a distinção entre as categorias. O diagrama apresenta uma organização clara e hierárquica, conectando os conceitos de forma sequencial].

3.1.4 – Fase 4 – Escrita

Na fase 4, a atividade 8 - elaboração da escrita - se refere à consolidação dos resultados por meio da comunicação científica e teve como produto, o arcabouço teórico construído no decorrer desta tese. Diante do exposto, a proposta metodológica desenvolvida por Ferenhof e Fernandes (2016), o *SSF*, foi apresentada e aplicada na presente RSL.

Acrescenta-se que, além do conteúdo obtido por meio da RSL, foram utilizados artigos e outras publicações inerentes à temática pesquisada, independentemente do período selecionado, sendo estas também mencionadas pelos autores contemporâneos e consideradas fundamentais para a discussão das temáticas propostas.

Após a realização da RSL, entende-se a necessidade em recorrer para a etapa empírica da pesquisa, para que seja compreendida as percepções da pessoa bibliotecária com deficiência em relação à acessibilidade, ao desenho universal e à utilização dos recursos de TA nas bibliotecas universitárias federais brasileiras. Para atingir a esse objetivo, iniciou-se o processo de localização dos participantes para que fossem convidados a participarem das entrevistas individuais em profundidade.

[Fim da subseção]

[Início da subseção]

3.2 Entrevista individual em profundidade

Em busca de uma melhor compreensão do indivíduo em todos os seus aspectos sociais, biológicos, históricos, políticos, psicológicos e econômicos, determinados métodos da pesquisa qualitativa são mais adequados em relação a outros, dentre os quais pode-se destacar a entrevista. Esta trata de um diálogo entre duas pessoas, no qual a pessoa que ocupa o papel de entrevistadora tem por finalidade extrair ao máximo de informações sobre determinado assunto do entrevistado, de natureza profissional. É uma técnica utilizada para a coleta de dados, auxiliar na obtenção de um diagnóstico e para o tratamento de um problema social (Marconi; Lakatos, 2003).

As entrevistas consistem em "conversas orais, individuais ou em grupos, cujo grau de pertinência, validade e confiabilidade é analisado na perspectiva dos objetivos da realização do estudo de usuários" (Cunha; Amaral; Dantas, 2015, p. 214). Diversas áreas do conhecimento recorrem a esse procedimento, como a Sociologia, a Antropologia, a Psicologia, a Ciência da Informação, dentre outras. Segundo Selltiz (1965, p. 286), em relação ao conteúdo, a entrevista é separada em seis objetivos:

> [Início da citação] A – Averiguação de fatos;
> B – Determinação das opiniões sobre os fatos;
> C – Determinação de sentimentos;
> D – Descoberta de planos de ação;
> E – Conduta atual ou do passado;
> F – Motivos conscientes para opiniões, sentimentos, sistemas ou condutas.
> [Fim da citação]

Segundo Cunha, Amaral e Dantas (2015), as entrevistas são classificadas em três tipos, de acordo com a disposição das perguntas: não estruturada, semiestruturada e estruturada. A entrevista não estruturada é aquela em que o entrevistador aborda sobre determinado assunto e as questões surgem ao decorrer da conversa com o entrevistado. A entrevista semiestruturada necessita de um roteiro para guiar a conversa com o entrevistado. Entretanto, as perguntas são realizadas de acordo com o desenvolvimento da entrevista, sem uma ordenação específica. Dependendo das respostas obtidas, novas perguntas podem surgir durante a conversa, com a finalidade em aprofundar sobre o assunto abordado. Enquanto a entrevista estruturada utiliza um roteiro com poucas perguntas

dissertativas, com o intuito em obter de modo padronizado, [início da citação] “os dados e informações da população pesquisada com a análise das respostas na amostra” (Cunha; Amaral; Dantas, 2015, p. 221-222) [fim da citação].

Assim, a coleta de dados sobre as percepções da pessoa bibliotecária com deficiência sobre a acessibilidade, o desenho universal e os recursos de TA, como instrumentos de auxílio para a execução das suas atividades, foi por meio da entrevista semiestruturada. A entrevista semiestruturada é mais flexível e permite o aprofundamento para o questionamento de possíveis situações ocorridas no ambiente da biblioteca universitária durante a realização de alguma atividade.

Quando as entrevistas são realizadas individualmente deve-se comentar ao entrevistado, de forma simples e informal, o motivo do estudo, enquanto as de grupo é fundamental mostrar que, o indivíduo entrevistado está [início da citação] “em posição extremamente promissora para observar e relatar a sua atividade” (Flanagan, 1973, p. 118-119) [fim da citação]. Salienta-se a importância de se manter o sigilo dos dados para que resguarde o entrevistado[15] as perguntas não devem ser tendenciosas, mas elaborada de forma simples e que instiguem o indivíduo a relatar, com a maior riqueza de detalhes possíveis. Caso ocorra alguma dúvida do entrevistado durante a realização da entrevista, o pesquisador pode esclarecê-la com alguma referência (Flanagan, 1973).

Conforme Cunha, Amaral e Dantas (2015, p. 219), a entrevista possui diversas vantagens, nos quais os autores destacam:

> [Início da citação] Facilita a criação de oportunidade para aprofundar temas e questões; permite que o entrevistador peça detalhes de respostas fornecidas quando são detectados fatos interessantes ou novos; possibilita que o entrevistador esclareça alguma pergunta ou terminologia não compreendida pelo entrevistado; possibilita que o entrevistado se expresse livremente para esclarecer temas pouco explorados; possibilita o contato direto, quando realizada presencialmente, facilitando ao entrevistador captar as reações do entrevistado: hábitos, sentimentos, expressão facial etc; permite ao entrevistador perceber as diferenças individuais em relação ao entrevistado, mantendo uma postura neutra durante a entrevista; possibilita a apresentação de questões individualizadas para melhorar a comunicação; amplia o grau de confiabilidade dos dados coletados; amplia a flexibilidade quanto ao tempo de duração; permite adaptação às novas situações e aos vários entrevistados (Cunha; Amaral; Dantas, 2015, p. 219). [Fim da citação]

[15] [Início de nota] Projeto de tese aprovado pelo Sistema do Comitê de Ética em Pesquisa da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa CEP/CONEP da UFMG. Parecer consubstanciado disponível no Anexo A, ao final desta tese [Fim de nota].

Considerando a atuação da pessoa bibliotecária com deficiência em bibliotecas universitárias federais brasileiras localizadas nas mais distintas regiões geográficas no país, a entrevista foi desenvolvida no ambiente *web* por meio de chamada de vídeo, utilizando os sistemas do *Google Meet*® ou *WhatsApp*®. A entrevista *online* tem um único intuito: [Início da citação] "o de fazer com que a entrevista se assemelhe tanto quanto possível a uma conversa natural, estimulando que o respondente fique à vontade para se expressar" (Cunha; Amaral; Dantas, 2015, p. 230) [Fim da citação].

O roteiro da entrevista foi elaborado com o objetivo de atender aos objetivos geral e específicos desta pesquisa, sendo estruturado em três blocos temáticos. O primeiro bloco foi composto por questões destinadas a conhecer o perfil da pessoa entrevistada, sua condição de deficiência, sua trajetória profissional até o momento da entrevista e os motivos que o(a) levaram à escolha do curso de Biblioteconomia.

O segundo bloco concentrou-se especificamente no ambiente de trabalho, com a finalidade de compreender em quais setores as pessoas bibliotecárias com deficiência estão alocadas, quais atividades desempenham, as dificuldades e desafios enfrentados no exercício de suas funções, bem como suas percepções sobre o que consideram ideal para tornar o ambiente profissional mais inclusivo.

O terceiro e último bloco abordou os recursos necessários para que essas pessoas possam desempenhar suas atividades laborais de maneira adequada. Nesse contexto, foram discutidos temas como o uso de recursos de Tecnologia Assistiva, além de aspectos relacionados à acessibilidade e ao desenho universal no ambiente de trabalho. Cabe destacar que a última questão do roteiro buscou oferecer espaço para que o(a) entrevistado(a) pudesse enfatizar algum tema pouco explorado ao longo da entrevista, por meio de sugestões, comentários ou críticas.

O processo de coleta de dados teve início com o contato junto à secretaria da FEBAB, que detém informações sobre esse público em virtude da realização do Censo da Biblioteconomia e Ciência da Informação Brasileira, conforme apresentado na Seção 2 desta tese. No entanto, após uma nova tentativa de contato, não se obteve um retorno satisfatório, o que motivou a solicitação de apoio ao presidente da entidade. Este informou que os dados coletados não poderiam ser disponibilizados, uma vez que foram anonimizados. Dessa forma, o Censo revelou-se uma fonte inviável para o acesso às pessoas bibliotecárias com deficiência.

Diante dessa limitação, a etapa seguinte consistiu em estabelecer contato com os Conselhos Regionais de Biblioteconomia (CRBs), a fim de verificar a existência de informações de contato de pessoas bibliotecárias com deficiência em seus cadastros. Após os retornos, obtidos por e-mail ou telefone, constatou-se que os CRBs não possuíam registros específicos desse público. Em razão disso, foi realizado um novo contato com cada Conselho, solicitando a divulgação da pesquisa entre seus afiliados e convidando as pessoas bibliotecárias com deficiência a participarem do estudo. Para tanto, foi elaborado e enviado um folder de divulgação da pesquisa de doutorado, com o intuito de ser compartilhado nos sites institucionais, mídias sociais e canais de comunicação dos CRBs, incentivando a participação voluntária no processo de entrevista.

Figura 10 – Folder de divulgação da pesquisa de doutorado

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

Além disso, com o intuito de atender ao objetivo específico **a)** desta tese — relacionado ao mapeamento de pessoas bibliotecárias com deficiência —, optou-se também pela utilização do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC)[16] das universidades federais brasileiras, o qual disponibiliza [Início da citação] "o acesso às informações públicas produzidas ou sob guarda da Universidade" (Universidade Federal de Minas Gerais, 2024, *online*) [Fim da citação].

A partir das informações obtidas por meio do SIC, foi possível mapear em quais instituições havia pessoas bibliotecárias com deficiência atuando em bibliotecas universitárias federais brasileiras. Para cada uma das 68 universidades federais, foi encaminhada uma solicitação de acesso à informação, com o objetivo de verificar se existiam profissionais com deficiência em seus quadros de servidores técnicos-administrativos, especificamente na área de Biblioteconomia.

Com base nos dados obtidos por meio do SIC e de contatos diretos com as universidades federais, foi possível elaborar um mapeamento quantitativo da presença de pessoas bibliotecárias com deficiência em bibliotecas universitárias federais brasileiras. O Quadro 8 apresenta esse levantamento de forma agregada, organizado por região geográfica, sem identificação direta das instituições, em consonância com os princípios éticos da pesquisa.

Quadro 8 – Mapeamento de ações institucionais e respostas ao levantamento sobre pessoas bibliotecárias com deficiência (continua)

Região do Brasil	Total de Universidades Federais Mapeadas	Situação do levantamento institucional	Observações
Norte	11	Predominância de respostas negativas ou ausência de retorno	Algumas instituições foram contatadas diretamente por e-mail
Nordeste	20	Retornos variados; poucas instituições confirmaram presença	Diferença na estrutura dos setores dificultou a obtenção de dados
Centro-Oeste	8	Maioria das instituições respondeu, mas sem identificar os servidores	Dados limitados devidos à anonimização
Sudeste	19	Algumas instituições confirmaram presença de profissionais com deficiência	Informações tratadas de forma agregada para garantir anonimato
Sul	10	Retornos mais consistentes, com algumas confirmações	Inclusão de respostas por e-mail e via SIC
Total	**68**	**45 pessoas bibliotecárias com deficiência**	**Os dados não estão associados a**

[16] [Início da nota] É o órgão responsável por receber, encaminhar e acompanhar pedidos referentes à Lei de Acesso à Informação (LAI). Disponível em: https://ufmg.br/acesso-a-informacao/servico-de-informacao-ao-cidadao-sic-ai. Acesso em: 16 set. 2024. [Fim da nota]

(conclusão)

		identificadas	**instituições específicas**

Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

A coleta de dados foi conduzida com rigor ético, com o objetivo de assegurar o anonimato e a privacidade das pessoas bibliotecárias com deficiência participantes da pesquisa. Por essa razão, os dados quantitativos obtidos não foram associados diretamente às instituições de ensino superior consultadas. Todas as informações foram tratadas de forma agregada, de modo a evitar qualquer possibilidade de identificação individual. O contato com as instituições foi realizado por meio de e-mails institucionais, nos quais se apresentou formalmente a pesquisa e se solicitou a divulgação voluntária junto ao público-alvo. Adicionalmente, todos os registros seguiram os princípios de confidencialidade e respeito às pessoas participantes, conforme estabelecido nas diretrizes éticas para pesquisas em Ciências Sociais Aplicadas.

A amostra deste estudo foi composta, prioritariamente, por pessoas bibliotecárias com deficiência atuantes em bibliotecas universitárias federais brasileiras. No entanto, após a divulgação da pesquisa pelos Conselhos Regionais de Biblioteconomia (CRBs), observou-se o interesse espontâneo de outras pessoas bibliotecárias com deficiência que trabalhavam em diferentes tipologias de bibliotecas. Embora essa participação não estivesse prevista inicialmente, decidiu-se pela inclusão desses profissionais nas entrevistas, considerando-se o potencial de impacto social da pesquisa, a valorização da diversidade de contextos e o reconhecimento da disponibilidade desses sujeitos em contribuir para a visibilidade das pessoas bibliotecárias com deficiência em diversas unidades de informação.

Durante o processo de entrevistas, as próprias pessoas participantes foram incentivadas a indicar outros profissionais com deficiência que pudessem colaborar com o estudo. Esse procedimento, conhecido como "técnica da bola de neve", consiste em uma amostragem não probabilística na qual os primeiros participantes indicam novos sujeitos, que, por sua vez, indicam outros, até que o objetivo da pesquisa seja alcançado ou o ponto de saturação dos dados seja atingido (Baldin; Munhoz, 2011). Segundo Minayo (2017), a saturação ocorre quando novas entrevistas não trazem mais informações relevantes sobre o objeto de estudo, indicando o encerramento do processo de coleta.

Apesar da ausência de consenso na literatura quanto à quantidade mínima de entrevistas necessárias para alcançar a saturação, alguns autores sugerem parâmetros quantitativos. Neste estudo, seguiu-se, inicialmente, a proposta de Atran, Medin e Ross (2005), que indicam como referência mínima a realização de 10 entrevistas. Ao final, foram realizadas 25 entrevistas, distribuídas da seguinte forma: 10 com pessoas bibliotecárias com deficiência atuantes em bibliotecas universitárias federais brasileiras; 13 com pessoas bibliotecárias com deficiência vinculadas a outras tipologias de unidades de informação.

Embora a amostra principal desta pesquisa seja composta por PBCD atuantes em unidades de informação, foi incluído o relato de uma pessoa com deficiência visual que, ainda que não possuísse formação em Biblioteconomia, exerce suas funções no setor de Tecnologia Assistiva de uma biblioteca universitária federal. Sua contribuição enriquece a análise, especialmente no que diz respeito às práticas de acessibilidade, à mediação com usuários e à escolha de cursos e trajetórias profissionais.

Acrescenta-se, ainda, a inclusão do relato de uma pessoa com deficiência que concluiu o curso superior em Biblioteconomia, mas que atua oficialmente com o cargo de assistente administrativo em uma instituição na qual já há uma profissional registrada como pessoa bibliotecária responsável. A inclusão desse depoimento se justifica pela formação acadêmica da participante, pela sua atuação em unidade de informação e pela riqueza de sua trajetória profissional, que evidencia os obstáculos estruturais para o pleno exercício da profissão por pessoas com deficiência.

As entrevistas foram analisadas com base na técnica de análise narrativa, amplamente utilizada em pesquisas qualitativas. Segundo Nunes, Paula, Bertolassi e Faria Neto (2017), a análise narrativa constitui-se como um instrumento metodológico voltado à compreensão de circunstâncias específicas que o pesquisador busca investigar, sendo aplicável em contextos científicos, pedagógicos, investigativos e sociais. Nesse sentido, a comunicação estabelecida entre o entrevistador e a pessoa bibliotecária com deficiência será examinada de forma a atender aos objetivos propostos para esta tese de doutoramento.

As entrevistas foram analisadas por meio da técnica de análise de narrativa, uma abordagem qualitativa que se mostrou adequada aos objetivos da pesquisa, por permitir a interpretação das experiências, desafios e percepções das pessoas participantes a partir de seus próprios relatos.

A análise de narrativa constitui-se como uma estratégia metodológica voltada à interpretação das histórias contadas pelas pessoas participantes, possibilitando capturar não apenas o conteúdo dos relatos, mas também a forma como são organizados, os sentidos atribuídos aos eventos narrados e as estratégias discursivas empregadas. De acordo com Jovchelovitch e Bauer (2002), a narrativa representa uma forma privilegiada de expressão do conhecimento social, pois organiza experiências individuais e coletivas em sequências de eventos dotados de significado.

Conforme Riessman (2008), essa técnica pode considerar aspectos estruturais, temáticos, interacionais e performáticos, permitindo identificar padrões de experiência e representação nas falas dos entrevistados. Dessa forma, ao analisar as narrativas, buscou-se não apenas identificar conteúdos recorrentes, mas também compreender como as PBCD constroem sentidos sobre suas práticas profissionais, as barreiras enfrentadas e as estratégias de inclusão desenvolvidas nos ambientes em que atuam.

A análise foi conduzida de maneira sistemática, com base em etapas adaptadas de Riessman (2008), Jovchelovitch e Bauer (2002), conforme a figura 11.

Figura 11 – Etapas da análise de narrativa

Fonte: Adaptado de Jovchelovitch e Bauer (2002) e Riessman (2008).

[Audiodescrição: A imagem apresenta um esquema visual em formato retangular com fundo claro e bordas coloridas em tons suaves, ilustrando as **sete etapas da técnica de análise de narrativa**. Cada etapa está numerada de 1 a 7 e organizada em caixas com bordas coloridas, dispostas verticalmente.]

Esse procedimento permitiu apreender não apenas os conteúdos explícitos dos relatos, mas também os sentidos atribuídos pelos sujeitos às suas experiências, de forma alinhada aos objetivos desta pesquisa.

[Fim da seção]

[Início da seção]

4 ANÁLISE DOS DADOS

Esta seção apresenta a análise dos dados obtidos por meio das entrevistas em profundidade realizadas com as pessoas bibliotecárias com deficiência. Com o objetivo de facilitar a organização e a compreensão dos resultados, adotou-se a sigla PBCD para designar a pessoa bibliotecária com deficiência ao longo do texto.

Os dados foram organizados em duas categorias analíticas: o Grupo 1 (G1) contempla as PBCD que atuam em bibliotecas universitárias federais; o Grupo 2 (G2) reúne aquelas que trabalham em outras tipologias de unidades de informação, bem como uma pessoa com deficiência que atua no setor de Tecnologia Assistiva de uma biblioteca universitária (identificada como PCD-TA) e uma pessoa com deficiência formada em Biblioteconomia que exerce a função de auxiliar administrativo (identificada como PBCD-A) em uma biblioteca escolar.

[Fim de subseção]

[Início de subseção]

4.1. Análise de narrativa do G1

Nesse contexto, a entrevista em profundidade com o G1, PBCD que atua em biblioteca universitária federal brasileira, teve início com a apresentação do pesquisador, do título da tese e do objetivo geral do estudo. Em seguida, foi aplicado o primeiro bloco do roteiro de entrevista, voltado à caracterização da pessoa entrevistada. Nesse momento, solicitou-se que a PBCD explicasse a natureza de sua condição. Com base nessas informações foi elaborado o Quadro 9, que apresenta as diferentes condições de deficiência relatadas pelas pessoas participantes da pesquisa.

Quadro 9 – Condições de deficiências das PBCD (continua)

Pessoa entrevistada	Condição de deficiência
PBCD 1	Transtorno do Espectro Autista
PBCD 2	Mobilidade reduzida
PBCD 3	Deficiência auditiva
PBCD 4	Deficiência física
PBCD 5	Paralisia cerebral
PBCD 6	Cegueira

(conclusão)

PBCD 7	Mobilidade reduzida
PBCD 8	Deficiência física
PBCD 9	Deficiência física
PBCD 10	Distrofia muscular

Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

A análise das diferentes condições de deficiência das PBCD revela a diversidade funcional existente entre profissionais da Biblioteconomia que atuam no serviço público federal. Esse panorama contribui significativamente para a compreensão das múltiplas necessidades, barreiras e experiências vividas por esses sujeitos em seu ambiente laboral.

O Quadro 9 expõe que, entre os dez participantes, há representação de diferentes condições: deficiência física (incluindo mobilidade reduzida, paralisia cerebral e distrofia muscular), deficiência auditiva, deficiência visual (cegueira) e Transtorno do Espectro Autista (TEA). Essa variedade indica que as barreiras enfrentadas não são homogêneas e que as estratégias de acessibilidade devem considerar as especificidades de cada tipo de deficiência.

A presença majoritária de profissionais com deficiência física ou mobilidade reduzida (PBCD 2, 4, 7, 8, 9 e 10) aponta para a prevalência de um perfil funcional que, embora frequentemente visível, ainda enfrenta desafios significativos quanto à acessibilidade arquitetônica e à adequação dos postos de trabalho. Tais condições demandam adaptações estruturais, como rampas, elevadores acessíveis, mobiliário ajustável e banheiros adaptados.

A participação de um(a) profissional com cegueira (PBCD 6) destaca a importância da acessibilidade comunicacional e instrumental, sobretudo no que se refere ao uso de *softwares* leitores de tela, materiais em Braille e sinalização tátil. Já a presença de uma pessoa com deficiência auditiva (PBCD 3) reforça a necessidade de intérpretes de Libras, legendas e ambientes com acústica adequada para a comunicação eficaz no espaço da biblioteca.

O relato de um(a) profissional com TEA (PBCD 1) amplia ainda mais o escopo das demandas de acessibilidade. No caso de pessoas neurodivergentes, as barreiras não são exclusivamente físicas ou comunicacionais, mas frequentemente relacionais e metodológicas, envolvendo a compreensão das particularidades cognitivas e sensoriais. Isso exige práticas institucionais pautadas na empatia, na

previsibilidade de rotinas, na comunicação clara e em ambientes sensoriais adequados.

Assim, compreender a pluralidade das experiências e das necessidades das PBCD é essencial para a construção de ambientes informacionais verdadeiramente inclusivos, nos quais o lema “Nada sobre nós sem nós” seja efetivado na prática institucional e na política pública.

Quadro 10 – Trajetória profissional (continua)

Pessoa entrevistada	Relato
PBCD 1	“Iniciei com um serviço de pesquisa para quem tinha nível superior; em seguida trabalhei como bolsista da CAPES que consistia em um serviço que era para construir respostas técnicas sobre assuntos industriais e a produção de texto. Depois eu fui trabalhar com a avaliação do vocabulário controlado; em seguida exerci as atividades laborais em uma biblioteca universitária de uma faculdade particular e depois fui aprovado em concurso público em uma universidade federal.”
PBCD 2	“Eu fui chamada pela [...], que foi uma militante aqui no Estado, em direitos de pessoa com deficiência, era uma mulher tetraplégica, sabe? Ela me chamou para ser a secretária da comissão. Qual era a minha missão dentro da equipe? Era ajudar que todos eles conseguissem expor o conhecimento de vida que eles tinham E através desse conhecimento de vida, transformar numa política pública, municipal. Era um conhecimento tácito.
PBCD 3	“Eu também fiz mestrado e doutorado, amei, queria muito ir para a vida acadêmica, cheguei a passar no concurso [em uma universidade federal] e outros lugares por aqui mais perto, mas a deficiência auditiva, ela pesou e me fez, ela pesou e entre outros elementos, e o fato de eu amar minha profissão de bibliotecária, isso tudo me fez escolher permanecer como bibliotecária. Porque em sala de aula eu não ouço bem os alunos.”
PBCD 4	“Na hora que eu estava me formando, eu arranjei um emprego como assistente social. Eu formei direitinho e tal e fiquei em *stand by* com aquela formação, a luz com aquela coisa simples de querer atuar na área. Aí eu fui fazer os concursos, aí eu fiz o concurso, passei em um concurso de uma empresa de saneamento aqui do Estado. Só que eu sofri, capacitismo lá. Aí eu fui fazendo outros concursos. Comprei um curso online que eu sou muito de tecnologia, fiz o curso, o curso para concursos, aí passei na universidade federal.”
PBCD 5	Não respondeu.
PBCD 6	“Eu trabalhava na época como telefonista, lá no Instituto dos cegos, daí a presidente, aproveitou e me colocou como bibliotecário, né? Só que o salário mesmo, né? Não teve alteração nenhuma, mas enfim, quando você termina a graduação, o mercado na época ainda era bem escasso. Não tinha concurso, não tinha, né? Aí me colocou, aí, enfim, eu trabalhei só um ano e meio na área, depois parou porque ela não tinha mais recurso lá, segundo ela, não tinha mais como manter lá no emprego. Eu fiquei um tempo parado, ainda trabalhei um tempo fora da área como telefonista na área, no hospital aqui de saúde, uma saúde trauma aqui, que é uma saúde grande de saúde, um concurso no processo seletivo que eles fizeram. Mas eu sempre tentando alguma coisa na área, né? Quando apareceu algum concurso municipal, tentava, aí apareceu, aí foi quando eu fiz aqui a primeira vez da [universidade federal] não passei. Aí depois, com 4 anos, depois apareceu um outro concurso pra cá e eu fiz, foi elaborado pela própria instituição, aí foi quando eu passei, aí pronto.”
PBCD 7	“Fiz a minha colação ano passado. Aí já comecei a estudar pra concurso.

(conclusão)

Pessoa entrevistada	Relato
	Assim, foi muito rápido, né? Que nem eu esperava, viu? Que eu já consegui logo aqui na [universidade federal]."
PBCD 8	"Eu me formei e fiz concurso. Eu me formei em janeiro. E em junho, acho que foi, depois de um pouco. E aí eu ingressei na vaga de bibliotecária na [universidade federal.]"
PBCD 9	"Eu tive a oportunidade de trabalhar na faculdade que eu estudei, que tem o curso de biblioteconomia e outros cursos, e hoje já tem até outros, vários outros, e parece que biblioteconomia nem tem mais. E aí eu fiquei três anos, mas a vontade de sair continuava, porque o salário era muito baixo, eu ganhava um salário ruim. Eu tive a oportunidade de fazer um estágio [de uma empresa de pesquisa agropecuária] e conheci uma pessoa de uma empresa de pesquisa agropecuária de um [Estado da região Centro-Oeste]. E surgiu uma oportunidade de trabalhar na biblioteca dessa instituição, que era uma empresa de pesquisa agropecuária. Então, aí eu fui pra lá, aceitei, fiquei três anos lá. E aí eu fiz o concurso pra uma Empresa de Pesquisa Agropecuária [no Estado da região Centro-Oeste]. Aí fui pra lá, fiquei, de 90 até 98. Em 1997, 1996. Aí lá eu fiz o concurso para o Instituto Federal mesmo. E passei e fui pra lá. E aí eu conheci uma pessoa que tinha contato com uma [universidade privada] e me convidou pra fazer o teste nela pra eu poder ficar mais próxima da minha família. Então eu fui participar e passei nessa seleção. Aí trabalhei nessa universidade de 98 até 2007, quando foi criado um campus em uma outra cidade e estavam precisando de uma bibliotecária lá. Por contenção de despesas, estava para demitir uma bibliotecária. Não sabia se... Não, não tinha nada que seria eu, né? Mas aí, eu... Como eu tinha essa oportunidade, fiz o concurso da [universidade federal], passei. Aí, a chefe de lá falou assim, se você quiser, você vai para a [universidade privada] e na universidade federal. Falei, não, mas eu não dou conta, não dá. Aí eu fui e trabalhei três anos nas duas e depois fiquei apenas na universidade federal.
PBCD 10	"Aí quando eu me formei, eu fui contratada como bibliotecária terceirizada, trabalhei um ano [na instituição em que fiz estágio], quando a [universidade federal] abriu o concurso para a bibliotecária aí eu falei assim 'vou fazer.' Aí eu passei e fui, tô lá até hoje."

Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

Seguindo o roteiro de entrevista, a próxima pergunta realizada foi referente a trajetória profissional e o motivo do(a) participante ter escolhido o curso de Biblioteconomia. Com base na análise qualitativa do quadro referente à trajetória profissional da PBCD, observa-se uma diversidade de percursos marcados por desafios estruturais, superações individuais e estratégias de permanência e inserção no mercado de trabalho.

A análise evidencia que a maior parte das trajetórias é fortemente influenciada por barreiras contextuais que exigem resiliência, múltiplas tentativas de inserção profissional e, em muitos casos, transições entre empregos precários, concursos públicos e atuações em instituições privadas ou públicas. A atuação em bibliotecas universitárias federais aparece como um ponto de estabilidade na trajetória de várias

PBCD, conquistada geralmente após experiências anteriores em cargos de baixa remuneração, falta de reconhecimento profissional ou situações de discriminação.

Nota-se também a presença de experiências formativas e de mobilização social como elementos relevantes para a construção dessas trajetórias. A participação em políticas públicas, como relatado pela PBCD 2, ou a busca por qualificação continuada, como a realização de Mestrado e Doutorado pela PBCD 3, demonstram o protagonismo desses profissionais frente às adversidades impostas por um mercado historicamente excludente.

Em diversos relatos, o concurso público surge como uma via de ascensão e segurança profissional. Contudo, o percurso até sua aprovação é permeado por obstáculos financeiros, falta de acessibilidade e, em alguns casos, vivência de capacitismo institucional, como aponta a PBCD 4. O investimento pessoal em cursos preparatórios e o uso de tecnologias para estudo são estratégias que se repetem entre as pessoas entrevistadas.

A precarização do início da carreira é uma constante em vários relatos. Profissionais como a PBCD 6 mencionam a atuação informal ou em cargos de telefonista antes da efetivação como pessoa bibliotecária, revelando a desvalorização inicial da formação e a sobreposição entre identidade profissional e deficiência. Além disso, a narrativa de PBCD 9 evidencia como a trajetória profissional pode se estender por diversas instituições e localidades, numa busca contínua por melhores condições de trabalho e proximidade com a rede de apoio pessoal.

A análise ainda aponta para uma presença reduzida de políticas institucionais de incentivo à permanência e progressão funcional de pessoas com deficiência. A estabilidade só é alcançada após um longo percurso, geralmente individualizado, marcado por uma atuação quase solitária diante das barreiras institucionais.

Portanto, as trajetórias profissionais das PBCD nas bibliotecas universitárias federais revelam uma realidade complexa que combina aspectos de exclusão histórica, lutas individuais e estratégias de resistência. O reconhecimento e valorização dessas trajetórias são fundamentais para o fortalecimento de políticas de inclusão efetivas e para a transformação das universidades em espaços verdadeiramente acessíveis e equitativos.

Quadro 11 – Motivação pela escolha do curso de Biblioteconomia (continua)

Pessoa entrevistada	Relato
PBCD 1	"Foi indicação da minha mãe, na época porque eu tenho uma tia que é bibliotecária, minha mãe então conhecia que existia, sabia que existia esse curso. E minha ideia inicial era fazer ciência da computação, só que eu não sou muito bom em exatas, sou muito ruim em matemática. Então, eu não ia, eu sabia que não ia dar certo fazer o vestibular na época em ciência da computação, então minha mãe me recomendou fazer para biblioteconomia e documentação."
PBCD 2	"Eu queria, na verdade, ser psicóloga e eu queria ser assistente social. E aí eu fui de uma época em que tinha o vestibular, não era ENEM, era aquele vestibular de duas provas, em que dificilmente uma pessoa no meu esquadro cultural, social, entraria numa universidade, principalmente no curso de psicologia, que na época era um curso de elite. Tentei também pra ciência social, na outra universidade estadual, porque eu gostava muito da ideia da ciência social e também tentei história. Não passei em nenhuma. Aí, o que é que eu pensei? Eu tava muito desiludida, eu pensei, eu digo assim, olha, eu vou mudar os meus projetos. Então, como eu tinha essa intimidade muito grande com os livros, eu tinha assim, eu vou para a biblioteca ou não, eu vou para algo que eu sinto que eu tenho alguma intimidade, eu não vou para letras porque não me interessa, não me interessa E aí eu fui para a biblioteconomia com o pensamento de que a biblioteconomia fosse um atalho. E aí eu fui ficando, fui ficando, fui ficando e fui gostando e acabei terminando a biblioteconomia."
PBCD 3	"Eu escolhi porque eu gostava de questões de cultura, editoração, literatura, etc."
PBCD 4	"Eu estudava na minha escola e foi feito o teste vocacional e o que que eu escolhi foi serviço social e biblioteconomia. Pesquisei o que é biblioteconomia? Pois eu me identifiquei, fiz o vestibular e passei. Aí eu fazia os 2 cursos, biblioteconomia na universidade pública e serviço social na universidade privada."
PBCD 5	"Não foi minha primeira opção, não. Eu queria fazer a psicologia e daí eu só passei na primeira etapa e depois não consegui. E aí eu vi pela grade que tinha algumas semelhanças com a psicologia na área social, e daí eu fiz a biblioteconomia e me identifiquei muito no curso, porque geralmente as pessoas que fazem somente para entrar, mas geralmente permanece porque tem que ter essa identificação para poder concluir. E eu realmente gostei do curso."
PBCD 6	"Quando eu fui fazer vestibular a primeira vez, aí eu. Eu realmente, como eu era desde criança, meu pai queria muito que eu fizesse psicologia, né? Aí o primeiro vestibular que eu fiz, eu estava terminando o terceiro ano do ensino médio científico, eu tentei a psicologia aí não passei. Aí a gente recebe no cursinho, tipo um teste vocacional. Eles estão informando um pouco de cada profissão. Aí uma vez foi um professor de matemática, ele falando do curso de biblioteconomia e tal, que era muito bom, porque eu não pensava em fazer. Aí nessa época já gostava muito de estar em biblioteca, de ler, questão de organização, eu sou muito, gosto muito das coisas organizadas, aquele negócio, rapaz, eu acho que eu digo, eu vou fazer para testar, se eu não gostar do curso eu transfiro. Aí eu fiz, aí passei, aí terminei o primeiro período e ainda pensei em transferir para psicologia, na época, mas resolvi seguir por aqui mesmo, não vou transferir não."
PBCD 7	"Olha, eu estava bem perdida nessa fase de saber o que eu ia fazer da vida, muito desanimada em relação, até por conta dos problemas de saúde que eu estava na época, mas assim, quando eu descobri, quando eu soube da profissão, eu falei, gente, é isso, eu tenho que fazer isso, porque eu gostava, assim, a gente associa tudo a livro, né, a gostar de ler, mas não é só isso, quando a gente vai aprofundando mesmo a profissão, e aí foi. Eu comecei a fazer faculdade à distância."

(conclusão)

Pessoa entrevistada	Relato
PBCD 8	“Então, quando me formei, em 2007, para Geografia e Bacharelado, eu tinha outra perspectiva de trabalhar em campo, de fazer outro tipo de atividade. Quando eu tive a prospecção, assim, de como eu ficaria, que eu poderia perder totalmente a fala, não valia mais, enfim...Aí, eu optei por fazer um outro curso. Eu já tinha uma simpatia pela biblioteconomia, e eu pensei, bom, se tudo é errado, biblioteconomia, pelo menos, eu vou trabalhar sentada, muita coisa no computador e tal, porque a combinação é normal, não é atingida no meu caso, né? Então, foi mais ou menos isso.”
PBCD 9	Eu sou de [uma cidade do interior] e na época era só lá que tinha na faculdade só tinha faculdade particular e só tinha curso de licenciatura e o único que não era licenciatura era biblioteconomia e tinha a pedagogia que era também a licenciatura e eu gostei sempre gostava muito de ler e assim. E mesmo assim, entrando na escola, na alfabetização, eu fui a primeira da minha turma a ler, eu era assim, bem envolvida com leitura. Eu queria ir [para capital] estudar, queria fazer bioquímica, inclusive. E meu pai não quis deixar, eu sair de casa. E aí uma vizinha falou assim, você gosta tanto de ler, por que você não faz biblioteconomia? Era um curso que na época estava fazendo sucesso porque não é que tinha poucas pessoas, tinha menos que hoje, no mercado era menor e tinha muitas possibilidades de emprego. Aí eu fui fazer e gostei, gostei muito.”
PBCD 10	“Bom, eu sempre gostei de leitura, né? Tem um primo que ele é da parte de informática e ele estava fazendo um trabalho na biblioteca [de uma das Forças Armadas], na parte de automação. Uma vez conversando, eu falei, poxa, tem tudo interessante. A gente não tem essa noção das outras coisas que o bibliotecário pode fazer. Aí eu comecei a achar interessante. Poxa, eu já gosto de livro, é uma área legal. Ah, então vai ser a área que eu acho que vou me encontrar bem. Aí foi que eu fiz o concurso, fiz o vestibular para a [universidade federal], passei.”

Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

Em relação à motivação para a escolha do curso de nível superior, a Biblioteconomia não foi a primeira opção de curso de Graduação. Para a PBCD 1, o curso de Ciência da Computação era o seu preferido, enquanto que, para PBCD 2, PBCD 4, PBCD 5 e PBCD 6, o curso de Psicologia foi o mais mencionado. Todavia, as reprovações nos vestibulares fizeram com que os respondentes selecionassem o curso de Biblioteconomia, devido ao incentivo de parentes, vizinhos e professores. Cabe salientar que esses participantes se identificaram com a Biblioteconomia à medida que foram aprofundando os estudos no curso despertando cada vez mais interesse pela área.

Para os participantes PBCD 3, PBCD 9 e PBCD 10, o gosto pela leitura e os aspectos culturais foram diferenciais para a seleção do curso de Biblioteconomia. As PBCD 7 e PBCD 8 afirmaram que a deficiência que possuíam foram determinantes, pois vislumbraram a impossibilidade de exercer alguma profissão; assim, elas viram na Biblioteconomia a oportunidade de melhores oportunidades de inserção no mercado de trabalho. A PBCD 3 cogitou o cargo de docência, porém, a sua condição

poderia comprometer o seu desempenho como professor (a) por ter dificuldades em ouvir os alunos. “Queria muito ir para a vida acadêmica, cheguei a passar no concurso [de uma universidade federal] e outros lugares por aqui mais perto, mas a deficiência auditiva pesou, e o fato de eu amar minha profissão de bibliotecária[o], isso tudo me fez escolher permanecer como bibliotecária[o]” (PBCD 3).

Quadro 12 – Setor(es) alocado(s) e atividade(s) desempenhada(s)(continua)

Pessoa entrevistada	Relato
PBCD 1	“Eu trabalho em uma biblioteca setorial na universidade que eu trabalho. Nós temos um sistema de bibliotecas que é assim, na universidade a sede dela fica em outro Estado. Então, mas mesmo assim eu faço a parte de processamento técnico. Essa é a parte de processamento técnico, catalogação, publicação dos TCC no repositório institucional.”
PBCD 2	“Na época em que foi criada a Secretaria de Acessibilidade, dentro do Gabinete do Reitor, e ela veio funcionar do lado da biblioteca, numa sala que tinha de leitura. Aí o jornalista disse assim, [...], você quer ir pra Secretaria de Acessibilidade até que o elevador seja consertado? Porque você vai ficar sem poder subir. Aí eu fui porque era do lado. Tinha uma sala, tinha um laboratório, tinha computador, tinha tudo que eu precisava. E aí eu me envolvi tanto que foi criado lá um setor de produção de material acessível. Eu criei lá e fiquei coordenando. E aí comecei a produção de material acessível científico. Aí o diretor me tirou da sessão e me levou para a biblioteca universitária e criou a rede de núcleos de acessibilidade dentro do sistema de bibliotecas e me colocou na coordenação. Então existe a ADAPTE, que é a Divisão de Acesso Usado para Pessoas com Deficiência, que coordena a rede, de atendimento às pessoas com deficiência. E aí a gente começou a trabalhar na capacitação desses bibliotecários.”
PBCD 3	“Recentemente eu mudei de posição, eu vim de uma biblioteca setorial, que a gente chama aqui setoriais, e vim para a biblioteca central, onde eu assumi a direção da biblioteca central. A biblioteca central, ela faz a gerência do sistema também, do SAB, que é o nosso, né, e ela coordena tecnicamente as bibliotecas. Uma coisa que é bem diferente para mim é que eu vim de setorial onde eu fazia muito atendimento ao público, muita coisa no usuário final e aqui eu só consegui atender até hoje um usuário. Então é muito questão de gestão, articulação, políticas e projetos. Projetos, basicamente isso.”
PBCD 4	“Ó, lá, cada um faz de tudo um pouco, né? Tem o processamento técnico que as bibliotecárias ficam. Nós temos uma sala de processamento técnico, eles são o principal ficam fazendo o processamento técnico. Quando tem alguma demanda com o usuário, o aluno é preciso de alguma orientação em que o auxiliar ou o atendente não possa resolver, quem estiver disponível vai e resolve a situação. No processamento técnico faz a catalogação, faz o repositório, é comigo, as fichas catalográficas que é comigo e outra colega. Esse atendimento ao aluno, quando a recepção está muito cheia e aí a gente vai lá dar um apoio, né? Eu dou um apoio também aos colegas que estão lá no atendimento.”
PBCD 5	“Eu fico na área da referência, no setor de referência e aí dentro do setor de referência tem o serviço de acessibilidade que é o atendimento direcionado aos usuários com deficiência. Então eu sou responsável nesse atendimento, nesse acolhimento, nessa preparação desse espaço para as pessoas com deficiência.”
PBCD 6	“Atuo atualmente no serviço de informação ao usuário com deficiência, né? Mais especificamente, é voltado para deficiência visual. Nós fazemos

(conclusão)

Pessoa entrevistada	Relato
	empréstimos de livros em Braille e tem áudio também, né? Contribuímos com pesquisa, né? Como a sua, por exemplo, e com outros alunos que sempre procuram aqui na questão de informações, no que dizer o que a gente faz no setor com relação à contribuição para Acessibilidade. Como eu te falei antes, aí a gente tem a parte de adaptação de materiais que tem uma revisora que trabalha aqui. Ela é lotada no comitê de Inclusão e Acessibilidade, né, que a gente tem aqui na universidade e ela fica à disposição do trabalho aqui na biblioteca. Contribuição em pesquisa informação aos usuários que sempre eles pedem informação, alguma coisa assim como é que, né? Que é adaptação de materiais? É, eu acho que em tese seria isso aí, sabe?"
PBCD 7	"Eu tô num centro de tecnologia da [universidade], o prédio, a biblioteca são do Instituto de Química. E aí, no momento que eu tô fazendo, catalogando livros, eu fico na circulação, também de empréstimo. Estou fazendo também a atualização das teses que já estavam no sistema, só que está com a catalogação um pouco errada, desatualizada. Estou atualizando tudo isso. Tem uma pessoa que está ajudando, fazendo está escaneando todas as teses antigas e eu estou só pegando essa parte para correção delas e incluindo no sistema. E depois disso eu vou também fazer no [sistema de gerenciamento do acervo da biblioteca] alguns trabalhos acadêmicos dos alunos. Eu vou colocar nesse sistema. Ainda não cheguei nessa fase, mas já está tudo... Estou, no momento, catalogando e fazendo essas teses. E quando dá, fico no balcão também para os alunos. Então, eu estou no setor de processamento técnico."
PBCD 8	"Eu estou atualmente na chefia da biblioteca. Então, eu desempenho várias questões administrativas. Eu trabalho na catalogação também. Na verdade, eu faço de tudo um pouco. A catalogação, na separação e seleção de materiais, de pessoal."
PBCD 9	"Eu sou do setor de referência, gosto muito do que eu faço, atendo as pessoas, tanto na pesquisa, no atendimento e normalização de trabalho acadêmico."
PBCD 10	"Eu sempre gostei de fazer de tudo um pouco. Eu nunca fui daquela, assim, só da referência, ou só da catalogação. Eu sempre gostei porque é aquela coisa de você poder cobrir um colega, ou você tá de férias, ter alguém pra te cobrir também, né? Então, eu sempre gostei de... Então, lá, assim, a minha especialidade maior é a catalogação, né? Eu atuo mais na catalogação e atualmente também estou na parte de gestão da biblioteca. E lá a gente faz de tudo. Como a gente não tem mais prestador, tem que ir para o balcão, fazer empréstimo, referência, enfim. É tudo um pouco, mas assim, o meu forte é a catalogação."

Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

O bloco 2 do roteiro de entrevista consistia em identificar o ambiente de trabalho, o local de atuação da PBCD, as atividades realizadas, a sua percepção sobre ambiente inclusivo e propostas de melhorias, caso fossem consideradas necessárias.

Então, indagou-se aos participantes qual(is) setor(es) estava(m) alocado(s) e quais as atividades desenvolviam nos seus locais de trabalho. A PBCD1 atua em uma biblioteca setorial e se encontra lotada no setor de processamento técnico, que envolve a catalogação e as publicações dos trabalhos de conclusão de curso (TCC) no repositório institucional. A PBCD 9 atua no setor de referência, realizando

atendimento ao público tanto na pesquisa quanto na normalização de trabalho acadêmico. A PBCD 4 afirma que na biblioteca em que atua cada profissional faz de tudo um pouco, mas as atividades nas quais mais se sobressai é o serviço de referência, a catalogação e o repositório institucional. A PBCD 7 está situada no processamento técnico realizando a catalogação de livros e teses.

A PBCD 2, a PBCD 5 e a PBCD 6 foram direcionadas para atuar em setores especializados no atendimento de pessoas usuárias com deficiência, seja para capacitação de pessoas bibliotecárias para atender esse público, a realização de empréstimo de livros em formato Braille ou áudio, e até na produção de recursos informacionais adaptados, em suas respectivas bibliotecas universitárias.

Por sua vez, a PBCD 3 ocupa atualmente o cargo de direção de biblioteca central, enquanto que a PBCD 8 e a PBCD 10 estão na gestão das bibliotecas setoriais. Dessa forma, as suas atribuições são mais direcionadas aos aspectos de gestão de recursos, de pessoas, insumos e materiais.

Observa-se então, que as PBCD têm ocupado diversas funções e desenvolvido várias atividades nas bibliotecas universitárias. Algumas instituições aproveitaram a condição da deficiência e habilidades desses profissionais para alocá-los em setores/serviços especializados no atendimento, desenvolvimento de produtos e serviços para as pessoas usuárias com deficiência. Todavia, cabe ressaltar que a deficiência não representa uma limitação da competência desses indivíduos, e eles precisam de condições de acessibilidade e oportunidades para realizar as suas atividades laborais com segurança e qualidade em qualquer espaço da biblioteca universitária.

Quadro 13 – Desafios ou dificuldades enfrentadas pelas PBCD no ambiente de trabalho (continua)

Pessoa entrevistada	**Relato**
PBCD 1	“Não tenho dificuldades para desenvolvê-las, não. Essa atividade em específico, não. Mas uma coisa que me incomodava, agora eu sei que é por causa do autismo, era atendimento a público. Uma coisa que, de repente, a gente tem que ir atender também, né? Alguns momentos. Era uma coisa que me incomodava muito no início, mas hoje já também já tá mais tranquilo, mais normal, mais normalizado. Mas assim, fora isso, não tem nenhuma outra dificuldade não, na questão estrutural não.”
PBCD 2	Foi muito doloroso sair da secretaria, mas eu precisei sair, deixei muitos amigos, enfim, foi uma dor terrível. Aí eu saí e voltei para a biblioteca e no lugar de destaque. Aí vem um período que eu enfrentei muitas dificuldades quando eu voltei para a biblioteca. Meses e meses, incompreensão dos colegas que achavam que eu tava querendo colocar meu trabalho pra cima deles, que achava que eu, como seção, tinha que concentrar todo o trabalho

Pessoa entrevistada	Relato
	das pessoas com deficiência. Então, tinha gente que chegou e disse pra mim, olha, você quer que a gente faça o seu trabalho?" Eu tive que enfrentar perseguição. Eu tive que enfrentar incompreensão. Eu adoeci. Mas eu não desisti porque é a minha bandeira. Foi um assédio do superior, foi um assédio da própria equipe, entendeu? Dos colegas que não compreendiam. Então, eu sofri pressão de todos os lados, que você nem imagina."
PBCD 3	Os desafios são uma audição, né? Para mim é audição de não ouvir. E não ouvir implica em ter dificuldade com a comunicação. Então, eu tenho dificuldade de compreender e comunicar e, portanto, de executar o meu trabalho. No atendimento, é basicamente isso. Como eu trabalho com referência, a gente trabalha muito com a educação, O trabalho em sala de aula, ele tem esses limites também. Os aparelhos auditivos também têm se desenvolvido e vão mas as dificuldades são de comunicação, eu ainda de ouvir e portanto me comunicar para fazer um bom atendimento, às vezes eu não consigo ouvir, pergunta, não ouve, então isso vai colocando barreira, parece que o meu desempenho no decorrer do tempo ele vai caindo, não tem? Eu assim já estou vendo que isso é natural, porque tem coisas que eu já não ouço e parece que é um nome muito fácil de ouvir, porque eu sei que eu não vou ouvir. Então há barreiras de comunicação. Então tem coisas assim, é questão auditiva. Eu não enfrento preconceito porque a minha deficiência não é perceptível. Eu enfrento as dificuldades de me perceberem como deficiente. E eu demorei pra me perceber assim, por isso que eu tô aqui falando contigo, porque agora que eu me percebo, eu quero me colocar assim pra defender esse espaço dessas pessoas. Na gestão, é a articulação, é ouvir."
PBCD 4	"Olhe, a única coisa que eu tenho assim em questão, o meu, o meu é esse meu local de trabalho. É que tem as escadas. Eu subo escada direto, pois o elevador é muito distante. Ou eu subo as escadas que são mais rápidas para ir ao meu setor que fica no sétimo andar da biblioteca."
PBCD 5	"O primeiro ponto são os recursos financeiros que a gente, principalmente no momento atual, e aí, diante dessa falta de recursos, tem muitas coisas que a gente quer fazer e não pode. Não tem condição de fazer quando existe dificuldade. Mas a princípio também eu tinha a questão da própria colaboração, das pessoas entenderem a importância de não ser somente de uma pessoa, essa é a responsabilidade. Daí eu comecei a trabalhar a capacitação, a conscientização da equipe, de todo o corpo da biblioteca, entenderem que é um papel social, ético, na verdade, de todos. E daí a gente está trabalhando esse processo de formiguinha, de anotar a realidade que a gente tem, de não buscar algo mais avançado, porque barra nessa questão financeira. Mas se começa na compreensão, da conscientização de que a responsabilidade é de todos."
PBCD 6	Rapaz, aqui é bom, tem a questão do sistema, né, que como eu disse a você é a questão da acessibilidade. Precisa melhorar a questão do SIGA né? O souGov não, o souGov é tranquilo, você acessa até do celular, você acessa, mas lá o SIGA ele já tem um fator complicador, que nem tudo você consegue acessar nele, muita coisa ainda falta melhorar. A questão da acessibilidade e também a questão da acessibilidade arquitetônica, sabe? Realmente ela deixa muito a desejar na [universidade], principalmente na caminhada da parada de ônibus pra ir pra biblioteca. Não tem piso tátil, aí dentro da biblioteca já tem, só que infelizmente foi feito de uma forma que baseado num projeto antigo que eu particularmente, não achei legal como ficou! Não. Só inclusive questionei na época, enfim, porque eu não gostei! Porque assim, se tem uma pessoa com deficiência dentro da própria biblioteca, podia ter sido consultada, enfim, para ver o que podia ser feito para melhorar. Mas, enfim, como não houve essa consulta quando o pessoal aqui, segundo, quando soube, já tinham feito a reforma."
PBCD 7	"O balcão ali, até a gente faz, tem uns dias certos, mas assim, tem dias que tá assim, de funcionária, não tem como. Então, eu fico ali, eu opto, pego tudo

(conclusão)

Pessoa entrevistada	Relato
	o que eu preciso com dificuldade, mas às vezes eu até já pedi ajuda a um colega de trabalho meu pra pegar alguma coisa que ficou lá embaixo pra eu não ficar subindo e descendo, mas isso é uma coisa que assim, de vez em quando me incomoda, tipo, teve até dias que eu não vou conseguir nem subir a escada, então eu vou ter que ficar lá embaixo. Já falei com ela que talvez eu precise ocupar uma mesa que tá perto de uma sala de estudo lá embaixo que fica perto dos periódicos e tal, mas eu não sei se vai chegar a rede ali pra mim. Em relação aos desafios maiores, assim, que lá na Biblioteca tem muito livro, muito livro pesado. Assim, a gente vai devolver. Dificuldade aqui também, meu ombro é prejudicado. Então assim, tem dias que no final do dia eu já tô sentindo dor. Mas em relação ao desafio, é isso. E a questão da escada, que de vez em quando isso vai, com certeza, ser um problema pra mim.
PBCD 8	"Quando eu fui designada pra vir pra cá foi mais complicado porque assim, a Universidade não tem... Sabe, o trabalho da Universidade Federal, não sei qual é aí, mas aqui assim é... Existem as leis, mas nunca tiveram. Então, quando eu vim pra cá, não existia um banheiro adaptado. E aí, dentro da biblioteca, aqui nós temos um banheiro. E daí, o diretor mandou colocar umas barras. A gente fez uma gambiarra. E aí, encontramos ruílas pra utilizar. Depois de um tempo, eles construíram um banheiro adaptado aqui próximo, até porque tem alunos agora, né, com deficiência também. Mas o que eu mais... Não tem assim, ó... Tipo, não tem que mexer nas estantes, óbvio que eu não alcanço as estantes. Sabe como é que é? Então eu peço para o bolsista ir comigo para me auxiliar. Então assim, tem várias coisas, mas a gente vai dando o seu jeitinho, sabe? Sempre tem um colega para auxiliar. Minhas colegas me ajudam bastante. Para fazer a transferência da minha cadeira para a cadeira que eu sento, sempre tem uma colega para auxiliar. Isso é uma coisa importante. Cadeira também. Levei um ano e pouco para eles comprarem uma cadeira ergonômica assim, para sentar, para conseguir. O diretor que estava na época era uma pessoa bem... paliável, assim. E aqui tem as coisas comigo. É lei e tal, mas se não contar com a boa vontade... a coisa não sai. Mas enfim, te respondendo assim, eu não tenho nenhuma atividade que eu não consiga realizar, nem peço totalmente. É o seu melhor jeito. Tipo, até atender o usuário no balcão, assim. Ou quando tem que... Ah, outra coisa que me perdoa são as atividades. Eu faço auxílio também a... Os trabalhos acadêmicos, a parte... Então, quando vem aluno com dúvida, eu acabo... Eu entro aqui na minha mesa mesmo, sento no meu ladinho ali pra não ter que ficar me deslocando, e eu atendo a eles dali. Então, assim...por enquanto tá dando certo."
PBCD 9	"Não, assim, não deveria ter, porque é físico, é externo, E eu me adaptei bem com a prótese, eu até vim aqui agora porque surgiu um problema, mas assim, não foi de adaptação, porque já tem 27 anos que eu sou amputada, que eu uso prótese, e é tranquilo. No trabalho, às vezes, quando está... Às vezes está muito quente, a perna fica ferida, aí me incomoda de andar, de chegar ao trabalho, mas nunca deixei de ir por causa disso, eu tento, vou com a perna mais solta, mais larga e tiro na medida do possível, quando eu não preciso andar."
PBCD 10	"Olha, com assim, o meu...pra minha dificuldade em si, até que graças a Deus eu não encontrei. Porque a biblioteca, quando eu fui já sabendo da minha condição, a biblioteca ficava no térreo. Então, ela é toda no térreo. Então, eu não tive esse problema. O problema seria se eu tivesse que subir escada. Isso realmente seria um problema. Mas fora isso, e pegar peso. Porque, como a distrofia é a fraqueza muscular, então, assim, pegar aqueles livros, né, que são imensos. Eu pegava, mas... Não podia, assim, longa distância com aquilo ali, não. Então, assim, isso fluía bem, né? Tranquilo."

Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

Na sequência do roteiro de entrevista, a próxima questão abordava sobre os desafios e as dificuldades enfrentadas pela PBCD em seu local de trabalho para desempenhar as suas atividades laborais, respondendo ao objetivo específico c desta tese.

A PBCD 1 afirmou que o seu incômodo estava relacionado ao atendimento ao público, pelo fato de ser uma pessoa com TEA. Nessa direção, a PBCD 3 diz que o comprometimento de sua audição repercute na dificuldade de compreender e comunicar e, portanto, de executar o seu trabalho. Como ocupa um cargo de gestão, e por consequência necessita de articular e ouvir, o seu desempenho é prejudicado, pois a barreira da comunicação está limitando o seu poder de atuação

Para as PBCD 4, PBCD 6, PBCD 7 e PBCD 8 as dificuldades estão voltadas às barreiras arquitetônicas. A localização da biblioteca no sétimo andar; a ausência de piso tátil desde o ponto de ônibus até a biblioteca; altura das estantes do acervo; a ausência de elevador ou rampa de acesso foram alguns dos aspectos citados pelos profissionais entrevistados. Há também o relato de barreiras na web, uma vez que um dos sistemas utilizados, o Sistema Integrado de Gestão Acadêmica (SIGA), não possui recursos de acessibilidade.

Cabe a destacar a fala da PBCD 8 que relata que “Então assim, tem várias coisas, mas a gente vai dando o seu jeitinho, sabe?” Isso demonstra o quão os ambientes são deficientes e estão transferindo as suas responsabilidades; logo, a PBCD 8 teve que buscar recursos de adaptações para exercer as suas atividades laborais. A sua fala demonstra que, em alguns contextos, o Modelo Social da Deficiência ainda continua em vigor, no qual a pessoa com deficiência deveria se adaptar ao ambiente. Contudo, esse modelo se encontra obsoleto na contemporaneidade, uma vez que foi substituído pelo Modelo Biopsicossocial, cuja finalidade é a adequação dos ambientes para que as pessoas com deficiência tenham condições de usufruí-los com autonomia e segurança.

A desvalorização e a invisibilidade também são aspectos identificados de acordo com o depoimento da PBCD 6, uma vez que a administração não o consultou quando a biblioteca passou por uma reforma, pois naquele momento poderiam ter sido inseridos recursos de acessibilidade. Isso evidencia que as pessoas com deficiência ainda são pouco ouvidas e levadas em consideração nos seus ambientes de trabalho.

A PBCD 5 destaca, inicialmente, que a ausência de recursos financeiros prejudica o desenvolvimento das atividades. Outro aspecto se refere à colaboração e à conscientização das pessoas compreenderem que a responsabilidade é de todos. “Daí eu comecei a trabalhar a capacitação, a conscientização da equipe, do corpo da biblioteca, entenderem que é um papel social, ético, na verdade, de todos.”

A PBCD 2 relata que sofreu perseguição, boicote, assédio moral e preconceito por parte do superior hierárquico do sistema de bibliotecas, que não aceitava a proposta da criação de uma política institucionalizada de acessibilidade na biblioteca. A PBCD 2 também relata que passou por pressão e foi vítima de assédio moral horizontal, por parte de seus colegas de trabalho, que não demonstraram interesse em assumir a seção de atendimento à pessoa usuária com deficiência enquanto ela esteve de licença médica. “[...] Houve incompreensão dos colegas que achavam que eu tava querendo colocar meu trabalho pra cima deles, que achava que eu, como seção, tinha que concentrar todo o trabalho das pessoas com deficiência. Então, tinha gente que chegou e disse pra mim, olha, você quer que a gente faça o seu trabalho?”

A PBCD 9 e a PBCD 10 alegam não possuírem dificuldades ou desafios nos seus respectivos ambientes de trabalho.

Quadro 14 – Definição de um ambiente de trabalho inclusivo (continua)

Pessoa entrevistada	Relato
PBCD 1	“É um ambiente que tem, primeiramente, acessibilidade, né? Porque nessa biblioteca que eu trabalho não tem acessibilidade. O prédio também não tem muita acessibilidade. Deve ter uma única rampa lá no meio do prédio, mas não é suficiente. Pode-se dizer praticamente que não tem acessibilidade onde eu trabalho. Então precisaria ter todos esses...requisitos, ou pelo menos alguns deles, porque são vários. Piso tátil, sinalização, elevador, ampla a largura da porta das salas tem que passar uma cadeira de rodas, tem que ser maior a largura, entre as estantes tem que ser grande também dentro da biblioteca. Nós não temos nada disso. Essa inclusão não existe onde eu trabalho.”
PBCD 2	“Porque eu quero dizer algo possível e não algo ideal. O ideal, vou dar duas imagens, o ideal seria um ambiente sem barreiras, né? Aquelas descritas na LBI, barreira arquitetônica, e aquele tanto de coisa. E que inclui também a barreira atitudinal. Mas o real, eu acho que é um ambiente onde as pessoas sejam vistas, as pessoas com deficiência, sejam vistas com carinho, sejam vistas como pessoas que podem somar e não como aquela pessoa que entrou pela cota, porque entrou e você tem que aceitar porque, enfim, ela entrou e ela se torna um jarro no canto da parede. E você vai dar uma atividade pra ela fazer, porque, enfim, tem que dar. Então, o ideal é isso. Porque se nós estamos num ambiente em que nós somos acolhidos com carinho, em que nós somos... respeitados, em que as pessoas nos olham e sabem que nós temos potencial, as coisas vão se ajeitando com o tempo. A

(conclusão)

Pessoa entrevistada	Relato
	questão estrutural vai se ajeitando, as outras coisas vão se acomodando. Por que as outras coisas vão se acomodando? Porque o princípio motor é o acolhimento. O princípio motor é o respeito, o princípio motor é o reconhecimento da pessoa com deficiência como pessoa e não como uma pedra de tropeço. Porque não adianta você ter um ambiente cheio de tecnologia, lindo e maravilhoso, se a pessoa com deficiência é tida ali como intrusa."
PBCD 3	"Bom, inclusivo, aquele que te dá condições de fazer um bom trabalho, de se relacionar bem. Então, ele precisa desde ter os acessos possíveis, a acessibilidade física, até as tecnologias assistivas para audição, visão, etc. A gente não tem isso aqui."
PBCD 4	"Olha. Um ambiente de trabalho inclusivo eu acho que teria que ter o que a PCD necessitar é, eu acho que precisaria ter as tecnologias. Ter rampa é portas em automático, é tipo. O sistema antifurto das entradas da biblioteca tem que ser mais largo pra passar uma cadeira de rodas. E o mais importante que eu acho, é você ter uma recepção digna, né? E sim, aquele tipo de coitadinho, né? Porque ninguém é coitadinho aqui, porque todo mundo é normal, a gente tem uma dificuldade. Eu tenho uma dificuldade motora, mas nós não somos coitadinhos, mas assim. Ter uma recepção digna, como eu tive, né? Porque você é uma pessoa normal. Você só tem uma dificuldade motora, auditiva ou visual, ou intelectual. Mas assim, eu acho que o mais importante de tudo é a questão é a relação humana, a relação que você estabelece com o seu colega, e que ele estabelece com você."
PBCD 5	"O ambiente de trabalho inclusivo, na verdade, eu falo que tem as dimensões de acessibilidade que são em sete, como traduz bem o Romeu Sassaki. Mas dentro dessas dimensões, a principal que é a atitudinal. Tudo depende da atitude de cada um da gente, né? Se não tem uma rampa no espaço, parte da atitude de alguém de não pensar em colocar aquela rampa. Portanto, não tem aquela dimensão arquitetônica por conta da falta de uma atitude. Então, eu acredito que um espaço colaborativo, inclusivo, depende desse entendimento, dessa vontade de todos compreenderem e se fortalecerem para a gente buscar melhorias juntos, coletivamente e assim fortalecer ainda mais esse processo da inclusão da comunidade."
PBCD 6	"Rapaz é aquele que o tanto o servidor como o usuário que o procure, se sinta incluído no caso desde a sua chegada até ele, como que o que ele quisesse utilizar tivesse ali acessível no caso, né? Porque assim a gente tem os computadores com leitores de tela, a gente tem, sabe dos outros? NVDA. Mas como eu te falava assim como infelizmente o sistema não é ele não é tipo totalmente acessível, deixa muito a desejar ainda. O SIGA, por exemplo, que os estudantes precisam muito, né, para abrir questão de nota em si tem coisas que não tem como você fazer porque depende de uma outra pessoa, porque não o sistema, ele não dá essa acessibilidade para você fazer, né? Aí mais nesse sentido de porque assim com os funcionários aqui comigo é tranquilo, não tem nenhum problema de interação, né, pessoal? É tranquilo nesse sentido, é tudo o que que eu vejo que falta é mais isso."
PBCD 7	"Olha é acho que um ambiente inclusivo seria um espaço físico amplo com mais tecnologias assistivas."
PBCD 8	"Mas eu acho que o ambiente ideal, pensando assim no que a gente está falando, seria um ambiente em que eu não precisasse chamar alguém para ir na estante, em um lugar que eu tenha liberdade para pegar os livros, o material, que eu não precisasse de ajuda para fazer as coisas."
PBCD 9	Não definiu.
PBCD 10	Não definiu.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

Em prosseguimento, a próxima questão solicitava às PBCD a definição de um ambiente de trabalho inclusivo. Baseando-se nos relatos das pessoas entrevistadas, a partir do Quadro 13 é possível identificar um conjunto de compreensões profundamente conectadas com vivências concretas de exclusão e resistência nos espaços laborais. As definições expressas revelam que o conceito de inclusão transcende as adaptações físicas, incorporando aspectos culturais, atitudinais e relacionais.

Segundo a PBCD 1, a PBCD 3, a PBCD 4, a PBCD 7 e a PBCD 9, o ambiente inclusivo está mais relacionado à infraestrutura com acessibilidade e a presença de instrumentos acessíveis. Os participantes descrevem as características necessárias e os requisitos básicos para que o ambiente de trabalho seja considerado inclusivo.

Contudo, há uma crítica recorrente à visão limitada de inclusão que se restringe ao aspecto estrutural. A PBCD 1, por exemplo, ressalta que a ausência quase total de acessibilidade no prédio onde atua inviabiliza qualquer prática inclusiva. Esse depoimento explicita a desconexão entre os princípios legais de acessibilidade e a realidade concreta vivida pelas PBCD nas bibliotecas universitárias.

A PBCD 3 possui deficiência auditiva e exemplifica que o telefone que está em sua mesa de trabalho, por mais moderno que seja, ele não atende as necessidades da sua condição de deficiência. “Aí passei uma semana e meia em pânico, pensando, meu Deus, por quê? Então assim, só que eu vejo assim, ah, daí tá, eu fui atrás, meus colegas me ajudaram, a gente trocou o telefone, era todo moderno, os colegas adoraram ver aquele, eu peguei o antigo, aquele grandão.”

Mais do que infraestrutura, os relatos destacam o papel central da acessibilidade atitudinal como base de um ambiente verdadeiramente inclusivo. A PBCD 2 oferece uma reflexão crítica sobre a diferença entre o ideal e o real, sugerindo que, mesmo diante de limitações físicas, a inclusão começa com o reconhecimento da pessoa com deficiência como sujeito pleno de direitos e capacidades, não como alguém tolerado ou “colocado de lado” no ambiente de trabalho. Essa perspectiva é reforçada por PBCD 4, que sublinha a importância da “recepção digna” e das relações humanas, superando o olhar estigmatizante que frequentemente associa deficiência à condição de “coitadinho”.

De acordo com a PBCD 5, o ambiente de trabalho inclusivo se relaciona com as sete dimensões de acessibilidade propostas por Romeo Sassaki, com destaque

pela acessibilidade atitudinal, pois dela decorrem todas as outras. Essa perspectiva crítica da acessibilidade aponta que as barreiras físicas, comunicacionais e programáticas geralmente são consequências de uma cultura institucional que negligencia a diversidade funcional.

Outro aspecto relevante refere-se à autonomia e à liberdade de ação no espaço da biblioteca. A PBCD 8 evidencia que um ambiente verdadeiramente inclusivo é aquele em que não há necessidade de mediação constante por parte de terceiros para acessar estantes ou materiais, o que implica não apenas estruturas adequadas, mas na presença de um desenho universal e de recursos tecnológicos disponíveis e operacionais.

Por fim, a PBCD 6 introduz uma dimensão frequentemente negligenciada: a acessibilidade digital e sistêmica. O relato evidencia que a presença de leitores de tela, como o NVDA, não é suficiente se os sistemas institucionais, como o SIGA, não forem compatíveis com esses recursos. A inclusão, nesse caso, exige uma abordagem sistêmica que articule tecnologia, treinamento e revisão de plataformas digitais, reforçando a centralidade da acessibilidade instrumental e comunicacional.

Quadro 15 – Sugestões para um ambiente inclusivo (continua)

Pessoa entrevistada	Relato
PBCD 1	“Um profissional de Libras, as portas tem que possuir um tamanho adequado, presença de sinalização, tem que ter o piso tátil, elevador, rampa, a largura da porta das salas tem que passar uma cadeira de rodas, tem que ser maior a largura, entre as estantes tem que ser grande também dentro da biblioteca.”
PBCD 2	“Eu acho que ela tem que institucionalizar a política. Porque ela não entendeu ainda que o aluno com deficiência, que o usuário com deficiência é da biblioteca, não é da Maria, não é da Joaquina, não é do José, porque acontece isso. Ah, fulano não veio hoje. Tem uma pessoa com deficiência ali agora, quem é que vai atender? A equipe não abraça. Então, tem que ser uma política institucionalizada. Segunda, entrar no currículo. Infelizmente, tem que entrar no currículo. Por que eu digo infelizmente? Porque não precisava entrar no currículo. Era para as nossas disciplinas já entenderem isso, mas elas não querem. E aí eu vou apontar algumas. Desenvolvimento de coleções. Já devia se pensar nas coleções digitais e dentro dos requisitos de acessibilidade. Eu acredito que o tema de acessibilidade, ele não deveria ser abordado em uma disciplina, ele deveria ser transversal. Mas com os nossos professores, como alguns conversaram comigo, muito sinceramente disseram, nossos colegas não vão fazer isso, porque eles acham que não tem competência, eles não têm conhecimento para fazer a transversalidade. do assunto. Então, por causa dessa barreira atitudinal dos professores, vai ter que ser uma disciplina, entendeu? Os mestrados e doutorados não têm linha de pesquisa específica pra isso.”
PBCD 3	Olha, o que nós poderíamos melhorar é pensar em tecnologias. Eu tô conversando contigo agora, por exemplo, na biblioteca que eu atuava anteriormente, a gente tinha tecnologia pra caramba, a gente tinha

Pessoa entrevistada	Relato
	modernizado. Pra conversar contigo agora, eu trouxe meu notebook de casa. Então, modernização tecnológica, pensar em telefones adaptados. A questão da acessibilidade física aqui, se nós tivéssemos cadeirantes, nós teríamos condições. Acessibilidade e tudo mais tá muito bem aqui. Claro, nós temos dois andares, mas poderia ficar no primeiro andar, estaria tudo ok. Então, eu acho que estaria bem. Nesta biblioteca, em várias outras, não temos condições de acessibilidade para servidores. Quando, por exemplo, chegou a pessoa que tinha necessidade, não foi para a biblioteca que havia demanda, foi para a biblioteca que tinha condições de receber. Basicamente isso. Então, na universidade ainda tem muito para aprimorar nesse sentido. O mobiliário adequado, mesas mais altas, não tem. Tem a nossa colega, ela leva, tem uma cadeira dela no local, então veja como isso, cada um leva o seu recurso, a biblioteca não tem as tecnologias assistivas que a gente precisa. Para a gente, então tem muito o que melhorar, mas eu acho que melhora e aí eu concordo com a [PBCD 8] que me indicou para conversar contigo, melhora quando a gente se posiciona, quando a gente fala disso, se a gente não falar disso, nós deficientes, nós que somos sensíveis à causa, nós não vamos mover e assim quando se pensa em avaliação da universidade, se pensa em avaliação pelo olhar do estudante, não pelo servidor. Talvez olhem o olhar do docente, mas o do técnico-administrativo é esse, coitado. Então a gente tem que se posicionar para buscar mais, acho que principalmente tecnologias imobiliárias adequado para o trabalho, qualificado.
PBCD 4	“Primeiro, ser no andar térreo. Eu acho que ela deveria ir para o térreo. Assim, eu acho que não só atenderia ao público alvo dela, que são os alunos da casa, mas outros alunos né. Porque assim, eu tenho uma questão que eu é, fico imaginando um cadeirante indo para lá. Porque, o elevador é pequeno. Entendeu aí? E como é que vai entrar naquelas cabines que tem de estudo para estudante, você tá entendendo? Precisaria ter um avanço nessa questão dos mobiliários, entendeu? E assim, a questão da localização da biblioteca deveria ser no térreo.”
PBCD 5	“Então é isso, eu acho que o primeiro ponto é conscientizar, eu vejo a questão importante da conscientização e daí da conscientização a gente fortalecer um pouco é articular estratégia para garantir essa efetivação. Por exemplo, aqui a gente trabalha muito em parceria, já que a gente vê essa dificuldade da garantia rápida desses recursos, a gente trabalha em parceria com a diretoria de acessibilidade, com os estudantes que estão desenvolvendo projetos para sua pesquisa. Então, a gente vai buscando esses meios para que a gente possa estar melhorando e aplicando dentro da biblioteca questões que possam estar sanando essas barreiras existentes.”
PBCD 6	“É mais essa questão tanto de sistemas como de a própria acessibilidade arquitetônica, né? Pra você ir assim. Tem o equipamento que a gente precisa, que não atenda, que é uma linha Braille, que realmente é um que ajuda muito. Tipo assim, você quer ler um texto no computador, aí de repente você só ouviu você querendo ler em Braille. Ele conectado ali, né? Aí o computador, você vai lendo em Braille, porque assim, muitos alunos hoje estão abdicando do Braille, sabe?”
PBCD 7	“Teria que melhorar bastante, assim, a questão do espaço físico da biblioteca, ter mais tecnologias assistivas. Eu não lembro exatamente os nomes, mas a gente tem bastante computador no laboratório e nenhum do laboratório tem tecnologia assistiva. A gente só tem um computador para atender pessoas com deficiência visual baixa. Nem aquele teclado colmeia. E sobre a questão da... Se tem como a gente melhorar as estantes, né? Porque uma vez já teve... uma pessoa com cadeira de roda que queria um livro e tal, não tinha, tinha outra biblioteca, mas se ela quisesse pegar ali, ela não tem autonomia nenhuma pra isso. São questões que a gente vê que dá pra melhorar, porque a gente tem uns periódicos que já pretende sair da biblioteca, então tinha como melhorar o espaço pra jogar uma parte dos

(conclusão)

Pessoa entrevistada	Relato
	livros que não são tão lidos, usados, pra outra parte que ninguém acessa. Pra aumentar o espaço entre as estantes, pra melhorar a iluminação. E os programas, assim comuns entre eles, colocarem essa plaquinha de uso preferencial pro computador. Tá caminhando, mas ainda tem muita coisa, né?"
PBCD 8	"Mas, falando das moléstias, que é uma luta diária. Você já ouviu falar de luta diária? De fazer e respeitar? Não sei se tu entende. Porque, às vezes, eu tenho a sensação que, por eu ter uma deficiência, não me levam a sério. Entendeu? Então, assim, eu participo de reuniões do conselho. Quando tem que solicitar alguma coisa de conselho nos outros setores. E eu faço um tempo que eu tô na chefia já, uns cinco anos ou seis. E eu noto assim que no início eles meio que me tiraram pra idiota, sabe? Depois, com o tempo, acho que eles passaram a conhecer e tal, aí as coisas vão ficar...Mas no geral, é assim. Primeiro, eles não te levam muito a sério. E eu acho que isso... Era uma forma de...de exclusão, digamos assim, né? Sei lá. Ou ...Aquela bela história que os outros te verem, como coitadinha, não sei o quê. Ah, coitado, não sei o quê. É um universo bem complexo. Mas talvez, eu simplifique mais, porque eu não me apego muito às coisas. Tipo, talvez seja uma defesa que eu criei, assim, de simplesmente ir em frente e fazer as coisas. Porque também isso começa a levar tudo, assim, pra todos que te olham, pra todos que ficam, sabe? Tu dá muita energia."
PBCD 9	"Talvez para atender mais, se a gente tivesse uma pessoa que soubesse libras, que tivesse que fosse bem fluente para atender, mas assim, o público é pequeno."
PBCD 10	"O ambiente já está condizente, sim. Vamos fazer ainda a obra para o banheiro só finalizar, mas dá para usar, mas só está finalizando. Então, sim, a gestão tem essa preocupação. Isso foi uma coisa que eu achei bem legal, porque sempre foi a minha preocupação com a mudança, como seria. Então, eles sempre tiveram essa atenção."

Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

A análise das sugestões para um ambiente inclusivo em bibliotecas universitárias, conforme expressas pelas PBCD, revela um conjunto robusto de propostas que abordam desde aspectos estruturais até dimensões culturais, políticas e relacionais da inclusão. O conteúdo do quadro analisado contribui para uma compreensão ampliada da acessibilidade, indicando que um espaço verdadeiramente inclusivo vai além da eliminação de barreiras físicas: ele requer a institucionalização de políticas, a escuta ativa das vivências das pessoas com deficiência e a promoção de uma cultura de respeito e pertencimento.

As sugestões reiteram a importância da acessibilidade arquitetônica, destacando elementos como rampas, portas largas, sinalização adequada, piso tátil, elevadores, mobiliário adaptado e layout interno das bibliotecas que permitam circulação segura e autônoma. Segundo a PBCD 1 e a PBCD 4, por exemplo, apontam a necessidade de ajustes físicos básicos, como localização da biblioteca no térreo e adequação de estantes e cabines de estudo.

Contudo, é notável a ênfase dada a reivindicação por políticas de acessibilidade institucionalizadas e por uma maior integração do tema nos currículos dos cursos de Biblioteconomia. Conforme a fala da PBCD 2, o atendimento às pessoas usuárias com deficiência ainda é percebido como responsabilidade individualizada, e não como uma atribuição coletiva e política da biblioteca. Ao defender a inclusão do tema como disciplina obrigatória, o depoimento denuncia a persistência da barreira atitudinal no próprio processo formativo dos profissionais da informação.

Os recursos de Tecnologia Assistiva também aparecem como elemento central nas propostas. Há reivindicações por computadores com leitores de tela, teclados acessíveis, linhas Braille e telefones adaptados, como observam PBCD 3, PBCD 6 e PBCD 7. Esses relatos mostram que a simples presença de equipamentos não garante a inclusão, sendo necessário que eles estejam acessíveis, em número suficiente, e integrados ao cotidiano da biblioteca. O depoimento de PBCD 3 destaca ainda uma problemática recorrente: a falta de condições técnicas leva muitos servidores com deficiência a levarem seus próprios dispositivos de casa, o que evidencia negligência institucional e desresponsabilização pública quanto ao direito à acessibilidade no trabalho.

Outro aspecto importante diz respeito ao reconhecimento e respeito profissional. As falas de PBCD 5 e PBCD 8 refletem o impacto de atitudes deslegitimadoras que, mesmo não explícitas, se manifestam na forma de descrédito e subestimação. Essas experiências reiteram a necessidade de ambientes que, além de acessíveis, sejam acolhedores, inclusivos em sua cultura organizacional e reconheçam as pessoas com deficiência como sujeitos potentes, capazes de liderar, propor e transformar.

A fala da PBCD 5 também chama atenção para a importância da conscientização e articulação coletiva. Sugere-se que a construção de ambientes inclusivos passa pela formação de parcerias internas e externas à biblioteca, além da promoção de uma cultura institucional que valorize a participação ativa dos profissionais com deficiência nas tomadas de decisão e nos projetos de inovação.

Por fim, observa-se que os avanços estruturais, como no relato da PBCD 10, perpassam por uma gestão sensível e comprometida, como elemento decisivo para a continuidade e consolidação das ações de inclusão. Isso reforça a ideia de que

acessibilidade não pode ser vista como um projeto pontual, mas como uma diretriz transversal e permanente das instituições de ensino.

Quadro 16 – Nível de conhecimento sobre os recursos de Tecnologia Assistiva

Pessoa Entrevistada	Relato
PBCD 1	“A tecnologia assistiva seriam aqueles equipamentos que ajudam a pessoa a ter acesso à informação.”
PBCD 2	“O conhecimento que a gente tem de tecnologia assistiva ainda está um conhecimento que ele é reativo. Chega uma pessoa com a demanda e a gente vai atrás. Ele não está sendo uma coisa elaborada. Então, a gente tem muita tecnologia assistiva, né? Mas o problema da tecnologia assistiva é o preço.”
PBCD 3	“Muito pouco. Nada. Porque eu estou descobrindo agora. Eu não dava atenção a esse assunto, enquanto ele não se tornou um assunto meu. Eu não sei praticamente nada.”
PBCD 4	“Olha, eu não sei muita coisa, porque eu não preciso.”
PBCD 5	“Bom, os recursos de tecnologia assistiva, eles vão desde os mais simples até os mais avanços.” Então, são algo bem simples e que vai adaptando com a necessidade específica de cada pessoa, né?”
PBCD 6	“A tecnologia assistiva no caso, é tudo aquilo que permite você ter acesso.”
PBCD 7	“Olha, a gente teve até uma palestra sobre isso. Eu sei, mas eu sei pouco. Tenho até que ler mais sobre isso. Elas falaram na palestra, mas foi bem básico também.”
PBCD 8	“Eu conheço na teoria e não na prática.”
PBCD 9	Não opinou.
PBCD 10	“Olha, eu já ouvi falar muito, a gente não tem na biblioteca.”

Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

O bloco três do roteiro da entrevista se referia aos Recursos de Tecnologia Assistiva, o qual procurou abordar aspectos relacionados a definição, tipologias, utilização e disponibilidade nas bibliotecas universitárias. Acrescenta-se também o questionamento sobre as dimensões da acessibilidade e o desenho universal no âmbito das bibliotecas.

Nessa direção, perguntou-se às pessoas participantes o que eles sabiam sobre os recursos de Tecnologia Assistiva. Verificou-se que o nível de conhecimento sobre o assunto oscila entre os participantes, demonstrando que nem todos dominam sobre a temática. Determinadas PBCD aprofundaram a definição sobre o tema associando-o a fatores sociais, políticos e econômicos, enquanto outros se expressaram superficialmente.

Em relação aos aspectos econômicos, constata-se que os recursos de Tecnologia Assistiva possuem ainda um alto valor para a sua aquisição; o governo deveria baixar ou isentar de impostos, as empresas que fabricam esses recursos para que a sua comercialização se torne acessível às pessoas com deficiência; a ausência de investimentos nas universidades públicas para o desenvolvimento de

patentes destinadas à produção dos recursos de Tecnologia Assistiva contribui para a manutenção dos preços elevados e de sua pouca popularização. Dessa forma, os recursos de TA ainda são vistos como mecanismos para a exploração do poder aquisitivo da pessoa com deficiência, enquanto que, na verdade, deveria ser subsidiado para que esse indivíduo alcançasse o bem estar social.

Do ponto de vista educacional, observa-se que as pessoas usuárias com deficiência ainda possuem pouco domínio tecnológico para manusear determinados recursos de TA, uma vez que são equipamentos caros e não fazem parte do seu cotidiano. Além disso, normalmente, muitas pessoas usuárias com deficiência têm acesso a esses recursos quando ingressam nas universidades, em ambientes como o das bibliotecas. Contudo, se deparam com situações em que as pessoas bibliotecárias não estão capacitadas o suficiente para orientá-las em como utilizar os recursos.

Quadro 17 – Presença/ausência e utilização ou não dos recursos de Tecnologia Assistiva como auxílio nas atividades de trabalho das PBCD

(continua)

Pessoa Entrevistada	Relato
PBCD 1	"Não utilizo dos recursos de Tecnologia Assistiva para trabalhar. Tem o planejamento, tem o processo pra adquirir, mas não foi comprado devido à falta de recursos"
PBCD 2	"Sim. Lupa eletrônica, linha Braille e leitor autônomo. Eu quero que eles encontrem alguma tecnologia assistiva que me ajude nessa nova fase de novas limitações para mim porque eu preciso de tecnologias pra acessar o computador."
PBCD 3	"Não tem porque a universidade como um todo não pensa amplamente isso e as bibliotecas não se movimentam, porque nada vai chegar às bibliotecas sem o movimento das próprias bibliotecas."
PBCD 4	"Não. Eu não preciso de recursos de Tecnologia Assistiva para o trabalho. Falta de verba, falta de interesse da coordenação, não teve demanda de usuários com deficiência que exigisse o uso dos recursos de Tecnologia Assistiva. Mas há um núcleo de acessibilidade que possui esses recursos"
PBCD 5	"Sim. Computadores que disponibilizam programas para pessoas com deficiência visual e pessoas com deficiência auditiva, nós temos duas lupas eletrônicas, nós temos espaço adaptado para o cadeirante. Nós temos balcão rebaixado. Eu utilizo do computador para ter mais autonomia, uma vez que ao possuir movimentos involuntários a minha habilidade na escrita fica comprometida. Então, para eu fazer minhas atividades, eu preciso basicamente do computador."
PBCD 6	"Sim. O Dosvox e NVDA, impressora Braille, Scanner leader SARA OCR. Eu uso o computador com os leitores de tela Dosvox e NVDA e quando precisa imprimir alguma coisa em Braille, eu utilizo o programa Braille Fácil. Sem os leitores de tela no computador seria inviável o meu trabalho.
PBCD 7	"Não os utilizo. A biblioteca disponibiliza o leitor de tela Dosvox e um teclado adaptado."
PBCD 8	Eu utilizo uma scooter para a locomoção. Talvez porque a gente não tem público. "Então, talvez não tenha outras coisas de acessibilidade como aqueles negócios, do mouse, do teclado e tal, porque não temos público. Talvez por isso. E outra, qualquer coisa que dependa financeiramente, algum recurso financeiro. É muito difícil."
PBCD 9	"Não preciso de usar os recursos para trabalhar. Nós temos um ambiente de

(conclusão)

Pessoa Entrevistada	Relato
	tecnologias assistivas. Nós temos aqueles óculos Orcam, o reglete, temos lupa eletrônica, temos alguns equipamentos que eu acho que dá pra você ver pelo aquele link que eu te mandei e lá já tem o ambiente e se você clicar em tecnologias assistivas.”
PBCD 10	“Não uso. A biblioteca não tem, pois não há demanda. Os recursos estão disponíveis na biblioteca central, porque eles atendem 20 cursos, então ali foi requisitado e ali eles atendem, mas a nossa realmente não tem”.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

A próxima pergunta consistia em saber se a biblioteca em que a PBCD atuava possuía algum recurso de TA para auxiliar na sua atividade de trabalho. Em caso afirmativo, a pessoa entrevistada foi também solicitada a revelar quais seriam esses recursos e como eles contribuem no desenvolvimento de suas atividades no ambiente da biblioteca; em caso negativo, perguntou-se por que a biblioteca ainda não tinha esses recursos.

Averígua-se que os tipos de recursos de TA mais comuns disponibilizados pelas bibliotecas universitárias são os leitores e ampliadores de tela; material no formato Braille e equipamentos adaptados. Ainda que sejam comuns, cabe ressaltar que o universo da deficiência é diverso e complexo, e mesmo que duas pessoas com deficiência apresentam a mesma condição, os recursos de TA têm que atender às características específicas de cada um desses indivíduos.

Observa-se que determinadas PBCD dependem dos recursos de TA, como o aparelho de surdez, leitor de tela, cadeira de rodas, dentre outros, e sem a presença deles, o desenvolvimento de suas atividades laborais seria inviabilizado. Para outros profissionais, não há a necessidade da utilização de tais recursos, pois não comprometem o desempenho de suas tarefas.

Foram apontados alguns elementos que explicam a inexistência de recursos de Tecnologia Assistiva nas bibliotecas, tais como: ausência de recursos orçamentários destinados a essa finalidade; baixa demanda do público com deficiência, que justifique a aquisição desses recursos; e foi citado também o desinteresse por parte das pessoas bibliotecárias em requisitar essa necessidade para a administração das universidades.

Quadro 18 – Avaliação sobre a acessibilidade atitudinal

Pessoa Entrevistada	Relato (continua)
PBCD 1	“Os colegas de trabalho demonstram uma relação cordial e de empatia”
PBCD 2	“Há bibliotecários que se incomodam com a ‘desordem’ provocada pelas pessoas com deficiência. Eu particularmente não sinto abalada (o).”
PBCD 3	“As pessoas são receptivas.”
PBCD 4	“Sou tratada(o) com respeito pelos colegas e alunos”
PBCD 5	“Então, o que eu puder fazer nesse acolhimento, nessa acessibilidade atitudinal, a biblioteca está melhorando cada vez mais. Então, a gente tenta não é ajudar, mas dar um apoio nesse aspecto para que eles possam realmente concluir o seu curso.”
PBCD 6	“É tranquilo.”
PBCD 7	“É, acho que falta muito. Não tem, não tem empatia. Muita gente só lembra quando vê uma pessoa e aí na atitude tá faltando bastante.”
PBCD 8	“Já passei por discriminação velada. É que ninguém vai chegar e dizer uma coisa assim, ouça a cadeirante.”
PBCD 9	“Eu não sinto preconceito, mas talvez os colegas com deficiências visuais, pelo fato de não enxergarem devem sentir mais. Sinto que os colegas têm cuidado comigo.”
PBCD 10	“Em nenhum momento eu passei por algum tipo de preconceito. Desde quando ficaram sabendo que eu iria para lá, o diretor da faculdade e o arquiteto entraram em contato comigo para saber do que eu precisava.”

Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

Em continuidade ao roteiro de entrevista, foi questionado como a PBCD avalia os aspectos da acessibilidade (arquitetônica, comunicacional, atitudinal, programática, metodológica e/ou instrumental) e do desenho universal no seu ambiente de trabalho. Para melhor compreensão e visualização dos dados coletados, para cada uma das seis dimensões de acessibilidade foi elaborado um quadro com as respostas das PBCD.

De acordo com o Quadro 18, a acessibilidade atitudinal ainda apresenta desafios, mas também exemplos positivos de acolhimento. Os relatos demonstraram uma grande variação nas experiências de acessibilidade atitudinal, no qual destacaram-se a empatia e o acolhimento dos colegas, enquanto outras apontaram a falta de sensibilidade, a ausência de empatia e até mesmo situações de discriminação velada.

Diante dos depoimentos, observa-se que algumas pessoas só se preocupam com a acessibilidade quando percebem a presença de alguém com deficiência. Em determinadas situações, o preconceito não é explícito, mas está presente em pequenas atitudes, como ignorar as necessidades da pessoa. Salienta-se também que profissionais veem adaptações como um incômodo, em vez de uma necessidade para inclusão.

Dessa forma, a falta de conscientização e sensibilidade de alguns profissionais e colegas são barreiras atitudinais que precisam ser rompidas. Para avançar, é essencial investir em educação, treinamento e cultura inclusiva.

Quadro 19 – Avaliação sobre a acessibilidade arquitetônica

Pessoa Entrevistada	Relato
PBCD 1	“A biblioteca ocupa o andar térreo, no entanto, não possui rampa, assim, a acessibilidade arquitetônica fica comprometida”
PBCD 2	“A biblioteca vai fazer o projeto de acessibilidade arquitetônica. Coloque logo dentro das normas do projeto a questão de acessibilidade.”
PBCD 3	“A biblioteca possui acessibilidade arquitetônica, por meio de rampa, elevador e piso tátil.”
PBCD 4	“Tem elevador e a rampa chega até ao estacionamento, mas falta piso tátil e placa de sinalização nas estantes.”
PBCD 5	“A gente não tem piso tátil. O que a gente garantiu foi espaços entre as estantes para que o cadeirante possa circular. Nós temos uma entrada para a pessoa cadeirante, nós temos um balcão rebaixado, nós temos computadores e mesa rebaixada.”
PBCD 6	“A acessibilidade arquitetônica é falha tanto na biblioteca, quanto na universidade.”
PBCD 7	“A questão da arquitetura tem que melhorar essa questão da escada. Melhorar a iluminação, o acesso entre os espaços nas estantes. Em relação ao elevador, funciona. Nunca vi problema no tempo que eu fiquei lá. Falta rampa e piso tátil”.
PBCD 8	“Temos rampa na entrada da biblioteca e banheiro acessível.”
PBCD 9	“Falta rampa, mas eu não tenho conhecimento para dizer o que falta.”
PBCD 10	“A acessibilidade arquitetônica está ok.”

Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

De acordo com o Quadro 19, os relatos apontam tanto avanços quanto desafios significativos na acessibilidade arquitetônica da biblioteca e do ambiente universitário em geral.

Quanto aos aspectos positivos, destacam-se a presença de elevadores e rampas em alguns locais, adaptações em mobiliário e estrutura interna. No entanto, os relatos evidenciam diversas falhas na infraestrutura da biblioteca e do ambiente universitário, como: a falta de rampas e acessibilidade comprometida; falhas na sinalização tátil e visual; estruturas ineficientes ou mal planejadas e barreiras estruturais que exigem grandes reformas. Isso mostra que o ambiente ainda não atende totalmente às necessidades das PBCD.

Quadro 20 – Avaliação sobre a acessibilidade comunicacional (continua)

Pessoa Entrevistada	Relato
PBCD 1	“Falta um profissional de Libras.”
PBCD 2	“E fazendo isso, a gente fez agora uma política das mídias sociais. Que foi o que a gente fez? Colocou, pulverizou dentro dela as questões de acessibilidade. Eu acho que é assim que a gente tem que trabalhar aquelas dimensões.”
PBCD 3	“Há um esforço nesse sentido.”

(conclusão)

Pessoa Entrevistada	Relato
PBCD 4	“Conheço um pouquinho sobre Libras”
PBCD 5	“Tem uma carência muito de acervos adaptados, mas aí a gente vai buscando que a está no nosso alcance. No momento, a gente está no processo de se integrar na rede Rebeca.”
PBCD 6	“A comunicacional até que se tem se preocupado em fazer a audiodescrição e o pdf acessível. O e-mail institucional não é acessível.”
PBCD 7	“Temos o Dosvox, leitor de tela, mas não temos ninguém que domine Libras.”
PBCD 8	“Não tem acessibilidade comunicacional.”
PBCD 9	“Há leitores de tela nas ilhas de pesquisa para pessoas com deficiências visuais” “Foi desenvolvido recursos para os colegas com deficiências visuais para o serviço de atendimento ao usuário.”
PBCD 10	“Tudo o que eu realmente eu preciso é atendido.”

Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

Os relatos mostram algumas ações utilizadas para melhorar a acessibilidade comunicacional, tais como o uso de leitores de tela, a audiodescrição e a política de inclusão nas redes sociais. Embora haja iniciativas pontuais, os relatos revelam uma série de barreiras significativas na acessibilidade comunicacional da biblioteca: falta de intérpretes de Libras, de materiais acessíveis e de conscientização e preparo da equipe; sistemas e softwares inacessíveis. Essas barreiras comunicacionais impedem o acesso às informações essenciais que prejudicam o desenvolvimento das atividades laborais das PBCD comprometendo a sua inclusão no ambiente de trabalho.

Quadro 21 – Avaliação sobre a acessibilidade programática

Pessoa Entrevistada	Relato
PBCD 1	Não soube opinar
PBCD 2	“Eu preciso colocar nos documentos que normatizam a compra da biblioteca as questões de acessibilidade, metodológicas e instrumentais. Porque se não colocar, a pessoa não vai lembrar, entendeu?”
PBCD 3	“Não sei te dizer sobre isso.”
PBCD 4	“Satisfatório”
PBCD 5	“A gente precisa muito avançar.”
PBCD 6	“São adaptados.”
PBCD 7	“Ainda existem muitas pessoas leigas que desconhecem sobre os seus direitos.”
PBCD 8	“Não tem.”
PBCD 9	Não soube opinar
PBCD 10	“Não tive problemas”

Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

Segundo o Quadro 21, a acessibilidade programática foi mencionada em alguns relatos; todavia, ainda é desconhecida pelas PBCD. Dentre as pessoas entrevistadas, houve a menção de alguns aspectos relacionados à transparência

nos processos administrativos, política de acessibilidade nas mídias sociais e normatização da compra de materiais acessíveis.

Cabe ressaltar que a acessibilidade programática deve estar integrada aos regulamentos institucionais, pois a sua omissão compromete todo o processo de inclusão da PBCD no ambiente das bibliotecas. A falta de uma política bem estruturada de acessibilidade programática pode gerar dificuldades na implementação de mudanças estruturais, uma vez que, sem as normas bem definidas, as adaptações acabam sendo feitas de forma aleatória ou não são priorizadas. Outro aspecto seria que, sem regulamentação, mudanças positivas podem ser desfeitas ou ignoradas em novas gestões. Logo, a ausência de regulamentos bem definidos e integrados impede que a acessibilidade seja plenamente implementada.

Quadro 22 – Avaliação sobre a acessibilidade instrumental

Pessoa Entrevistada	**Relato**
PBCD 1	“O sistema de gerenciamento de acervo não é acessível”
PBCD 2	“Precisa estar diluída, por meio dos documentos de compra da biblioteca”
PBCD 3	“O telefone teve que ser adaptado. “Eu digo não tem, mas eu não quero que cheguem aqui e coloquem sem saber se eu preciso do negócio de verdade!”
PBCD 4	“O software não é acessível”
PBCD 5	“A gente precisa muito avançar.”
PBCD 6	“O sistema não é acessível.”
PBCD 7	“O sistema não é acessível.”
PBCD 8	“O sistema não tem adaptação para todos.”
PBCD 9	“Não uso instrumento, então não sei opinar”
PBCD 10	“Não tive problemas”

Fonte: Elaborado pelo autor, 2025

No contexto das bibliotecas universitárias analisadas, a acessibilidade instrumental refere-se, principalmente, ao acesso aos sistemas digitais, *softwares* assistivos e equipamentos adaptados. A partir dos relatos das PBCD, conforme apresentado no Quadro 22, foram identificadas algumas iniciativas, como adaptações para pessoas com deficiência visual, uso de leitores de tela e disponibilização de catálogos acessíveis. No entanto, apesar dessas ações pontuais, os depoimentos evidenciam a persistência de diversas barreiras que dificultam o uso pleno de recursos de TA no ambiente da biblioteca, comprometendo de forma significativa a autonomia das PBCD no desempenho de suas atividades profissionais.

Quadro 23 – Avaliação sobre a acessibilidade metodológica

Pessoa Entrevistada	Relato
PBCD 1	“Os processos são bem transparentes.”
PBCD 2	“Toda biblioteca tem os manuais, os procedimentos de serviço. “É preciso colocar a concepção de serviços acessíveis dentro dos normativos. Tem que ser dentro da normatização da biblioteca, dentro dos normativos. E não é um capítulo, porque tem gente fazendo assim. A gente pegou o *Pérgamum*® e a gente fez um tutorial de como atender os alunos com deficiência usando *Pérgamum*®.”
PBCD 3	“Em partes, como eu te disse, em partes. Eu acho que há um olhar assim, a gente quer que seja acessível, mas falta um esforço maior. E eu acho que essa falta de esforço vem um pouco também, da complexidade da universidade também.”
PBCD 4	“Claros”
PBCD 5	“A gente precisa muito avançar.”
PBCD 6	“A gente faz as adaptações para o Braille, entendeu? Para manusear o acervo, a gente tem um catálogo em Braille.”
PBCD 7	“Não sei te dizer sobre isso.”
PBCD 8	“Vou adaptando as coisas e peço para o bolsista me auxiliar na minha sala.”
PBCD 9	Não soube opinar
PBCD 10	“Não tive problemas.”

Fonte: Elaborado pelo autor, 2025

A acessibilidade metodológica refere-se à forma como os serviços, procedimentos e metodologias institucionais são estruturados para atender às necessidades das pessoas com deficiência. De acordo com os relatos das PBCD, apresentados no Quadro 23, observa-se que alguns processos administrativos demonstram certo grau de transparência e que há iniciativas voltadas à adaptação dos serviços. Porém, a ausência de diretrizes formais, a escassez de acervos acessíveis e a falta de usabilidade dos sistemas digitais comprometem significativamente a efetivação da acessibilidade metodológica nas bibliotecas universitárias analisadas.

Quadro 24 – Avaliação sobre o desenho universal (continua)

Pessoa Entrevistada	Relato
PBCD 1	“O ambiente de trabalho não atende aos requisitos”
PBCD 2	“Eu acho o seguinte, que o desenho universal, ele tá longe de ser universal. Por quê? Porque não há conhecimento do desenho universal. O estímulo do desenho universal é quase zero. Por quê? Por causa dos aspectos da acessibilidade. Há uma dificuldade muito grande das pessoas entenderem, que o desenho universal é o que vai garantir a acessibilidade.
PBCD 3	“Acho que faltam melhorar muitas coisas para alcançarmos o desenho universal”
PBCD 4	“O desenho universal não atende. Porque o desenho universal é quase que é uma utopia.”
PBCD 5	“O espaço do desenho universal, ele não tá sendo trabalhado nessa biblioteca por conta de uma mudança.”
PBCD 6	“Não tem.”
PBCD 7	“Então, para a biblioteca cumprir de fato o desenho universal, tem que ter uma

(conclusão)

	modificação mais na infraestrutura, uma intervenção por meio de obra mesmo, né? Quebrar, fazer um replanejamento, né?"
PBCD 8	"Desenho universal não existe"
PBCD 9	"O espaço da biblioteca está sempre se remodelando"
PBCD 10	"Para eu atender e trabalhar está ok"

Fonte: Elaborado pelo autor, 2025

Segundo o Quadro 24, os relatos das PBCD indicam que o desenho universal ainda está longe de ser implementado de forma eficaz nas bibliotecas, principalmente em razão da ausência de conhecimento técnico e de investimentos em infraestrutura. Embora os depoimentos revelem uma consciência crescente sobre a importância do desenho universal, sua aplicação prática ainda é limitada. A principal barreira identificada refere-se à falta de conhecimento e de planejamento estratégico, o que faz com que a acessibilidade seja tratada como um recurso complementar, e não como um princípio fundamental para o desenvolvimento dos espaços e serviços oferecidos pelas bibliotecas.

A diversidade funcional das PBCD evidencia que a adoção do desenho universal nas bibliotecas universitárias federais brasileiras não pode se restringir a soluções generalistas. Ao contrário, deve considerar a complexidade das condições de deficiência e promover adaptações múltiplas e articuladas, contemplando as seis dimensões de acessibilidade: arquitetônica, comunicacional, atitudinal, metodológica, instrumental e programática.

Quadro 25 – Comentário, sugestão ou crítica (continua)

Pessoa Entrevistada	**Relato**
PBCD 1	"Eu diria assim que essa questão deve ser mais, vamos dizer assim, suscitada pelos bibliotecários porque a gente vê muita, muitos, não só em biblioteca, mas a gente vê muitos prédios, muitas edificações que realmente não têm acessibilidade. Ou então contemplam assim, de forma meio a que tinha que ter, aí colocou um elevador, uma coisa assim, mas não tem muito mais além disso né! Tem que ter sinalização, tem que ter várias coisas. Tem que ter inclusive profissional capacitado pra tentar receber esses usuários e nada disso é contemplado. Assim a gente sempre percebe que a biblioteca é deixada pra escanteio né, nas instituições, no serviço público e no setor privado também. Então, é fazer mais produção, mais trabalho sobre isso para tentar dar mais visibilidade às pessoas com deficiência."
PBCD 2	"Eu acredito que, são tantas coisas, mas o que me vem na mente agora é que eu acredito que a biblioteconomia, as bibliotecas, ela precisa atrair pesquisadores para pesquisar sobre a inclusão e acessibilidade. Ela precisa atrair esses pesquisadores para que esses pesquisadores possam trazer soluções que a biblioteca precisa. A gente está agora com essa questão da inteligência artificial, né? E está com um tempo que eu venho conversando com alguns pesquisadores no sentido de fazer grupos de estudos dentro da biblioteca e apresentar as demandas em relação a isso."
PBCD 3	"Não, eu não tenho. Eu me sinto bem contemplada, consegui expressar um pouco do que eu queria. Como eu disse, eu sou nova nesse assunto."

(conclusão)

Pessoa Entrevistada	Relato
PBCD 4	“Não. Eu acho que você está bem, a sua entrevista está bem, bem sedimentada. Acho que você deixa a gente falar tudo. Eu achei legal o modelo que você fez e vou adaptar para a minha pesquisa.”
PBCD 5	“Eu quero te parabenizar, eu achei uma temática assim... eu fiquei feliz na hora que eu recebi o e-mail e disse que tem uma representatividade dentro da pesquisa sobre a gente, né? Isso é um trabalho que vai ser político, potencial pra... e eu tô igual criança! Eu quero saber o que está tipo de fato, quem somos nós dentro da área da biblioteconomia, isso é importante mesmo. Então, eu que queria te fazer essa pergunta, o que te motivou a fazer essa pesquisa com esse tema? E você está de parabéns mesmo, e a gente que está sendo entrevistado fica muito curioso, o principal é que é muito curiosa. O resultado dessa boa publicação.”
PBCD 6	“Não acredito que não. Acho que para mim está tranquilo. É já, acho que já. É, foram temas bem interessante, realmente é o que a gente vivencia no dia a dia, na verdade, né?”
PBCD 7	“Não, não. Eu até vou pesquisar mais em relação, porque eu não tenho muita noção das tecnologias assistivas, assim, só as básicas mesmo, eu tenho que pesquisar mais. Até pra propor, né, pra gente incluir isso na biblioteca. Então, com essa entrevista, eu com certeza não vou esquecer e vou dar uma pesquisada melhor, até para orientar o que a gente pode fazer. Porque quando eu entrei, eu já vi a dificuldade que seria para um aluno que usasse cadeira de roda, para baixa visão, tudo na estante. Porque, para mim, às vezes eu vou guardar um livro e falo, meu Deus, eu não estou enxergando nem a classificação dos livros lá embaixo, assim, a dificuldade. Então, assim, eu vou sugerir outras coisas ali que esteja ao alcance da biblioteca fazer.”
PBCD 8	“Não, eu acho que eu falei bastante coisas várias histórias e o que eu queria de comentário, eu gostaria que quando você fosse defender, tu me mandasses link, não sei, ou depois talvez, pra eu dar uma olhada na sua tese. Eu acho que são coisas bem interessantes. Quer dizer... Bom, você já tem meu contato e caso tiver alguma dúvida do seu trabalho, eu acho que é isso. Assim, a gente fica esperando chegar um dia de estar no mundo ideal.”
PBCD 9	“Eu vou te parabenizar, né? Porque é um desafio e é uma área difícil, né? Você vai ouvir relatos tristes, né? Meu, felizmente, assim, tem uma parte triste, mas que foi superada. E espero que os outros também sejam, né? Que você obtenha sucesso, eu acho que já tem, né?”
PBCD 10	“Eu sei, eu tive essa sorte de estar no lugar que eles têm essa atenção, mas eu sei que realmente, assim, a última coisa que se pensa, né? É a adaptação, porque não é só, é... Até eles têm mais uma visão melhor pro pessoal. A parte física, que aí é, né? Ah, porque tem que ter rampa, ou então, ah, tem que abrir mais um acervo, é, não sei o quê. Do que, eu acho que, pessoa que tem uma deficiência, ou na parte de audição, ou na parte de leitura, que eu acredito que tenha mais dificuldade, porque eles têm que usar certas tecnologias que deveriam ser mais acessíveis e a gente sabe que não são. Então, eu acho que eles não dão muita visão para esse lado. É aquela coisa assim, o que é visível não tem jeito, se não fizer fica mal, né? E aqueles que não aparentam tanto, mas que precisam até pra trabalhar normalmente, aí é que as que encontram mais dificuldade. Isso eu percebo, infelizmente, né? Que a gente sabe que tem. Então, eu sei que tem isso, sim. Por eu ser a funcionária, teve... Essa visão agora. Se não, eu... Já não sei. Então sim, realmente eu fui para lá porque aquela era a mais acessível.”

Fonte: Elaborado pelo autor, 2025

A última questão se referia a algum comentário, sugestão ou crítica das PBCD sobre os assuntos discutidos durante a realização da entrevista. Diante disso, conforme sistematizadas no Quadro 25, a análise revela não apenas impressões individuais sobre a experiência de participação na pesquisa, mas também reflexões

consistentes acerca da realidade da acessibilidade nas bibliotecas universitárias. Os depoimentos evidenciam uma combinação de reconhecimento pela abordagem adotada na investigação e críticas contundentes à falta de investimentos, formação e visibilidade das demandas das pessoas com deficiência nos ambientes acadêmicos.

A recorrência de manifestações de reconhecimento e valorização da representatividade indica que a abordagem da pesquisa é percebida como necessária e inédita. A PBCD 5, por exemplo, destaca com entusiasmo a importância de uma investigação que contempla a perspectiva das próprias pessoas com deficiência dentro da área da Biblioteconomia: *"isso é um trabalho que vai ser político, potencial pra... e eu tô igual criança! Eu quero saber quem somos nós dentro da área"*. Essa afirmação sublinha não apenas o ineditismo da proposta, mas também o desejo de pertencimento, de visibilidade e de construção coletiva da identidade profissional.

Algumas pessoas entrevistadas, como a PBCD 3, a PBCD 4 e a PBCD 6, demonstraram satisfação com a condução da entrevista e com a abordagem temática, indicando que se sentiram ouvidas e respeitadas no processo. Essa dimensão do acolhimento metodológico é fundamental para o fortalecimento da confiança e da autenticidade nas respostas, além de contribuir para a produção de conhecimento sensível às experiências vividas.

Em outro aspecto, as críticas estruturais ao contexto institucional emergem com força. A PBCD 1 aponta que a acessibilidade continua sendo tratada como um elemento secundário, sendo implementada de forma superficial ou "porque tem que ter", sem planejamento ou visão sistêmica. Essa percepção é reforçada pela PBCD 10, que critica a priorização das adaptações visíveis (como rampas), em detrimento das necessidades menos perceptíveis de pessoas com deficiências invisíveis, cujas demandas dependem de recursos de TA e atenção contínua.

A PBCD 2 faz uma sugestão estratégica ao propor que a área da Biblioteconomia invista na formação de grupos de pesquisa e estudos sobre inclusão e acessibilidade, integrando temas como inteligência artificial e inovação tecnológica. Essa fala evidencia a urgência de se superar uma abordagem reativa e assistencialista para uma atuação propositiva, planejada e integrada à Ciência da Informação e às tecnologias emergentes.

Além disso, alguns depoimentos refletem o impacto transformador da própria entrevista no despertar de uma postura crítica ou propositiva. A PBCD 7 reconhece

que, apesar do pouco conhecimento sobre tecnologias assistivas, a conversa gerou o desejo de pesquisar mais sobre o tema e propor mudanças reais na biblioteca. Essa resposta aponta para o potencial formativo da escuta ativa, revelando que o processo de pesquisa pode, ele próprio, funcionar como uma ação de conscientização e empoderamento.

Por fim, a análise sugere que as bibliotecas universitárias ainda enfrentam desafios importantes na promoção de uma cultura de acessibilidade, especialmente em relação à formação continuada de seus profissionais, à superação de barreiras atitudinais e à institucionalização de políticas de inclusão. Os relatos reforçam a importância de valorizar o saber experiencial das PBCD, reconhecendo-as como agentes transformadores das práticas bibliotecárias e como produtoras legítimas de conhecimento.

Esse conjunto de observações contribui para o fortalecimento do princípio “nada sobre nós sem nós”, ao evidenciar que políticas de acessibilidade efetivas só podem ser construídas com a participação ativa, crítica e criativa das próprias pessoas com deficiência. O reconhecimento da pluralidade dessas vozes é o primeiro passo para que as bibliotecas se tornem, de fato, espaços democráticos, acessíveis e comprometidos com a equidade.

Embora pertençam a uma mesma tipologia, observa-se que as bibliotecas universitárias federais brasileiras apresentam especificidades em aspectos estruturais, culturais, administrativos, geográficos e econômicos, entre outros, os quais influenciam diretamente nas diferentes formas de gestão e nos modos de inclusão das PBCD.

Em virtude da manifestação de interesse das PBCD que atuam em outras unidades de informação em participarem da presente pesquisa, ainda que não fossem o público-alvo original desta tese, vislumbrou-se nessa situação uma lacuna e oportunidade em ouvi-los por meio da entrevista em profundidade.

Além disso, com o intuito de corresponder à disponibilidade desses profissionais que compartilharam as suas experiências e vivências nos seus locais de trabalho, o pesquisador decidiu incluí-los em sua análise de dados e que se encontram discutidas na próxima subseção.

[Fim de subseção]

[Início de subseção]

4.2 Análise de narrativa do G2

O G2 é composto por PBCD que atuam em diferentes tipologias de unidades de informação, tais como: biblioteca pública estadual, biblioteca pública municipal, biblioteca universitária internacional, biblioteca universitária privada, biblioteca escolar, biblioteca de ensino técnico profissionalizante e arquivo municipal. Além disso, ao G2 foi incorporada a pessoa com deficiência que atua no setor de Tecnologia Assistiva de uma biblioteca universitária (identificada como PCD-TA) e uma pessoa com deficiência formada em Biblioteconomia que exerce a função de auxiliar administrativo (identificada como PBCD-A) em uma biblioteca escolar.

Dessa forma, a entrevista em profundidade teve início com a apresentação do pesquisador, do título da tese e do objetivo geral do estudo. Em seguida, foi aplicado o primeiro bloco do roteiro de entrevista, voltado à caracterização da pessoa entrevistada. Nesse momento, solicitou-se que as PBCD, a PBCD-A e a PCD-TA explicassem a natureza de sua condição. Com base nessas informações, foi elaborado o Quadro 26, que apresenta as diferentes condições de deficiência relatadas pelas pessoas participantes da pesquisa.

Quadro 26 – Condições de deficiência das PBCD, PBCD-A e PCD-TA

Pessoa entrevistada	Condição de deficiência
PBCD 1	Cegueira
PBCD 2	Surdez unilateral
PBCD 3	Transtorno do Espectro Autista
PBCD 4	Deficiência física
PBCD 5	Transtorno de Déficit de Atenção com Hiperatividade
PBCD 6	Deficiência física
PBCD 7	Epilepsia e amnésia
PBCD 8	Deficiência múltipla
PBCD 9	Cegueira
PBCD 10	Transtorno do Espectro Autista
PBCD 11	Transtorno do Espectro Autista
PBCD 12	Visão monocular
PBCD 13	Esquizofrenia paranoide
PBCD-A	Deficiência múltipla
PCD-TA	Cegueira

Legenda: PBCD – Pessoa bibliotecária com deficiência; PBCD-A – Pessoa com deficiência formada em Biblioteconomia que atua como auxiliar administrativo; PCD-TA – Pessoa com deficiência que atua no setor de Tecnologia Assistiva de uma biblioteca universitária.
Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

O Quadro 26 evidencia a diversidade de condições de deficiência entre os profissionais atuantes em unidades de informação. Essa heterogeneidade reforça a importância de compreender as necessidades específicas, os desafios enfrentados e as experiências desses indivíduos no ambiente de trabalho.

Dentre os quinze participantes, há representações de diferentes tipos de deficiência: visual (cegueira e visão monocular), auditiva (surdez unilateral), física (decorrente de sequelas cirúrgicas), múltipla (como a combinação de baixa visão e deficiência física; combinação da deficiência auditiva e visual), bem como condições consideradas invisíveis, como o TEA, TDAH, esquizofrenia paranoide, epilepsia e amnésia. Essa variedade demonstra que o conceito de deficiência é amplo e multifacetado, exigindo abordagens de acessibilidade que considerem essas particularidades.

Destaca-se a presença de profissionais com TEA (PBCD 3, 10 e 11), TDAH (PBDC 5), epilepsia e amnésia (PBCD 7) e esquizofrenia paranoide (PBCD 13) o que mostra que as deficiências invisíveis estão cada vez mais em discussão, o que torna ainda mais desafiador a delegação das atividades laborais e a adequação para um ambiente cognitivo e sensorial. Diante disso, evidencia-se o uso da acessibilidade metodológica, programática e comunicacional para uma articulação com mais empatia, sensibilidade respeitando as individualidades das PBCD e a necessidade de novas reflexões sobre as atuais demandas de acessibilidade.

A participação de profissionais com deficiência visual, como a cegueira (PBCD 1 e 9; PCD-TA) e a visão monocular (PBCD 12) indicam ser essencial a acessibilidade comunicacional e instrumental, por meio do uso de leitores de tela, materiais audiovisuais e sinalização tátil para que tenham condições suficientes na realização de suas atividades. A presença de uma pessoa com deficiência auditiva (PBCD 2), mesmo que ela não tenha necessidade dos recursos específicos à sua condição de deficiência, significa uma oportunidade para que seja planejado um espaço sem ruídos, legendas em Libras para que a comunicação ocorra sem intercorrências e de maneira inclusiva.

A presença de profissionais com deficiência física (PBCD 4 e 6) ou mobilidade reduzida evidenciam a necessidade de um ambiente com acessibilidade arquitetônica, livre de barreiras estruturais que facilitem o seu deslocamento com autonomia e segurança.

Por fim, os relatos da PBCD 8 e da PBCD-A, com deficiência múltipla, chamam atenção para o fato de que as dimensões da acessibilidade não devem ser tratadas de forma isolada, pois a presença de apenas uma delas pode não ser suficiente para garantir um ambiente verdadeiramente inclusivo.

Compreender as especificidades das PBCD, da PBCD-A e da PCD-TA é, portanto, essencial para a construção e o desenvolvimento de unidades de informação que acolham as singularidades de seus profissionais, promovendo um ambiente inclusivo, acessível e respeitoso.

Quadro 27 – Trajetória profissional (continua)

Pessoa entrevistada	Relato
PBCD 1	“Prestei concurso, né, lá na frente, pra quando surgiu, né, na universidade estadual. Aí eu também fui aprovada no concurso, só que era pra trabalhar em outra cidade, que é mais ou menos 2 horas daqui de onde minha família mora. Mas mesmo assim eu fui, trabalhei 3 anos lá, sempre nessa temática, porque quando eu passei no concurso foi em 2008 e não tinha nada, não tinha vaga para pessoa com deficiência, porém não tinha nada, nada acessível a mim.”
PBCD 2	“Eu formei em Biblioteconomia em 2019, colei grau em 2020 e estava finalizando meu estágio no SESC, quando uma ONG apareceu procurando bibliotecários para coordenar um projeto de bibliotecas em uma cidade do interior aqui do Estado. Então eu aceitei e durante esse período da pandemia trabalhei como consultor dessas bibliotecas. Depois disso eu passei no mestrado e fiquei meio parado. Em seguida eu passei no processo seletivo do doutorado e nesse meio tempo, eu consegui trabalhar em uma biblioteca escolar, que era o que eu trabalhava até o começo desse ano. Cansei de trabalhar em biblioteca escolar, porque é muito, muito puxado e não recebe muito, não é muito valorizado. Não recebe muito dinheiro. Aí passei no concurso público em 2022 para trabalhar como bibliotecário(a) na Câmara de vereadores de uma cidade aqui do lado, do lado da capital, onde eu moro. Aí foi uma grande mudança sair da biblioteca escolar e trabalhar no arquivo da Câmara.”
PBCD 3	“Assim que eu me formei, eu consegui emprego em biblioteca escolar. E aí, fui depois para a biblioteca universitária. Depois, abriu o mestrado profissional aqui na universidade. E aí, no mestrado, eu comecei a gostar, de fato, da biblioteconomia, porque era uma coisa mais direcionada, eu colaborei no projeto de uma amiga, ela colaborou no meu, foi outra coisa, outra biblioteconomia. Quando as minhas dificuldades começaram, por causa do TEA, que eu nem sabia o que era a TEA, se eu não trabalhasse na biblioteca, eu tinha pirado! E aí, antes do diagnóstico do TEA, eu estava atuando no arquivo. E aí, quando eu trabalhava nesse arquivo, foi muito bom e tal, mas aí começou a ter umas questões da empresa, que é terceirizada, trabalhando nas instituições públicas, com o órgão. E aí, o que era bom começou a ficar complicado, e aí eu tive uma crise durante, depois eu não sabia que era autismo E aí, nesse meio tempo, eu saí do emprego e eu descobri que não era bem uma depressão, uma questão de bipolaridade, como é que se pronuncia, era o autismo. E aí, quando eu peguei o diagnóstico, eu fui chamada nesse processo seletivo, onde eu tô agora, que é a biblioteca da Fundação Estadual de Saúde.”
PBCD 4	“Mas foi por decorrência desse primeiro emprego em biblioteca como auxiliar que eu fui começando e me apaixonando mais pela profissão. Em 2007 eu

Pessoa entrevistada	Relato
	entrei na faculdade e me formei em 2010. E atualmente eu trabalho em biblioteca escolar.”
PBCD 5	“Eu tive a sorte de passar num concurso logo depois que eu me formei. E aí eu fiquei 10 anos na fundação do meio ambiente do Estado e eu pedi uma licença em 2018 para vir aqui para [um país do hemisfério norte] e eu estou aqui desde então atuando em uma biblioteca universitária.”
PBCD 6	“Eu termino o curso, demoro três anos para conseguir uma vaga de emprego, que também tinha aquela ilusão, depois que eu me formar, vai ser mais fácil para conseguir. E aí, eu consegui uma vaga que fazia parte de um projeto que é o Memorial da Inclusão hoje é o Museu da Inclusão, na época era o Memorial da Inclusão e aí lá eu comecei a mexer com essa parte de documentação uma parte da história do movimento da pessoa com deficiência de documentos pessoais pra montar um arquivo sobre a história. É, foi bem bacana e aí eu fiquei por lá quatro anos trabalhando. Nesse meio tempo eu prestei um concurso da prefeitura e aí eu saio de lá em 2018, finalzinho de 2018 para assumir aqui na biblioteca. E aí assim, durante esse tempo de formação e após atuação também, eu fui percebendo que assim, durante a faculdade, com essa experiência que eu tive no Memorial da Inclusão, eu achei bacana trabalhar com arquivo, mas aí eu fui me interessando mais a questão de biblioteca pública, de atendimento ao público e é o momento que eu venho para a biblioteca. E aí, quando a turma entrou, eu entrei com mais algumas pessoas, eu a única pessoa com deficiência que vim pra cá, e aí assim a gente passou pelos vários setores, o que eu me encantei, eu falei, não, é o atendimento, que eu quero trabalhar e aí eu fiquei quatro anos trabalhando no atendimento direto no atendimento ao público na sessão circulante no finalzinho de 2022 eu fui para o planejamento trabalhar com parte de políticas, direitos culturais e no início do ano passado eu recebi o convite para assumir a supervisão de atendimento.”
PBCD 7	“Então, aí, nessa pergunta, você deu sorte, deu azar, né? Porque, assim, o que eu mais entendo de epilepsia é de epilepsia e trabalho, por algumas conjunturas da minha vida. Eu tive uma trajetória trabalhista muito difícil no começo. Eu passei por uns momentos muito angustiantes na minha vida profissional, digamos, até chegar na hora da minha escolha, talvez mesmo depois, por conta do meu problema de saúde.”
PBCD 8	“Fiz Biblioteconomia, fiz um mestrado em Ciência da Informação, tive publicações acadêmicas, fiz a minha dissertação, a minha monografia, escrevi artigos, participei de grupos de pesquisa. Eu vivenciei o que a Biblioteconomia podia me oferecer em todas as etapas. Fui bolsista acadêmico, de pesquisa, fui bolsista de extensão. Aí, me encontrei na parte em dar palestra e consultoria nas bibliotecas, na parte da acessibilidade. E aí, foi passando o tempo e eu já estava no mestrado e saiu o primeiro concurso da Secretaria de Cultura do Estado, fiz e passei e estou aqui até hoje.”
PBCD 9	“Na verdade assim, eu iniciei minha carreira profissional como metalúrgica. Aí eu vi que eu não gostava da coisa e era um serviço repetitivo e pra mim não deu certo. Aí fui fazer programação em uma empresa e quando eu fiz o estágio, eles não estavam contratando ninguém. E aí eu precisava sobreviver. Aí eu peguei e consegui arrumar um emprego na biblioteca, mas na sessão Braile. E aí, eu comecei a trabalhar lá, gostei da área, eu achei que eu poderia contribuir muito se eu aprendesse a utilizar, se eu aprendesse a guardar os livros por ordem de classificação, aquelas coisas todas que tem, todos os trabalhos que tem na biblioteca. Aí, eu falei, prestei vestibular, passei, consegui trabalhar, estudar e me formei em 92. E daí, como eu já trabalhava na biblioteca, eu continuei trabalhando, fui até o final da carreira. Eu trabalhei a vida inteira na prefeitura.”
PBCD 10	“E aí quando eu me formei, logo em seguida eu prestei concurso, né? E aí eu já passei, já entrei assim. Primeiro concurso, primeiro emprego na área mesmo.”

Pessoa entrevistada	Relato
PBCD 11	“Eu consegui me formar, antes da pandemia. Eu fui para uma biblioteca infantil no colégio particular. E aí quando eu consegui o primeiro emprego como bibliotecária na faculdade universitária, eu tentei o máximo possível viabilizar isso de uma forma... Com o que tem, né? O famoso... A gente não tem verba, a gente vai com o que tem. Acho que é mais ou menos isso. Eu estou agora aqui no interior do Estado em uma biblioteca técnico-profissionalizante.”
PBCD 12	“E aí, quando eu terminei a faculdade, em 2016, falei, vou tentar o concurso de Biblioteconomia mais uma vez e agora eu vou me colocar na condição de deficiente, por quê? Porque eu vi pessoas sendo admitidas e vi que tinha uma possibilidade de uma súmula do Tribunal Superior de Trabalho, eu falei, qualquer coisa, se não der trabalho, eu vou atrás. Mas assim, Deus me abençoou, eu acabei ficando na segunda posição, que eram duas vagas. Tinha terminado a minha faculdade em agosto e em novembro eu já fui nomeada.”
PBCD 13	“Fiz alguns estágios e fui admitido num concurso público numa instituição federal, embora não ligada ao ensino, era ligada ao judiciário. Aí eu fiquei um tempo nessa empresa e depois... eu saí dessa empresa... eu fui... para uma biblioteca universitária pequena de uma entidade particular... depois eu fui para uma prefeitura de uma cidade grande do Estado... por volta de 2007 eu tive uma situação muito estressante...que me levou a interromper o trabalho, né? Eu fiquei, assim, numa situação de isolamento até 2012, quando procurei o tratamento pra cuidar do diagnóstico que foi feito, né, da esquizofrenia paranoide, né? E o tratamento foi bem sucedido. A partir de 2020 eu voltei a estudar. Em 2022 eu fui admitido num programa de mestrado em artes visuais.
PBCD-A	“Eu tinha dificuldade no começo de arrumar emprego, justamente por essa questão. Na época não tinha, vamos falar assim, a tecnologia que a gente tem hoje, a inovação que a gente tem hoje. Então, por exemplo, aprendi que pra você entrar no mercado de trabalho, inicialmente, é o que? É uma recepção, é um atendimento, é a parte de telefone. Então, assim, foi muito difícil conseguir o emprego. Eu fiz várias tentativas e sempre estudando tudo e tal. Até que, um dia, a instituição que eu trabalho hoje abriu um processo seletivo específico pra deficientes, que hoje não é muito comum, às vezes bola lá, mas assim, foi a porta aberta que eu encontrei. E aí eu entrei lá. Quando eu entrei lá, fiz todo o processo digital, e eles me conduziram para o setor da biblioteca. Então assim, foi realmente onde encaixou, foi onde eu consegui ser útil, vamos falar assim, no mercado de trabalho, porque não era uma coisa tão fácil. Aí, ao longo do tempo, lógico, as coisas vão mudando, vão melhorando. A questão da tecnologia, né? Hoje a gente já tem a questão do celular do ato da atuação não necessariamente precisa de estar ouvindo, né? Eu lembro que no começo eu tinha dificuldade de fazer uma ligação de telefone, porque, né? Se ligar assim para uma... Às vezes eu fazia muito processo ali de ligar para a editora, falar com a pessoa, ligar no 0800 para pedir o jornal, para questionar que o jornal não chegou. Então assim, eu tinha muita dificuldade. Então hoje, eu até fazia o meu esforço e quando saía da minha alçada, eu falava com a minha chefe. Eu não estou conseguindo, 0800 é muito baixo. Enfim, e aí tudo era assim, meio que adequado. Hoje a gente já faz isso por e-mail, faz isso pelo WhatsApp, é tudo muito mais prático, então não tem dificuldade. E aí num dado momento, assim, eu já... Quando eu entrei nessa instituição, eu tava começando... na graduação de Geografia, na verdade. Porque eu tinha feito um técnico em meio ambiente. E aí eu falei assim, bom, eu entrei aqui na instituição, não tinha Agronomia, essas coisas, mas aí eu falei assim, bom, vou tentar a Geografia, que é um pouquinho que tá mais próxima ali e tal. E aí várias pessoas perguntaram, ah, mas você vai dar aula? Porque aí é aquela questão. Aqui onde eu moro [...] é praticamente um carro por habitante. O transporte coletivo aqui é quase que inexistente. É muito mal organizado, vamos falar assim. As pessoas têm uma cultura aqui

(conclusão)

Pessoa entrevistada	Relato
	de carro e moto e eu não dirijo. E aí eu nem cogitei essa questão, porque como eu vou fazer para ir para uma escola e para outra? Porque tem essa dinâmica. Nesse período eu já estava com um filho, já tinha ganhado meu filho, e aí eu fui ficando por ali porque ali estudando, trabalhando na instituição, eu tinha o direito à graduação e à escola para o meu filho. [...].”
PCD-TA	“Após a minha conclusão no curso, logo em seguida eu ingressei no mercado de trabalho e também passei por grandes dificuldades. Primeiro no ensino, ensino não, em empresa privada. Então é muito, muito capacitismo. Eu me sentia muito ocioso, não tinha muitas atividades que eu pudesse exercer, os sistemas eram inacessíveis. Enfim, não me sentia acolhido dentro da empresa. E aí eu decidi fazer o concurso público. Eu fiquei um ano e meio numa empresa, quase dois anos na verdade, aí eu passei no concurso da universidade federal. E vim pra biblioteca. Fui alocado na biblioteca.”

Legenda: PBCD – Pessoa bibliotecária com deficiência; PBCD-A – Pessoa com deficiência formada em Biblioteconomia que atua como auxiliar administrativo; PCD-TA – Pessoa com deficiência que atua no setor de Tecnologia Assistiva de uma biblioteca universitária.
Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

Baseando-se no roteiro de entrevista, a próxima pergunta consistiu em que a pessoa participante relatasse a sua trajetória profissional e a motivação pela escolha do curso de Biblioteconomia. Para a PCD-TA, a pergunta sobre a motivação foi adaptada para curso de ensino superior. A partir do exposto no Quadro 27, a análise das trajetórias profissionais das PBCD revela percursos marcados por resiliência, mobilidade, e enfrentamento de barreiras estruturais que limitam a oportunidade de escolhas no mercado de trabalho. A diversidade dos relatos permite observar como essas trajetórias são moldadas por fatores como o contexto socioeconômico, as oportunidades de formação e emprego, os tipos de deficiência e o nível de acessibilidade institucional.

Em alguns casos, a entrada na profissão foi marcada por experiências anteriores em áreas distintas, como exemplificado pela PBCD 9, que iniciou sua carreira como metalúrgica antes de migrar para a Biblioteconomia após uma experiência na sessão Braile de uma biblioteca. Essa situação evidencia como o contato direto com a prática bibliotecária pode despertar vocações e redefinir projetos de vida, especialmente quando há identificação com o potencial social da profissão.

Outras trajetórias foram diretamente alinhadas com o percurso acadêmico, como nos casos das PBCD 1, 5, 10 e 12, que acessaram cargos públicos logo após a conclusão do curso por meio de concursos. No entanto, mesmo nesses casos, os relatos expõem desafios relacionados à acessibilidade e à adaptação nos ambientes de trabalho. A PBCD 1, por exemplo, menciona a inexistência de condições

acessíveis apesar da vaga ser destinada a pessoa com deficiência, apontando uma contradição entre a política de inclusão formal e a realidade institucional.

Há também percursos marcados pela mobilidade entre diferentes tipos de unidades de informação — bibliotecas escolares, universitárias, públicas e especializadas — e até mesmo atuação no exterior (PBCD 5), o que sugere versatilidade, mas também pode indicar a busca contínua por condições de trabalho mais justas e ambientes menos capacitistas. A insatisfação com o contexto das bibliotecas escolares, em razão da sobrecarga e da desvalorização salarial, é mencionada explicitamente pela PBCD 2.

Vários relatos (PBCD 2, 3, 6 e 8) destacam o papel da pós-graduação como ponto de reflexão na carreira. Nesses casos, a continuidade dos estudos contribuiu não apenas para o aprimoramento técnico, mas também para a consolidação de vínculos profissionais e afetivos com a Biblioteconomia, como evidenciado pelo entusiasmo da PBCD 3 ao narrar sua experiência no mestrado profissional. Ainda nesse relato, é possível perceber como o diagnóstico tardio do TEA influenciou sua trajetória profissional, revelando a importância do reconhecimento da neurodiversidade no mundo do trabalho.

A atuação em projetos voltados à acessibilidade e à memória do movimento das pessoas com deficiência, como no caso da PBCD 6, evidencia o potencial transformador das experiências profissionais vividas por essas pessoas. A familiaridade com os direitos culturais, a documentação histórica e o atendimento ao público destaca como dimensão importante na construção de sentido e pertencimento profissional. A PBCD 8, por sua vez, exemplifica como diversas experiências adquiridas no ambiente acadêmico — com produção científica e atuação em consultoria — pode ser articulado à luta por acessibilidade, indicando uma forma ampliada de exercício da Biblioteconomia.

Cabe salientar que algumas trajetórias foram impactadas diretamente por condições de saúde e contextos sociais adversos. A PBCD 13, por exemplo, teve a carreira interrompida por uma situação de estresse extremo que culminou no diagnóstico de esquizofrenia paranoide. Após tratamento e recuperação, retomou a vida acadêmica por meio de um mestrado interdisciplinar em artes visuais, evidenciando uma reinvenção profissional. Nessas mesmas circunstâncias, a PBCD 7 sugere que os desafios impostos pela deficiência, particularmente quando associados a quadros clínicos como epilepsia, impactam diretamente na estabilidade

e nas escolhas profissionais. A menção a "momentos angustiantes" e "conjunturas da vida" reforça a ideia de que as barreiras enfrentadas são multidimensionais e frequentemente invisibilizadas.

A inserção das PBCD-A e PCD-TA amplia a compreensão das relações entre deficiência e trabalho em bibliotecas. A PBCD-A possui formação em Biblioteconomia, no entanto, ocupa o cargo de auxiliar administrativo em uma biblioteca escolar. O seu relato revela a carência de políticas institucionais que reconheçam a multiplicidade de sujeitos qualificados com deficiência. Ainda assim, sua permanência e crescimento no setor são marcados por esforço pessoal, adaptação e pela mediação constante com tecnologias e colegas de trabalho.

Já a PCD-TA, com formação em Estatística, relata um percurso iniciado no setor privado, marcado por forte capacitismo e ausência de acessibilidade tecnológica, o que a levou a buscar estabilidade no setor público. A sua atuação no setor de Tecnologia Assistiva de uma biblioteca universitária, embora não formalmente ligada à Biblioteconomia, contribui de maneira significativa para a promoção da acessibilidade no espaço informacional, o que justifica plenamente sua inclusão na análise.

Diante do exposto, as trajetórias profissionais das PBCD, PBCD-A e PCD-TA são diversas, mas convergem no enfrentamento contínuo de desigualdades e a reinvenção constante. Para as PBCD e a PBCD-A, a Biblioteconomia surge como uma oportunidade de inclusão no mercado de trabalho. Ainda que as experiências variem, os relatos revelam uma busca coletiva por reconhecimento, acessibilidade e valorização profissional.

Quadro 28 – Motivação pela escolha do curso de formação superior entre as PBCD, PBCD-A e PCD-TA

(continua)

Pessoa entrevistada	Relato
PBCD 1	“Então, eu morava no interior do [Estado], né? E quando eu tinha 20 anos, eu fiquei cega. Eu perdi completamente a visão e para mim, assim, foi um impacto muito grande, porque eu não tinha, né, problema de visão e de repente acordei cega. Então, minha família, ela é veio morar na [capital], para que eu reaprendesse a viver e fui ao Instituto do cego. Eu vi a necessidade, como é difícil para as pessoas com deficiência visual, ter acesso à informação acessível, porque até então eu queria ser professora, sabe? Eu tinha pensado e como quando eu cheguei no instituto eu aprendi rápido o Braille. Eu fiquei encantada com as tecnologias assim que ela proporcionava para gente que tem uma deficiência visual. Porque lá no interior, onde eu morava, as pessoas cegas, não tinham direito a nada, a estudar, a nada, né? E quando eu

	percebi que se tivesse as condições, a pessoa com deficiência podia também conseguir os seus objetivos, eu fiquei encantada. Só que o principal obstáculo que eu enfrentei foi a falta de informação acessível, né? E é a gente pudesse alcançar os nossos objetivos. Eu me encantei assim com aqui na universidade federal tem um setor Braille, que agora até mudou de nome, mas na minha época de estudante era setor Braille, sabe, dentro da biblioteca. E lá eu conheci um bibliotecário, que ele também era cego. E ele fazia assim o que podia pelas pessoas que procurava, que que queria, né? As informações. Ele fazia o que podia para que aquela informação tivesse acessível. E eu fiquei encantada. E eu achei que era muito pouco uma pessoa só na época, fazendo aquele serviço e as pessoas precisando tanto. Aí foi daí que eu resolvi fazer o curso de Biblioteconomia."
PBCD 2	"É quando eu estava no terceiro ano do ensino médio eu não sabia muito bem assim o que eu queria da vida. Não, porque hoje em dia eu saiba assim, melhor. Mas na época era muito mais confuso, né? Na época, a minha mãe era professora de português, então eu sempre imaginei fazer algo na área da Educação, mas aí também eu sempre fui muito comunicativo e tal e pensei fazer Jornalismo. E aí na época do Facebook eu flertava com um menino que ele era estudante de Biblioteconomia e ele falava muito bem do curso e foi assim que ele me apresentou o curso e tal. E eu achei muito interessante as coisas que ele falava sobre o curso. E aí como eu estava meio naquela licença para onde ia, 16 para 17 anos e tal, e não sabia o que fazer, eu falei, eu vou tentar. Aí eu passei e eu estava naquela coisa assim, se eu não gostar, eu vou fazer outra coisa. Eu fiquei apaixonado e hoje em dia eu não consigo me imaginar fazendo outra coisa."
PBCD 3	"Eu não escolhi, assim, não foi uma escolha consciente. Eu não, eu me descobri, sério, o TEA ano passado. E aí, na época, não sei se lá, eu sei que no passado eu tinha umas questões lá de escola, não sei se estava direito, não estava focada. E aí, quando entrou pelo Reuni Biblioteconomia aqui na Universidade Federal, aí minha mãe falou assim 'ah faça Biblioteconomia'. Minha tia falou, 'ah, você adora ler.' Aquela coisa básica, gente. E aí, me inscreveram no vestibular e eu passei. E eu comecei a fazer o curso. Eu não me apaixonei por ele, assim como dizem, né?"
PBCD 4	"Eu entrei, meu primeiro emprego em biblioteca foi em 2001. Eu trabalhei como auxiliar de biblioteca numa biblioteca universitária. E como auxiliar eu trabalhei lá por dois ou três anos, não me lembro exatamente. E aí eu fui tomando gosto pela profissão. Tinha lá umas três ou quatro bibliotecárias e a gente atuava diretamente com elas, né? E aí eu fui aprendendo um pouquinho mais sobre o trabalho do bibliotecário, né? O que o bibliotecário fazia, todo o processo de disponibilização das informações, a organização do conhecimento. E aí eu fui me interessando mais e mais pela área e eu só pude começar a estudar, financeiramente falando, em 2007. Em 2007 eu entrei na faculdade e me formei em 2010. Mas foi por decorrência desse primeiro emprego em biblioteca como auxiliar que eu fui me apaixonando mais pela profissão."
PBCD 5	"Certo, eu queria ser jornalista, na verdade. E aí foi muita sorte na vida, muita sorte mesmo. Tinha um vestibular, né, na federal e na estadual, então não sei se você fez isso também, mas na época, né, eu prestava um vestibular em cada uma e não tinha História, que era minha primeira escolha. Então eu estava pensando em fazer pra Geografia o vestibular na estadual e o jornalismo na federal, mas uma professora abençoada no cursinho falou, 'por que que você não dá uma olhada na grade de Biblioteconomia? Porque tem mais a ver com informação do que Geografia. Então, se você quer ser jornalista, eu acho que Biblioteconomia ia ser ótimo pra você. E aí eu olhei a grade e eu fiquei apaixonada assim, sabe? É um curso que eu nunca tinha visto. O curso

	da [universidade] na época era muito incrível, era muito focado em gestão também, mas tinha muita ainda, tinha muita coisa de ciências humanas, então tinha psicologia, tinha história da arte, tinha inglês, tinha espanhol, era muito legal o curso, então eu acabei dando sorte assim, né? Eu fiz, é Biblioteconomia por sorte."
PBCD 6	"Eu moro numa cidade periférica, e aí, aquela coisa de termina o ensino médio, eu estava perdida e eu pedi minhas informações sobre a Universidade [do Estado], me interessei, falei, vou fazer universidade pública, até por questões financeiras, E aí, a princípio, assim, eu achava que eu era muito... já estava muito decidida na minha formação, que eu queria fazer publicidade. E aí, durante o cursinho que eu fiz, a minha cabeça pirou e eu não sabia o que eu queria ser. E eu comecei a ler sobre as profissões e aí foi onde eu cheguei na Biblioteconomia. Achei bacana. A princípio, eu queria trabalhar mais com a parte documental com o arquivo e aí assim era a biblioteconomia era o que mais se aproximava de arquivo que aqui [no Estado] próximo a mim não tinha o curso de arquivologia. Então a princípio eu abro para Biblioteconomia mas vim por essa parte do arquivo de gestão documental."
PBCD 7	Não respondeu.
PBCD 8	"A princípio eu queria entrar na universidade em independente do curso, né? E eu, meu Deus, pensava como é que eu vou fazer pra entrar nessa universidade, porque é um grande... como é que eu posso dizer? É vendido pra gente durante toda a vida que a gente precisa entrar numa universidade pública. Pelo menos aqui [na capital]. Eu fiz cursinho pra me estimular, fiz tudo porque eu queria entrar na universidade. Aí, eu tive um problema, uma doença. Fiquei adoentado. Foi a mesma doença que, inclusive, ocasionou a minha deficiência, que não é congênita. E aí, eu mudei totalmente a perspectiva. Eu ia fazer outro curso, talvez eu fizesse. Eu estava pensando em fazer sociologia, até. E aí, eu fiquei desóbito. Foi um momento de luto, que todo mundo que contrai uma deficiência acaba tendo um momento de adaptação. De luto mesmo, porque você fica... você fica se sentindo mal pela vida e traz para o que você perdeu, né? E aí, eu fiquei olhando, assim, eu estava olhando o jornal, e olhando concurso público pra fazer. E todo concurso público que eu via, tinha vaga pra bibliotecário. Aquele boom do governo Lula, né? Tinha muito concurso e tal. E eu estava adorando aquilo ali. E vi que todo concurso tinha vaga pra bibliotecário. E era assim, uma vaga, duas vagas. E eu não lembro mais. Biblioteconomia na [universidade] não é tão concorrida. Eu vou dar uma olhada. E de fato não era. Eu acho que eu vou fazer biblioteconomia para entrar no concurso. E esse foi o motivo. Esse foi exatamente o motivo. Fiz biblioteconomia para entrar no concurso e assim eu pensei, eu sou uma pessoa com deficiência, para encontrar outro trabalho vai ser mais complicado. Então, se eu me assegurar no concurso público, eles vão ter que me engolir. E esse foi um pensamento praticamente adolescente. E aí eu comecei a estudar, entrei para a Biblioteconomia."
PBCD 9	"Consegui arrumar um emprego na biblioteca, mas na sessão Braile. E aí, eu comecei a trabalhar lá, gostei da área, eu achei que eu poderia contribuir muito se eu aprendesse a utilizar, se eu aprendesse a guardar os livros por ordem de classificação, aqueles todos trabalhos que tem na biblioteca. Aí, eu gostei, foi aí, acho que eu vou prestar vestibular, isso foi em 88. Aí, eu falei, prestei vestibular, passei, consegui trabalhar, estudar e me formei em 92."
PBCD 10	"Não foi a minha primeira escolha de curso. Assim que eu saí do ensino médio, eu não sabia bem o que eu queria fazer. Eu sempre tive muita afeição e facilidade de lidar com os animais, então eu pensei a princípio em fazer algo nessa área, eu já fazia equitação na época também, mas veterinária eu sabia que eu não queria, porque eu não queria lidar com a doença ali do animal, enfim, do sofrimento. Aí eu pensei, vamos fazer zootecnia, e aí eu entrei. Entrei na zootecnia, a princípio não tinha perto

	assim, nenhuma federal perto, Aí eu fiz vestibular pra [uma cidade] que era muito longe, eu não... Cheguei a fazer a prova, fui lá conhecer, mas eu não me senti a vontade de ficar sozinha na cidade. Não fui. Aí no ano seguinte, por sorte, abriu [na capital]. E aí [na capital] ficava mais perto pra mim. Eu consegui fazer um ano. Aí, assim, eu não me identificava com meus colegas, eu tive muita dificuldade na parte de... Era perto, assim, né, da minha cidade, mas eu tinha que pegar ônibus, levava uma, duas horas, dependendo do trânsito. Então, essa rotina toda, ela foi me exaurindo muito, assim. E aí, eu acabei trancando. Na época, uma amiga minha estava fazendo estágio em biblioteca escolar e ela falou 'olha por que você não faz Biblioteconomia? Eu acho que tem tudo a ver contigo, é bom de trabalhar na área e tudo, eu acho que combina', assim, eu sempre gostei muito de ler e aí ela pensou, sei lá, não sei exatamente o que ela pensou. Mas aí eu, nesse momento de decisão de troca, eu pensei, tá, vou comparar os currículos, né, será que o que tem na grade e tal. E eu já estava num momento, assim, numa fase muito depressiva, sabe? Ali da faculdade. E aí eu pensei, tá. Primeiro que a Biblioteconomia parece mais fácil, tem menos carga horária, as disciplinas são mais de humanas. Vou fazer, vou fazer. O campus também era mais perto, assim, tinha um ônibus que levava menos tempo. Aí eu fiz transferência, daí de um curso pro outro. E... Assim. Eu vou te dizer, foi uma paixão assim, eu adorei fazer Biblioteconomia porque eu também não me identificava muito com meus colegas, enfim, mas me identificava mais do que com meus colegas da Zootecnia."
PBCD 11	"Eu já percebia lá na Letras que o meu lugar, na verdade, era entre estantes. Eu sempre gostei muito de pesquisar, eu sempre tive muita curiosidade de saber as coisas como elas são. E eu já via que ali eu já estava testando um pouco de como toda a minha grade curricular na licenciatura se projetava. Era voltado mesmo para ser professor. Eu não me sentia confortável, tive experiência de fazer, de dar aulas para várias idades, mas eu nunca me senti confortável nesse estado de professor, até como o próprio sistema coloca a gente, né? Se você tá lá na frente com o giz ou com a caneta é porque você é dono do conhecimento, alguma coisa assim, né? Eu não me sentia muito bem. E aí, quando eu fui fazer a Biblioteconomia em 2013, foi por... Eu brincava com a minha orientadora, que era uma relação de amor e ódio. Eu me casei com a biblioteconomia porque eu encontrei nela onde eu posso fazer as minhas coisas. Eu tenho muito disso da questão da missão social do bibliotecário. Aliás, é aquele livrinho lindo, maravilhoso lá do... Esqueci do nome dele. Então, não é que mudou, tipo, me deu a testada de, é, eu posso fazer isso."
PBCD 12	"Um dia eu fui à biblioteca e tinha uma moça ajudando, assim, eu não lembro certinho o que ela estava fazendo. E eu me aproximei e ela era nova, né? Eu conheci todo mundo, era aquela senhora e tal. Eu falei, quem é você? Ela falou assim, eu sou estagiária. Aí eu falei, ah, que legal. Eu falei assim, mas você é estagiária? Ela ficou perguntando, conversando. Ela falou assim, ah, eu sou estagiária do curso de Biblioteconomia. Aí eu falei, putz, que massa! Que curso de bacana! Nunca tinha ouvido falar. Eu falei, nossa, fiquei intrigada. Fiquei intrigada a conversar com ela, né? E assim, fiquei admirada com ela ali e tal. Ela era nova e tal. E aquilo ficou na minha cabeça. Simplesmente. Quando, assim, nas adversidades, depois do curso de Direito, estudando pra concurso, eu falei assim, cara, eu me senti muito frustrada, porque lá no Nordeste a concorrência é tremenda nível altíssimo e tal, e aí eu venho no concurso e tal, aí vem aquele curso de Biblioteconomia novamente, né, assim, dentro das opções de base, eu falei, caramba, é aquele curso que a aquela menina falou, né, olha que legal, né, eu nem sabia que tinha esse curso e tem, aí eu fui pesquisar na Universidade Federal e tal, aí eu falei, sabe uma coisa, me deu assim, a minha percepção de mundo mudou muito, muitas coisas Será que eu sou feliz? Será que não

	sou? Será que o curso de Direito era aquilo? Uma coisa que me dificultava muito, eu me considero uma pessoa tímida. Apesar de ser tagarela, me relacionar facilmente com as pessoas, mas normalmente eu sou muito tímida. Principalmente formalmente. Eu considero que eu tenho um certo bloqueio que eu tento E o Direito tem isso, pra iniciativa privada você tem que ser bem desenvolta, né? E eu falava, caramba, como que eu vou conseguir se não for concurso e tal? Aí eu comecei a repensar minha vida, repensar, repensar tudo. Aí eu falei, cara, sabe de uma coisa? Eu quero ser feliz na vida, juro. Eu falei, sabe de uma coisa? Não sei, acho que Direito não vai dar pra mim, pensei. Só que eu não conseguia nem arriscar e falar isso, assim, pro meu marido, pra família, porque a minha família iria endoidecer! Tinha que acabar de terminar o Direito. Aí, nesse período, fiz a prova e passei e tal. E acabou meu curso tentando prestar pra concurso. Só que aquela ideia ficou assim, fixa. Eu falei, nossa, que legal, tem isso, tem aquilo. Era no período da tarde. Ah, porque eu não fui fazer uma disciplina isolada né? Porque eu não fui conhecer e tal. Aí, um certo dia, eu falei assim, ó, com o meu marido, né? Eu tinha convencido, né? E eu também tinha me convencido que poderia ser uma boa oportunidade pra concurso, né? Eu pesquisando a concorrência lá, nos concursos da Universidade Federal de São Paulo, falei assim, ó, pô, tem classes aí que não tem uma concorrência tão grande. Aí falei pro meu marido, falei assim, olha, tem... você já ouviu falar desse curso? Assim, não tem tantas vagas, mas a concorrência é menor do que, por exemplo, com o Direito. Aí fui tentando convencê-lo, a primeira vez ele achou um absurdo, né? E tal, e não sei o quê... Só que aquilo ali virou, assim, questão de organismo. Foi, vou convencer. Consegui convencê-lo. Só que aí... Consegui convencê-lo, talvez, naquele processo mesmo, assim, de... Eu quero ser feliz, eu quero buscar algo que me realize. convenci que aquilo era o que eu queria. Eu nunca tinha sentido vontade de fazer algo. Aí eu fui atrás, me inscrevi como graduada, consegui, só que meu marido disse assim, você estuda na minha condição. A sua filha tem que estar bem, ela não pode ficar sem seu apoio, você só vai poder quando ela ir para a escola. Então assim, eu a deixava na escola e ia para a faculdade.”
PBCD 13	“E quando eu fui prestar o vestibular, eu li a descrição do curso de Biblioteconomia e me identifiquei.”
PBCD-A	“Bom, eu entrei aqui na instituição, não tinha agronomia, essas coisas, mas aí eu falei assim, bom, vou tentar a geografia, que é um pouquinho que tá mais próxima ali e tal. E aí várias pessoas perguntaram, ah, mas você vai dar aula? Porque aí é aquela questão. Aqui onde eu moro [...] é praticamente um carro por habitante. O transporte coletivo aqui é quase que inexistente. É muito mal organizado, vamos falar assim. As pessoas têm uma cultura aqui de carro e moto e eu não dirijo. E aí eu nem cogitei essa questão, porque como eu vou fazer para ir para uma escola e para outra? Porque tem essa dinâmica. Nesse período eu já estava com um filho, já tinha ganhado meu filho, e aí eu fui ficando por ali porque ali estudando, trabalhando na instituição, eu tinha o direito à graduação e à escola para o meu filho. Aí eu fui ficando, fui ficando, e aí tem toda essa dinâmica do preconceito. Não adianta falar que não tem, por que tem. O pessoal subestima a gente, porque acha que a gente tem que estar ali condicionado, não tem perspectiva. Foi quando chegou em 2017, que eu já tinha me formado em Geografia. Porque eu me formei em Geografia de 2011 para 2012. Aí eu fiquei ali à mercê, eu falei assim, bom e agora? O que eu vou fazer com isso? Passou-se um tempo, aí eu fiz Gestão Ambiental, Especialização. Só que também não consegui nada assim. Aí até que num dado momento, fiquei sabendo do curso de biblioteconomia. Falei assim, agora o que vou fazer? Já estou 10 anos na empresa. O que eu vou fazer para ver se pelo menos eu consigo colaborar com outros processos e se eu tenho mais abertura para fazer alguma coisa. Então, o que eu percebi que ficou de diferente apenas foi

	o respeito. Porque aí viram que eu fui atrás tudo e tal, mas assim, só que na prática, ninguém continuou a mesma coisa, ninguém me ensinou nada, ninguém me passou nada e eu sempre correndo atrás, aí agora hoje eu parei. Eu parei com tudo, tô aqui na minha e só. É, aí meu filho agora já formou, Entendeu? Eu agora tô aqui, tô meio que inércia, sem procurar mais nenhuma coisa e tô por aqui. Fiquei pensando nisso aí quando eu fiquei sabendo do curso de bibliotecário que eu fiz [...]. Mas, sabe, vou tentar, quem sabe eu crio uma outra perspectiva, né?"
PCD-TA	"A minha graduação é em Estatística e na verdade, quando eu escolhi esse trajeto, eu não era uma pessoa com deficiência ainda. Eu me tornei durante o curso. E foi complicado, teve muitas questões de acessibilidade por ser um curso da área de exatas, mas eu consegui finalizar, apesar de todas as dificuldades."

Legenda: PBCD – Pessoa bibliotecária com deficiência; PBCD-A – Pessoa com deficiência formada em Biblioteconomia que atua como auxiliar administrativo; PCD-TA – Pessoa com deficiência que atua no setor de Tecnologia Assistiva de uma biblioteca universitária.
Fonte: Elaborado pelos autores, 2025.

De acordo com o exposto no Quadro 28, os relatos das PBCD, da PBCD-A e da PCD-TA evidenciam que a escolha do curso de graduação está relacionada a múltiplas motivações, tanto racionais quanto afetivas, revelando a complexidade e a individualidade que envolvem os processos de decisão profissional. Observa-se que as escolhas podem ser planejadas até descobertas ao acaso e as realocações no mercado de trabalho provocadas por eventos marcantes, como o desenvolvimento da deficiência ou a frustração com outras áreas.

A experiência direta com a deficiência foi um fator determinante para a escolha do curso em alguns casos. A PBCD 1, por exemplo, relata como o processo de reabilitação após a perda da visão despertou sua atenção para a falta de acessibilidade à informação e a inspirou a se tornar pessoa bibliotecária, especialmente após conhecer o trabalho de uma pessoa bibliotecária cega em um setor Braille de biblioteca universitária. Esse relato destaca o papel das vivências pessoais na construção de um projeto profissional com forte caráter social.

Em outros casos, o contato prévio com bibliotecas no contexto profissional foi fundamental para despertar o interesse pela área. É o que ocorre com as PBCD 4 e 9, cujas primeiras experiências como auxiliares em bibliotecas revelaram o potencial transformador da profissão e motivaram a formalização da carreira por meio da graduação. Esses relatos reforçam o papel do trabalho enquanto meio de descoberta vocacional e pertencimento.

Algumas trajetórias foram impactadas por fatores externos, como a sugestão de familiares (PBCD 3) ou amigos (PBCD 2, 10 e 12), demonstrando a influência de pessoas próximas na escolha do curso. Em certos casos, a Biblioteconomia surgiu

como uma alternativa a outros cursos considerados inviáveis — seja por questões financeiras, geográficas ou de saúde mental. O relato da PBCD 10 ilustra bem esse ponto, ao relatar a frustração com a Zootecnia e o reencontro com o bem-estar no curso de Biblioteconomia.

A busca por estabilidade e inclusão no serviço público também figura como uma motivação recorrente. A PBCD 8 relata que sua escolha foi estrategicamente orientada pela maior oferta de concursos públicos para pessoas bibliotecárias, entendida como uma via possível de inserção no mercado de trabalho para pessoas com deficiência. De forma semelhante, a PBCD 12 narra um processo profundo de reflexão sobre felicidade e realização pessoal, motivado por frustrações no curso de Direito e pelo desejo de um caminho mais compatível com suas características pessoais e familiares.

A paixão pela leitura aparece como motivação em alguns casos (PBCD 3 e 10), embora nem sempre esteja atrelada a uma escolha consciente. A identificação com o curso é mencionada pela PBCD 13 e acrescentada também pelo relato da PBCD 11, que revela uma migração da área de Letras para a Biblioteconomia motivada por uma insatisfação com o papel docente sinalizando uma perspectiva crítica sobre o papel das instituições de ensino e suas formas de legitimação do saber.

Ainda há casos em que a escolha foi marcada pela casualidade e pela “sorte”, como no caso da PBCD 5, que encontrou na grade curricular da Biblioteconomia uma combinação atrativa entre informação, gestão e ciências humanas, após indicação de uma professora. Essa multiplicidade de motivos evidencia a Biblioteconomia como um campo permeado por trajetórias de descoberta e reconstrução subjetiva, especialmente significativo para pessoas que vivenciaram rupturas em seus planejamentos de vida pessoal e profissional em função da deficiência.

A análise também considera a PBCD-A, cuja trajetória formativa foi marcada por múltiplas formações e uma tentativa de (re)significação profissional. Após concluir o curso de Geografia e especialização em Gestão Ambiental, sem retorno profissional efetivo, a escolha pela Biblioteconomia surge como tentativa de ampliar possibilidades dentro da instituição em que já trabalhava. Seu relato denuncia as barreiras de mobilidade urbana, o preconceito e o desestímulo institucional, mas

também evidencia a persistência em buscar reconhecimento e visibilidade profissional por meio da formação superior.

Por fim, a PCD-TA, formada em Estatística, relata que sua escolha inicial foi feita antes de se tornar uma pessoa com deficiência. Ele (a) destaca as dificuldades de acessibilidade em cursos da área de exatas, revelando que a permanência nos cursos superiores por pessoas com deficiência ainda enfrenta barreiras pedagógicas e estruturais, especialmente em áreas que não têm tradição em acessibilidade curricular. A sua formação no ensino superior foi concluída, mesmo diante de um cenário repleto de obstáculos e desafios.

Assim, conforme os relatos analisados, a escolha no curso superior pelas pessoas com deficiência não ocorre de maneira simples e objetiva ou mediante vocação. Trata-se de um processo construído por experiências de exclusão, imprevisibilidade, apoio de amigos e familiares, busca por acolhimento e de acessibilidade. Esses dados reafirmam que a construção das trajetórias acadêmicas e profissionais das pessoas com deficiência está intimamente ligada às estruturas sociais, ao capacitismo e à invisibilização histórica desses sujeitos nas instituições de ensino superior. No caso das PBCD, foco desta tese, a Biblioteconomia emerge, assim, não apenas como uma profissão, mas como um espaço possível de resistência, pertencimento e transformação social.

Quadro 29 - Setor(es) alocado(s) e atividade(s) desempenhada(s) (continua)

Pessoa entrevistada	Relato
PBCD 1	“A biblioteca central mesmo fica no [interior do Estado], mas aqui [na capital], dentro da biblioteca que a gente trabalha, tem o laboratório de Inclusão e Acessibilidade e tem também a Comissão de Inclusão e Acessibilidade do sistema de bibliotecas. Aí a gente trabalha com essas duas coisas, a gente trabalha no laboratório e também duas horas é a gente se dedica a Comissão. A gente trabalha junto com todas as bibliotecas do sistema. É em prol da disponibilização acessível da informação para as pessoas com deficiência.”
PBCD 2	“Eu estou lotado no arquivo. É estou meio assim para lá e para cá porque estou fazendo um projeto de gestão documental na comissão de licitação. Eles estavam com uma massa documental muito grande e eles queriam acessar essa massa documental no arquivo, mas primeiro eles queriam digitalizar, separar em parte tudo, uma das coisas que pra gente é muito básico de fazer, mas para a galera que não tem conhecimento na área, não sabe fazer, então fica lá. Então nesse momento eu estou assim dando um suporte a licitação e montando as coisas básicas que é o plano de classificação e a tabela de temporalidade documental e de destinação por que não tem. Então tudo que a gente tem de método de organização de arquivo foi feito através de um funcionário, né que é comissionado.”
PBCD 3	“Aqui é uma biblioteca pequena, então eu faço de tudo.”

PBCD 4	“Biblioteca escolar. Muitas parcerias com os professores. A gente atua diretamente com os professores. Então, a gente atua diretamente com os professores, auxiliando na extensão para além das salas de aula, trazendo esses alunos para a biblioteca como uma extensão da sala de aula. E aí, nas parcerias mesmo, de desenvolver as atividades subsidiando com material bibliográfico, seja ele jornal, livros, revistas. Também fazendo contação de histórias para os menores, para o infantil. Faz uma contação de história, algum auxílio com a adaptação de algum livro para teatro, alguma dramatização. Mais ou menos assim, nesse sentido.”
PBCD 5	“É, eu estou alocada na biblioteca de ciências sociais e humanidades. É então essa biblioteca aqui eu sou a bibliotecária de psicologia, estudos Latino americanos, espanhol e serviço de referência virtual. Então tem um portfólio grandinho. Então eu que compro os livros, eu que falo com os professores, eu que faço desenvolvimento de guia de biblioteca, eu que dou as aulas, eu faço o serviço de referência, a gente faz pra todo mundo que a gente tem dividido assim. A gente tem os horários, tipo assim, estou disponível para serviço de referência. Se algum aluno brotar aqui pra fazer uma pergunta, eu vou ajudar. Então a gente tem esses horários e eu fico disponível. E aí pode um aluno de história, de jornalismo, de psicologia, tudo o que for de ciências humanas e sociais eu vou ajudar. Porém, se alguém mandar um e-mail geral pra biblioteca dizendo preciso de ajuda com psicologia, alguém vai me encaminhar, porque é o meu estudante. E eu também sou responsável pelo serviço de referência virtual, que é um *chatzinho*, Então eu sou a coordenadora desse serviço, com mais 2 colegas para a universidade inteira.”
PBCD 6	“Eu, a única pessoa com deficiência que vim pra cá, e aí assim a gente passou pelos vários setores, o que eu me encantei, eu falei, não, é o atendimento, que eu quero trabalhar. E aí eu fiquei quatro anos trabalhando no atendimento direto no atendimento ao público na sessão circulante. No finalzinho de 2022 eu fui para o planejamento trabalhar com parte de políticas, direitos culturais e no início do ano passado eu recebi o convite para assumir a supervisão de atendimento então hoje eu sou a supervisora de atendimento aqui da biblioteca.”
PBCD 7	“Então, eu sou bibliotecário de referência. Eu faço muitas visitas, mostro o acervo e tudo mais. Faço às vezes visitas monitoradas para os alunos de Biblioteconomia. E atualmente a gente tem aqui alguns cursos de técnico de biblioteconomia. Então já fiquei muitas noites lá para fazer visitas. E aí eu mostro a gente aqui nessa biblioteca, a gente tem essa parte histórica importante do Monteiro Lobato, que é o nosso patrono. E o acervo, porque como é uma biblioteca muito antiga, a gente tem muitos livros lá valiosos. Aqui a gente tem um acervo histórico de livros escolares, por exemplo. Então, é uma coisa muito legal a gente mostrar para as pessoas. E no acervo, digamos, a parte mais prática, quando as pessoas vão visitar, eu mostro para eles a organização dos livros, A gente tem nessa biblioteca, a gente tem aqui em geral na Secretaria de Cultura, uma coisa que já tem muitos anos, que foi estruturada assim.”
PBCD 8	“A gente tem um setor que se chama setor de literatura acessível. Eu sou o coordenador. E todas as atividades da biblioteca, desde a hora que você entra na biblioteca, na portaria, até a caixa d'água, a gente tenta sensibilizar tudo. Mas algumas coisas a gente não consegue, às vezes por motivo estrutural, às vezes por motivo burocrático, mas mais do que o que está ao nosso alcance, a gente consegue sensibilizar. Lá no setor de leitor acessível, a gente faz tudo o que precisa ser feito em qualquer seio. Salva guarda, empréstimo, a gente zela pela seiva, a gente faz catalogação. Aliás, eu não faço mais a catalogação e a classificação porque agora a gente tem um setor técnico operante. Mas até 2022, eu que fazia toda essa catalogação, a classificação, a gente faz doação para a biblioteca que quer ser acessível, né? Biblioteca do interior. E a gente não faz só a doação do material, A gente marca um

(conclusão)

	horário com essa biblioteca, uma bibliotecária, no caso. E, geralmente, a gente não é que dá um workshop, a gente faz uma palestra também, mas é tipo uma consultoria mesmo. A gente fala que é a melhor maneira de salvaguardar o material, onde pode conseguir. Eu faço o serviço de referência apenas no meu acervo. Eu faço a busca. Se a pessoa tá querendo uma coisa mais específica, eu vou atrás e a gente conversa sobre. Eu faço aquela, meio que aquela anamnese com a pessoa pra poder entender, a ler o que ela quer. Mas é uma coisa bem mais informal que é um serviço estabelecido."
PBCD 9	"Processamento técnico do acervo da biblioteca Braille."
PBCD 10	"É uma biblioteca municipal, então, eu faço tudo. Então, assim, nos quatro primeiros anos eu tinha só as 20 horas, eu só catalogava, basicamente, e tinha uma, outras duas professoras que faziam atendimento em turno integral, né? Se revezavam, enfim. E eu ficava mais ali na minha salinha fazendo a catalogação. Claro, e a parte, né, de estruturar as políticas, tudo. Gestão das políticas, enfim. Agora eu estou com a convocação de mais 20 horas. Então, além do serviço da biblioteca em si, eu também acumulo algumas funções que são da diretoria de cultura."
PBCD 11	"Eu faço tudo que tem aqui. Então, é isso que eu acabo tendo mais demandas nessa parte de mercado formal de trabalho, pós-profissionalizantes, toda aquela adequação de se colocar na forminha para poder fazer entrevista e tudo mais."
PBCD 12	"Eu faço de tudo aqui. Serviço de referência, circulação e processamento técnico."
PBCD 13	"Eu trabalho com referência legislativa. Era busca e identificação de normas legais do município."
PBCD-A	"A maioria é o empréstimo, né? Como eu acabei de falar, atendo mais 90% do atendimento que eu tô realizando hoje é do colégio, Biblioteca Escolar. Então as professoras levam as classes, eu atendo os alunos lá, passo o empréstimo deles, tudo. E aí tem todo o controle dos papéis ali. Quem tá atrasado, quem não tá, eu faço esse controle. Tem a estatística da catraca, né? Pra ver a quantidade de pessoas. Tem a estatística que a gente tá sempre fazendo também do uso dos computadores. A gente tem também as salas de estudos de grupo que também faz estatística disso. E assim, hoje caiu muito, mas eu ainda faço a intermediação de assinatura de periódicos. Então, quando está para vencer algum periódico, eu entro lá no e-mail, entro em contato com a editora, peço a proposta. Então aí, dessa proposta, faz a [comunicação interna] para mandar para o setor responsável, compras que passa pelo presidente para assinar e depois vem a ordem de compra. Eu faço toda essa tramitação aí. Eu medio esse processo entre a editora, a minha supervisora e o setor, os superiores que aprovam no final, que faz o deferimento ou não. E aqui estão as etiquetas, às vezes, quando precisa, arrumar o livro quando precisa, o atendimento do aluno, também do aluno da graduação, quando precisa também encontrar um livro ou outro. Às vezes, alguns nem sabem pesquisar, a gente orienta. que é o que é o papel mesmo nosso ali, né, que atende ali diretamente."
PCD-TA	"Fico no setor de referência. Eu faço atendimento, então eu esclareço dúvidas de alunos, consigo ver o número de chamada e auxiliar os alunos a identificar os livros nas estantes. Auxilio, agora na questão do cadastro também eu consigo auxiliar, porque agora é mais, menos em função da circulação, é mais automatizado, o aluno lê um QR Code e faz o próprio cadastro, então eu consigo auxiliar eles nesse processo, fazer empréstimo também, muitas pessoas têm dúvidas. Os treinamentos. Tem os treinamentos em base de dados, que eu também consigo auxiliar e é tranquilo, na medida do possível. E o treinamento dos recursos de tecnologias assistivas e acessibilidade em documentos digitais. Essas basicamente são as minhas funções aqui."

Legenda: PBCD – Pessoa bibliotecária com deficiência; PBCD-A – Pessoa com deficiência formada em Biblioteconomia que atua como auxiliar administrativo; PCD-TA – Pessoa com deficiência que atua no setor de Tecnologia Assistiva de uma biblioteca universitária.
Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

O bloco 2, do roteiro de entrevista, consistia em identificar o ambiente de trabalho, o local de atuação da PBCD, da PBCD-A e da PCD-TA, as atividades realizadas, a sua percepção sobre ambiente inclusivo e propostas de melhorias, caso fossem consideradas necessárias.

Então, a próxima questão indagou-se aos participantes qual(is) setor(es) estava(m) alocado(s) e quais as atividades desenvolviam nos seus locais de trabalho. Os relatos das pessoas com deficiência atuantes em unidades de informação evidenciam uma ampla atuação com inserções que vão desde atividades técnicas tradicionais até funções de gestão, consultoria e articulação institucional. A análise mostra que a distribuição das pessoas com deficiência nos setores das bibliotecas não se restringe a atividades internas de apoio, pelo contrário, há ampla presença em funções de atendimento, mediação e liderança, refletindo envolvimento ativo com as demandas informacionais e sociais das pessoas usuárias.

Entre as PBCD, há exemplos de atuação em áreas como referência, processamento técnico, curadoria de acervo, desenvolvimento de políticas, coordenação de serviços de acessibilidade e capacitação de usuários. Destacam-se os relatos da PBCD 5, que atua como pessoa bibliotecária de referência em múltiplas áreas do conhecimento e coordena o serviço de referência virtual de uma universidade, e da PBCD 6, que iniciou no atendimento e hoje é supervisora da área, após experiências com planejamento e direitos culturais. Esses casos ilustram uma ascensão profissional baseada em competência técnica, envolvimento institucional e capacidade de gestão, desconstruindo estigmas sobre as limitações das pessoas com deficiência no desempenho de funções complexas.

Diversas pessoas entrevistadas atuam em unidades com equipes reduzidas ou em estruturas descentralizadas, o que contribui para a concentração de múltiplas atividades em um mesmo profissional. É o caso das PBCD 3, 10, 11 e 12, que declaram “fazer de tudo”, o que inclui circulação, referência, catalogação, gestão e mediação cultural. Essa realidade é recorrente em bibliotecas escolares, municipais e comunitárias, especialmente em regiões menos centrais, e revela tanto a

versatilidade dos profissionais quanto a precarização das condições de trabalho, que pode afetar a qualidade do atendimento e a saúde ocupacional.

As atividades de atendimento ao público, em especial na seção de circulação e referência, aparecem com destaque nos relatos das PBCD 4 e 7. A PBCD 7 enfatiza a mediação cultural por meio de visitas monitoradas e da valorização do acervo histórico, conectando a atividade bibliotecária com práticas educativas e patrimoniais. Algumas PBCD atuam em áreas técnicas especializadas, como é o caso da PBCD 9, que realiza o processamento técnico do acervo Braille.

A atuação em arquivos e setores administrativos também está presente. A PBCD 2, por exemplo, desenvolve um projeto de gestão documental em uma comissão de licitação, evidenciando a aplicação do conhecimento técnico da Biblioteconomia em áreas estratégicas da administração pública. De modo semelhante, a PBCD 13 atua com referência legislativa, demonstrando uma inserção qualificada no campo da documentação jurídica.

Há ainda experiências voltadas à acessibilidade e à inclusão, com destaque para os relatos das PBCD 1 e 8. A PBCD 1 atua simultaneamente no Laboratório de Inclusão e Acessibilidade e na Comissão de Inclusão e Acessibilidade do sistema de bibliotecas, contribuindo com a formulação de políticas e práticas voltadas à disponibilização de informação acessível. Já a PBCD 8 coordena um setor de literatura acessível e realiza atividades de formação com outras bibliotecas, exercendo um papel de consultoria e promoção de boas práticas inclusivas.

A PBCD-A desenvolve atividades variadas: controle de empréstimos, estatísticas de uso de espaços e equipamentos, mediação de aquisição de periódicos e atendimento ao público.

Já a PCD-TA atua no setor de referência e desenvolve funções essenciais, como atendimento aos usuários, apoio em treinamentos, mediação de acesso a bases de dados e, principalmente, capacitação em tecnologias assistivas e acessibilidade em documentos digitais. Seu trabalho mostra como pessoas com deficiência podem ocupar lugares de protagonismo na promoção da acessibilidade informacional, articulando saber técnico e experiência vivida para transformar as práticas institucionais.

Ressalta-se que, mesmo diante das barreiras físicas, atitudinais ou institucionais, as PBCD, a PBCD-A e PCD-TA não apenas ocupam os espaços de trabalho, mas também os transformam, atuando como agentes de mudança, muitas

vezes em posições de liderança ou inovação. Os relatos evidenciam que as pessoas com deficiência precisam de oportunidades para aplicar ativamente todo o seu conhecimento e experiência para desenvolver soluções criativas e contribuir para a qualidade dos serviços oferecidos pelas bibliotecas.

Quadro 30 - Desafios ou dificuldades enfrentadas pelas PBCD, PBCD-A e PCD-TA no ambiente de trabalho

(continua)

Pessoa entrevistada	Relato
PBCD 1	"Na parte assim da acessibilidade do prédio mesmo, sabe? Assim eu sinto várias barreiras, mas eu acho que a maior é a falta de acessibilidade. Também no setor, assim, para chegar, para ter aquela autonomia que eu não tenho, essa autonomia de ir para todo canto lá dentro, da universidade. Eu trabalho no prédio antigo, ano que vem já vai ter a biblioteca nova, né? Que está em processo de construção, aquela coisa toda. Mas por enquanto, onde eu trabalho assim faz, já vai fazer 17 anos que a gente tenta. Mas a gente ainda não conseguiu essa arquitetônica, sabe? A acessibilidade arquitetônica nessa parte antiga, de onde eu trabalho, e para mim, eu acho difícil, porque são vários obstáculos e às vezes eu acabo me machucando, às vezes por faltar, é tão pouco, né? Um piso tátil, às vezes só um alerta, uma plaquinha também, às vezes. Aí muitas vezes é a gente mesmo sabe que faz essas adaptações, mas como a gente não tem os recursos adequados, aí tem que ficar fazendo sempre, né? Porque aquela provisória que a gente faz isso eu acho muito difícil. Mas o mais eu estou conseguindo desenvolver bem agora, porque já conseguimos vários equipamentos."
PBCD 2	"Eu acho que sinto é quase uma sabotagem esse arquivo não funcionar. É muito, muito descaso, sabe? Eu acho que é muito proposital com essas coisas que esses documentos assim sejam, não sejam de livre acesso. A gente tem uma coisa muito feudal mesmo assim, sabe, sendo bem sincero, é pra tu ter uma ideia, o nosso presidente da Câmara, né, que é o chefe de todos os vereadores está no terceiro mandato. Então, a dificuldade que eu sinto, sendo bem sincero, é porque eu acho que existe um projeto político mesmo de que o arquivo não seja uma coisa de fato assim que funcione, de que de fato seja uma coisa que você possa, porque é isso. Assim, para você ter uma ideia, porque é um trabalho que eu vou tirar agora, mas eu tenho um relatório e aí assim a gente tem, acho que 80% da nossa documentação está mofada, cheio de fungos e escorpiões. Demorou seis meses para comprar material para mexer no arquivo."
PBCD 3	"Acho que, assim, por exemplo, aqui a gente como a Escola de Saúde Pública precisa participar de cursos, fazer cursos. Então eu já deixei claro que não vou conseguir ministrar um curso, por exemplo. Eu posso dar todo o suporte, mas ministrar um curso pra mim é muito difícil, porque eu tenho muita dificuldade em falar em público e é um fator muito estressante. Então se for possível evitar, eu evito. Aqui eu tive que gravar uma vinheta pra um evento que vai ter. Aí eu gravei, mas foram 30 segundos que me deixaram derrubadas por uns dois dias, porque tinha ficado cansativo. Aí, com essa pessoa que eu compartilho sala, né, que é minha colega do outro setor, quando é com ela, algum evento com ela, alguma parceria, ela já sabe das minhas limitações. Mas eu realmente tenho muita vergonha de falar em público. Então, eu pedi que pelo menos essa parte de cursos eu ficasse na parte de não precisar fazer parte. E eu faço parte de alguns grupos aqui. Um é de pesquisa, o núcleo de pesquisa da empresa e outro do núcleo de gestão

	pedagógica. E aí eu também tento, quando eu consigo, participar só da parte operacional.”
PBCD 4	“Então, eu trabalho numa escola que ela não é acessível nem para os funcionários e nem para os alunos Não existe acessibilidade nenhuma. É complicado porque pra eu ir ao banheiro eu preciso subir escadas. Então eu faço uso de corrimão pra subir e pra descer. Sem o corrimão eu não arrisco, eu não consigo porque eu não confio muito nas minhas forças motoras. Então sempre tenho que esperar um momento mais adequado assim quando não tem nenhum aluno correndo pra lá e pra cá que ninguém vai esbarrar em mim e nem me derrubar. E aí eu vou ao banheiro e volto com essas funções, porque a escola não é acessível. Nem a biblioteca é acessível também. O prédio, a estrutura física da escola não foi construída para essa finalidade e ela nunca teve uma reforma que possibilitasse a estrutura física acessível. Eu tive toda essa minha condição física, que eu te falei, da cirurgia do tumor cerebral em 2019. E desde então isso nunca aconteceu, nunca existiu nenhuma reforma que possibilitasse a acessibilidade, tanto a mim como algum possível aluno cadeirante, por exemplo, porque não tem nenhum aluno cadeirante porque a escola não é acessível. Se acontecesse de existir um possível aluno cadeirante, ele seria barrado na matrícula porque a escola não oferece essas condições, infelizmente.”
PBCD 5	“Ai aqui é tão fácil. Olha, eu acho que eu nunca tive um trabalho assim, é muito interessante fazer isso, sabe? Quando eu olho, eu, meu chefe às vezes me pergunta, e aí, você está gostando que tem 1 ano e pouco que eu estou nesse trabalho. Antes eu estava em outro e meu chefe ainda pergunta ‘Ai como é que você está? Você ainda está gostando?” Porque ele me vê estressada, mas eu fico assim, olha, eu estou vendo esse meu cabelo aqui, eu acho que estou vendo, esse cabelo está crescendo, aí ele fica me olhando com uma cara assim e um pouco eu falo, cara, olha só, meu cabelo caia no outro trabalho, onde eu estava.”
PBCD 6	“Olha, são mais relacionadas à parte arquitetônica. A biblioteca, ela tem o selo de acessibilidade, que ele foi, eu acho que de 2007, e é fornecido pela Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência, mas ainda mesmo assim eu encontro algumas dificuldades em relação a isso, a acessibilidade arquitetônica. Por exemplo, o trajeto que eu faço aqui são trajetos de usuário, eu tenho pouco acesso às áreas de funcionário. Então, para eu chegar nos espaços é pelas entradas de usuário. E aí tem essa questão do prédio ser antigo que também dificulta, mas hoje é essa, minha maior dificuldade é acessar os locais e como eu sou, como eu trabalho com atendimento, hoje eu sou responsável por cinco coordenações. Então assim, dificulta um pouco, às vezes eu preciso chegar aos locais e aí se de repente o elevador social tá quebrado eu tenho que usar o elevador interno, aí eu já preciso de ajuda pra poder usar.
PBCD 7	“Assim, a parte ruim é que, por exemplo, na Secretaria de Cultura [da capital], nós temos as pessoas que pensam por nós. Eu uso exatamente essa frase para falar para os bibliotecários que vão lá visitar, as pessoas que estão no curso, porque assim, na Secretaria de Cultura existe lá no departamento de bibliotecas, existe um setor de planejamento. Então, esse setor de planejamento que tem as ideias para você. Ele que vai, digamos assim, que vai contratar algum evento que tenha na sua biblioteca, o escritor que vai lá um dia, alguma coisa, é muito raro você conseguir emplacar alguma ideia que você tenha. Porque também existe um problema de egos, de que você não é a pessoa autorizada a ter ideias. Então, digamos que por melhor que ela seja, às vezes ela fica relegada a segundo plano.”
PBCD 8	“Se tu souber que eu passei um tempão sem ter um banheiro funcional. Existia um banheiro, existia inclusive algumas barras, e era muito complicado porque tinha um espaço, tinha um banheiro, você olhava assim, você olhava, era um banheiro que dava pra usar, tinha pia, tudo

	funcionava, dava descarga e tudo. Só que como ele não era funcional, ele não tinha um desenho universal, por exemplo, que aqui é o tema da sua tese, fica muito ruim pra eu enquanto pessoa com deficiência, utilizar de uma maneira... a gente dava muito trabalho para utilizar, como as barras estavam colocadas em cantos ruins, não dava um ângulo para você colocar pouca força, você tinha que colocar muita força e, às vezes, ficava cheio de dores. Então, assim, era muito desagradável ter que usar o banheiro. E, assim, a biblioteca tem cinco andares. Em cada andar tem um banheiro acessível, mas só o banheiro do térreo tem essa acessibilidade, porque é do meu andar, entendeu? As pessoas têm essa resistência, não sei. Outro fator, alguns móveis da biblioteca, algumas estantes, alguns balcões, eles são vergonhosamente inacessíveis. São altos para uma pessoa cadeirante. Por exemplo, eu bibliotecário se chegar outro cadeirante para ser atendido, o balcão é tão alto e ele tem um espaço para a pessoa colocar as coisas, bolsas, essas coisas, e vai ficando mais largo. Aí a cadeira de rodas, os pés da cadeira que são um pouco mais adiantados, já deixa a cabeça da pessoa mais longe do balcão ainda. E aí eu fico conversando com a pessoa com quase três metros de distância e a pessoa e com o balcão de quase um metro e meio na frente. Então assim, é muito desagradável. Outras coisas que são complicadas com o meu trabalho, as pessoas ainda tem aquele capacitismo que não é tão estrutural, mas é um pouco estrutural, que é, tipo, ter reunião e precisar de um bibliotecário. Lá tem vários bibliotecários. Ah, então a reunião aqui precisa de um bibliotecário. Aí eu vou... a pessoa soltar a seguinte frase. 'Ah, mas tem que ter um bibliotecário'. Eu falo, é, mas eu sou bibliotecário. A pessoa, 'é, mas tem que ter outro, né?' E assim, às vezes fala isso sem nem se tocar. E às vezes é maldade também."
PBCD 9	"O desafio era, na verdade assim, às vezes o computador travava no sistema, aquelas coisas assim que acontece com cada pessoa, com todo mundo, mas só que comigo era diferente, porque às vezes o computador parava de ler e eu não conseguia saber nem aonde eu estava mais, né? Porque às vezes o sistema fechava tudo e tinha que reabrir tudo, então de vez em quando eu dependia de alguém para me ajudar a ver o que estava acontecendo na tela, mas esse era um dos poucos desafios que eu tinha. Porque na verdade o que eu fazia eu olhava se tinha um livro no sistema e se tivesse eu puxava para fazer a classificação lá no meu setor né e caso não tivesse aí sim eu ia no processamento técnico e fazer pesquisa junto com o pessoal do processamento técnico para classificar o livro novo. Aí a gente já colocava aquele livro novo no sistema né e aí de lá eles puxavam quando chegasse o livro pra eles lá na biblioteca, no acervo da prefeitura, então eles já tinham classificado lá do Braille."
PBCD 10	"Eu acho que, assim, a primeira que me vem à mente é a falta de previsibilidade, assim. Na parte de biblioteca eu acho bastante previsível, até mesmo se eu ficar no atendimento, porque às vezes eu faço atendimento e eu gosto de fazer atendimento, mas é sempre uma conversa bem linear com as pessoas que vêm, é bem previsível. Então, funciona bem. Mas aí, quando mistura essa parte da cultura, tem muitas coisas diárias que eu não tô exatamente preparada pra que eu tenha estudado pra fazer, que eu tenha domínio. Então, eu me sinto mais insegura e me dá uma ansiedade maior. E outras são os colegas, né? Eu tenho, em especial, uma colega de servidora pública, né? De maior idade, assim, tá quase 70 anos, que ela tem uma personalidade muito difícil de lidar com aquela pessoa que faz muita fofoca no ambiente de trabalho e aí fica todo mundo assim meio se sentindo um pouco mal. Então eu acho que esse é uma dificuldade que eu tenho assim. Às vezes eu preciso apagar a luz da minha sala, assim, ficar mais com menos estímulo, sabe, do ambiente. Eu trabalho com fone de ouvido, às vezes mesmo desligado, enfim. Mas eu acho que mais nesse sentido,

	assim, do ambiente físico mesmo, sabe?"
PBCD 11	"O local não é um local para ter biblioteca. Esse espaço aqui não é... Ele não foi feito para ser uma biblioteca. Então isso já atrapalha. Mesmo se eu fosse neurotípica, eu já teria... Como assim? Mas eles fizeram de tudo para transformar em algo que pudesse atender os alunos, que não tivesse tanto... Aqui é uma sala, tá vendo essas coisas cinzas aqui? Isto aqui é tudo janela. Tudo, em todos os lugares, tudo à minha volta. E quando eles começaram a fazer esse layout, eu fiz layout junto com eles e mostrei. E aí a primeira coisa que eu falei é... vai ter que botar todas essas persianas, tá? Olha, mas por quê? Porque livro é árvore morta, em decomposição, você bota algo, um livro, por muito tempo no sol, ele vai começar a estufar, ele vai começar a... E aí, sabe, todo mundo te olhando assim! O que é isso? O que você está falando? Não, é porque eu trabalho nisso. Então, esse espaço não foi feito para ser uma biblioteca."
PBCD 12	"Mas já tinha na leitura, fontes muito pequenas eram complicadas pra eu ler, na catalogação, por exemplo, as informações que eu buscava já eram tão complicadas, só que eu não me atentava pra instrumentos que poderiam me auxiliar, né? E em sistemas também, confesso pra você, assim, que eu já tinha trabalhado em vários sistemas, mas assim, não é tão confortável, porque eu tenho que revisar muitas vezes, sabe, assim, eu consigo ter uma percepção rápida, mas assim, eu não sei se tem a ver com a deficiência, mas eu reviso várias vezes. De repente algum campo que eu não consegui visualizar, sabe? Eu sinto que quando eu quis me aceitar na condição, eu lidei com algo que eu não esperava. Porque o colega, quando você fala que você tem a deficiência, ele... Como a minha deficiência não é aparente, tanto que meu olho, ele... visualmente ele é normal, não é que ele não tem aquele olho de vidro, como algumas pessoas tem, meu olho de vidro talvez não seja tão aparente, né? E os meus óculos são só pra longe. Então, aí as pessoas me veem sem óculos, elas me consideram que eu sou normal. E eu falei, cara, eu não consigo enxergar essa coisa. E aí comecei a expor isso, sabe? Falei, olha, eu tenho problema no olho e tal. Eu senti, assim... Algumas vezes eu me senti desconfortável, assim, da pessoa, assim... Talvez acreditar, né? Na minha situação. É... Não me questionavam, mas assim, eu me sentia desconfortável. E aí, assim, alguns colegas, eu senti que, assim, eu não sei se elas vão responder isso, mas eu tive um colega, assim, que toda vez que ele queria compartilhar o computador comigo, ele falava assim, você tá enxergando? Aí eu falava, mas você tá enxergando? Aí ele falava, então você enxerga, hein [...] Aí eu falava, eu enxergo mesmo, eu não tenho problema de perto, não é tão grave pra mim. O meu problema é longe, longe. Aí, às vezes, eu vi que ele testava assim, quer que eu amplio? E assim, essa parte assim de reconhecimento de um colega foi o que mais me incomodou, digamos assim, sabe? E também, assim, quando eu fui atrás de computadores, meio que a primeira vez eu tive que meio que convencer, né? Digamos assim, olha, eu quero um computador com, sei lá, uma tela um pouco maior, não é uma tela enorme, mas uma tela... não é uma telinha pequena pra mim, entendeu? Porque às vezes eu ia trabalhar com duas telas, eu meio que passei a lutar pelas minhas coisas e nesse de lutar, parece que eu tinha que estar me justificando, sabe?"
PBCD 13	"É, no judiciário, assim, havia muita pressão, né? Porque havia uma competição entre os profissionais formados e os não formados em biblioteconomia. E na época, a diretora não era uma personagem bibliotecária habilitada. Era uma pessoa de confiança do judiciário. Então isso causava um clima muito... desfavorável nas relações humanas. E isso me trouxe muito desgaste. Eu ficava no serviço de referência. Então a gente sentia uma certa pressão."
PBCD-A	"No caso, como a minha deficiência ninguém vê, embora hoje eu até uso

(conclusão)

	o meu crachá, é até aquela correntinha de girassol. Até hoje, não foi nem a empresa que me deu, foi uma reunião que eu tive de PCD, que tem aqui o órgão e tudo, que falou da importância dessa correntinha aí e eu a adaptei para colocar o meu crachá. São poucas pessoas que sabem. Porque como eu não tenho a percepção visual e às vezes o auditivo, embora eu tô de frente ali pra catraca, mas às vezes você dá uma distração, você tá muito concentrado no computador, eu não vejo a pessoa e às vezes eu também não escuto. Tudo bem que, como hoje o movimento saiu muito da graduação, e a graduação é mais no período da noite, eu fico mais durante o dia, e a maioria é sempre com o professor, e as professoras já sabem, então já acaba sendo tudo muito natural. Porém, quando as crianças vão sem os professores lá, elas acabam ficando no período integral, então já é bastante complicado, porque assim, as crianças, elas hoje são muito diferentes, não ouve, entra e sai aquela bagunça e eu tenho dificuldade de acompanhar algumas coisas assim da movimentação dela, do que elas estão fazendo, né, que não pode. Essas coisas práticas do dia a dia, se acompanhar a movimentação dos jovens, do adolescente, da criança que tá ali sem a supervisão do colégio. Então acaba que você fica ali com uma responsabilidade que é um pouquinho, né, assim, que a gente se preocupa, né? Então, a dinâmica ali tem o banheiro do lado de fora, então as crianças vão ao banheiro de fora, elas não param, né?"
PCD-TA	"Então, como eu disse, a questão dos sistemas, sistemas digitais que são inacessíveis e a estrutura, a questão arquitetônica, não tem piso tátil. Eu sei porque eu já me acostumei aqui. Então, pra mim, é mais tranquilo. Mas existem outros grandes problemas, né? Uma escada inadequada, né? Pode ser um problema pra outros tipos de deficiência. Vários problemas arquitetônicos em si."

Legenda: PBCD – Pessoa bibliotecária com deficiência; PBCD-A – Pessoa com deficiência formada em Biblioteconomia que atua como auxiliar administrativo; PCD-TA – Pessoa com deficiência que atua no setor de Tecnologia Assistiva de uma biblioteca universitária.
Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

Segundo os relatos das PBCD, da PBCD-A e da PCD-TA expostos no Quadro 30, o exercício profissional é marcado por barreiras estruturais e institucionais persistentes nas unidades de informação. Essas dificuldades não se restringem à falta de acessibilidade física, embora esta seja uma constante, mas abrangem também relações interpessoais atravessadas por capacitismo, invisibilidade institucional, sobrecarga emocional e desvalorização das atividades biblioteconômicas.

A ausência de acessibilidade arquitetônica foi considerada uma das principais barreiras mencionadas pelas pessoas participantes. As PBCD 1, 4, 6 e 8 apontam que as estruturas físicas dos ambientes em que atuam não foram projetadas para receber pessoas com deficiência, o que compromete a autonomia e a segurança no cotidiano laboral. A PBCD 1 destaca que há 17 anos aguarda adaptações mínimas, como piso tátil e sinalização, sendo ela própria, a responsável por criar alternativas provisórias. A PBCD 4 expõe que, mesmo após uma cirurgia cerebral, continua trabalhando em uma escola sem qualquer reforma de acessibilidade, onde até o

acesso ao banheiro envolve risco físico. A PBCD 6, embora atue em uma biblioteca com selo de acessibilidade, enfrenta limitações de deslocamento, pois nem todas as áreas internas são acessíveis a funcionários, evidenciando que selos e certificações nem sempre correspondem à experiência concreta das pessoas com deficiência.

Os relatos da PBCD 1,4 e 6 mostram que o modelo social da deficiência ainda permanece, uma vez que as instituições repassaram as suas responsabilidades de requalificações do seu ambiente para a pessoa com deficiência. Isso demonstra a invisibilidade que esse público enfrenta no seu cotidiano em diversos espaços, o que inclui as unidades de informação.

A inadequação do mobiliário e dos sanitários também é ressaltada, como no relato da PBCD 8, que descreve banheiros ditos acessíveis, mas com barras mal posicionadas, exigindo esforço físico excessivo, além de balcões e estantes incompatíveis com o uso por pessoas cadeirantes. A precariedade no desenho universal, nesses casos, revela um padrão recorrente de acessibilidade superficial, com foco no cumprimento formal de exigências, sem o devido diálogo com os usuários reais.

As barreiras relacionais e atitudinais também emergem como aspecto central. A PBCD 12 relata o desconforto gerado por colegas que questionam sua deficiência por ela ser pouco visível, revelando o capacitismo oculto que perpassa o ambiente de trabalho. Esse tipo de discriminação sutil, mas recorrente, obriga a pessoa com deficiência a justificar continuamente sua condição, contribuindo para um ambiente de insegurança e desgaste emocional. O capacitismo também é perceptível no relato da PBCD 8, mesmo que seja uma PBCD, escuta de colegas que “precisa ter outro bibliotecário” em reuniões, desconsiderando sua presença profissional legitimada.

Do ponto de vista da acessibilidade instrumental e comunicacional, os desafios também são significativos. A PBCD 9 relata a dependência de outras pessoas quando os leitores de tela falham, situação agravada por falhas nos sistemas utilizados. A PCD-TA destaca problemas nos sistemas digitais e a falta de recursos como piso tátil e escadas adequadas, indicando que a falta de acessibilidade digital e arquitetônica afeta de forma interseccional diferentes deficiências.

A sobrecarga emocional e o impacto na saúde mental também são apontados. A PBCD 3 relata a dificuldade de falar em público, vivenciando exaustão mesmo após atividades breves, o que exige acordos de trabalho com sua equipe

para respeitar suas limitações. Já a PBCD 10 menciona a imprevisibilidade de tarefas fora do escopo biblioteconômico e conflitos interpessoais como fatores de ansiedade, que a levam a criar estratégias de controle sensorial, como apagar luzes ou usar fones de ouvido, para manter o foco.

Outro aspecto relevante é a desvalorização institucional das bibliotecas e de suas funções. A PBCD 2 denuncia a ausência de estrutura no arquivo em que atua, apontando a existência de um projeto político de sucateamento da unidade de informação, com condições insalubres, como acervo mofado e infestado por agentes nocivos. A PBCD 7 relata o fato da biblioteca escolar em que atua ser subordinada à Secretaria de Cultura, há um setor de planejamento que concentra as decisões, dificultando a participação das pessoas bibliotecárias na definição de atividades e projetos. Essa ausência de escuta institucional, associada a hierarquias rígidas, contribui para o sentimento de deslegitimação profissional.

A disputa entre profissionais formados e não formados também aparece no relato da PBCD 13, que enfrentou pressão em ambiente de trabalho coordenado por gestores sem formação em Biblioteconomia, gerando conflitos e comprometendo as relações humanas. A falta de reconhecimento técnico e o favorecimento político são elementos que se somam às dificuldades já impostas pela deficiência, criando um cenário de vulnerabilidade múltipla.

A PBCD-A expõe a dificuldade de acompanhar a movimentação de crianças e adolescentes na biblioteca, especialmente quando não há supervisão direta dos responsáveis, o que compromete a segurança e aumenta a pressão sobre sua atuação.

Em menor número, aparecem relatos positivos, como o da PBCD 5, que afirma estar satisfeita com o ambiente atual, especialmente em contraste com experiências anteriores. Ainda assim, seu relato sugere que a ausência de sofrimento já é um marco de diferenciação, o que indica como o padrão predominante é de enfrentamento e não de bem-estar.

Quadro 31 – Definição de um ambiente de trabalho inclusivo

(continua)

Pessoa entrevistada	Relato
PBCD 1	“Era para ser desde da ideia, né? Desde da arquitetura, da planta já deveria ser pensado no desenho universal e tudo, né? Sim. Levando em conta essa, essas questões assim que todos, que é um ambiente, né, a

	biblioteca é um ambiente pra todos, né? Então é isso, é que tem que que ser pensado. Então ter desde a sua fabricação mesmo, dessa parte arquitetônica, até a parte da informação, tudo, né? Tem que ser levado em conta a aquelas barreiras. Não deveria mais existir. Hoje a gente fica lutando por coisas mínimas."
PBCD 2	"É um ambiente que conscientiza seus funcionários, principalmente assim, sobre que é uma coisa que a gente nunca teve na Câmara assim, sabe? Então é isso, eu acho que é um trabalho, inclusive, que pense nos outros, né? Diversas particularidades. Desde o físico, né? Desde o prédio até a coisa do sistema mesmo, né? Porque eu acho que pensando no lugar que eu trabalho não teria, não teria. É inclusive isso não, porque pessoas com deficiências aprovada que vão ser chamadas em breve. E eu fico pensando assim, qual é a deficiência dessa pessoa? Como é que ela vai fazer para trabalhar aqui, né?"
PBCD 3	"É que a gente pudesse ser a gente mesmo sem ter que estar justificando, porque eu acho muito cansativo ter que justificar, não que todo mundo tem que ser obrigado a saber que o autista precisa de previsibilidade. Mas um dos requisitos pra eu funcionar é a previsibilidade. Eu aviso, né? Eu falo, ah, não, eu gosto de tudo por e-mail, eu gosto de tudo anotado, eu gosto de tudo assim. Então, as pessoas, elas têm muita dificuldade em fazer adaptações básicas. Eu fico pensando, meu Deus, imagina se eu botar uma rampa, né? Porque se eu peço pra pessoa só me avisar, tipo, ah, se você for chegar a tal horário no outro dia, me avise. Ela não consegue avisar. Então, assim, eu fico imaginando quem precisa de uma rampa, quem precisa de um livro em Braille, assim. Eu sempre fico... matutando em relação a essas questões. O que eu peço, imponho em alguns pontos, porque essa questão de falar em público eu não consigo."
PBCD 4	"Que só existe na teoria. Onde eu vivo, é muito bonito, mas ele existe só na teoria. Na prática, onde eu atuo, onde eu trabalho, ele não existe. Então, ali naquela escola, desde 2018, nunca houve interesse por parte nem [da instituição], nem da prefeitura, porque o prédio é locado, ele é da prefeitura, e nunca existiu o interesse dessa acessibilidade se tornar possível."
PBCD 5	"Olha, cara, o ambiente de trabalho inclusivo seria um ambiente que as pessoas podem chegar, porque aqui isso para mim, eu participo de um grupo que é o *desability afinity group*, que é pessoas com deficiência, que com afinidades, digamos assim, né, que é um grupo de só de trabalhadores e de professores, bibliotecários da universidade com deficiência. E é muito louco. A interseccionalidade das deficiências, né? É, eu acho que um ambiente inclusivo, um ambiente com equidade, que vai a diferentes pessoas, a diferentes necessidades, diferentes resoluções assim."
PBCD 6	"Eu acho que tem essa parte da acessibilidade arquitetônica, comunicacional, mas eu acho que também o que pega bastante é a acessibilidade atitudinal. Então, quando eu venho para, quando eu chego aqui na [biblioteca] houve uma movimentação em fazer curso de capacitação para os outros funcionários, uma forma de integração. Algumas questões foram meio que vistas, improvisadas, mas eu acho que assim, para um local ser acessível, começa na atitudinal. Hoje eu tenho um cargo de gestão e ainda assim eu percebo que tem algumas atitudes que capacitizam, sabe? Aquele capacitismo velado."
PBCD 7	Não opinou.
PBCD 8	Não opinou.
PBCD 9	"Um local, uma biblioteca inclusiva, pra mim é assim, o mais interessante que eu vejo é você ter pessoas treinadas para atender essa pessoa que chega na biblioteca, assim, você tem uma pessoa ou as pessoas são treinadas para atender a pessoa com deficiência, quando ela chega e tal, para ir com ela até o local que ela precisa, porque ela vai fazer o trabalho de pesquisa dela, né? Outra coisa assim, simples,

	mas que fazem toda a diferença. E aí, quando você chega no local, você precisa de alguém para te ajudar a pegar o livro, te ajudar não, na verdade, para pegar realmente o material no acervo. Então, a pessoa vai lá com você, pega ou escolhe o assunto, pega pelo assunto ou pega pelo título, caso não tenha o assunto. Caso não tenha o título, pega pelo assunto. E aí, você vai até uma mesa, onde ela deve ter equipamentos de informática, que são um scanner, uma linha Braille, e claro, tudo ligado na um computador. Aí a pessoa vai fazer a procura do material que ela precisa, né? Ela vai pôr o índice ali pra olhar, pra ver que página que tá. Aí ela vai lá naquela página, vai folhando até chegar mais ou menos lá perto, aí ela vai entender que chegou ali mesmo ela pode salvar em PDF ou ela pode só ler ou ouvir com o leitor de tela, o NVDA. E aí ela faz a pesquisa dela e leva pra casa, salva no pen drive ou põe na nuvem, alguma coisa assim, né? E vai pra casa com a pesquisa pronta. Aí ela vai fazer o trabalho na casa dela ou se ela quiser continuar fazendo na biblioteca também é ok."
PBCD 10	"É difícil a gente olhar além da própria percepção de necessidade, né? Assim, de conseguir universalizar todos os tipos de deficiência e de necessidades de adaptação mas no meu caso, assim, eu gostaria. De instruções mais claras, sabe? Desde o momento que tu entra no ambiente, assim, já bem com placas, bem sinalizado onde é que é cada setor, onde é que tem que se dirigir primeiro, o que tem que fazer [...] Então, eu acho que essa comunicação atitudinal, assim, comunicacional é, pra mim, pessoalmente, seria mais importante, assim, pra tornar o ambiente mais inclusivo. E... É, fora coisas básicas, né, acessibilidade, enfim. Mas pra mim a comunicacional ainda me pega mais, sabe? Porque se a pessoa pelo menos tenta ali te ajudar, mesmo que ela não tenha os recursos, mas ela tenta falar contigo da forma que tu precisa e que falem, enfim, que se comuniquem, já é um grande auxílio, assim."
PBCD 11	"Tá, ele precisa ter... ele precisa ter vários... tem que ser grande, ele precisa ter vários setores. Setores assim, tipo, precisa ter vários espaços, né? [...]. O meu espaço ideal seria isso, esses pequenos setores em que a gente pensasse em todo mundo e todo mundo mesmo, pegar a tabelinha lá de perceber e ver o que a gente pode fazer para as pessoas cegas e de baixa visão, tem aqui só um espacinho para eles consultarem o acervo e aí com a ajuda de outra pessoa irem lá na estante e terem essa autonomia."
PBCD 12	"Eu considero o ideal, é isso mais ou menos, o ideal eu acho assim, questão de sinalização com fontes, tamanhos apropriados, com recursos para todos os tipos de deficiência, a visual, a intelectual. Enfim, a física de acessibilidade, que é essa questão de ter como chegar lá, de ter como, sei lá, sentar na mesa, imobiliário, o que mais? Também os livros, os suportes com condições adaptáveis. Bom, eu vejo, por exemplo, tem biblioteca virtual que consegue ampliar a letra, mudar fundo, tem áudio, livros em Braille, não sei como funciona muito bem, a gente tinha muito pouco recurso. Eu acho que é isso, assim, sabe? Eu acho que é isso. E pessoas também assim, capacitadas no atendimento pra poder receber essas pessoas, sabe? Adequadamente."
PBCD 13	"Eu acho que assim, possibilitar-se a pessoa ser incluída dos seus diversos estilos de pensamento, de ação. Então assim, uma pessoa com mobilidade reduzida ter condições de usar a sua capacidade intelectual. Uma pessoa com dificuldades cognitivas ser valorizada da sua neuro divergência e assim por diante."
PBCD-A	"É difícil responder por quê? Como que eu vou... Seria assim, a pessoa teria que estar sinalizada, né? Que ela tem alguma coisa. Mas até que ponto isso realmente fica agradável para aquele que vê e vice-versa para mim, no caso. Eu, graças a Deus, eu lido bem com a questão. Sabe, por exemplo, de que forma a pessoa vai entender se eu deixar estampado que eu tenho uma deficiência auditiva ou visual. Às vezes a pessoa... Não sei. É muito difícil. Mas, por exemplo, ali a gente... Uma

(conclusão)

	das coisas, né? Ali a gente tem um balcão que é baixo pra dizer que é pra pessoa com deficiência. Só que uma coisa que eu vejo, por exemplo, eles colocam o balcão baixo pra dizer que tá adaptado. Mas tipo, um cadeirante vai de lado, porque não tem aquela parte da perna dele pra ele encaixar. Eu, particularmente, acho isso um absurdo. Isso aí não é um ambiente inclusivo."
PCD-TA	"Nossa, é complexo, mas seria um ambiente sem capacitismo, um ambiente que tivesse estrutura tecnológica, arquitetônica, que dê condições pra pessoa com deficiência exercer o seu trabalho com autonomia independente."

Legenda: PBCD – Pessoa bibliotecária com deficiência; PBCD-A – Pessoa com deficiência formada em Biblioteconomia que atua como auxiliar administrativo; PCD-TA – Pessoa com deficiência que atua no setor de Tecnologia Assistiva de uma biblioteca universitária.
Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

A próxima pergunta solicitou às PBCD, a PBCD-A e a PCD-TA que definissem o que seria um ambiente inclusivo. Conforme os relatos apresentados no Quadro 31, observa-se uma compreensão ampla, multifatorial e profundamente crítica das condições estruturais e relacionais que determinam a inclusão ou exclusão nos espaços de trabalho. Os relatos apresentados revelam que um ambiente inclusivo extrapola a condição física e aborda também aspectos arquitetônicos, comunicacionais, atitudinais e institucionais, destacando que a inclusão só se efetiva quando há compromisso real com a equidade, o respeito à diversidade e o reconhecimento das necessidades específicas de cada indivíduo.

A acessibilidade arquitetônica é amplamente citada como elemento fundamental, mas aparece sempre associada a outras dimensões. A PBCD 1 ressalta a importância do desenho universal desde a planta do edifício, reforçando que a biblioteca é, por definição, um espaço para todos. A mesma perspectiva é compartilhada pelas PBCD 6, 9, 12 e PCD-TA, que apontam a necessidade de condições básicas de locomoção, mobiliário adequado, sinalização acessível e recursos assistivos como scanner, leitores de tela e materiais em Braille. Essas definições não se restringem às demandas técnicas, pois expressam o desejo por autonomia, dignidade e reconhecimento da diversidade funcional.

Entretanto, os relatos vão além da infraestrutura. A acessibilidade comunicacional e atitudinal surgem como eixos centrais da inclusão. A PBCD 3, por exemplo, aborda o desgaste causado pela necessidade constante de justificar suas condições e preferências decorrentes do TEA, enfatizando a importância da previsibilidade e do respeito às formas de comunicação não verbais. Já a PBCD 10 destaca a necessidade de instruções claras sugerindo que, a inclusão passa também por gestos simples de escuta e disponibilidade.

A noção de autonomia no trabalho também é destacada como elemento central. A PCD-TA defende que um ambiente inclusivo é aquele onde não há capacitismo e onde existem condições arquitetônicas, tecnológicas e institucionais para que a pessoa com deficiência exerça seu trabalho com independência. Essa perspectiva está presente também na fala da PBCD 9, que descreve detalhadamente um ambiente ideal de atendimento a pessoas com deficiência visual, com equipamentos acessíveis, suporte humano qualificado e estrutura que favoreça a realização de pesquisas com autonomia.

A presença do capacitismo é nomeada de forma direta por várias pessoas entrevistadas. A PBCD 6 identifica o capacitismo oculto mesmo após ter assumido cargo de gestão, e a PBCD 7 denuncia a necessidade constante de provar sua capacidade devido à sua condição de epilepsia. Esses relatos mostram que, mesmo com avanços em acessibilidade física, a cultura institucional ainda reproduz exclusões sutis, desqualificando ou infantilizando profissionais com deficiência.

O aspecto afetivo e relacional também aparece como componente importante de um ambiente inclusivo. A PBCD 5 destaca a experiência em um grupo de afinidade com outras pessoas com deficiência como espaço de partilha e pertencimento, ressaltando a interseccionalidade como elemento chave para pensar a inclusão. Nesse sentido, um ambiente inclusivo não é apenas aquele que remove barreiras, mas também aquele que acolhe a diversidade.

De acordo com PBCD 4, o conceito de inclusão não ocorre de forma prática, pois ele “existe só na teoria”. A falta de ações concretas, de investimento público e de vontade política contribui para a permanência de barreiras que dificultam a transformação efetiva dos espaços informacionais. A PBCD-A reforça essa crítica ao denunciar o uso simbólico de um balcão baixo como indicativo de acessibilidade, mesmo sendo inadequado para cadeirantes. Esses depoimentos revelam a prática de uma inclusão disfarçada, cujas adaptações superficiais são realizadas apenas para atender formalidades, sem atender às necessidades reais dos usuários e trabalhadores com deficiência. Essa dissociação entre teoria e prática reforça a urgência de políticas institucionais mais comprometidas e fiscalizadas.

Por fim, os relatos também revelam que um ambiente inclusivo precisa ser flexível e abrangente às diferenças cognitivas, sensoriais e sociais. A PBCD 13 aponta para a valorização dos “diversos estilos de pensamento e ação”, defendendo

uma inclusão que reconheça as capacidades de identificar as potencialidades particulares de cada um dos indivíduos.

Quadro 32 – Sugestões para um ambiente inclusivo (continua)

Pessoa entrevistada	Relato
PBCD 1	"O que complica mais aqui é essa questão da arquitetura. E não tem assim, não tem umas placas que indique, sabe? É tipo assim, não tem libras, nada, não tem Braille, nada, não tem numa letra maior, assim que pudesse, as pessoas que têm baixa visão também contemplar que essas pessoas não têm. Então isso eu acho que prejudica muito. É agora eles estão disponibilizando as informações nas redes sociais, utilizando a audiodescrição. Eu acho louvável, sabe? E os que precisam da linguagem simples ainda não estão sendo contemplado. Isso prejudica muito, porque a gente tem muitos usuários que precisam da linguagem simples, né? Para que eles entendam. Porque agente, tem alguns autistas que não precisa de nenhuma adaptação, mas a gente tem outros que precisam e esses que precisam são prejudicados porque eles não têm essa linguagem mais simples. Para que eles possam, né acessar. Isso aí a gente está pensando, mas ainda não tem. E também para atender os usuários com deficiência auditiva, eles chegam na biblioteca, os bibliotecários e auxiliares, eles ficam sem saber como atender. Esses usuários, então isso são, na minha opinião, são obstáculos que precisam ser trabalhados, porque tem n formas de se incluir esses usuários, né? De incluir todos. E basta, né as pessoas serem capacitadas também, que quem precisa de capacitação não é assim também de impor, né? Pro para quem está ali a atender, se ele nunca teve uma capacitação, se ele nunca, né, teve um contato com a pessoa e também é difícil. Mas eu acho que com as equipes das bibliotecas a gente precisa fazer isso, que é nosso objetivo para o próximo ano, sabe? Todas as bibliotecas, a gente capacitar, as equipes para saber lidar com as diferenças."
PBCD 2	"Tudo. Eu acho que não é inclusivo nenhum cômodo assim, de verdade. Eu acho que eu digo isso de relações mesmo, sociais assim, mas que todo mundo, sempre todo mundo me trata com muito respeito. Eu nunca tive uma gracinha diretamente a mim, mas eu não só os meios, sabe? Isso o que me pega também, sabe? Então eu acho que tudo pensando no meu ambiente de trabalho hoje assim, eu não vou ter todos os amigos de trabalho que eu passei assim, eu passei por alguns, como eu falei, é uma outra troca. Mas eu acho que no caso do meu trabalho hoje em dia, porque era as relações, era do espaço, maquinário, pra ter uma ideia, assim, a gente tem daqueles arquivos, né? Arquivo que você puxa a gaveta e são várias, várias pastinhas penduradas, né? É a gente por falta de espaço, a gente tem um arquivo em cima do outro."
PBCD 3	"As adaptações, além das obrigatórias, né? Porque as adaptações obrigatórias é uma coisa que as pessoas fazem porque tem que fazer, né? Elas não fazem porque são inclusivas, mas as outras é uma coisa que queria ser mais dialogada, né? Porque é uma coisa que eu esperei e não aconteceu. Quando eu comuniquei a minha superintendente, ela falou assim, o que eu posso fazer pra melhorar, né? O que a gente pode fazer pra adaptar? Não. Ela falou, ah, então tá ok. Você gosta de previsibilidade, ok. Ela só fez isso. E desde então, não adiantou de nada. Porque toda vez que tem um evento, uma coisa que não me avisa, eu me desregulo do mesmo jeito. Mas aí eu também não consegui de novo cobrar isso. Eu simplesmente vou seguindo, né? Faço o que eu posso. Mas eu queria essa coisa de pelo menos um diálogo. Por exemplo, uma deficiência invisível, cada pessoa tem uma

	característica. Tem pessoas que não vão conseguir trabalhar com outra pessoa no setor. São adaptações que são até simples de fazer, mas se não há um diálogo, o que a gente pede parece absurdo. Porque assim, o que eu estou pedindo, parando para analisar uma previsibilidade, usar um fone para não ficar com barulho, é o básico, porque eu estou em uma biblioteca, já deveria ser silencioso, já deveria ser um ambiente que deve ser visto como um lugar de paz. Mas aí eu até entendo, mas todo o resto é um pouco perplexo, eu acho que essa coisa do diálogo porque é claro que é o que eu te falei, o que é por lei ele tá ok, mas o que não é preciso ser dito, né? Porque é a mesma coisa que eu falo, uso o exemplo muito do cadeirante, que é uma rampa de sentido acessível. [...] Vai ter um evento, eu falei, a gente tá incluindo mãe, a gente tá incluindo deficiência, a gente tá incluindo, né? Ah, lá tem rampa. É sempre isso. Ah, lá tem bebedouro. A água é o básico, né? Eu vou lá e falo assim, olha, vai ter monitor, tem coisas em QR Code, autonomia, porque as pessoas autistas, eu percebo, os que eu convivo pelo menos, eles gostam de ter autonomia, porque quanto menos comunicação se precisar ter com outra pessoa, menos estresse você tem, se for parar para analisar. Também, você colocar tudo bem sinalizado, QR Code, é uma coisa que é simples, mas que as pessoas não percebem a diferença que faz, né? Você não precisar está dirigindo alguém o tempo inteiro para tirar uma dúvida, é maravilhoso ter essa autonomia.”
PBCD 4	“Acho que não vai se gastar mais dinheiro com o elevador. Acho que as rampas de acesso já resolveriam muita coisa numa estrutura mais econômica.”
PBCD 5	“[...] eu acho que tá melhorando pra se tornar um ambiente mais inclusivo no quesito multicultural. Nossa, é, tem os elevadores aqui, mas entre as estantes da biblioteca, a gente tem as estantes rolantes. E eu acho aquilo péssimo para pessoas, né, com deficiência de mobilidade, porque uma cadeira de rodas não entra ali. E outra coisa, uma vez uma colega do grupo de pessoas com deficiência, ela falou que uma das piores coisas para ela, quando tinha que pegar um livro. As estantes são super altas, né? E ela falou que tinha que ir, cara, isso me deixou muito puto. Ela tinha que pedir o livro no serviço de circulação, e aí alguém falou para ela assim, não, mas para isso você precisa de ter uma autorização do centro para pessoas com deficiência, digamos assim. Porque tu precisa sair do armário, digamos assim, das deficiências, para tu conseguir a tua carteirinha. Disse que você precisa daquele serviço. [...] Eu acho que isso assim e permitir as pessoas serem elas mesmas, né, que eu vejo que tem muita coisa que as pessoas julgam, né? Tipo, acho que depois que eu comecei a falar que eu tinha TDAH, as pessoas pararam de olhar, ah, ela é esquisita, ela é Latina, tipo assim, Ah, não. Eu acho que tem que ter muito treinamento também e conversar com a comunidade. Então acho que continua sendo a conscientização que tem gente que não sabe o que que é. Eu acho que o ambiente fazer mais acessível e sendo a flexibilização de trabalhar de casa ou não.”
PBCD 6	“Olha, pensando assim no...Eu acho que essa parte... do arquitetônico mesmo, da acessibilidade comunicacional, sabe? Eu acho que pensar também na sinalização dos espaços mesmo, acho que trabalhar nas vertentes da acessibilidade, né? O comunicacional, a arquitetônica, a atitudinal, em relação à programação também ter recurso de acessibilidade, de repente Libras, audiodescrição. Então, eu acredito que são esses recursos que faltam.”
PBCD 7	“É informação para as pessoas saberem. E para você evitar a discriminação é uma coisa muito difícil. Mas ter leis é uma coisa que ajuda bastante. Porque. Infelizmente a parte do bolso é bastante pedagógica. A gente sabe disso, né?”
PBCD 8	“Falta são, de fato, os profissionais, a maioria deles, terem um treinamento mais intensivo.”
PBCD 9	“A biblioteca era um ambiente inclusivo, então não precisava de mais

	nada.”
PBCD 10	“Primeiro que não tem nenhuma acessibilidade física no meu ambiente de trabalho. E, assim, essa parte do atendimento também precisaria de um...um treinamento mais voltado nessa área. Para atender mesmo assim às vezes eu sinto uma queixa assim meio pessoal que eu tenho que tem algumas atendentes da biblioteca eu sinto que tratam de forma diferentes pessoas que parecem mais estudadas de pessoas que parecem menos estudadas ou com menos condições financeiras, enfim, pessoas em situação de rua, e eu gostaria de ter uma forma de sensibilizar mais o atendimento em relação a essa sensibilidade, sabe?”
PBCD 11	“Eita, tudo. Tudo. Eu precisava de um espaço maior, eu precisava de espaços setorizados onde pudesse fazer essas intervenções com um pouco mais de calma. Faria um manual pra ser adotado. Só não me dá tempo. Tem tanta coisa que acontece, mas eu tenho essa pretensão de escrever pelo menos um guia para as outras bibliotecas de como, né, sobre o tratamento de pessoas com deficiência.”
PBCD 12	“Espaço, espaço físico ter dimensões adequadas, né? Conforme as normas mesmo, técnicas, porque... Circulação, o espaço como é uma biblioteca que não é um espaço próprio, digamos que é um espaço pequeno, então assim... Tinham muitas cadeiras para pouco espaço, a questão da locomoção entre as estantes e o espaço ali entre as mesas não era, não é acessível para um cadeirante, por exemplo. E mais? Eu acho outra coisa assim também, divulgar, divulgar assim pra caramba, sabe? Assim, divulgar inclusive pra comunidade, porque eu vi assim, a primeira biblioteca, por exemplo, que eu trabalhei e tinha, sei lá, uma quantidade enorme de determinado recurso e nunca foi utilizado. Eu acho que tem essa sintonia também, né, entre a biblioteca e a parte pedagógica, né, pra poder ter conhecimento que a gente tem aquele recurso. Porque muitas vezes fica lá guardado e, enfim, não tem utilidade, né. E o estudante saber que a biblioteca é assim, eu acho que é realmente a questão de divulgação, sabe, de convencimento, saber que a biblioteca é um espaço que que pode ser acessível a ele, que pode oferecer recursos, né?”
PBCD 13	“Eu acho que precisava ter, assim, maior concordância entre as pessoas sobre o que fazer. Porque algumas pessoas não viam o trabalho de biblioteca como relevante. Catalogação, indexação, né? Então, foi um esforço muito grande para que a biblioteca fosse recaracterizada naquele ambiente, né?”
PBCD-A	“Primeiro, uma das questões é essa do cadeirante. Por mais que a gente não tenha um cadeirante toda hora é a adaptação do balcão de atendimento, porque não é só rebaixar o balcão. As pessoas só rebaixam o balcão e chão. Então, às vezes, a pessoa nem é um deficiente. Às vezes, a pessoa quebrou uma perna, machucou uma perna, tá lá com uma cadeira e a pessoa não consegue passar ali. Essa é uma das coisas. Agora, outra coisa, eu acho que seria um trabalho de conscientização. Não é só com palestra, mas com alguma coisa vivencial. [...] Pra eu me sentir incluída, a pessoa tem que... primeiro lugar, eu tenho que me identificar pra pessoa. Porque também tem isso. Às vezes a pessoa tem uma certa defesa, mas ela não se expressa. Ela acha que as pessoas têm que adivinhar. Se ela tá mancando é porque não tem um pé. Ou ela tá com o aparelho auditivo lá, a pessoa tem que adivinhar que ela não escuta. Então, é um trabalho de conscientização das duas partes. As duas partes têm que estar em comunicação. Aí eu tenho a palpitação e cabe o outro a falar o que você precisa para eu poder corresponder. [...] Ah, mas como que a gente faz para melhorar o ambiente? Ouvindo, ouvindo. Primeiro, eu acho que acredito que tem que fazer um levantamento daquele lugar de quem tem deficiência ou não, no caso de aluno. Eles perguntam lá na ficha se tem deficiência ou não. Teria que ter uma estatística. Não, tá, peraí, esse aqui tem deficiência. Do que será que esse aqui tem? Para poder, de repente, em

(conclusão)

	um outro momento, ir naquele deficiente. Fazer aquele atendimento personalizado. Você está aqui estudando na instituição, a instituição está correspondendo a você, não está. Então, é... Às vezes é deficiência física, a pessoa não tem um braço. Então acho que cabe, assim, um setor ali fazer um levantamento de quem são os deficientes ali, os clientes, os usuários da instituição deficiente, e ver o que cada um tem ali, e ouvir cada um, o que a instituição pode melhorar pra eles, pra eles ficarem bem."
PCD-TA	"Nossa, eu acho que os sistemas já resolveriam grande parte das questões. Porque, por exemplo, aqui a gente usa um sistema chamado SEI, que é Sistema Eletrônico de Informação. O SEI é totalmente inacessível, então eu preciso de ajuda, eu não faço com autonomia independente. Então, eu acho que os sistemas digitais acessíveis já resolveriam grande parte dos problemas."

Legenda: PBCD – Pessoa bibliotecária com deficiência; PBCD-A – Pessoa com deficiência formada em Biblioteconomia que atua como auxiliar administrativo; PCD-TA – Pessoa com deficiência que atua no setor de Tecnologia Assistiva de uma biblioteca universitária.
Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

Em continuidade ao roteiro de entrevista, a próxima pergunta consistiu em sugestões das PBCD, da PBCD-A e da PCD-TA para que o ambiente de trabalho se tornasse inclusivo. Diante disso, as PBCD evidenciaram um profundo conhecimento sobre as dimensões da acessibilidade nas unidades de informação, fundamentadas em suas vivências e nas lacunas estruturais, comunicacionais, atitudinais e institucionais que enfrentam no cotidiano de trabalho. Suas propostas vão além das normas técnicas e revelam a importância de um ambiente informacional baseado no diálogo, na empatia, na participação das pessoas com deficiência nos processos decisórios e na valorização da diversidade funcional.

A acessibilidade física e arquitetônica foram os aspectos mais mencionados, uma vez que a ausência de rampas, sinalização adequada e espaços de circulação acessíveis ainda persistem. Essas barreiras impedem não apenas a mobilidade, mas a permanência segura e autônoma das PBCD e das pessoas usuárias com deficiência nas unidades de informação. Dessa forma, a PBCD 1 sugere a instalação de sinalização em Braille, uso de letras ampliadas e linguagem simples, considerando também a diversidade entre as pessoas usuárias com deficiências invisíveis. As PBCD 4, 5 e 12 reforçam a necessidade de repensar o mobiliário, o uso de estantes altas ou rolantes, e a adoção de *layouts* que respeitem as normas técnicas de acessibilidade.

A acessibilidade comunicacional e a capacitação das equipes também foram aspectos lembrados pelas pessoas participantes. As PBCD 1, 6, 8 e 10 defendem a formação continuada dos profissionais para atendimento inclusivo, especialmente

voltado à interação com pessoas com deficiência auditiva, intelectual e com neuro divergências. A PBCD 10 propõe uma abordagem sensível às desigualdades sociais e educacionais no trato com os usuários, associando a inclusão à justiça social. Já a PBCD 12 propõe uma articulação mais efetiva entre biblioteca e setor pedagógico, para que os recursos de acessibilidade existentes sejam divulgados e realmente utilizados. Enquanto que para a PCD-TA os sistemas digitais acessíveis resolveriam a maior parte dos problemas, o que facilitaria a sua autonomia para a execução das suas atividades laborais.

A PBCD-A destaca a necessidade de realizar um levantamento estatístico das pessoas com deficiência e por meio de um atendimento personalizado identificar as suas reais necessidades “ouvindo as suas demandas” para que o ambiente se adeque da melhor maneira possível. Nessa direção, a PBCD 3 problematiza o cumprimento “formal” da legislação de acessibilidade e reivindica o diálogo como ferramenta para construir adaptações customizadas e significativas, sobretudo no caso das deficiências invisíveis. Sua fala aponta que a previsibilidade, o respeito a preferências sensoriais (como o uso de fones ou espaços silenciosos) e a autonomia devem ser pensados como parte da cultura organizacional inclusiva. Além disso, a PBCD 3 propõe o uso de QR Codes e sinalização acessível como uma forma de atenuar as barreiras interpessoais.

Algumas sugestões apontam para a necessidade de políticas institucionais de inclusão mais abrangentes e integradas. A PBCD 11 propõe a elaboração de um guia de boas práticas para outras bibliotecas, com foco no atendimento às pessoas com deficiência, o que denota o desejo de contribuir de forma coletiva para a transformação do campo bibliotecário. A PBCD 13 destaca a importância do reconhecimento institucional do trabalho da pessoa bibliotecária, sugerindo que a inclusão depende também da valorização da biblioteca dentro da própria organização.

No que se refere ao marco legal, a PBCD 7 enfatiza que a existência de leis, mesmo que muitas vezes descumpridas, exerce efeito pedagógico e pressiona as instituições a agirem. Essa perspectiva reforça a importância de regulamentações acompanhadas de fiscalização e incentivo à implementação prática.

Por fim, surgem sugestões relacionadas à flexibilização do trabalho apontada pela PBCD 5, que vê nisso uma medida de equidade diante das especificidades de diferentes deficiências. A fala também ressalta a importância de um ambiente que

permita que as pessoas “sejam elas mesmas”, sem julgamentos ou necessidade de “saída do armário” em relação às suas condições de deficiência.

Quadro 33 – Nível de conhecimento sobre os Recursos de Tecnologia Assistiva

(continua)

Pessoa entrevistada	Relato
PBCD 1	Apontou diversos exemplos de recursos de Tecnologia Assistiva que a unidade de informação possui e alguns que utiliza para o desenvolvimento de suas atividades laborais
PBCD 2	“Eu sei que eu acho que é muito básico de fato, isso eu passo até o não tentando passar o Advogado do Diabo assim. Mas eu acho que eu preciso de uma responsabilidade sobre isso mesmo assim sobre como eu nunca me debrucei, sobre essa coisa da acessibilidade. Eu acho que também por uma, por uma dificuldade de reconhecer enquanto pessoa com deficiência, sabe? É muitas pessoas que conviviam comigo há longo de muito tempo, não sabiam que eu tinha essa deficiência, porque é isso. Assim, eu nunca, nunca fiz questão muito de dizer. Eu acho que também por um medo de me sentir, de me sentir reduzindo a isso, sabe? E esse ano assim está sendo esse ano, onde eu estou me apropriando. [...] Por essa questão de que agora tem o direito de uma pessoa que está pensando isso, sabe que talvez se não tivesse adquirido esses direitos de pessoa, talvez continuasse na minha produção. Então o que eu sei é muito básico assim.”
PBCD 3	“Eu vi uma palestra, uma ou duas sobre isso. Alguém falou sobre uma invenção de uma caneta, que eu não lembro muito bem, uma caneta que ajudava na leitura de quem tem baixa visão. Eu não sei se... Eu só tô confundindo os termos. Mas assim, eu só vi essa palestra, eu realmente não me aprofundei.”
PBCD 4	“Pra ser sincera, eu conheço pouco das tecnologias, você está se referindo ao Braille, a essas questões assim. Eu acho que o que eu mais conheço é o Braile mesmo, os ebooks que tem a gravação do áudio para deficientes visuais. Acho que essas duas opções. Se eu conheço outros, agora não me veio na memória.”
PBCD 5	“Cara, eu sei pouquíssimo. E a tristeza é que a gente está tentando lutar com os nossos, como é que a gente fala provedores? É tipo. ProQuest, Ebsco essa galera para fazer alguma coisa que não seja PDFs, porque isso no momento é a nossa maior briga, porque tá muito difícil a gente reclamar, recebe bastante reclamação de estudante falando que eles não têm acesso. Os periódicos, né, especificamente não são acessíveis. Tem base de dados, que aí é o terror mesmo assim, né? As de dados, especialmente esses dados, os dados, né, de estatística e tal. Aí aquelas são só o terror.”
PBCD 6	“Eu também conheço, eu me interesso também por essa parte de acessibilidade em bibliotecas, então conheço pouco. Eu sei de dispositivos de leitura, de scanner, aqui, por exemplo, a gente tem o Orcam, que faz bastante sucesso. Também a central de mediação de Libras. Então, assim, eu conheço, eu tenho conhecimento razoável das tecnologias. Não tenho uma profundidade de saber detalhadamente qual é de cada um, mas eu sei. Conheço alguns.”
PBCD 7	Apontou diversos exemplos de recursos de Tecnologia Assistiva que a unidade de informação possui e alguns que utiliza para o desenvolvimento de suas atividades laborais.
PBCD 8	Apontou diversos exemplos de recursos de Tecnologia Assistiva que a unidade de informação possui e alguns que utiliza para o desenvolvimento de suas atividades laborais.

(conclusão)

PBCD 9	“Olha, eu sei assim, eu uso o celular, que é uma tecnologia assistiva, e com o celular eu consigo utilizar, agora, tudo que eu preciso eu tenho nesse celular aqui, então eu consigo usar e-mail. Aí depois tem os computadores com leitor de tela que são extremamente importantes na vida da pessoa que trabalha. Os scanners também, quando você precisar escanear muita coisa, muito texto, você não vai ficar fotografando uma por uma né folha e virando, tem aquele processo todo. Então o scanner já tá ali, ele já faz pra você direitinho, é só você enquadrar e ele já faz, é mais fácil você usar o scanner, porque você usar o computador, ou o celular no caso, né? Consegue fazer mesmo a impressora Braille pra você ter um acesso ao que você fez a pesquisa que você editou que você consertou é sempre importante a gente tem a leitura também ali junto né e que mais que a gente precisa de acessibilidade.”
PBCD 10	“Muito pouco. Eu sei que tem aquele recurso de comunicação aumentada e basicamente isso, assim, de tecnologia voltada para isso. Eu sei que existe aquela descrição, por exemplo, faz uma visita no museu, aí tem uma guia auditiva, enfim. Mas eu desconheço, assim, grande parte. Acredito que devo até muito mais.”
PBCD 11	“Todo tipo de material que pode ser feito para ajudar em alguma coisa mecânica. Então por exemplo adaptador para tesoura e isso também para canhotos. Aí a gente vai subir. Aí as coisas mais tecnológicas, né? Que seria o caso. A gente tinha um... Eye Tracking, esse era o nome. A Google tá me surpreendendo porque ela tá colocando muitas, muitas ferramentas pra estar junto dessas tecnologias assistivas. High-tech, high-tech mesmo que eu já vi é aquelas cadeiras pra pessoas que perderam os movimentos das pernas que fazem praticamente tudo pra pessoa, ou andar, ou ter adaptação para comer, para poder ir ao banheiro sem problema nenhum, né? Agora, na parte virtual, se a gente pensar mais simples, indo para o mais high-tech, esse Google Meet já é uma tecnologia assistível. E uma coisa que me ajudou bastante, o Gemini, que é da Google, ele transcreve coisas pra mim. Então, pra uma pessoa que tem baixa visão ou uma pessoa que é cega, essa transcrição de coisas ajuda também.”
PBCD 12	“Eu, assim, antes de trabalhar com bibliotecária, realmente eu era leiga no assunto total, né? Digo que nem comigo mesma eu tinha esse cuidado, né? De usar uma lupa, né? De usar um ampliador, né? Enfim, então, assim, eu era completamente leiga. Quando eu cheguei à biblioteca, eu encontrei esses aparelhos, né? Instrumentos lá no armário, guardados, assim, em grande quantidade. Eu fui pesquisar e na época também tinha alguns disponíveis já nas máquinas, nos computadores assim, mas eles eram, digamos assim, eram desconsiderados, porque era aquilo ali, mas ninguém sabia o que era, os estudantes meio que brincavam com o mouse lá, né?”
PBCD 13	“São tecnologias que vão possibilitar, por exemplo, uma pessoa com visão prejudicada acessar o computador, por exemplo, né? Uma pessoa com dificuldade de coordenação motora poder mexer no mouse, por exemplo, está nessa linha assim que eu tenho noção, né?”
PBCD-A	“Então, eu realmente desconheço.”
PCD-TA	“Olha, são recursos que auxiliam pessoas com deficiência e aumentam sua funcionalidade e trazem independência e autonomia.”

Legenda: PBCD – Pessoa bibliotecária com deficiência; PBCD-A – Pessoa com deficiência formada em Biblioteconomia que atua como auxiliar administrativo; PCD-TA – Pessoa com deficiência que atua no setor de Tecnologia Assistiva de uma biblioteca universitária.
Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

O bloco três do roteiro da entrevista se referia aos Recursos de Tecnologia Assistiva, buscando abordar aspectos relacionados à definição, tipologias, utilização

e disponibilidade nas unidades de informação. Acrescenta-se também o questionamento sobre as dimensões da acessibilidade e o desenho universal no âmbito das unidades de informação.

Diante do exposto no Quadro 33, o nível de conhecimento das PBCD sobre os recursos de Tecnologia Assistiva (TA) é amplo, revelando tanto a presença de experiências enriquecedoras em unidades de informação que dispõem essas tecnologias quanto lacunas significativas na formação, no acesso e na apropriação desses recursos por parte de algumas PBCD. Esse panorama demonstra que o domínio das TA está menos relacionado à deficiência em si, e mais às oportunidades institucionais, às trajetórias formativas e ao envolvimento pessoal com a temática da acessibilidade.

Um grupo de entrevistados demonstra familiaridade prática e conceitual com diferentes recursos assistivos, especialmente aqueles voltados para deficiência visual, como leitores de tela, *scanners* com OCR, impressoras e linhas Braille. É o caso das PBCD 1, 7, 8 e 9, que mencionam não apenas o uso cotidiano dessas tecnologias, mas também sua função na mediação de atividades informacionais. A PBCD 9, por exemplo, descreve com precisão o uso do celular como ferramenta assistiva, *scanners* e leitores de tela no desenvolvimento de suas tarefas, evidenciando um uso integrado e funcional desses recursos.

Outras pessoas entrevistadas demonstraram conhecimento intermediário, como a PBCD 6, que cita o uso do Orcam (leitor de texto com inteligência artificial), mediação em Libras e dispositivos de leitura, ainda que sem aprofundamento técnico. A PBCD 11 também oferece uma definição abrangente, que vai desde adaptações mecânicas simples até recursos *high-tech*, como cadeiras motorizadas e transcrição automática por Inteligência Artificial (IA).

Entretanto, uma parcela significativa das PBCD entrevistadas expressa conhecimento ‘baixo’ ou ‘muito limitado’ sobre recursos de TA. As PBCD 2, 3, 4, 5, 10, 12 e 13 reconhecem que sabem pouco ou quase nada sobre o tema, embora em muitos casos identifiquem a importância de aprender mais. Os motivos apontados para esse desconhecimento são diversos: a ausência de formação específica, a falta de cultura institucional de acessibilidade, e até o próprio processo de aceitação da deficiência, como destaca a PBCD 2.

A PBCD 12, por exemplo, revela que só começou a explorar os recursos de TA ao encontrar equipamentos guardados e desvalorizados em sua biblioteca,

situação que ilustra a invisibilização da acessibilidade nas práticas institucionais. Já a PBCD 5 destaca um aspecto crítico: a baixa acessibilidade das bases de dados acadêmicas — como ProQuest e EBSCO — e a falta de pressão institucional para que essas plataformas atendam aos requisitos mínimos de acessibilidade digital.

A PBCD-A não possui um conhecimento aprofundado, enquanto que a PCD-TA evidencia a importância das funcionalidades dos recursos de TA para que proporcione autonomia e independência para quem os utiliza.

Os relatos também evidenciam uma lacuna importante: a formação em Biblioteconomia ainda não contempla de maneira sistemática o ensino sobre TA. Muitos dos conhecimentos adquiridos são frutos de iniciativas individuais ou da vivência prática nos locais de trabalho, o que reforça a necessidade de incluir conteúdos relacionados à acessibilidade, desenho universal e TA nas grades curriculares dos cursos de Biblioteconomia, bem como em programas de capacitação permanente para profissionais em exercício.

Nessa perspectiva, destaca-se que o conhecimento técnico sobre recursos de TA não está dissociado de uma dimensão ética e política: ele é parte fundamental da construção de uma biblioteca verdadeiramente inclusiva. O domínio dessas tecnologias pelas próprias PBCD, além de favorecer sua atuação com autonomia, fortalece sua posição como multiplicadoras do conhecimento e agentes de transformação nos ambientes informacionais.

Quadro 34 – Presença/ausência e utilização ou não dos recursos de Tecnologia Assistiva como auxílio nas atividades de trabalho das PBCD, da PBCD-A e da PCD-TA

(continua)

Pessoa entrevistada	Relato
PBCD 1	“Eu dependo da tecnologia assistiva para trabalhar. Porque se não tivesse a tecnologia, não tinha condições de desenvolver nada o trabalho como eu desenvolvo. Eu não tinha como desenvolver nada, eu não me vejo sendo bibliotecária sem as tecnologias me auxiliando. É, a gente utiliza, é alguns né? A gente utiliza alguns para as pessoas cegas, a gente utiliza o NVDA, o JAWS, o DOSVOX, o Balabolka, que é para converter as obras, pois tem alguns usuários que eles não utilizam o computador, nem o Braille, então eles precisam do livro falado e a gente faz muito também com o Balabolka. Então a gente usa o [não compreensível] bastante para digitalizar e para também reconhecer aqueles textos que estão em formato imagético. A gente também converte com essas tecnologias. É, a gente utiliza o é V libras, né? É uma tecnologia utilizada para as pessoas com deficiência auditiva. É a gente quer que esteja também em todo o sistema da nossa biblioteca ainda não está implantada, na página principal, nas redes sociais, em tudo. A gente queria que tivesse o V livras, sabe? Mas ainda não está aí

	uma tecnologia gratuita que favorece, né? As pessoas com deficiência auditiva e deixa eu ver aqui mais de tecnologia assistiva, a gente utiliza também DOSVOX porque tem alguns aplicativos dentro do DOSVOX, que a gente utiliza para converter o texto. E tem alunos, que eles preferem um livro em formato de texto e às vezes quando vem, tem muito truncado, aí pelo DOSVOX a gente tem alguns aplicativos, né? Que os professores desenvolveram. O que nos ajuda também é com essa para disponibilizar informação acessível. Então assim, a gente usa o Braille Fácil também, que é outra tecnologia assistiva, que é para gente imprimir o Braille. A gente utiliza o Braille Fácil porque a gente acha uma tecnologia assistiva muito completa, assim, uma das mais completas nesse sentido, assim de trabalhar e da gente também orientar os estagiários que vem trabalhar com a gente. A gente também orienta pelo Braille Fácil e é bem interessante. E também a gente utiliza. Tem outras tecnologias que está me fugindo agora, mas a gente utiliza mais essas para o deficiente visual. A gente quer também aprender a utilizar e estamos buscando também para os deficientes também com outras deficiências. Eu digo. Que existe, mas a gente ainda não temos nenhuma para as outras deficiências. É isso que a gente vai buscar, porque a tecnologia assistiva, ela faz toda a diferença, né? Na vida das pessoas com deficiência e proporciona assim acesso à informação, né? Muita Acessibilidade. Se as pessoas souberem, né? É como lidar, né? Como que utilizar essas tecnologias para ter esse acesso. Aí esse também é outro problema da gente aqui, porque muitos dos nossos usuários são do interior, né? Que tem a universidade, ela tem campo em várias cidades daqui do Estado e muitos usuários do interior, eles nunca tiveram nenhum contato com as tecnologias assistivas. Então a gente já tem ministrado algumas capacitações nesse sentido para que esses usuários aprendam a lidar com o NVDA, por exemplo, e outras tecnologias assistivas para que eles tenham acesso às informações que são disponibilizadas com mais autonomia.”
PBCD 2	“Eu nunca precisei de usar algum recurso de Tecnologia Assistiva.” [No arquivo não há nenhum tipo de recurso de TA devido a falta de investimento e infraestrutura].
PBCD 3	“Eu não uso recurso de Tecnologia Assistiva. Aqui na biblioteca não há nenhum recurso de TA. Não tem, por que é, não sei, é isso, tirando que é obrigatório, as pessoas não têm essa coisa, essa visão, né, essa coisa do nada sobre nós, sem nós. [...] Então ainda tem uma resistência no local de trabalho para essas coisas, né? E aqui, como órgão público, tem a burocracia, tem a resistência padrão da pessoa em si e tem a burocracia também, né? Porque eu percebo que eles não centralizam a culpa que são feitas quando elas são obrigatórias. E isso é um pouco complexo, né? Porque a justiça é obrigada a punir o pessoal. Ela se respeita por ser uma sociedade, né? Eu fico um pouco preocupada em relação a essa coisa, mas a gente tem que obrigar. Sim, tem que obrigar, mas é um pouco cansativo pra essa própria pessoa, né?”
PBCD 4	“Eu não faço uso de Tecnologia Assistiva. Para as minhas limitações não é necessário não se aplica porque a minha condição física ela é mais motora de deslocamento uma dificuldade de deslocamento. Eu caminho devagar, com insegurança, mas motor, entendeu? Não tem nenhum deficiente visual, por exemplo, ou surdo, não tem nenhum aluno na nossa escola com essas condições. Eu não atendo nenhum aluno com essas condições de deficiência motora ou física. Nenhum aluno da escola faz parte desse escopo, então eu não faço uso.” [A escola não tem recursos de TA, pois não há demanda].
PBCD 5	“É, eu tenho a minha agenda impressa e tenho agenda do trabalho, que é o que mais me ajuda a manter o tempo. Assim eu coloco muito lembrete, tipo assim, assim eu tenho que mandar um e-mail para todos os gerentes de todo [centro] e se pra lembrar de eles me responderem eu tenho que botar no meu, no meu lembretezinho assim, então

	realmente a tecnologia assistiva agenda é a que é a mais útil. A biblioteca não possui recursos de Tecnologia Assistiva, pois essas ferramentas ficam disponíveis no Centro de Acessibilidade.”
PBCD 6	“Eu utilizo de rampas e elevadores. Aqui a gente tem dispositivos de leitura, de scanner, aqui, por exemplo, a gente tem o Orcam, que faz bastante sucesso. Também a central de mediação de Libras.”
PBCD 7	“É, o meu recurso, a minha deficiência, o que ela exige para trabalhar é a agenda, né? Porque por eu ter amnésia, né? Então eu tenho que marcar as coisas, né? Por exemplo, assim, o pessoal da biblioteca aprendeu a trabalhar bem comigo nesse sentido. Eu acho que também você sabe do que eu estou falando. Como a lei ampara as pessoas com deficiência, o empregador, digamos que uma parte da tarefa dele é aprender a trabalhar com a pessoa, ajudá-la a desempenhar um trabalho decente, razoável. Então quando tem alguma coisa assim, geralmente a secretária da diretora lá que agenda as coisas na biblioteca, né? Na biblioteca, o que eu posso falar, né? E aí ela liga e fala assim, vem aqui, traga a agenda. Eu já sei que é a senha que ela vai ter lá, algumas visitas, algumas atividades que eu vou ter que acompanhar e eu anoto. Porque se ela me fala assim, se hoje, se ela me chama agora, eu não sei que horas são, nove, dez horas da manhã. Se ela fala, olha, hoje à tarde, às três e meia, vai chegar aqui um pessoal, você pode atender? Assim, desculpa, a hora que chegar na hora do almoço, eu não me lembro mais disso, cara. É um problema muito sério. Nós temos alguns audiolivros Há muito tempo atrás nós já tivemos fitas cassete, ou então as de vídeo, né? De cassete player, né? E a gente não tem mais, acho que ninguém mais usa, né? Os filmes, né? Nas fitas, né? Hoje são todos em DVD e tudo mais, né? Então a gente tem alguns poucos audiolivros, né? E muitos poucos livros em Braille, por exemplo.”
PBCD 8	“Eu utilizo o sintetizador de voz, computador com sintetizador. E no meu trabalho, às vezes eu uso a lupa, mas eu não uso a lupa eletrônica. Eu tenho a lupa física, que é a minha mesmo, que aí como ela colocou o computador e tal, e eu vejo lá alguma coisa, pronto, resolve meu problema. Essas são as duas minhas ferramentas de trabalho, né? Sem o sintetizador de voz, principalmente, seria impossível eu realizar qualquer atividade, eu seria um... só um corpo presente lá na biblioteca. A gente tem duas impressoras, uma BASC V3 e uma BASC V5, que são impressoras em Braille. E a BASC V5, ela tem bluetooth e ela tem, enfim...Ela tem um monte de funcionalidade lá. Até hoje, estou aprendendo. Essa impressora faz isso, essa BASC V5, ela tem comando de voz também. Não é como a de voz, mas ela tem sintetizador de voz. Tipo assim, você tá aqui fazendo a impressão, ela fala, bote mais papel. Ela fica falando com você porque a pessoa que vai interagir com ela, que tem deficiência visual, possa realmente interagir, né? Porque você faz uma adequação de acessibilidade pra uma pessoa que não tem deficiência de operar, é estranho. Essa impressora tem isso. A gente tem duas lupas eletrônicas, a gente tem alguns reglets, tem alguns sodobans, a gente tem linha em Braille, a gente tem um teclado colmeia, que é um teclado que ele tem teclas maiores, ele tem contraste visual, né? Parece uma colmeia mesmo, assim. Na verdade, parece uma abelha, que é das cores da abelha. A pessoa chama de colmeia. Os nossos computadores tem sintetizador de voz, a gente tem o NVDA e a gente tem o DOSVOX. A gente tem um scanner, um scanner acessível, ele é digitalizador, ele pega material físico e digitaliza no formato acessível.”
PBCD 9	“Eu só tinha o computador com o sintetizador de voz. Só, porque aí eu pegava as informações e planejava no Excel. E aí eu disponibilizava os livros novos no Excel. Eu compartilhava a planilha, o balcão, para todos que precisavam das informações para atender usuários na verdade era mais um pacote de informação para saber o que tinha entrado de novo

	no acervo era isso que eu fazia, então eu não tinha dificuldade para trabalhar lá.”
PBCD 10	“Eu diria que o fone de ouvido pra mim é um recurso de acessibilidade. A gente tem um acervo em Braile e um em audiolivro, tá? Em CD. A gente também ajuda pessoas a mexerem no computador, na sala de informática, tá? Não tem esse problema, assim, é um recurso humano, mas ok, né? É uma assistência.”
PBCD 11	“Eu tenho tantas possibilidades de fazer as coisas aqui que eu não preciso de suporte mais, assim, especializado. [Não tem recursos de TA] Não tem aqui, infelizmente, essas mais comuns, que é o adaptador da tesoura. E vai por demanda mesmo. Quando a gente vê que não tem alunos com deficiência física aqui, dificilmente a escola vai querer adquirir isso.”
PBCD 12	“Eu uso um monitor de 32 polegadas e uma lupa. Na biblioteca tinha bastante teclado adaptado, mouse colmeia para definir as teclas. Tinha uns equipamentos muito bacanas, uma quantidade grande.”
PBCD 13	[Eu não usava recurso de Tecnologia Assistiva e na biblioteca também não tinha, pois não se pensava isso na época em que eu atuei lá]
PBCD-A	“Eu tenho um pouco dessa dificuldade visual. Por exemplo, sabe a setinha do mouse quando você mexe? Ela é pequenininha. Então assim, como eu não tenho computador, se a setinha for branca, a tela é branca e eu pego a seta, se a tela for preta... Então assim, quando eu me deparei lá na situação ou quando eu desconfiguro alguma coisa, já na hora ligo pros meninos lá da informática e tal, pelo amor de Deus, vem mudar esse mouse aqui pra mim. Então eles colocam o mouse, a setinha bem graúda, pra que eu possa movimentar ali, pra ficar fácil ali pra mim, senão eu devolvo, entendeu? Então, eu acho que pra mim é um recurso.”
PCD-TA	“Então aqui na biblioteca a gente tem alguns recursos alguns bons e outros nem tanto. “Eu uso o leitor de telas e a bengala. Sem eles seria impossível eu trabalhar. O problema é que quando foi elaborado o projeto aqui na biblioteca eu não fui ouvido. Eles fizeram o que eles queriam fazer talvez pela questão da visibilidade porque fizeram um espaço que eu não considero acessível uma mesa com um carpete embaixo, é uma coisa horrorosa. Eu não considero que isso seja acessível. Eles compraram uns óculos chamado *Orcam*, três óculos, que cada um custou 18 mil, que eu também não considero acessível. Inclusive, hoje a gente tem tecnologias gratuitas, que fazem basicamente a mesma coisa, se não melhor, Ah, e... Tá, temos o display Braille, que é uma tecnologia legal, mas muito pouco utilizado. E o leitor de telas. Leitor de telas é importante, acho que é uma tecnologia que ela é gratuita e que é fácil você instalar. Eu acho que toda biblioteca deveria ter. E que é muito importante pra pessoa com deficiência visual. O scanner aqui pra gente converter o livro em formato digital e acessível, isso também é uma tecnologia muito importante. As lupas de ampliação e contraste, também muito importante para pessoas com baixa visão. Precisaríamos mais coisas, por exemplo, teclado colmeia, mouse, até que a gente tem um mouse para pessoa com deficiência motora. E é isso. Acho que a gente precisaria de alguns equipamentos a mais.”

Legenda: PBCD – Pessoa bibliotecária com deficiência; PBCD-A – Pessoa com deficiência formada em Biblioteconomia que atua como auxiliar administrativo; PCD-TA – Pessoa com deficiência que atua no setor de Tecnologia Assistiva de uma biblioteca universitária.
Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

Conforme exposto no Quadro 34, a presença, o uso e o acesso aos recursos de TA nas unidades de informação é marcado por contrastes significativos. A análise aponta que, embora algumas unidades de informação contem com acervos

especializados e dispositivos tecnológicos diversificados, a ausência de políticas institucionais consistentes e de investimentos estruturais resulta em desigualdades evidentes na garantia de acessibilidade plena para profissionais e usuários com deficiência.

Compreende-se que parte das PBCD entrevistadas atua em instituições que oferecem um conjunto robusto de TA. A PBCD 1, por exemplo, relata uma ampla utilização de softwares como NVDA, JAWS, DOSVOX, Balabolka, V-Libras e Braille Fácil, tanto para uso próprio quanto para atendimento a pessoas usuárias. A descrição detalhada de como esses recursos são empregados no cotidiano revela não apenas conhecimento técnico, mas um compromisso institucional com a inclusão informacional. O relato evidencia, ainda, o esforço em promover capacitações para pessoas usuárias que vêm de contextos sociais com pouco ou nenhum contato prévio com essas tecnologias.

Situação semelhante é observada nas falas das PBCD 6, 8 e 12, que mencionam o uso de scanners acessíveis, impressoras em Braille, lupas eletrônicas, sintetizadores de voz, teclados adaptados e recursos de leitura automatizada. A PBCD 8 destaca que, sem o sintetizador de voz, seria impossível desenvolver suas atividades laborais, o que reafirma o papel das TA como condição de possibilidade para o exercício profissional autônomo.

Por outro lado, diversos relatos revelam ausência total ou limitada de recursos de TA nas unidades de informação, frequentemente justificada por argumentos como “falta de demanda”, “restrição orçamentária” ou “desconhecimento institucional”. As PBCD 2, 3, 4, 11 e 13 afirmam não utilizar e nem dispor de recursos de TA em seus ambientes de trabalho. Em alguns casos, como no da PBCD 4, a ausência é atribuída à inexistência de pessoas usuárias com deficiência na escola; em outros, como na fala da PBCD 3, são evidenciadas resistências burocráticas e culturais que impedem a adoção de práticas inclusivas, mesmo frente a legislações vigentes. Esse tipo de justificativa nega o direito à acessibilidade com base na visibilidade da deficiência, perpetuando desigualdades.

Há ainda casos intermediários, como o da PBCD 5, que utiliza recursos básicos de organização pessoal (como agendas e lembretes digitais), mas cuja biblioteca transfere a responsabilidade pelas TA para outro setor institucional (Centro de Acessibilidade), o que pode dificultar o acesso cotidiano e a autonomia das pessoas usuárias. A PBCD 9 relata ter à disposição apenas um computador com

sintetizador de voz, enquanto a PBCD 10 faz uso de recursos humanos e equipamentos como acervos em Braille e audiolivros, mas não menciona dispositivos digitais específicos.

Em determinadas situações, como da PBCD 7, a agenda impressa é utilizada para contornar limitações relacionadas à memória, apoiada pela equipe da biblioteca, o que evidencia uma dimensão colaborativa da acessibilidade, embora ainda carente de soluções tecnológicas específicas. Já a PBCD 11 afirma não precisar de suporte especializado, embora reconheça a ausência de recursos de TA na escola, o que sugere uma perspectiva centrada na individualidade da deficiência, e não na estrutura universal de acessibilidade.

Cabe ressaltar que a simples presença de equipamentos não garante sua efetividade. A PBCD 12 relata que encontrou recursos guardados e subutilizados, o que indica a necessidade de políticas de divulgação, formação e sensibilização para que as TA se integrem efetivamente à prática bibliotecária.

A PCD-TA traz um conhecimento técnico detalhado com uma visão crítica das escolhas institucionais, uma vez que a presença de equipamentos sofisticados, como os óculos Orcam, são subutilizados ou foram adquiridos sem consulta às pessoas com deficiência. A crítica ao uso de tecnologias caras e pouco funcionais, frente à existência de alternativas gratuitas e eficazes, reforça a importância da realização preliminar dos estudos de usuários com deficiência antes da efetivação dos processos de aquisição, planejamento e implantação de soluções acessíveis. A PCD-TA também menciona recursos essenciais como leitores de tela, scanners, lupas, teclados adaptados e mouses específicos para deficiência motora, demonstrando amplo domínio das necessidades e possibilidades de aplicação desses recursos no ambiente da biblioteca.

A PBCD-A revela uma relação mais intuitiva e empírica com a TA. Ela não reconhece formalmente os dispositivos como TA, mas identifica soluções práticas — como o ajuste da seta do mouse — como fundamentais para sua autonomia no uso do computador. Sua fala evidencia que a ausência de familiaridade conceitual com a TA não impede o reconhecimento da importância desses recursos na prática, especialmente quando há apoio institucional e disponibilidade mínima de adaptações.

Quadro 35 – Avaliação sobre a acessibilidade atitudinal (continua)

Pessoa Entrevistada	Relato
PBCD 1	“Eu ainda não vi. E nenhuma atitude discriminatória, sabe? Pelo menos com a minha pessoa, assim que eu tenha vivenciado.”
PBCD 2	“Nunca passei por algum tipo de preconceito.”
PBCD 3	“Falta de empatia; há discriminação de forma velada.”
PBCD 4	“Eu não vejo nenhuma discriminação, eu não sinto essa diferença para com os outros, nem os outros funcionários, nem os próprios alunos também.”
PBCD 5	“Olha, não, porque eu acho que essa coisa inclusão está sendo muito debatida, né? Nunca sofri nenhum tipo de preconceito.”
PBCD 6	“Tô falando, a pessoa não olha pra mim, ou então se eu passo alguma orientação, tem um questionamento a mais, né? Então, assim, eu tenho que ir com muito mais embasamento do que uma pessoa sem deficiência. Então tem bastante disso.” “Hoje eu tenho um cargo de gestão, E ainda assim eu percebo que tem algumas atitudes que capacitizam, sabe? Aquele capacitismo velado.”
PBCD 7	“Muito difícil. Seria importante orientar as pessoas a perguntar quem está precisando de ajuda. Ainda há questão capacitista.”
PBCD 8	“A gente tem uma relação muito boa com todos os profissionais da biblioteca.”
PBCD 9	“A empatia nem sempre tem.”
PBCD 10	“É, atitudinal eu vejo um problema. Realmente eu vejo um déficit assim. Porque existe essa diferença de atendimento, assim, até às vezes. Não é mal intencionado, sabe? Mas às vezes, quando tu convive com a pessoa, tu nota que ela tá tratando determinada pessoa diferente por... Sabe? Tá se esforçando, às vezes até se esforçando pra atender melhor. Aí eu acho meio problemático, assim.”
PBCD 11	“Sobre a questão do preconceito, eu tenho comparativos agora, eu consigo ter comparativos. Em Santa Catarina é bem pior.”
PBCD 12	“Como é uma deficiência oculta. Parece que é difícil de ser reconhecida, sabe? E parece que você tem que, além de explicar, você tem que convencer a pessoa, né?” Teve colega de trabalho que me testava e ficava perguntando se eu queria que ampliasse a visualização da tela. Eu falo, não, não precisa. Não, mas você quer que eu amplie? Isso foram repetidas vezes, sabe?
PBCD 13	“Então, olha, a inclusão era mais atitudinal, porque a gente recebia um estudante de direito, né? Que era cego, né? Então, a nossa atitude no serviço de referência era ler pra ele as jurisprudências, né? Ele estava estudando pra fazer concurso público da magistratura, então ele frequentava a biblioteca com alguma regularidade, assim. Então, o máximo que a gente conseguia fazer era ler pra ele algumas coisas, assim, facilitar o acesso aos materiais, mas não tinha nada em Braille, por exemplo, né?”
PBCD-A	“Hoje não, hoje não. Eu já me senti muito discriminada, assim, pelos meus supervisores. E assim, por exemplo, igual quando me tirou de um campus para o outro, para mim foi muito difícil, porque quando eu estava no campus centro, vamos falar assim, eu tinha como ir e vir, porque eu pegava o ônibus. Quando eu fui para esse campus que eu estou hoje, foi muito difícil, porque eu não tinha como me locomover. Então eu tinha que pedir meu filho para trazer, meu filho para buscar, e isso para mim foi assim, me abalou muito, porque assim, toda aquela conquista da minha independência, de eu fazer as coisas, do meu dia-a-dia, foi totalmente tirado.”
PCD-TA	“A princípio, o que muita gente achava quando eu entrei, que eu fazia tipo um corpo mole, não era uma pessoa proativa, porque não entendia as minhas necessidades, não entendia que não era acessível, e era por isso que muitas coisas eu não tinha condições de fazer. Eu não tinha condições de abrir um processo, não sei, fazer aquilo com independência. Eu não tinha condição de bater um ponto. E eu fui, acho que eu tive até um problema com uma das gestões, um dos gerentes aqui porque eu falei, o sistema não é acessível. Eu não vou bater o ponto. No final você resolve minha folha de ponto, eu não vou bater. Enquanto não ficar acessível, eu não vou bater o ponto. E não é que eu não chegava. Eu sempre chego aqui, eu faço até hora a mais, todos os dias. Mas se eu não tenho independência e autonomia para fazer uma coisa, eu não vou fazer. Então eu tive esse problema uma vez. E também de usuários às vezes perguntar, mas você dá conta? Ao perceber que eu tenho a deficiência visual. Mas assim, foram mais raras, raras às vezes, né? As vezes o que

(conclusão)

Pessoa Entrevistada	Relato
	já aconteceu é de chegar algum usuário passando a mão na frente do meu rosto pra ver se eu realmente não enxergava. Uma vez eu percebi, porque foi muito perto. Eu senti... o calor em mim e a pessoa riu depois. Aí outra vez, esses dias pra trás, eu só percebi porque me contaram.”

Legenda: PBCD – Pessoa bibliotecária com deficiência; PBCD-A – Pessoa com deficiência formada em Biblioteconomia que atua como auxiliar administrativo; PCD-TA – Pessoa com deficiência que atua no setor de Tecnologia Assistiva de uma biblioteca universitária.
Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

Em prosseguimento ao roteiro de entrevista, foi questionado como as PBCD, a PBCD-A e a PCD-TA avaliam os aspectos da acessibilidade (atitudinal, arquitetônica, comunicacional, instrumental, programática e/ou metodológica) e do desenho universal nos seus respectivos ambientes de trabalho. Dessa forma, para cada uma das dimensões de acessibilidade foi elaborado um quadro com as respostas das pessoas entrevistadas.

De acordo com o Quadro 35, as percepções sobre acessibilidade atitudinal variam entre os participantes. Algumas pessoas relatam não terem vivenciado atitudes discriminatórias diretas, enquanto outras denunciam o capacitismo oculto ou a falta de empatia, como ilustra o relato da PBCD 6: *“tem algumas atitudes que capacitizam, sabe? Aquele capacitismo velado”*. Nessa direção, a deficiência oculta da PBCD 12 também chama atenção para a invisibilização da necessidade de adaptações e reconhecimento, especialmente quando há exigência de constante justificativa das demandas: *“parece que você tem que, além de explicar, convencer a pessoa”*. Esse tipo de barreira está entre as mais sutis, mas também entre as mais persistentes, o que dificulta na valorização das características particulares das pessoas com deficiência.

A PBCD-A compartilha uma situação em que foi remanejada para um campus de difícil acesso, comprometendo sua autonomia de deslocamento e afetando profundamente sua autoestima. O impacto emocional desse deslocamento forçado evidencia como decisões administrativas, quando tomadas sem consulta ou empatia, reproduzem a exclusão sob uma aparência de neutralidade.

A PCD-TA expressa que, ao iniciar sua atuação, colegas e gestores a viam como uma pessoa "não proativa" ou que fazia "corpo mole", por não compreenderem suas necessidades e as barreiras de acessibilidade do sistema institucional (como a impossibilidade de bater o ponto de forma autônoma). Sua recusa em cumprir uma tarefa sem acessibilidade adequada e sua denúncia direta à

gestão demonstram uma postura de resistência frente à invisibilização das condições de trabalho e à negação da autonomia profissional. Além disso, compartilha situações de preconceito por parte de usuários, incluindo um episódio de capacitismo explícito, em que um indivíduo tentou verificar fisicamente se ela (ele) realmente não enxergava.

Quadro 36 – Avaliação sobre a acessibilidade arquitetônica (continua)

Pessoa Entrevistada	Relato
PBCD 1	“Não existe.”
PBCD 2	“Não tem.”
PBCD 3	“O balcão de atendimento não possui altura adequada para uma pessoa cadeirante.”
PBCD 4	“A estrutura da escola é o maior empecilho.”
PBCD 5	“Os elevadores são imensos cabem até três cadeiras de rodas, tem rampa, mas não tem piso tátil. Acho legal que quando a biblioteca está quase fechando, o pessoal acende e desliga as luzes rapidinhos para sinalizar para as pessoas com deficiência auditiva.”
PBCD 6	“Eu acho que aqui fica muito preso na questão mais da arquitetônica, né? Porque tem rampa, tem plataformas elevadoras e tem elevador, banheiros com barras, mas as outras ainda fica muito a desejar.”
PBCD 7	“Tem elevador do térreo para o primeiro andar” A entrada da biblioteca tem dois degraus, mas há um elevador para ser usado para cadeirantes e pessoas com mobilidade reduzida.”
PBCD 8	“Hoje eu tenho um banheiro minimamente acessível, mas, por luta. E eu falo lá como é que tem que ser, minimamente acessível, e aí vai o mestre de obras, o arquiteto, não sei quem é, vai lá e faz do jeito que quer, não faz do jeito que precisa ter feito. Então, assim, a acessibilidade arquitetônica tem que ser uma coisa planejada tem que ser feito na planta, né? [...]E tem outro aspecto também que eu não tinha te falado, vou falar agora. A entrada e a saída dos setores de quase praticamente tudo na biblioteca é feito através de portas de vidro. E essas portas de vidro, elas são muito pesadas. E elas retornam sozinhas, e elas só não retornam quando elas ficam no estado de 90 graus, que elas travam, mas se você abrir, tipo, 89 graus, elas voltam, e elas são muito pesadas. Então, sempre que eu tenho que entrar e sair do setor, que é muito corriqueiro, porque, nas atividades, não raramente tem que estar sentado. Enfim, ninguém trabalha parado no canto de oito horas por dia. Então, assim, quando eu tenho que me deparar com essas portas, eu fico pensando, gente, eu vou quebrar uma costela, porque eu tenho que parar lá em frente à porta e eu tenho que abrir, abrir lá de uma... Como eu tenho que ser 90 graus pra um lugar ficar parado, eu tenho tempo de entrar com a cadeira. Eu tenho que... e quanto mais ela vai chegando perto do ponto de trauma, mais pesada ela fica. E aí, eu tenho que fazer isso, é muito, muito desgastante.”
PBCD 9	“Tem o piso tátil, mas não é funcional. Os funcionários terceirizados não respeitam a sinalização.”
PBCD 10	“A gente não tem rampa de acesso, tem poucos degraus para acessar, mas tem. Dentro da biblioteca tem corredor entre as estantes, ele permitiria a circulação de uma cadeira de rodas. Apesar de não ter rampa, a gente tem corrimão ali na subida, é uma subida assim um pouco íngreme e alguns degraus assim, poucos degraus.”
PBCD 11	“A biblioteca não segue a ABNT 9050.”
PBCD 12	“Considero essencial, mas a biblioteca não atendia essa acessibilidade.”
PBCD 13	Não opinou.
PBCD-A	“Então não tem escada, não tem nada, porque ela é um piso só. Então, né, eu fico assim como se for no meio, então pra esquerda é onde fica o espaço das mesas, depois tem a sala de grupo, depois tem a sala de estudo individual. Do lado, do meu lado direito, é onde fica o acervo. Pra ir pro acervo tem uma rampinha, né, uma

(conclusão)

Pessoa Entrevistada	Relato
	rampinha bem pequenininha, e tem um espaço lá, sabe, que o cadeirante pudesse circular lá dentro.”
PCD-TA	“A arquitetônica, como eu já disse, tem grandes problemas porque é um prédio antigo. Acho que na época que ele foi construído essas questões nem eram claras. Não tem sinalização falando onde que é o elevador. Tem alguns empecilhos até chegar no elevador. Se a pessoa não tiver cuidado ela... Tem um lugar ali perto da escada que se não tiver cuidado a pessoa esbarra ali e bate a cabeça. Então, tem muitas questões arquitetônicas ou a falta do piso tátil, por exemplo, falta de sinalização. Não sei como é para uma pessoa com baixa visão, mas apesar de que eu não acho que necessariamente a pessoa tenha que ter independência ao ponto de, ah, eu preciso de um livro, eu vou lá e pego o livro contando minha independência. Acho que se tiver uma pessoa com um servidor aqui preparado para isso, para auxiliar o aluno a encontrar o livro e até a prateleira com ele pegar o livro, isso já é considerado uma tecnologia assistiva, é um serviço de tecnologia assistiva. Então eu acredito que os servidores, grande parte tem esse preparo, tem essa sensibilidade sim. É, temos equipamentos para as pessoas utilizarem aqui dentro da biblioteca.”

Legenda: PBCD – Pessoa bibliotecária com deficiência; PBCD-A – Pessoa com deficiência formada em Biblioteconomia que atua como auxiliar administrativo; PCD-TA – Pessoa com deficiência que atua no setor de Tecnologia Assistiva de uma biblioteca universitária.
Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

Conforme exposto no Quadro 36, constata-se que a acessibilidade arquitetônica é o aspecto mais frequentemente mencionado em comparação as outras dimensões, destacando tanto ausências quanto avanços parciais. Observa-se uma recorrente inadequação das estruturas físicas, como rampas mal dimensionadas, falta de piso tátil e ausência de sanitários acessíveis. Embora algumas unidades de informação contem com elevadores e adaptações mínimas, há relatos de que essas estruturas são insuficientes ou planejadas de maneira inapropriada. O depoimento da PBCD 8 evidencia essa lacuna: *“a acessibilidade arquitetônica tem que ser uma coisa planejada, tem que ser feito na planta”*. A PBCD 6, por sua vez, critica a centralidade da acessibilidade arquitetônica em detrimento das demais, revelando um foco limitado da gestão institucional.

A PCD-TA destaca a precariedade de bibliotecas instaladas em edificações antigas, que não foram pensadas com base em critérios de acessibilidade e apresentam riscos evidentes, como sinalização e piso tátil ausentes. Sua análise, contudo, é ampliada por uma perspectiva mais funcional: ela reconhece a importância do apoio humano como parte das estratégias de acessibilidade e defende que servidores bem preparados também atuam como TA viva, capaz de mediar barreiras físicas quando os recursos materiais são insuficientes.

Quadro 37 – Avaliação sobre a acessibilidade comunicacional

Pessoa Entrevistada	Relato
PBCD 1	“Tem melhorado, mas precisa avançar.” “Muitas vezes postam imagem sem audiodescrição e aí a gente chama a atenção.”
PBCD 2	“Não tem nada.”
PBCD 3	“No dia em que eu fiquei sem internet não me comunicaram e eu fiquei um tempão tentando acessar o e-mail.”
PBCD 4	“Não possui.”
PBCD 5	“Eu realmente não sei te dizer.”
PBCD 6	“As nossas redes sociais ainda não têm descrição de imagem, não aparece a hashtag para todos verem. A sinalização do acervo também não é acessível. Então, assim, a gente ainda precisa, a biblioteca ainda precisa avançar bastante nessa questão.”
PBCD 7	“Não domino Libras e tenho uma grande frustração quanto a isso” “Eu não sei como eu teria que, eu sei que é uma parte das pessoas com deficiência auditiva, enfim, que eles conseguem ter alguma possibilidade de comunicação, se a gente conversa muito pausadamente, e aí é uma coisa que a gente pode tentar fazer, mas digamos que de uma maneira mais eficiente, Eu, assim, eu sou muito honesto, eu sou totalmente incapaz de fazer porque eu nunca tive essa preparação.”
PBCD 8	“Nos três turnos vai ter sempre alguém que fala Libras.”
PBCD 9	“O que você pode fazer nessa parte comunicacional é informar nos cartazes para as pessoas que enxergam aonde está e se pode fazer com pontos para eles entenderem o que é o braile, é uma forma que eu acho que é interessante.”
PBCD 10	“Eu acho que existe um esforço geral da equipe de conseguir simplificar muitas vezes a linguagem, de conseguir responder de outras formas, de outras maneiras, dependendo do público, se é uma criança, se é uma adolescente. Libras ninguém sabe.”
PBCD 11	“Eu queria colocar mais regras claras, sabe? Comunicação não violenta. Eu não gosto de usar o... É proibido, não sei quem... Não, fazer aquele cartazinho bacaninha. Eu sempre gosto de usar meme, né? E colocar ali o aviso que precisa ser dado, né? Também ter esse exercício de comunicar com as outras pessoas nos seus diferentes backgrounds. Eu sei que com alguns alunos eu consigo ter uma conversa já boa, outros eu tenho que ser adulto, eu não preciso interagir de forma mais adolescente.”
PBCD 12	“A biblioteca precisa de ter pessoas também assim, capacitadas no atendimento pra poder receber essas pessoas, sabe?”
PBCD 13	Não opinou.
PBCD-A	Não opinou.
PCD-TA	Não opinou.

Legenda: PBCD – Pessoa bibliotecária com deficiência; PBCD-A – Pessoa com deficiência formada em Biblioteconomia que atua como auxiliar administrativo; PCD-TA – Pessoa com deficiência que atua no setor de Tecnologia Assistiva de uma biblioteca universitária.
Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

Baseando-se nas informações reunidas no Quadro 37, a acessibilidade comunicacional é percebida como insuficiente. Vários relatos apontam para a ausência de intérpretes de Libras, materiais em Braille ou linguagem simplificada. A PBCD 10 menciona a inexistência de Libras no regulamento da biblioteca e questiona se os arquivos digitais seriam compatíveis com leitores de tela. Por outro lado, a PBCD 8 relata um ambiente mais acessível nesse aspecto, com presença de pessoas capacitadas em Libras em todos os turnos e materiais institucionais

acessíveis. Ainda assim, a maioria das pessoas entrevistadas indica a necessidade urgente de melhorias na comunicação inclusiva.

Quadro 38 – Avaliação sobre a acessibilidade programática

Pessoa Entrevistada	Relato
PBCD 1	“Tem melhorado. A biblioteca tem procurado parceria com outros setores da universidade. Há a comissão de acessibilidade para a instituição de uma política na universidade”
PBCD 2	“Não tem.”
PBCD 3	“Não possui.”
PBCD 4	“Não possui.”
PBCD 5	“Isso sim, me deixou muito feliz isso aqui. [...]você não pode descartar uma pessoa com deficiência, porque você não tem como fazer as *acomodations*, né, tipo acomodar. As ferramentas que ela precisa para trabalhar e eu fiquei, como assim? Não eles não, isso é um problema muito sério aí contra as leis. E eu fiquei, meu Deus, que país maravilhoso, que sabe. Eu fiquei muito feliz ali em diante. Pensei assim, ok, se a gente quiser contratar uma pessoa cadeirante, a gente vai ter que dar as condições de trabalho para ela.”
PBCD 6	“A biblioteca ainda precisa avançar bastante nessa questão.”
PBCD 7	“Estamos muito, muito, muito longe disso ainda”
PBCD 8	“O nosso regulamento tá impresso em Braille. Ele prevê um monte de coisas que outros regulamentos não preveem. Muito pelo fato de que a gente tá lá, a gente tem o conhecimento do dia a dia, né? Eu acho que tem pouquíssima coisa sobre a pessoa surda. E eles devem ter necessidades específicas que precisariam estar em regulamento, entendeu? E não estão porque eu não conheço.”
PBCD 9	“A gente ainda não está educado para fazer reconhecimento de direito e procurar quem tem que ser realmente procurado.”
PBCD 10	“Olha, eu acho que o regulamento da biblioteca tá só online. Online e impresso, né, na biblioteca, mas não tem libras, não tem... Eu vou conferir até se seria um pdf assim, passível de leitura de tela, assim, né?”
PBCD 11	Não opinou.
PBCD 12	“A biblioteca não previa no regulamento esse tipo de acessibilidade.”
PBCD 13	Não opinou.
PBCD-A	Não opinou.
PCD-TA	Não opinou.

Legenda: PBCD – Pessoa bibliotecária com deficiência; PBCD-A – Pessoa com deficiência formada em Biblioteconomia que atua como auxiliar administrativo; PCD-TA – Pessoa com deficiência que atua no setor de Tecnologia Assistiva de uma biblioteca universitária.
Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

De acordo com o Quadro 38, a acessibilidade programática aparece como um desafio em construção. Apenas alguns participantes mencionam iniciativas formais, como a atuação de comissões de acessibilidade e adaptações no regulamento interno. No entanto, a ausência desse tipo de acessibilidade é predominante, como mostra a fala da PBCD 7 *“estamos muito, muito, muito longe disso ainda”*. A falta de políticas bem definidas impacta diretamente na permanência e participação plena de pessoas com deficiência.

Quadro 39 – Avaliação sobre a acessibilidade instrumental

Pessoa Entrevistada	Relato
PBCD 1	“A gente precisa de mais equipamentos e equipe de trabalho pois não são suficientes para atender na mesma velocidade em que os usuários com deficiência precisam do acesso à informação” A gente que vai atrás do usuário mostrando o que pode ser oferecido e eles têm nos procurado.”
PBCD 2	“Não tem.”
PBCD 3	“Uso o fone de ouvido e para mim é essencial.”
PBCD 4	“Como a escola não possui alunos com deficiência não há os instrumentos para que tenha esse tipo de acessibilidade.”
PBCD 5	“Eu uso a agenda, fecho a porta e deixo o escritório o mais acolhedor.”
PBCD 6	“A biblioteca ainda precisa avançar bastante nessa questão.”
PBCD 7	“É, o meu recurso, a minha deficiência, o que ela exige para trabalhar é a agenda, né? Por exemplo, assim, o pessoal da biblioteca aprendeu a trabalhar bem comigo nesse sentido. Então quando tem alguma coisa assim, geralmente a secretária da diretora lá que agenda as coisas na biblioteca, né? E ela liga lá na sala e fala assim, vem aqui, traga a agenda. Eu já sei que é a senha que ela vai ter lá algumas, visitas, algumas atividades que eu vou ter que acompanhar e eu anoto.”
PBCD 8	“A gente vai fazendo como as pessoas podem usar essas ferramentas. Tem um modelo assistivo, e se elas não usam, a gente apresenta pra ver se elas são contempladas. Porque tem pessoas que tem uma necessidade e não sabem que tem aquela necessidade. Até serem confrontadas com a melhoria dela, né?”
PBCD 9	“Eu acho bem ruim.”
PBCD 10	“O nosso catálogo não é acessível, ele não está online, ele só tem um computador local mesmo, para o empréstimo, para o catálogo, para a catalogação, enfim.”
PBCD 11	“Eu tô numa mesa de computador que eu sei que não é ideal pra ser um balcão de biblioteca. Então, o tempo todo eu tô esbarrando em alguma coisa aqui. Isso já é uma frustração pra mim. Porque quando eu não encontro ou outra coisa aqui...”
PBCD 12	“A biblioteca tinha vários instrumentos, mas ficavam guardados, não eram utilizados, então ao meu ver não tinha acessibilidade instrumental.”
PBCD 13	Não opinou.
PBCD-A	Não opinou.
PCD-TA	“O sistema é inacessível.”

Legenda: PBCD – Pessoa bibliotecária com deficiência; PBCD-A – Pessoa com deficiência formada em Biblioteconomia que atua como auxiliar administrativo; PCD-TA – Pessoa com deficiência que atua no setor de Tecnologia Assistiva de uma biblioteca universitária.
Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

O Quadro 39 indica que a falta de equipamentos e recursos tecnológicos adequados é uma queixa comum. Embora a acessibilidade instrumental pesquisada se referia aos instrumentos utilizados no ambiente de trabalho, observa-se que de uma forma geral, mesmo quando os instrumentos existem, como no caso relatado pela PBCD 12, eles frequentemente ficam armazenados e não são utilizados de maneira eficaz. Isso revela um distanciamento entre a existência formal de recursos e sua efetiva integração no cotidiano. A PBCD 1 destaca a insuficiência de equipamentos e de equipe para atender às demandas específicas de usuários com deficiência, apontando para uma sobrecarga dos profissionais e uma discrepância

entre demanda e estrutura. Enquanto que a PCD-TA afirma que o sistema utilizado na biblioteca é inacessível.

Quadro 40 – Avaliação sobre a acessibilidade metodológica

Pessoa Entrevistada	Relato
PBCD 1	“A gente tem enfrentando algumas barreiras para a aceitação das diferenças para mudar as metodologias capacitistas, excludentes. As metodologias preconceituosas levam a desistência das pessoas dos cursos de graduação.”
PBCD 2	“Não tem essa preocupação.”
PBCD 3	[Não possui.]
PBCD 4	[Não possui.]
PBCD 5	“Eu não faço ideia.”
PBCD 6	“A biblioteca ainda precisa avançar bastante nessa questão.”
PBCD 7	Não opinou.
PBCD 8	“A gente tá se preocupando em... e tá atualizando e tá revisando as nossas práticas, né? Isso é muito importante.”
PBCD 9	“Eu acho bem ruim.”
PBCD 10	“Os métodos de trabalho são tranquilos.”
PBCD 11	Não opinou.
PBCD 12	“Acho essencial.”
PBCD 13	Não opinou.
PBCD-A	Não opinou.
PCD-TA	“Por exemplo, eu não me sinto confortável em fazer uma visita orientada sozinho. No início do semestre a gente oferece as visitas orientadas para os cursos de graduação. Só que aí eu teria que me deslocar até o espaço do auditório. Na verdade não é o auditório, mas a sala multimídia. Eu teria que me deslocar até lá, aí já é um... um trabalho complicado, porque não tem visitante, também não sou muito acostumado a ir lá sozinho. E mexer nos equipamentos, ligar o computador, abrir o slide. O slide já é uma imagem. Então, todo slide da visita orientada são imagens. Então, esse é o tipo de treinamento que eu não daria sozinha, nem base de dados para a grupo. Porque, até mais que base de dados, você tem que entrar e mostrar as funcionalidades, as ferramentas. Aí, para mim, é mais difícil, porque quem usa leitor de tela, do que a gente está lendo, não necessariamente é aquilo que as pessoas estão vendo. Agora quando é só individual, eu consigo até guiar a pessoa. Você vai achar tal ícone, você vai lá em cima, você vai achar o acesso CAFE. Eu consigo guiar a pessoa, dar as instruções para a pessoa fazer.”

Legenda: PBCD – Pessoa bibliotecária com deficiência; PBCD-A – Pessoa com deficiência formada em Biblioteconomia que atua como auxiliar administrativo; PCD-TA – Pessoa com deficiência que atua no setor de Tecnologia Assistiva de uma biblioteca universitária.
Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

Por fim, o quadro 40 retrata sobre a acessibilidade metodológica, que de uma forma geral, ainda é pouco desenvolvida nas instituições. Nota-se que são raros os relatos que abordam mudanças nas práticas pedagógicas ou de atendimento com foco na diversidade funcional. A PBCD 1 chama atenção para metodologias capacitistas e excludentes que contribuem para a evasão de estudantes com deficiência: *“as metodologias preconceituosas levam à desistência das pessoas dos cursos de graduação”*. A PCD-TA reforça a exclusão ao retratar a ausência de recursos de acessibilidade, como a descrição alternativa, nos slides de apresentação

da biblioteca durante a visita técnica de alunos. Isso demonstra que as barreiras, por vezes invisível, é profundamente estruturante e demanda mudanças de paradigmas na formulação e execução de atividades educacionais e informacionais.

Quadro 41 – Avaliação sobre o desenho universal

(continua)

Pessoa Entrevistada	Relato
PBCD 1	“Não existe [desenho universal] nada dentro da universidade, não existe assim em nenhum setor.
PBCD 2	“Não tem.”
PBCD 3	“Ah, não tem não, porque essa questão meio que que você falou do balcão, antes, quando eu cheguei aqui, a menina falou, não, aqui a gente fez tudo no padrão, arquiteto veio, desenho universal, desenho universal, mas você explicando agora, eu não acho que tá não, porque o balcão aqui é alto.”
PBCD 4	“Não tem. Dentro do espaço físico que eu trabalho hoje, ele precisa ser completamente reformulado. Não tem nada voltado nem para os deficientes, não tem nenhuma estrutura física adaptada para esse público, entendeu?”
PBCD 5	“É praticamente impossível, né? De atender, de alcançar, de atingir, né?”
PBCD 6	“Também, eu acho que nem razoável, sabe?”
PBCD 7	“Aqui a gente está... Muito longe disso, o espaço ideal, a gente está muito longe. E aí a Secretaria de Cultura é a mais pobre da cidade porque tem um por cento do orçamento. E aí você faz o que, você assina o jornal ou você faz a rampa na biblioteca?É assim é um problema muito grande mas por quê?Porque se o orçamento fosse 5%, talvez tivesse dinheiro. É porque não é prioridade, a gente sabe disso. Bem, infelizmente.”
PBCD 8	“Na minha estação de trabalho, que é o meu balcão, meu balcão é o lugar que eu fico pra trabalhar, não atende [aos princípios do desenho universal]. Porque ele é muito...ele é...de alguma hora que ele é... ele foi tipo um móvel planejado, ele tem um armário na parede, o armário ele vira balcão, você vê que são móveis diferentes, mas eles são meio que juntos, é esquisito, eles primaram pela estética da coisa, o espaço que eu, tipo a entrada da cadeira, ele é muito difícil de entrar, ele entra, mas ele não me dá aquele giro de espaço livre de um metro e meio pra poder fazer um giro, entendeu? Ele é muito apertado. Em detalhe, a nossa biblioteca ficou fechada por cinco anos funcionando em outro complexo, que era basicamente um galpão, durante cinco anos, enquanto ela era reformada e tudo mais. E aí ela foi inaugurada em 2020, e ela foi reinaugurada com essa quantidade, quanto eu tinha falando aqui. Por quê? Porque as pessoas com deficiência não... o bibliotecário, que é uma pessoa com deficiência, não foi convidado para olhar como é que estava o plano de amanhã. Não, não é querendo ser mais do que eu quero ser. É querendo estar onde eu preciso estar para que essas coisas aconteçam.”
PBCD 9	“Desenho universal é aquela coisa que eu sempre falo, se é bom para uma pessoa que tem cadeira de rodas, para um cego, para uma pessoa que tem mobilidade reduzida, é bom para todo mundo, porque é bom para alguém que está no momento com mobilidade reduzida, mas também é bom para um idoso, é bom para uma pessoa que está com um carrinho de bebê, então é o que precisa ter, na verdade. E na biblioteca não tinha o desenho universal.”
PBCD 10	“Na minha biblioteca, na biblioteca em que eu trabalho, não temos nenhum tipo de adaptação nesse sentido. Nem de balcão, nem do próprio caminho para entrar na biblioteca, digamos assim. Primeiro que ele não é bem sinalizado, assim, tu entra tanto pra esquerda quanto pra direita, mas... É na esquerda que tá o balcão de atendimento, mas tu não vê quando tu entra, sabe? Ele entra direto numa parede, assim. E o balcão é o balcão alto, aquele tradicional. Não tem uma divisória pra atender criança, nem cadeirante, nem... né, pessoas de baixa estatura, nada. Então... Fica bem aquém, assim. As salas em si, elas são... Tem placa, embora também sem Braille, só escrito, né? É, eu acho que... Assim como a arquitetônica, ela é bem defasada, assim. Então, de uma forma geral, ela não... contempla os requisitos de um

(conclusão)

	desenho universal.”
PBCD 11	“Ausente.”
PBCD 12	“A biblioteca não cumpre com os requisitos físicos de desenho universal. No momento não porque o espaço é pequeno, é reduzido, dividido entre as mesas e cadeiras, que tem uma demanda muito grande, porque tem bastante alunos e quantidade de acervo. É feito um arranjo ali no que a gente tem, só que já tem projetos para fazer uma biblioteca atendendo todas as especificações ideais para uma biblioteca porque o espaço foi, digamos, adaptado ali, né? Então, assim, o meu sentimento é que aquilo ali é temporário, sabe? Como todas as outras que esse campus já teve. Hoje em dia está numa estrutura própria, mas a biblioteca ainda não foi contemplada arquitetonicamente falando, sabe? E eu acho que é só questão de tempo, porque os gestores já têm interesse, já tá assim, digamos, é a próxima obra, sabe? Então, como, olha, você vê na mesma instituição, um campus do lado no interior, uma estrutura fenomenal, com 800 metros quadrados, a biblioteca da capital tá nesse espaço adaptado.”
PBCD 13	“Conceito não era aproveitado na época. Na verdade, é um conceito até que relativamente antigo, mas foi pouco colocado em prática aqui no Brasil. É mais uma vertente norte-americana. Na época em que atuei como bibliotecária não tinha essa percepção do desenho universal.”
PBCD-A	“Não tem.”
PCD-TA	“O desenho universal na biblioteca é inexistente”

Legenda: PBCD – Pessoa bibliotecária com deficiência; PBCD-A – Pessoa com deficiência formada em Biblioteconomia que atua como auxiliar administrativo; PCD-TA – Pessoa com deficiência que atua no setor de Tecnologia Assistiva de uma biblioteca universitária.
Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

De acordo com os relatos apresentados no Quadro 41, entende-se que há um panorama de ausência quase total da aplicação dos princípios do desenho universal nas unidades de informação em que atuam as PBCD, a PBCD-A e PCD-TA. A percepção predominante entre as pessoas entrevistadas é a de que, apesar da crescente circulação do termo no discurso técnico e acadêmico, sua aplicação prática nas bibliotecas ainda é incipiente, superficial ou inexistente, mesmo em espaços recentemente reformados ou construídos.

A maioria das PBCD entrevistadas juntamente com a PBCD-A e a PCD-TA declaram de forma objetiva que “não tem” desenho universal nos ambientes em que trabalham (PBCD 1, 2, 4, 10, 11) muitas vezes acompanhando essa constatação de um sentimento de frustração diante da negligência institucional. A PBCD 1, por exemplo, afirma categoricamente que “não existe nada dentro da universidade” em termos de acessibilidade planejada. Já a PBCD 4 salienta que o espaço físico precisa ser “completamente reformulado” para atender adequadamente às pessoas com deficiência, o que reforça a divergência entre o discurso de inclusão e a realidade arquitetônica.

Outros relatos revelam situações de falsa conformidade com os princípios do desenho universal, em que reformas ou construções são realizadas sob a alegação

de acessibilidade, mas sem contemplar de fato as necessidades das pessoas com deficiência. A PBCD 3 relata que foi informada de que o espaço seguiria padrões acessíveis, mas identificou, na prática, que o balcão de atendimento era alto e inadequado — uma contradição entre a intenção declarada e a execução. A PBCD 8 compartilha experiência semelhante: mesmo após cinco anos de reforma da biblioteca, o novo mobiliário dificultou sua locomoção e não ofereceu o espaço necessário para o uso da cadeira de rodas, evidenciando a falta de consulta às PBCD durante o planejamento da obra. A PBCD 8 expressa a invisibilidade da pessoa com deficiência nos processos decisórios, ainda que ela seja profissional atuante no próprio espaço.

Outras falas apontam que o desenho universal não é tratado como prioridade institucional. A PBCD 7 destaca que, em sua cidade, a Secretaria de Cultura — responsável pelas bibliotecas — possui apenas 1% do orçamento municipal, o que obriga escolhas entre subsistência e acessibilidade: “Você assina o jornal ou faz a rampa na biblioteca?”. Essa realidade expõe a exclusão estrutural da acessibilidade do planejamento público, evidenciando que a ausência de desenho universal é muitas vezes resultado de decisões políticas que deixam a inclusão para um segundo plano.

As PBCD 5, 6, 10 e 12 avaliam que os espaços estão muito aquém do ideal, seja por barreira arquitetônica (balcões altos, ausência de sinalização adequada, falta de área para giro de cadeiras de rodas), seja por improvisações estruturais diante de limitações orçamentárias. A PBCD 12 apresenta a possibilidade de um melhor cenário ao reconhecer que a biblioteca em que atua foi instalada de forma adaptada e precária, mas que há um projeto em andamento para readequação do espaço segundo padrões de acessibilidade — uma expectativa de futuro ainda não concretizada.

A análise também revela uma percepção crítica sobre a origem e aplicação do conceito de desenho universal. A PBCD 13 observa que, embora o conceito já fosse conhecido no período em que atuou na unidade de informação, ele era pouco aplicado no Brasil (e ainda permanece) e mais identificado com experiências norte-americanas. A PBCD 13 aponta para a necessidade de contextualização do desenho universal nas realidades brasileiras, respeitando tanto as normas quanto os limites e especificidades locais.

A PBCD 9 destaca os benefícios de aplicação do desenho universal para um escopo que não se restringe apenas às pessoas com deficiência, mas também para idosos, mães com carrinhos de bebê reforçando o princípio do desenho universal, como facilitador da inclusão para a diversidade humana. No entanto, mesmo reconhecendo seu valor, a PBCD 9 também afirma que a sua unidade de informação não aplica tais princípios.

Quadro 42 – Comentário, sugestão ou crítica

(continua)

Pessoa Entrevistada	Relato
PBCD 1	"Seria muito bom que a gente tivesse pessoas assim como você, né? Que eu não sei o que é que te levou a trabalhar com essa temática, porque se tivesse mais estudos, mais conhecimentos, né, nessa área, talvez, né? A inclusão saísse do papel. Porque para que haja inclusão tem que haver acessibilidade, e para que haja acessibilidade, as leis só precisam de estar ali no aparato legal, né? Foi colocado em prática e isso as pessoas é ou não tem conhecimento ou não tem interesse, entendeu? E a gente precisa que mais pessoas se envolvam nessa causa para que realmente a diferença seja feita na vida de pessoas que tanto precisa e que podem desenvolver um trabalho excelente, né, na sociedade, mas que precisa que de oportunidades acessíveis, que as bibliotecas precisam ser acessíveis a essas pessoas, não importa qual é a diferença que ela tenha no momento. Qual é a deficiência? O importante é que as bibliotecas, né se possível esteja, né, atendendo o desenho universal, se não é aquelas adaptações, pelo menos as possíveis. Porque a partir do momento que você começa a trabalhar nessa área, você não para mais não, né? Mas o problema é começar a ter pessoas mais envolvidas nessa causa pra que a coisa realmente aconteça. [...] Eu achei fantástico assim, quando eu me disse menino, olha, eu, eu, eu acho fantástico as pessoas que querem trabalhar nessa área porque fazem a diferença na vida de tanta gente, né? Ver as necessidades que fazem aquela pessoa ir além, né, realizar seus sonhos é maravilhoso pra todos. [...] Essa questão do preconceito, pelo menos aqui no Nordeste, no geral, é muito grande, sabe? Muito grande. É porque a gente sabe que o nosso tempo é tão curto. Mas olhe, tu não imagina os preconceitos. É porque eu, eu, eu levei assim, a deficiência, eu muitas coisas eu levo assim na brincadeira. Ou então dou a resposta a essas, essas coisas negativas, essas pessoas negativas. A gente tem que dar o melhor da gente e oferecer a parte positiva para ver se elas mudam algum dia, mesmo que não mude. Mas pelo menos a gente está, não está respondendo no mesmo nível, que não vale a pena não. Mas é muito, muito difícil, muito difícil para gente por conta desses dessas pessoas. [...] E seu trabalho, com certeza vai ser um passo pra que haja essas mudanças, pra que as pessoas conheçam mais essa temática, que ainda é muito invisível do nosso Brasil.
PBCD 2	"Não. Eu só tenho a agradecer por ter esclarecido, você me ensinou muita coisa, muito obrigado mesmo! Era para eu te ajudar, mas quem me ajudou foi tu. Estou bem ansioso para ler a sua tese."
PBCD 3	"Ah não, eu só tenho a agradecer, né, eu acho muito maravilhoso a fazer, que é importante, que a Biblioteconomia ela tenha esse olhar. A gente tem muito esse estigma do guardião conhecimento é um saco. Acho que a gente tem que sair desse pedestal de guardião. A gente tá guardando é nada. A gente precisa ser mais inclusivo, mais participativo, mais social mesmo. Porque nós somos seres sociais, mas eu percebo que o bibliotecário tem muita resistência. Tem que encaixar nas causas, tem que ficar neutro e eu não acho que existe neutralidade. Então, eu acho muito importante, uma pesquisa como essa. Por favor, quando estiver pronta me avise, eu quero ler, eu quero criticar. E muito obrigada pelo convite, eu vou fazer o possível para que a gente consiga mais pessoas com deficiência para participar da entrevista."

Pessoa Entrevistada	Relato
PBCD 4	“Não, eu não tenho nenhuma crítica. Eu só fico feliz que esse tema realmente ganhe mais e mais relevância. Porque ser deficiente não é fácil, a gente encontra bastante barreiras e eu ainda tenho um grau leve de deficiência. Como eu te disse, eu caminho devagar, mas eu caminho e eu fico pensando em quem é cadeirante, que encontra barreiras ainda mais intransponíveis. Então essas pessoas precisam realmente ser assistidas em todos os aspectos. E essa busca, essa procura de favorecer o acesso, principalmente ali, o nosso objetivo, bibliotecas, ampliar o conhecimento dessas pessoas que estão indo lá buscar uma leitura, um conhecimento para ampliar a sua visão de mundo, é extremamente necessário que ele tenha um acesso fácil, um recurso fácil para chegar até lá, porque ele já encontra tantas barreiras em tudo na vida, a biblioteca não pode ser um caminho de pedra, pelo contrário. Ela tem que ser o percurso. Então parabéns, parabéns. Era só pra favorecer que o seu caminho seja de luz e que você encontre muitos profissionais que possam te auxiliar ainda muito mais. Porque eu, nesse momento, não pude te ajudar muito com casos na escola em que eu atuo, mas que os próximos entrevistados possam te auxiliar ainda mais para subsidiar o seu trabalho da melhor forma possível.”
PBCD 5	“Não, eu estou muito feliz realmente assim que alguém está olhando isso. Eu sou muito grata a você, está olhando isso e avaliando e escutando a gente realmente é tipo, eles usam muito esse termo aqui né nada por nós sem nós. E eu acho que no Brasil, né? Eu estou muito feliz de ver que essas coisas estão acontecendo até hoje. Eu vou pro Brasil quando meu pai me vê com a minha fitinha do girassol, meu pai me vê com aquilo ali ‘que que é isso?’ Eu falo porque eu tenho uma deficiência e meu pai até hoje não entende que eu tenho uma deficiência. Não entende. Então. Sabe quando você começa pela minha família, eu já fico pensando nos outros, meus cunhados, a família do meu marido já é super mais aberta a isso, então eu só tenho a te agradecer. Tô sem pressão, mas espero que você publique, que seja maravilhoso, sejam resultados bons ou ruins, no sentido de para nós, né? De ver como é que tá o cenário. Eu lamento que eu tô te dando esse cenário aqui.”
PBCD 6	“Não, eu achei que pra mim tá ok. É que eu acho que assim, essas sugestões e críticas vão surgindo de acordo com a especificidade das deficiências, né? Então, assim, essa questão que você falou de leitura alternativa, descrição de imagem, pra mim, assim, foram coisas que passaram despercebidas. Então, eu acho que vai meio que de acordo com qual tipo de deficiência que você está entrevistando. Pra mim tá ok, sabe?”
PBCD 7	“Não, eu só tenho elogios, né? Porque eu acho que é uma coisa pouco... É uma coisa pouco estudada, né? Assim, como eu falei, né? Eu te expliquei lá naqueles primeiros contatos, né? Assim, eu sou e não sou uma pessoa com deficiência, né? Porque como não aparece, pouca gente acredita, né? Então tem isso. Essa digamos que isso aí eu converso com muitas pessoas lá da Associação Brasileira de Epilepsia. Falou você tem uma deficiência digamos que ela é invisível. Então como como as pessoas não veem. Então você pode ter um trabalho dobrado para convencer as pessoas que você tem alguma limitação. [...]Chegar pra pessoa lá e falar assim, olha, desculpa, eu preciso anotar isso, porque senão eu não lembro depois. A pessoa fica meio inconformada, ela fala, como não? Sim, porque não, cara, não adianta, não posso teimar com a natureza, não vou insistir.”
PBCD 8	“Eu queria fazer um comentário que ele se torna muito o resumo do que a gente conversou aqui. O nada sobre nós sem nós ele, ao meu ver, ele tem que ser revisto, mas não é revisto para retroagir, retroceder. Nada sobre a gente sem a gente. Porque todas as pessoas, elas têm alguma coisa para contribuir e para ser atendidas. É uma especificidade, mas não é também aquela falácia de que, ah, somos todos iguais. Nós somos todos diferentes. Não tem o que dizer sobre isso. Somos todos diferentes, mas assim, quando todo mundo tem a chance de ter voz, a gente tem que descobrir a altura que essa voz tem que ser falada para que ela seja ouvida. Então, assim, muito por um passado não muito distante, a palavra democratização ficou quase, perdendo sentido, é de tão usado que estava sendo usando, mas eu acho que, porque precisava ser dita. Mas assim, a questão da democratização dos espaços, a democratização dos conteúdos, a democratização das vivências, elas têm que ser encorajadas, elas têm que acontecer para que todo mundo tenha a capacidade,

Pessoa Entrevistada	Relato
	tenha a possibilidade de poder contribuir e ter aquele seu átomo de personalidade, de pertencimento nos lugares que para elas são importantes, senão a gente vai passar a viver nossa vida em um monte de não lugar. Você quer ir na biblioteca, você quer ir na biblioteca, você quer ver a sua cara na biblioteca, você quer que as suas necessidades específicas sejam atendidas. Quer ir na escola? Igualmente. Você quer ir na universidade? Igual. Então, no hospital, idem. Então, assim, se todo mundo tiver essa percepção de que as coisas são feitas para os seres humanos. Então, se a gente tiver essa percepção, a gente vai ficar muito mais à vontade de reivindicar o que pra nós é importante. Esse espaço. Então, assim, eu não sei, isso aqui não é uma coisa entre você e eu não, é uma coisa pública, mas eu acho que sempre que eu tenho a oportunidade de falar, eu falo. Que a gente tem que colocar a nossa cara nos lugares para que esses lugares nos atendam, não é porque nós queremos personalizar o atendimento. É porque nós queremos ser vistos pelo que nós somos. Nós não queremos ficar colocando... Não, eu não sou cego, não. Eu não sou deficiente visual, não. Se dependendo da luz, eu me enxergo, assim. Não, porque assim, acaba voltando penduricalho na nossa condição. Eu acho que a gente tem que ir, não. Eu sou uma pessoa com deficiência visual, sim. Eu tenho essas necessidades específicas, sim. E eu exijo, eu preciso, e você, enquanto órgão público ou prestador de serviço, contempla essa minha necessidade. Ah, vou votar, eu tenho direito a um voto, usar o fone de ouvido pra poder ver quem tô votando. Eu não sou obrigado a votar no Braille, porque a urna tem o... Aí o mesário vai e não me oferece essa possibilidade. Se eu não soubesse, ele não ia me oferecer e ele sabia que eu era deficiente visual, porque eu disse lá, mas... Aí eu falo, não, tem direito ao ponto de ouvido e tal. Ah, tem. Aí assim, fica a dúvida só se eu tinha esquecido, ou se a gente fala, né, não tá nem aí pra lembrar disso. Assim, nesse recorte pequeno, né, a pessoa não está nem aí pra cumprir as suas... pra responder as suas necessidades, então o trabalho dele também não vai ser...na vida dele também não vai ser... então assim, nós, pessoas com deficiência, temos que ficar fazendo malabarismo. [...] Até quando as pessoas com deficiência vão preferir ser o espetáculo do que ser só parte da paisagem de uma vida normal, de uma vida cotidiana. Normal ou errado da vida cotidiana. Enfim, era basicamente isso.”
PBCD 9	“Olha, uma coisa que eu acho extremamente importante, eu falei logo ali no começo, é que as pessoas que enxergam, elas até chegam e perguntam o que você precisa. Só que elas atenderam você, elas esquecem de dizer que estão saindo. Então eu estou conversando com você aqui assim, de repente você me atendeu aí você sai e vai embora você não fala, assim espera um pouquinho aí que eu vou dar uma saída e vou ver outra coisa aqui, ou fala, olha eu tô indo qualquer coisa se você precisar você me chama. As pessoas simplesmente viram as costas e vão embora e te deixam falando ali mais uns minutos até perceber que tá sozinha então assim, isso é uma coisa eu acho extremamente importante. As pessoas quando forem atender uma pessoa com deficiência visual precisam de lembrar o que a pessoa precisa, auxiliá-la, deixá-la à vontade e avisar que está saindo. Isso são coisas básicas, são coisas básicas, mas nem sempre as pessoas se tocam disso, se ligam nisso. [...] Porque assim, não se tem uma palestra de como, né, numa universidade como você aí, eu não sei se teve alguma palestra pra vocês sobre deficiência visual. Eu acho interessante, assim, nessas universidades terem um dia que tem a semana da acessibilidade, então você leva um pessoal de cada uma pessoa que é surdo, eu não sei, porque não sei como é que vai ser a comunicação, mas que consiga interagir com o público para perguntar, para eles fazerem perguntas. Porque o surdo também tem muita dificuldade de se incluir. Porque eles têm a Libras, mas cada local é tipo regionalizado. Então assim, mas essas deficiências, elas são mais complicadas ainda, né? Agora, a visual e a deficiência física, elas são bem assim, acho que são bem deixadas de lado mesmo, e são coisas que as pessoas precisam saber sobre. E senão, como é que você vai acolher um colega com deficiência visual na graduação, por exemplo? Isso é uma coisa que deve se pensar. Eu acho que tem que ter todo um processo. Eu não sei em que área que caberia esse tipo de palestra, esse tipo de conversa. Por exemplo, agora que acabaram esses colégios, essas escolas segregadas, né? Então você tem crianças desde o primeiro aninho com as outras

Pessoa Entrevistada	Relato
	crianças que enxergam. Será que isso vai melhorar? Eu acredito que sim. Talvez daqui a uns 10 anos as coisas estejam melhores, porque já foi acostumado, as crianças que estudavam naquela escola já estão acostumadas a ter um coleguinha que não enxerga ali junto. Não vê a deficiência de outro mundo. Só uma necessidade que eu tenho de um equipamento diferenciado preciso de ter uma máquina para escrever e você no caso precisa de uma caneta de um papel. Você anda sem um auxílio e eu preciso de um auxílio para me locomover. Então é só entender a individualização de cada ser humano. Então só isso. Na verdade, não tem grande segredo. É normatizar mesmo."
PBCD 10	"Não, acredito que tenha falado um pouco de tudo."
PBCD 11	"Parabéns por estar saindo dessa curva, pois eu já não aguentava ouvir estudos de caso que estão sendo replicados. E as pessoas com deficiência são invisibilizadas, eu acho que você está indo em uma direção muito boa e que você traga novas formas da gente pensar. Obrigada pela oportunidade mesmo, pois eu sentia falta de pessoas que tratavam dessa temática."
PBCD 12	"Essa nossa conversa, desculpa falar as coisas dessa vez que não tivesse sentido, não era necessário, mas me fez pensar agora, e eu deveria, na minha formação, eu deveria ter sido apresentada a isso, sabe? Porque, nossa, agora, sabe, assim, falei, nossa, ninguém falou das exigências lá das normas técnicas, só fui descobrir quando na prática ali, ninguém apresentou, sabe, assim, bom, dessa forma assim, assim, talvez assim, na prática, sabe, eu acho que faltou, sem querer, né, jogar os... formadores, mas assim, pelo menos a última que eu fiquei mais tempo, agora eu me senti que faltou pra mim, sabe? Então assim, essa ABNT 9050, eu fui conhecer lá no campo, assim, pesquisando, entendeu? Naquela disciplina lá, não tô lembrando o nome dela, em que eu aprendi assim, que na época você ia projetar uma biblioteca, o que você tinha que pensar, entendeu? [Planejamento em Unidades de Informação] Isso, alguma coisa assim, a única coisa que eu me lembro assim, foi uma coisa muito básica, tipo, sei lá, rampa de acessibilidade, se possível, não ter, coisas assim, entendeu? Muito óbvias."
PBCD 13	"Então, da tecnologia assistiva, como eu te falei, no meu caso, eu tenho uma dificuldade cognitiva leve, segundo os estudos que estão sendo feitos com aquele novo medicamento que eu te falei. Então, assim, a inteligência artificial pode, em muitos casos, funcionar como uma tecnologia assistiva em tarefas de rotina, diminuindo o cansaço intelectual. Então, nesse sentido, eu vejo essa perspectiva."
PBCD-A	"É, a sugestão eu acho que seria, é essa, um trabalho de conscientização, assim, envolvendo, de repente, as instituições de ensino, né, superior, vamos falar assim, talvez, dando a ideia desse levantamento, de que usuários deficientes a instituição tem, de que curso que eles estão e fazer tipo uma enquete mesmo, uma enquete ou um atendimento personalizado a instituição está atendendo, os professores estão conseguindo porque também, eu como aluna, o professor que passava filme pra mim tinha que ter legenda, filme sem legenda e eu questionava. Professor, tem legenda? Ah, não tem. E eu nunca escondi de professor nenhum que eu tinha a deficiência. Mas na hora de eles elaborarem, eles não tinham essa preocupação com legenda, porque pra mim tinha que ter legenda o filme, o documentário, seja lá o que for. Sem legenda, pra mim, não funciona. Então aí, às vezes, muitas vezes eu perguntei, esse filme tem legenda? Aí eu perguntava, às vezes eu perguntei assim, não tem como isso passar? Porque aí eu vou tentar ver em casa, pegar o fone, etc. Então, eu tinha que fazer outro trabalho, mas eu tinha que correr atrás. Então, assim, uma outra questão. Acho que pode... Seria até um slogan, não sei. É... Que a vida inteira, eu fui ensinada a me adaptar ao mundo né? Que, de fato, é o que a gente... Nós, enquanto cidadãs, a gente procura fazer. Só que, no mundo deficiente, hoje, não... Acho que não é mais aceitável essa colocação. Acho que ele tem que se adequar ao mundo não. De jeito nenhum. O mundo tem que se adaptar às diversidades, às diferenças. Então, acho que se fosse para fazer um trabalho de conscientização, eu acho que pode se fazer com essa colocação. Não é o deficiente que tem que se adaptar. Então, eu ainda, muitas vezes, eu ainda estou nesse piloto automático. Então, às vezes eu questiono alguma coisa. Não, mas você reclama de tudo.Não, eu tô cansada. As pessoas é que tem que se adequar. Então, em que sociedade a gente

(conclusão)

Pessoa Entrevistada	Relato
	vai viver assim? A começar pelo ambiente de ensino, por uma instituição de ensino que ensina muita coisa, que forma elementos humanos para a sociedade. Que tipo de elementos eles querem formar numa instituição de ensino se falta só uma coisinha, só essa conscientização de que não é o definitivo que tem que se adaptar. Os processos, as empresas, as instituições. Seja uma loja, seja um bar, seja uma padaria, um mercado. São os ambientes que tem que adaptar. A gente tá numa outra Era. Tá em uma Era... Não vou falar nem tecnológico. Uma Era de inovação. Uma Era de várias, várias questões. Aliás, tudo isso que tá vindo, é autista isso e aquilo, é pra trazer pra gente isso daí. Pra fazer a gente mudar. Mas acho que eu finalizo dessa forma, com essa mensagem mesmo. Não é a gente que tem que se adaptar, e sim as empresas, os processos, as instituições, as entidades, não sei o que é esse nome, que tem que se adaptar às coisas. Porque só assim a gente vai viver uma sociedade com mais equidade."
PCD-TA	"Não, eu acho que tá muito melhor do que antigamente, mas eu acho que tem um caminho muito longo pela frente, né? Acho que as pessoas ainda desconhecem sobre as questões de inclusão e acessibilidade. [...] Claro que a nova gestão [...],eu acho que tende a melhorar, porque nosso projeto é expandir o que a gente tem aqui, mas a gente vai comprar equipamentos funcionais, a gente não vai mais investir em Orcam, a gente quer comprar notebooks para fazer empréstimo para os alunos com deficiência, a gente vai comprar mais lupas, a gente vai comprar gravadores, porque é importante para pessoas com deficiência intelectual, deficiência visual, que querem gravar as aulas, porque a gente tem esse direito. Se a gente quiser gravar as aulas pra rever depois, né? Muita gente não tem como anotar no caderno, então um gravador também ajuda. Então a gente também vai adquirir gravadores, a gente vai adquirir computadores e tentar expandir esse espaço pra outras bibliotecas. Mas não espaço, espaço igual tá ali, né? Uma mesa e tal. Porque o espaço é segregador, né? Esse espaço ele segrega também. É igual eu falei, eu acho que não precisava de ter uma mesa ali, uma mesa enorme. Eu não sei se você chegou a ver a foto do espaço lá no site. Uma mesa amarela, sei lá, mais ou menos uns dois metros e meio. Eu acho que a gente vai conseguir, eu acho que ano que vem a gente vai ter um espaço bem melhor do que a gente tem hoje."

Legenda: PBCD – Pessoa bibliotecária com deficiência; PBCD-A – Pessoa com deficiência formada em Biblioteconomia que atua como auxiliar administrativo; PCD-TA – Pessoa com deficiência que atua no setor de Tecnologia Assistiva de uma biblioteca universitária.
Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

A última questão se referia a um comentário, sugestão ou crítica das PBCD sobre os assuntos discutidos durante a realização da entrevista. Diante disso, conforme sistematizadas no Quadro 42, os relatos salientam aspectos afetivos, políticos e pedagógicos relacionados à experiência de viver e trabalhar com deficiência em unidades de informação. Entende-se que essas falas expressam o posicionamento desse público em virtude dos assuntos abordados e evidenciam desejos de mudança, reconhecimento e visibilidade.

Destacam-se nas falas, o reconhecimento da relevância da pesquisa, tanto no plano acadêmico quanto social. Diversas PBCD (1, 2, 3, 4, 5, 7 e 11) expressam entusiasmo por ver a temática da deficiência tratada com seriedade na Biblioteconomia e declaram que o estudo representa uma ruptura com o silenciamento histórico imposto a esse público invisibilizado. A PBCD 1, por

exemplo, enuncia com clareza que “a inclusão só acontece com acessibilidade” e destaca a necessidade de mais pessoas envolvidas na causa para que a mudança estrutural ocorra.

O aspecto afetivo também está presente, expressando gratidão e acolhimento diante da oportunidade de fala. As PBCD 2, 3, 4 e 5 relatam terem se sentido ouvidas e valorizadas, o que demonstra a importância social de uma pesquisa acadêmica que evidencia as vivências e experiências dos profissionais com deficiência diante de um contexto de exclusão e silenciamento. A PBCD 5 menciona o lema do movimento de pessoas com deficiência — “nada sobre nós sem nós” — como um eixo de sentido para sua participação, e a PBCD 4 utiliza a metáfora da “biblioteca como percurso, e não como obstáculo”, ao falar sobre a importância do acesso ao conhecimento para além das barreiras físicas.

As sugestões apresentadas vão desde propostas de ações educativas — como semanas de acessibilidade, formações e palestras em universidades (PBCD 9) — até críticas contundentes à lógica adaptativa ainda predominante. A PBCD-A sugere uma mudança de paradigma: “não é o deficiente que tem que se adaptar, e sim os ambientes, as instituições e os processos.” Essa visão denuncia a perpetuação do modelo social e de práticas capacitistas sob a aparência de normalidade e aponta para uma sociedade que ainda cobra da pessoa com deficiência o esforço de adaptação individual, quando na verdade deveria se adequar para proporcionar a equidade estrutural.

A PCD-TA, por sua vez, propõe mudanças concretas no espaço físico da biblioteca e na aquisição de TA mais funcionais. Ela critica o uso de equipamentos caros, porém ineficazes, como o Orcam, e defende a compra de recursos como gravadores e computadores para empréstimo, que de fato atendem às demandas das pessoas usuárias. A PCD-TA também questiona a criação de “espaços segregadores”, reforçando a ideia de que a inclusão deve estar integrada e não isolada.

Algumas falas, como as da PBCD 8 e da PBCD 12, assumem um posicionamento crítico, questionando estruturas e discursos consolidados. A PBCD 8 propõe uma releitura do lema “nada sobre nós sem nós” como “nada sobre a gente sem a gente”, defendendo que a verdadeira inclusão exige presença ativa, escuta e reconhecimento das especificidades. Em sua fala densa e contundente, critica a visibilidade da deficiência como espetáculo, reivindicando o direito de ser apenas

“parte da paisagem da vida cotidiana”. Já a PBCD 12 reconhece, com autocrítica, as lacunas de sua própria formação em relação às normas técnicas de acessibilidade, revelando que a ausência de conteúdos específicos nos cursos de Biblioteconomia impacta diretamente a prática profissional.

Outros relatos ampliam a discussão sobre inclusão ao abordarem as deficiências invisíveis, como faz a PBCD 7, que trata da dificuldade de ter sua epilepsia reconhecida como deficiência por colegas e instituições. O seu relato revela a necessidade de considerar a pluralidade das deficiências e os desafios adicionais enfrentados por quem não apresenta sinais visíveis, como a constante obrigação de se explicar ou justificar limitações.

No campo da TA, a PBCD 13 aponta o potencial da IA para auxiliar pessoas com deficiência cognitiva, associando inovação tecnológica à promoção da autonomia funcional. Essa sugestão amplia a visão tradicional da TA e conecta acessibilidade às inovações contemporâneas, desafiando a noção de que as tecnologias acessíveis estão restritas a ferramentas clássicas como leitores de tela ou impressoras Braille.

Após a realização das referidas análises, os dados coletados foram discutidos baseados na literatura levantada durante o processo de Revisão Sistemática. Assim, para melhor entendimento, a discussão dos resultados obtidos se encontra presentes na próxima seção.

[Fim da seção]

[Início de seção]

5 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Esta seção apresenta a conjunção reflexiva dos resultados obtidos por meio da coleta de dados, relacionados com a fundamentação teórica levantada a partir da revisão sistemática de literatura. Dessa forma, a acessibilidade, o desenho universal e os recursos de TA, assuntos basilares para a construção e desenvolvimento dessa tese, foram discutidos e se encontram apresentados a seguir.

O amplo conceito de acessibilidade, que abrange as sete dimensões propostas por Sassaki (2003; 2019) — arquitetônica, atitudinal, comunicacional, programática, metodológica, instrumental e natural — evidencia a importância da interseccionalidade entre essas, que se mostram inter-relacionadas. Embora esta tese tenha apresentado quadros individualizados para cada uma dessas dimensões, na seção de análise, com o objetivo de facilitar a visualização e compreensão, é importante destacar que elas são interdependentes e complementares.

Nesse sentido, observa-se um equívoco recorrente na maioria das bibliotecas universitárias e unidades de informação ao tratar cada dimensão de acessibilidade de forma isolada, e não de forma conjunta e integrada. Esse entendimento fragmentado é criticado por Stroparo e Moreira (2016, p. 219), que salientam: [Início da citação] “[...] a acessibilidade em todas as suas dimensões se dê de maneira plena, e não fragmentada e pontualmente” [Fim da citação]. Essa visão converge com Pupo e Martins (2014, p. 38), ao destacarem que [Início de citação] “O acolhimento e atendimento corretos dependem de um conjunto de atividades, pois a falta de um único item compromete qualquer esforço isolado” [Fim de citação]. Além disso, Wellichan e Manzini (2018) propõem uma abordagem sistêmica da acessibilidade nas bibliotecas, enfatizando que a responsabilidade por condições acessíveis não deve recair sobre a pessoa usuária, mas sim sobre os espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações e dispositivos de comunicação e informação. Cabe, portanto, que esses elementos sejam concebidos e adaptados para garantir o uso pleno e autônomo por todas as pessoas, independentemente de suas condições individuais.

A partir da análise dos relatos das PBCD, observa-se que a acessibilidade arquitetônica nas bibliotecas universitárias federais brasileiras (e nas demais unidades de informação) é considerada uma dimensão incompleta, fragmentada e,

muitas vezes, improvisada, tratada como um complemento institucional e não como um princípio básico, fundamental e pertinente para que ocorra a inclusão. Essa situação se confirma pela PBCD 1 do G1 ao dizer que [Início de citação] “A biblioteca ocupa o andar térreo, no entanto, não possui rampa, assim, a acessibilidade arquitetônica fica comprometida” [Fim de citação]. Além disso, a PBCD 8 do G2 expõe a desvalorização de sua experiência e expertise com as demais categorias profissionais: [Início de citação] “Hoje eu tenho um banheiro minimamente acessível, mas, por luta. E eu falo lá como é que tem que ser, minimamente acessível, e aí vai o mestre de obras, o arquiteto, não sei quem é, vai lá e faz do jeito que quer, não faz do jeito que precisa ter feito. Então, assim, a acessibilidade arquitetônica tem que ser uma coisa planejada tem que ser feito na planta, né?” [Fim de citação].

Nessa direção, Costa e Oliveira (2022) propõem a formação de equipes multidisciplinares para transformar o atual cenário, ainda marcado pela presença de várias barreiras nas bibliotecas universitárias. De modo complementar, Stroparo e Moreira (2021) defendem mudanças nos critérios de avaliação dos cursos de ensino superior realizados pelo MEC, sugerindo a inclusão da acessibilidade nas bibliotecas como um dos quesitos a ser verificado durante os processos de fiscalização. Essa recomendação vai ao encontro da crítica mencionada pela PBCD-A, uma vez que muitas vezes, a acessibilidade que está sendo aplicada é superficial e inadequada propagando uma falsa ideia de inclusão.

Diante desse contexto, a PBCD 2 do G1 sugere que as comissões do MEC sejam constituídas por pessoas com deficiência ou profissionais com capacitação técnica suficiente para avaliar, *in loco,* se as condições de acessibilidade nas bibliotecas universitárias são, de fato, funcionais e satisfatórias. Essa proposta valoriza e fortalece o papel das bibliotecas universitárias como espaços plurais, comprometidos com o respeito à diversidade e com o direito de todas as pessoas usufruírem plenamente de seus produtos e serviços. Dessa maneira, a acessibilidade nas bibliotecas universitárias deve ser compreendida como condição essencial para que universidades federais e demais instituições de ensino superior possam solicitar a abertura de novos cursos, devendo também constituir critério para avaliação, credenciamento e recredenciamento dos cursos já existentes.

A acessibilidade arquitetônica tem que ser incorporada de forma integrada ao processo de planejamento e desenvolvimento da edificação de uma biblioteca,

desde a fase de sua concepção até as etapas finais de implementação, considerando sua posterior ocupação e utilização por pessoas com ou sem deficiência. É fundamental que o projeto respeite e contemple a diversidade de características físicas, sensoriais e funcionais das pessoas usuárias, promovendo um ambiente inclusivo e universalmente acessível.

Por sua vez, a acessibilidade atitudinal está associada ao modo de tratamento isento de atitudes capacitistas, preconceituosas e de discriminação, que reconhece o lugar do outro como pessoa cidadã respeitando as suas singularidades (Sassaki, 2003; Diniz; Cordeiro; Lima, 2022). A acessibilidade atitudinal foi retratada em várias instâncias, desde níveis categóricos de que [Início de citação] “Em nenhum momento eu passei por algum tipo de preconceito” (PBCD 10 do G1) [Fim de citação] até exemplificações mais contundentes no aspecto de [Início de citação] “Tô falando, a pessoa não olha pra mim, ou então se eu passo alguma orientação, tem um questionamento a mais, né? Então, assim, eu tenho que ir com muito mais embasamento do que uma pessoa sem deficiência” (PBCD 6, do G2) [Fim de citação] ou no sentido de [Início de citação] “Já passei por discriminação velada. É que ninguém vai chegar e dizer uma coisa assim, ouça a cadeirante.” (PBCD 8 do G1) [Fim de citação].

Nesse cenário observa-se que a acessibilidade atitudinal está presente em diferentes estágios nas bibliotecas universitárias federais brasileiras e nas unidades de informação tanto como experiências positivas e negativas. Em determinadas situações e contextos, nota-se a falta de empatia pelos colegas, gestores e usuários, no entanto, isso não acontece de maneira generalizada, uma vez que há também relatos de que a PBCD é tratada de forma respeitosa sendo considerada parte integrante da equipe da biblioteca.

A acessibilidade comunicacional consiste em oferecer possibilidades alternativas de comunicação para as pessoas com deficiência. Nesse tocante, os relatos das PBCD dos G1 e do G2 evidenciam o predomínio da falta de habilidade tanto dos profissionais bibliotecários, quanto dos demais colaboradores da equipe da biblioteca em se comunicar por Libras, o que prejudica na inclusão das pessoas pertencentes a comunidade surda. O conhecimento em Libras é essencial para que a pessoa com deficiência auditiva possa comunicar e ser compreendida, de tal forma que seja possível identificar as suas necessidades de informação e usufruir dos produtos e dos serviços disponíveis no espaço das bibliotecas e demais unidades de

informação. Dentre os relatos coletados, ressalta-se a fala da PBCD 8 do G2 que enfatiza a presença [Início de citação] “Nos três turnos vai ter sempre alguém que fala Libras” [Fim de citação].

A acessibilidade comunicacional, ao garantir múltiplos modos de expressão e compreensão da informação, estende-se também ao ambiente digital. Assim, a acessibilidade na web deve ser entendida como um desdobramento da acessibilidade comunicacional, pois ambas compartilham o compromisso de tornar a informação perceptível, compreensível e utilizável por todos, com atenção especial às barreiras enfrentadas por pessoas com deficiência. Dessa maneira, sites, mídias sociais entre outros conteúdos digitais devem oferecer descrições alternativas para que as pessoas com deficiência possam navegar e interagir em igualdades de condições (Nazário; Coelho, 2019; Miranda; Gibson; Moraes; Silva, 2022).

Mesmo que a acessibilidade na web tenha documentos que orientam padrões básicos que devam constar em sites, mídias sociais, dentre outros conteúdos digitais, esse é um campo que precisa ser apropriado pelas bibliotecas universitárias federais brasileiras como forma de disseminação de informação científica para a sua comunidade acadêmica, que também é composta por pessoas com deficiência. A experiência argentina mostra que diversos setores da Universidade Católica de Córdoba adequaram os seus materiais informacionais e a adaptação do site para os padrões de acessibilidade (Martin; Verde; Rodrigues; Godoy, 2022).

A PBCD 6 do G2 ilustra que o ambiente virtual não apresenta condições satisfatórias de acessibilidade para o público com deficiência. [Início de citação] “As nossas redes sociais ainda não têm descrição de imagem, não aparece a *hashtag* para todos verem. A sinalização do acervo também não é acessível. Então, assim, a gente ainda precisa, a biblioteca ainda precisa avançar bastante nessa questão.” [Fim de citação]

Diante disso, uma das ações práticas para reverter essa situação é por meio da construção e desenvolvimento de políticas de mídias sociais, conforme destacado pela PBCD 2 do G1 [Início de citação] “E fazendo isso, a gente fez agora uma política das mídias sociais. Que foi o que a gente fez? Colocou, pulverizou dentro dela as questões de acessibilidade. Eu acho que é assim que a gente tem que trabalhar aquelas dimensões.” [Fim de citação]

De acordo com os relatos das PBCD do G1 e G2, a acessibilidade programática ainda é pouco aplicada, tanto pelo desconhecimento por parte das

pessoas entrevistadas quanto por sua relação legislativa com a elaboração de normas e regulamentos institucionais, que deveriam assegurar os direitos e atender às necessidades das pessoas com deficiência. Um exemplo disso é a necessidade de previsão, nos regulamentos das bibliotecas, do direito a entrada de uma pessoa com deficiência acompanhada por um cão-guia, garantindo sua autonomia e segurança durante a permanência no espaço informacional. No entanto, cabe questionar: as bibliotecas e demais unidades de informação asseguram esse direito em seus regulamentos?

A PBCD 8 do G2 relata que o regulamento da biblioteca onde atua possui uma versão impressa em Braille, mas que há escassez de informações acessíveis voltadas a pessoas surdas. Já a PBCD 2 do G1 apresenta outra perspectiva sobre a acessibilidade programática, ao enfatizar a importância de normatizar essa dimensão nos processos de aquisição de materiais e serviços realizados pela biblioteca.

Sassaki (2003) menciona a acessibilidade instrumental como a ausência de obstáculos na utilização de equipamentos e softwares. Segundo os relatos das PBCD 6 do G1, PBCD 8 do G2 e da PCD-TA, os sistemas de gerenciamento de acervo das bibliotecas e unidades de informação não são acessíveis prejudicando o desempenho desses profissionais. Diante disso considera-se essencial que os gestores das bibliotecas e demais unidades de informação contem com a participação das PBCD para avaliar o nível de acessibilidade desses softwares.

Nessa direção é importante que ocorra a realização de estudos de usuários com as pessoas com deficiência, ao qual devem participar também as PBCD antes da etapa de aquisição dos recursos de TA para identificar quais as ferramentas seriam mais efetivas para o auxílio no desenvolvimento de suas atividades. Isso demonstra respeito a esse público, legitimando as suas experiências e vivências como meios para que se sinta pertencido ao ambiente da biblioteca. Os futuros produtos e serviços a serem oferecidos pelas bibliotecas universitárias e unidades de informação devem prever no instante do seu planejamento, um cenário ao qual seja usufruído também pelas pessoas com deficiência.

Em determinadas situações, os softwares leitores de tela não são eficazes, uma vez que o documento, em sua versão original, não apresenta elementos que garantem o acesso e a fluidez da leitura para as pessoas com deficiência visual. A presença de imagens, gráficos e ilustrações sem descrição alternativa, bem como o

uso de fontes serifadas, configura barreiras tanto à acessibilidade instrumental — relacionada ao uso de tecnologias assistivas — quanto à acessibilidade comunicacional — ligada à compreensão clara e objetiva da informação. Soma-se a isso a inadequação do formato do arquivo: quando documentos são salvos como imagens e não no formato PDF A tornam-se inacessíveis aos softwares leitores de tela. Segundo relatado por Santos, Lima e Ferraz (2019), colaboradores cegos de uma biblioteca universitária enfrentaram dificuldades em acessar a informação porque os documentos, embora estivessem em formato PDF, haviam sido salvos como imagens, impedindo a leitura automatizada. Além disso, a ausência de acessibilidade em materiais pedagógicos na área de exatas, como exemplificado pela PCD-TA, ao cursar Estatística, aumentaram as suas dificuldades de permanência devido à presença dessas barreiras durante o seu percurso acadêmico.

Diante do exposto é fundamental que, durante a elaboração de documentos como teses e dissertações sejam incorporadas descrições alternativas para imagens, utilizados na parte textual fontes sem serifa e o uso do formato PDF acessível, com texto reconhecível, garantindo que os leitores de tela consigam transmitir as informações de forma clara, acessível e significativa às pessoas que utilizam esses recursos.

Nessa perspectiva, o desenvolvimento de diversas atividades pode ser aprimorado, como a indexação de teses e dissertações em repositórios institucionais, especialmente se esses documentos, desde a sua elaboração, fossem produzidos com as características de acessibilidade mencionadas anteriormente. Dessa forma, a PBCD visual terá uma melhor compreensão do conteúdo abordado nesses documentos e, assim, condições mais adequadas para aplicar seu conhecimento, explorando todo o potencial dos leitores de tela.

Por fim, a acessibilidade metodológica envolve o uso de técnicas e métodos que favorecem a realização de atividades no ambiente de trabalho. A maioria dos relatos das PBCD do G1 e do G2 demonstram pouco conhecimento sobre essa dimensão. Todavia, dentre aqueles que possuem domínio sobre o assunto apresentam sugestões para que a acessibilidade metodológica seja mais efetiva. Segundo a PBCD 2 do G1, os serviços acessíveis devem ser inseridos nos instrumentos normativos e não em um capítulo à parte. Para a PCD-TA é imprescindível a implementação de mudanças nos processos metodológicos, pois

quando é necessário realizar a visita orientada na biblioteca, ele (a) precisa se deslocar até a sala multimídia, mexer nos instrumentos e a apresentação é composta em sua maior parte por imagens e estas não contam com descrição alternativa.

Ainda que esta tese tenha como objetivo mostrar a realidade brasileira sobre a acessibilidade nas bibliotecas universitárias, a partir das percepções das PBCD, no contexto internacional, também se observam dificuldades no processo de inclusão das PBCD. Hollich (2020) e Rathbun-Grubb (2021) abordam em seus artigos sobre os desafios das PBCD nos ambientes de trabalho em bibliotecas do Canadá e Irlanda. Cabe ressaltar, que esta pesquisa contou com a entrevista de uma PBCD que reside e atua em biblioteca universitária no exterior e que corrobora com algumas das dificuldades de acessibilidade destacada por esses autores.

Dessa forma, a acessibilidade possui diferentes percepções entre as PBCD que atuam em bibliotecas universitárias federais brasileiras, no qual alguns profissionais apresentam conhecimentos mais aprofundados sobre o assunto enquanto outros possuem uma compreensão mais superficial. Observam-se também, distintos níveis de entendimento dentre as seis dimensões de acessibilidade pesquisada sobressaindo a acessibilidade arquitetônica, atitudinal, comunicacional e instrumental em relação à metodológica e à programática (a acessibilidade natural não fez parte do escopo desta tese). Nesse tocante, a acessibilidade nas bibliotecas universitárias federais brasileiras, de acordo com as PBCD, se encontra em níveis iniciais, intermediários e avançados com características semelhantes e distintas impactando o desempenho de suas atividades laborais, o que responde, portanto, a primeira parte do objetivo geral desta tese.

A outra temática investigada na presente tese é referente ao desenho universal, que leva em consideração a diversidade humana desde o seu planejamento em ambientes, equipamentos, produtos e serviços de modo a atender todos os tipos de indivíduos. Embora tenha dificuldades em contemplar as deficiências invisíveis (Hollich, 2020), o desenho universal passa pela mudança de atitude da sociedade que deve reconhecer que a deficiência está presente nas edificações sem rampa e sem piso tátil, nas atitudes capacitistas e preconceituosas, nos instrumentos inacessíveis, na ausência de comunicação alternativa, nos

regulamentos e métodos de trabalho que ignoram a diversidade e desrespeitam os direitos das pessoas com deficiência.

Por meio dessa pesquisa identificou-se que as percepções das PBCD do G1, do G2, da PBCD-A e da PCD-TA sobre o desenho universal é que a sua aplicação é predominantemente inexistente nas bibliotecas universitárias federais brasileiras e nas demais unidades de informação investigadas, o que responde a segunda parte do objetivo geral desta tese. Compreende-se que o desenho universal, assim como a acessibilidade arquitetônica, deve estar previsto desde a etapa inicial do planejamento para que cumpra com a sua finalidade desmistificando, então, a concepção de que seja um componente inatingível, como afirma a PBCD 4 do G1 ao dizer que [Início de citação] “O desenho universal não atende. Porque o desenho universal é quase que é uma utopia.” [Fim de citação].

Mesmo em determinadas situações em que a biblioteca passou por algum tipo de intervenção estrutural, como reforma ou a construção de um novo espaço, alguns relatos, como da PBCD 1 do G1 reforçam a ideia de que o desenho universal não faz parte de uma prática comum durante o planejamento arquitetônico. Esse pensamento é discutido por Fonseca, Gomes e Vanz (2011), que criticam na permanente insistência em que são priorizadas as adaptações em detrimento ao desenho universal como soluções ideais para que se alcance a acessibilidade.

A partir desse entendimento, um ambiente em que se prevalece o improviso, evidencia a sua falta de comprometimento e confirma o seu descaso com o processo de inclusão. Essas ações contribuem com a invisibilidade da pessoa com deficiência em espaços, como o das bibliotecas universitárias, reforçando o estigma social.

Cabe ressaltar, que a implementação do desenho universal cria condições favoráveis para que a acessibilidade seja alcançada, uma vez que todo o ambiente estará planejado desde a sua concepção inicial buscando atender ao máximo e contemplar as diferentes características humanas. Nessa direção, a PBCD 2 do G1 defende a ideia de que [Início de citação] “Eu acho o seguinte, que o desenho universal, ele tá longe de ser universal. Por quê? Porque não há conhecimento do desenho universal. O estímulo do desenho universal é quase zero. Por quê? Por causa dos aspectos da acessibilidade. Há uma dificuldade muito grande das pessoas entenderem, que o desenho universal é o que vai garantir a acessibilidade.” [Fim de citação]

Nessa direção, é relevante enfatizar que os benefícios do desenho universal não ficam restritos apenas as pessoas com deficiência, mas também contemplam idosos, gestantes, pessoas com deficiência temporária e crianças, conforme expresso pela PBCD 9 do G2 [Início de citação] “Desenho universal é aquela coisa que eu sempre falo, se é bom para uma pessoa que tem cadeira de rodas, para um cego, para uma pessoa que tem mobilidade reduzida, é bom para todo mundo, porque é bom para alguém que está no momento com mobilidade reduzida, mas também é bom para um idoso, é bom para uma pessoa que está com um carrinho de bebê, então é o que precisa ter, na verdade. E na biblioteca não tinha o desenho universal.” [Fim de citação]

Observa-se também, mesmo de forma incipiente, uma mudança de comportamento em relação a aplicação do desenho universal, segundo explicitado pela PBCD 5 do G1 que [Início de citação] “O espaço do desenho universal, ele não tá sendo trabalhado nessa biblioteca por conta de uma mudança.” [Fim de citação]. Logo, vislumbra-se que as futuras instalações das bibliotecas que estão em construção atenderão aos parâmetros propostos pelo desenho universal.

Por fim, o terceiro assunto proposto e abordado nesta tese trata-se do uso dos recursos de Tecnologia Assistiva, que envolvem instrumentos, ferramentas, metodologias ou qualquer tipo de recurso que favoreça a realização de atividades com autonomia e segurança favorecendo a inclusão social das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida (Brasil, 2015).

A compreensão sobre o conceito dos recursos de Tecnologia Assistiva e sua finalidade ainda não é totalmente conhecido dentre as PBCD participantes deste estudo. Embora o conceito de TA seja considerado abrangente, ele foi associado por algumas PBCD apenas a instrumentos ou ferramentas construídas com um viés tecnológico ou uma concepção voltada ao aspecto futurista, com o uso do conhecimento do campo da computação, robótica, entre outras áreas relacionadas com a tecnologia.

Por ser um conceito amplo, a diversidade de recursos de TA existentes possibilita maiores oportunidades para que ocorra a inclusão das pessoas com deficiência nos mais variados ambientes, como nas bibliotecas universitárias e unidades de informação. Segundo a PBCD 7 do G2, a agenda impressa é o seu recurso de TA, pois como tem amnésia e epilepsia, esse objeto permite fazer anotações para lembrá-lo(la) das suas atividades diárias contribuindo para a sua

independência. Enquanto que para a PCD-TA, um servidor da biblioteca capacitado e treinado é o seu recurso de TA, pois o orienta no seu deslocamento geoespacial do balcão de atendimento até o acervo. Isso exemplifica o alcance dos recursos de TA, que também podem ser compostos por ações humanas.

A extração da potencialidade dos recursos de TA precisa corresponder com as necessidades particulares de cada indivíduo, uma vez que há uma diversidade dentro do universo da deficiência. Diante disso é imprescindível que a PBCD seja consultada antecipadamente para que lhe seja destinado, o recurso de TA mais apropriado com a sua condição. Nesse sentido, a realização de estudos de usuários com as PBCD se mostra relevante para que se compreenda as suas reais necessidades no âmbito laboral e como os recursos de TA podem auxiliá-los no desenvolvimento de suas atividades. Isso pode ser corroborado pela fala da PBCD 3 do G1 que diz: [Início de citação] “O telefone teve que ser adaptado. Eu digo não tem, mas eu não quero que cheguem aqui e coloquem sem saber se eu preciso do negócio de verdade!” [Fim de citação].

Cabe salientar, que nem todas as PBCD entrevistadas dependem dos recursos de TA para o desenvolvimento de suas atividades cotidianas, como as laborais, mas para aqueles que dependem os consideram fundamentais e sem o seu uso, a realização das tarefas seria inviabilizada, conforme destaca a PBCD 6 do G1 [Início de citação] “Eu uso o computador com os leitores de tela Dosvox e NVDA e quando precisa imprimir alguma coisa em Braille, eu utilizo o programa Braille Fácil. Sem os leitores de tela no computador seria inviável o meu trabalho” [Fim de citação] e a PBCD 1 do G2 [Início de citação] “Eu dependo da tecnologia assistiva para trabalhar. Porque se não tivesse a tecnologia, não tinha condições de desenvolver nada o trabalho como eu desenvolvo. Eu não tinha como desenvolver nada, eu não me vejo sendo bibliotecária sem as tecnologias me auxiliando” [Fim de citação].

Verifica-se então, que as PBCD estão alocadas em diferentes setores das bibliotecas universitárias federais brasileiras e de outras unidades de informação, desempenhando funções diversas, inclusive em cargos de direção, tanto em bibliotecas setoriais quanto na biblioteca central. Também atuam nos setores de processamento técnico, referência e no serviço de atendimento à pessoa com deficiência. Essa diversidade de atuações evidencia a capacidade profissional dessas pessoas, bem como a necessidade de que tenham acesso a oportunidades

e ao reconhecimento institucional por sua qualificada contribuição nos mais variados âmbitos da gestão e dos serviços bibliotecários.

Embora os recursos de TA não sejam utilizados por todas as PBCD para o desenvolvimento de suas atividades laborais, aqueles que dependem desses recursos fazem uso de ferramentas variadas, como ampliadores de tela (lupa eletrônica e tradicional), leitores de tela (NVDA, DOSVOX e JAWS), impressora Braille, telefone adaptado, fones de ouvido, agendas impressas e digitais, além de dispositivos de mobilidade, como cadeiras de rodas e scooters. Essa variedade de recursos evidencia a diversidade existente no universo da deficiência, no qual cada TA corresponde a uma condição específica. Assim, torna-se imprescindível considerar as necessidades individuais para a escolha adequada dos recursos, o que responde diretamente ao objetivo específico 'b' desta tese.

Contudo, apenas a presença dos recursos de TA nas bibliotecas universitárias federais brasileiras e demais unidades de informação não significa que ocorra a inclusão, pois segundo Wellichan e Manzini (2018) "é preciso saber como utilizá-lo". Nessa perspectiva, a PBCD 12 do G2 expõe que no lugar em que atuava [início de citação] "A biblioteca tinha vários instrumentos, mas ficavam guardados, não eram utilizados [...]" [fim de citação] assim como ocorreu na pesquisa de Antunes e Pimenta (2017), no qual destacaram a aquisição de diversos recursos de TA pela UNIR, no entanto, esses instrumentos ainda permaneciam dentro das caixas, uma vez que não havia profissionais capacitados para utilizá-los. Diante disso, Fernandes e Vianna (2016) afirmam que os avanços tecnológicos, como os recursos de TA, são insuficientes se eles estão indisponibilizados para uso nas bibliotecas.

Nessa direção, a PBCD 1 do G2 e da PBCD 2 do G1 abordam sobre a importância da capacitação e treinamento das pessoas usuárias com deficiência que necessitam de utilizar os recursos de TA para a realização de suas atividades acadêmicas. Segundo a PBCD 2 do G1, [Início de citação] "[...] a universidade, ela tem campus em várias cidades daqui do Estado e muitos usuários do interior, eles nunca tiveram nenhum contato com as tecnologias assistivas. Então a gente já tem ministrado algumas capacitações nesse sentido para que esses usuários aprendam a lidar com o NVDA, por exemplo, e outras tecnologias assistivas para que eles tenham acesso às informações que são disponibilizadas com mais autonomia." Fim de citação].

A partir desse entendimento, os recursos de TA precisam ser de fácil adaptação a fim de atender às expectativas da pessoa usuária (Vital; Queiroz, 2008; Santos, Sampaio; Sampaio; Gutierrez; Almeida, 2017). Para que esse processo aconteça de forma eficaz, é fundamental contar com um profissional qualificado, apto a operar os equipamentos e a oferecer, quando necessário, orientações à pessoa com deficiência sobre o uso adequado dos recursos de TA, promovendo, assim, sua autonomia no acesso à informação (Tabosa; Pereira, 2013; Wellichan; Manzini, 2021).

Observa-se que certas bibliotecas universitárias disponibilizam os recursos de TA para as PBCD, em caso de necessidade, mas quando a pessoa usuária com deficiência é quem precisa, algumas instituições não disponibilizam esses instrumentos, conforme mencionado no estudo de Vieira (2014). Diante desse fato, [Início de citação] “O conhecimento que a gente tem de tecnologia assistiva ainda está um conhecimento que ele é reativo. Chega a pessoa com a demanda e a gente vai atrás. Ele não está sendo uma coisa elaborada. Então, a gente tem muita tecnologia assistiva, né? Mas o problema da tecnologia assistiva é o preço.” [Fim de citação] PBCD 2 do G1.

Nessas circunstâncias, por ser considerada uma tecnologia de alto custo, a sua aquisição se torna muito dispendiosa para as bibliotecas universitárias. Acrescenta-se também, que a ausência de investimentos no período de sete anos durante a gestão dos governos Temer (2016-2018) e Bolsonaro (2019-2022) nas universidades públicas federais brasileiras culminou em um sucateamento e precarização do trabalho desenvolvido pelas bibliotecas impactando e prejudicando o processo de inclusão das pessoas com deficiência nesses espaços.

Embora esteja previsto no artigo 37 da Lei Brasileira da Inclusão (Brasil, 2015, online), [início de citação] “o fornecimento de recursos de tecnologia assistiva e a adaptação razoável no ambiente de trabalho” [fim de citação], os recursos de TA não podem ser compreendidos pela sociedade como privilégios e sim, como um direito ao trabalho para que as PBCD tenham condições mínimas necessárias para o desenvolvimento de suas atividades laborais. Conforme acrescenta Miranda (2017), o fato de convivemos em uma sociedade diversa já é o bastante para que haja investimentos em recursos de TA e acessibilidade, nos mais diferentes ambientes, como no das bibliotecas universitárias para que estejam aptos a receber todas as pessoas a qualquer momento. Porém, a realidade em determinadas instituições

indicam outro posicionamento, como ilustrado pela PBCD 3 do G1: [Início de citação] “Quando, por exemplo, chegou a pessoa que tinha necessidade, não foi para a biblioteca que havia demanda, foi para a biblioteca que tinha condições de receber. Basicamente isso.” [Fim de citação].

Observa-se então, o despreparo de algumas instituições, que ainda permanecem seguindo o modelo social da deficiência ao transferirem a sua responsabilidade em adequar o seu ambiente para as pessoas com deficiência sem oferecer as devidas condições de acessibilidade. Nesse sentido, a PCD-TA destaca que [início de citação] “A princípio, o que muita gente achava quando eu entrei, que eu fazia tipo um corpo mole, não era uma pessoa proativa, porque não entendia as minhas necessidades, não entendia que não era acessível, e era por isso que muitas coisas eu não tinha condições de fazer” [Fim de citação]. Por outro lado, o relato da PBCD 5 do G2 mostra uma mudança de comportamento na instituição em que atua ao reconhecer as necessidades das pessoas com deficiência no ambiente de trabalho [Início de citação] “Você não pode excluir uma pessoa com deficiência pelo fato do local não ter as adaptações. Você tem que providenciar as acomodações, as ferramentas necessárias que a pessoa com deficiência precisa para trabalhar e eu fiquei, como assim? Isso é um problema muito sério aqui se você vai contra as leis. E eu fiquei, meu Deus, que país maravilhoso. Eu fiquei muito feliz ali em diante. Pensei assim, ok, se a gente quiser contratar uma pessoa cadeirante, a gente vai ter que dar as condições de trabalho para ela.” [Fim de citação]

De acordo com o que foi apresentado nas entrevistas, as PBCD ainda possuem um conhecimento limitado sobre os recursos de TA em decorrência da ausência de formação específica, a falta de cultura institucional de acessibilidade, e até o próprio processo de aceitação da deficiência. Na tentativa de modificar esse cenário, Teixeira e Marinho (2022) abordam sobre a importância da introdução TA nos cursos de graduação em Biblioteconomia para a formação de profissionais mais conscientes sobre a inclusão das pessoas com deficiência nas bibliotecas universitárias. Nesse sentido, a PBCD 2 do G1 destaca a importância da Biblioteconomia e dos programas de pós-graduação atraírem pesquisadores sobre a inclusão e acessibilidade para encontrar soluções do que a biblioteca precisa. Para que isso ocorra, é necessário que a acessibilidade entre no currículo em disciplinas tradicionais como: Planejamento de Unidades de Informação, Desenvolvimento de Coleções, Estudos de Usuários, entre outras. Além disso, a PBCD 2 do G1 ressalta

que [Início de citação] “[...] a acessibilidade, ela não deveria ser abordada em uma disciplina, ela deveria ser transversal. Mas com os nossos professores, como alguns conversaram comigo, muito sinceramente disseram, nossos colegas não vão fazer isso, porque eles acham que não tem competência, eles não têm conhecimento para fazer a transversalidade do assunto. Então, por causa dessa barreira atitudinal dos professores, vai ter que ser uma disciplina, entendeu? Os mestrados e doutorados não têm linha de pesquisa específica pra isso.” [Fim de citação]

Diante do exposto, as percepções das PBCD sobre o uso dos recursos de TA nas bibliotecas universitárias federais brasileiras são variadas, uma vez que nem todos os profissionais utilizam esses recursos para a realização das suas atividades laborais. Em relação às PBCD que recorrem a esses instrumentos para a realização do seu trabalho, revelam o quão são primordiais e os benefícios promovidos para a sua autonomia, segurança e inclusão, respondendo assim, a terceira e última parte do objetivo geral desta tese.

Os resultados desta pesquisa revelam que o nível de satisfação das PBCD em relação à acessibilidade, ao desenho universal e ao uso dos recursos de TA nas bibliotecas universitárias federais brasileiras é predominantemente intermediário, com experiências pontuais positivas, mas permeadas por limitações estruturais, atitudinais e operacionais. A acessibilidade ainda é tratada, em muitos casos, de forma fragmentada e improvisada, e o desenho universal é percebido como uma prática distante da realidade institucional. Embora os recursos de TA sejam valorizados por aqueles que deles dependem para o exercício laboral, sua disponibilização e uso nem sempre ocorrem de maneira adequada, o que compromete sua efetividade. Tais percepções, analisadas à luz do objetivo específico **d)** da tese, respondem de forma clara às dimensões investigadas e evidenciam a importância da escuta ativa das PBCD como usuárias internas e legítimas dos recursos e serviços das bibliotecas.

A análise das percepções das PBCD também permite estabelecer um diálogo direto com a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas, especialmente no que se refere aos ODS. As questões abordadas nesta pesquisa se conectam de modo significativo ao ODS 4 – Educação de Qualidade, ao ODS 8 – Trabalho Decente e Crescimento Econômico, e ao ODS 10 – Redução das Desigualdades. Promover a acessibilidade, o desenho universal e a oferta adequada de recursos de tecnologia assistiva nas bibliotecas universitárias é fundamental para garantir que

pessoas com deficiência possam exercer seus direitos à informação, à educação e ao trabalho em igualdade de condições. Assim, esta tese contribui com a meta global de construir sociedades mais inclusivas, equitativas e acessíveis, reforçando o papel das bibliotecas universitárias como agentes de transformação social e institucional.

Concluída a análise e discussão dos resultados obtidos a partir das percepções das PBCD, torna-se oportuno apresentar, na próxima seção, as considerações finais desta tese. Serão retomados os principais pontos abordados ao longo do estudo, destacando-se as contribuições teóricas e práticas da pesquisa, bem como as limitações encontradas e sugestões para investigações futuras.

[Fim de seção]

[Início de seção]

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As pessoas com deficiência, ao longo do tempo, buscaram meios para conquistar o respeito e a dignidade de modo que fossem reconhecidas como pessoas cidadãs, que também possuem direitos para conviverem em sociedade. Em decorrência da mudança do paradigma do modelo médico para o modelo social e, posteriormente, para o modelo biopsicossocial, as pessoas com deficiência passaram por um processo de reconhecimento, como indivíduos autônomos capazes em exercer as tarefas do seu dia a dia.

Nessa direção, a criação de legislações em âmbito nacional e internacional fortaleceu a garantia dos direitos desse público, assegurando a sua presença e convívio nos mais diversos ambientes. Dessa forma, instituições de ensino superior de esfera pública e privada tiveram que se adaptar para que atendessem as necessidades das pessoas com deficiência, o que repercutiu também nas bibliotecas universitárias, que também precisaram repensar os seus processos, os seus produtos, os seus serviços para que se tornassem inclusivos.

Diante desse novo contexto, torna-se evidente a importância em consultar tanto os usuários, como os profissionais com deficiência, quais as melhores alternativas que as bibliotecas universitárias podem fazer para suprir as suas necessidades. Assim, com esse cenário, a presente tese teve como objetivo geral identificar as percepções das PBCD em relação à acessibilidade, ao desenho universal e ao uso dos recursos de Tecnologia Assistiva nas bibliotecas universitárias federais brasileiras, como auxílio para o desenvolvimento das suas atividades profissionais.

Para a construção do arcabouço teórico desta tese, recorreu-se à aplicação da RSL, a qual revelou que a PBCD ainda é considerada um objeto de estudo pouco explorado na literatura da Biblioteconomia e Ciência da Informação. Além disso, como parte do desenho metodológico, foi utilizada a entrevista em profundidade com as PBCD para que se compreendesse como a acessibilidade, o desenho universal e o uso dos recursos de TA são percebidos por eles, indo ao encontro dos lemas “Nada sobre Nós sem Nós” e “Ninguém deve ser deixado para trás” que preveem a inclusão desse público nos mais diversos ambientes.

Para a efetivação da parte empírica, foi necessária a realização do mapeamento das PBCD nas bibliotecas universitárias federais brasileiras e, para isso, buscou-se o apoio dos CRB. Inicialmente, após contato telefônico com os CRB foi constatado que as entidades não possuem no seu formulário de cadastro um campo com a opção para a pessoa declarar voluntariamente se possui algum tipo de deficiência. A falta dessa informação foi um elemento dificultador nesta etapa da pesquisa, porém, não o suficiente para impedir a sua continuidade.

Diante disso, sugere-se aos CRB a inclusão desse campo de condição de deficiência como forma de promoção da inclusão e da acessibilidade no exercício da profissão. Além disso, a visibilidade gerada por este campo fortalece a representatividade das PBCD, estimula sua participação ativa em pautas da categoria e favorece a construção de redes de apoio e troca de experiências. Trata-se também de um instrumento para reforçar o compromisso do Conselho no combate à discriminação e na garantia de igualdade de oportunidades.

Nesse sentido, a outra alternativa foi a divulgação da pesquisa pelos CRB por meio de *sites*, mídias sociais, como Instagram e Facebook, a todas as pessoas bibliotecárias afiliadas. Dessa forma, aqueles profissionais que se sentissem confortáveis em participar de maneira voluntária da presente pesquisa entrariam em contato com o pesquisador por e-mail ou Whatsapp.

Recorreu-se também ao SIC das universidades federais brasileiras, indagando se a instituição possuía alguma PBCD como parte do quadro de servidores, a quantidade e a possibilidade de divulgação da pesquisa entre eles. A partir dessas informações coletadas foi possível mapear a quantidade de PBCD que atuam nas universidades federais brasileiras e identificar os seus locais de atuação. Como forma de preservação do anonimato das respostas das PBCD participantes, os dados foram organizados por regiões geográficas. Embora o SIC seja “obrigatório”, as respostas obtidas por algumas instituições nem sempre foram favoráveis para a condução da pesquisa, ao qual, em certas situações, os responsáveis por esse setor diziam que essa pergunta não deveria ser realizada por esse canal de atendimento, mas enviado diretamente à seção de recursos humanos da instituição ou à direção da biblioteca universitária.

Diante dessas respostas obtidas, o contato com as seções supracitadas também foi realizado, na tentativa de ampliar as chances de disseminação da pesquisa, mas sem êxito. Cabe ressaltar que somente cinco instituições não

ofereceram um parecer real sobre a composição de PBCD no seu quadro de servidores.

Essas dificuldades em localizar o público alvo expressam as limitações da pesquisa e o quão é desafiador, em muitas ocasiões, depender de órgãos institucionais públicos, ao qual é necessário a contribuição de outros profissionais. Apesar desses fatores interferirem no prosseguimento deste estudo, eles não foram suficientes para interrompê-lo ou prejudicá-lo, modificando apenas a previsão do período de sua conclusão. Dessa forma, nota-se os empecilhos que acompanham o percurso da pesquisa, o que representa a presença de diversos entraves para a produção científica no Brasil.

Embora a ênfase do público pesquisado concentrasse na PBCD que atua em bibliotecas universitárias federais brasileiras, surpreendeu-se o interesse de PBCD que atuam em outras unidades de informação em participar da pesquisa. Diante dessa manifestação espontânea, esses profissionais também foram inseridos ao processo da pesquisa, como forma de valorizar a sua disponibilidade e a sua vontade em contribuir no desenvolvimento da etapa empírica. Cabe acrescentar, a participação de duas pessoas com deficiência (PBCD-A, PCD-TA) que atuam em outras funções nas suas respectivas bibliotecas e que também colaboraram com seus apontamentos sobre os assuntos discutidos.

A partir do exposto, as PBCD foram divididas dois grupos: o G1 para as PBCD que atuam em bibliotecas universitárias federais brasileiras; e o G2 para as PBCD que trabalham em demais unidades de informação. Logo, as entrevistas foram conduzidas seguindo o roteiro semiestruturado previamente aprovado na fase de qualificação, que constou com perguntas divididas em três blocos: caracterização do entrevistado; ambiente de trabalho; e recursos de Tecnologia Assistiva. Ao total foram realizadas 25 entrevistas, que foram submetidas à técnica da análise de narrativa.

O primeiro bloco, a caracterização do entrevistado, buscou-se identificar as condições de deficiência das pessoas entrevistadas, as suas trajetórias profissionais e o motivo da escolha pelo curso de Biblioteconomia. A partir dos relatos obtidos observa-se que os tipos de deficiência são diversos, por origem congênita ou adquirida, o que representa o quão amplo e complexo é esse universo. Dentre a existência de inúmeras condições de deficiência reforça-se a importância da

realização dos estudos de usuários da PBCD a fim de que sua necessidade seja atendida.

As trajetórias profissionais são, em sua maioria, marcadas pela desvalorização e a falta de adequação dos ambientes de trabalho para receber esse público. Nessa conjectura, a precarização dos locais laborais, em conjunto com atitudes capacitistas e preconceituosas por parte de colegas e superiores ainda representam a presença de barreiras que dificultam a inclusão das PBCD.

Assim, a escolha pelo curso de Biblioteconomia é vista como uma alternativa em ingressar no ensino superior e, consequentemente, uma chance de modificar um contexto ainda caracterizado pela presença de dificuldades e desafios. Diante disso, a Biblioteconomia mostra a sua relevância e seu impacto social, como uma possível solução para que as pessoas com deficiência se sintam acolhidas, pertencidas e vislumbrem nela oportunidades para que ocorra a sua inclusão no ambiente de trabalho.

O segundo bloco, o ambiente de trabalho, consistiu em identificar quais os setores e atividades são desempenhadas pelas PBCD; quais as dificuldades ou desafios enfrentam no seu local de trabalho; como definem ambiente de trabalho inclusivo e o que precisaria de melhorar para que o ambiente em que exercem as suas práticas profissionais se tornasse inclusivo.

Verificou-se que as PBCD atuam em diversos setores: serviço de referência; processamento técnico; gestão de biblioteca; e serviço de atendimento especializado à pessoa com deficiência. Isso demonstra que as PBCD estão aptas em realizar as suas atividades laborais em qualquer setor, desde que sejam ofertadas oportunidades e condições mínimas para desempenhar as suas tarefas com segurança e qualidade. Alguns profissionais realizam mais de uma atividade ou estão presentes em mais de um setor, as vezes de forma colaborativa ou pelo fato de a biblioteca ser considerada pequena.

Os desafios e dificuldades enfrentados pelas PBCD estão presentes em diferentes níveis nas bibliotecas universitárias federais brasileiras e nas unidades de informação. Há aspectos relacionados a presença de barreiras arquitetônicas, atitudinais, comunicacionais, instrumentais, que ainda persistem, mesmo com uma legislação inclusiva em vigor. Destaca-se também, a escassez de recursos orçamentários para investimentos na aquisição de recursos de TA e acessibilidade; falta de empatia, conscientização e sensibilidade por alguns colegas, gestores e

usuários em relação às PBCD em determinadas bibliotecas e unidades de informação.

Diante do exposto, o ambiente de trabalho inclusivo, segundo as PBCD, consiste na aplicação das dimensões de acessibilidade, na aquisição consciente dos recursos de TA, reconhecimento profissional, acolhimento e sentimento de pertencimento à equipe. Dessa forma, a maior parte das bibliotecas universitárias federais brasileiras e unidades de informação, conforme consta na presente pesquisa, ainda precisam modificar a situação atual em que se encontram, uma vez que compromete o desempenho e o processo de inclusão das PBCD.

Para mudar esse cenário, ou seja, para que o ambiente de trabalho em que atuam as PBCD seja, de fato, inclusivo, esses profissionais devem ser consultados previamente. A partir de suas experiências e vivências compartilhadas e ouvidas, as tomadas de decisões referentes às suas necessidades serão mais efetivas. As PBCD não querem ser consideradas, somente, como mais um número para atender um percentual de cota obrigatória pela lei, mas sim, desejam ser valorizadas no desenvolvimento de suas atividades laborais, atribuindo-lhes importância na sua presença e participação ativa como membro integrante da equipe da biblioteca. As PBCD desejam ser reconhecidas pelas suas capacidades cognitivas, pelo desempenho de suas tarefas, propostas de ideias, criação de produtos e sugestão de novos serviços e não pela admiração em superar, constantemente, as barreiras que ainda se encontram presentes na sociedade.

O terceiro bloco se referia aos recursos de TA, ao nível de conhecimento das pessoas participantes sobre eles, se os utilizam ou não, se a biblioteca disponibiliza ou não e se não os oferta, qual seria o motivo. Solicitou-se também a avaliação das dimensões de acessibilidade e o desenho universal nas bibliotecas e unidades de informação em que atuam as PBCD; e foi finalizado com algum comentário, sugestão ou crítica sobre os assuntos abordados.

A partir da análise das entrevistas, observa-se que o nível de conhecimento das PBCD sobre os recursos de TA apresenta variações significativas. Algumas pessoas participantes demonstraram domínio mais aprofundado, enquanto outras revelaram um conhecimento intermediário e, em certos casos, bastante limitado. Destaca-se que duas PBCD passaram a se reconhecer como pessoas com deficiência recentemente e, por estarem em processo de adaptação à nova condição, ainda possuem um conhecimento superficial sobre os recursos de TA.

Constata-se que nem todas as PBCD utilizam de recursos de TA para a realização das suas atividades laborais, entretanto, aquelas que necessitam de tais instrumentos revelam que sem eles seria inviável o exercício das funções biblioteconômicas. Essa informação deixa evidente a importância da presença dos recursos de TA nas bibliotecas universitárias federais brasileiras e nas unidades de informação como ferramenta indispensável para a prática laboral das PBCD.

Cabe salientar que para cada condição de deficiência, um determinado recurso de TA pode ser útil para favorecer a prática funcional proporcionando autonomia e melhor desempenho. Nesse sentido, observa-se que o crescente desenvolvimento das IA para os mais diversos ambientes podem produzir novos recursos de TA, que por sua vez, possam ser incorporados às atividades laborais das PBCD. Além disso, as IA podem contribuir com a quebra de patentes, aumentar a competitividade e repercutir no barateamento do preço para a aquisição dos recursos de TA para as bibliotecas universitárias e unidades de informação.

De acordo com as informações obtidas pelas PBCD, algumas bibliotecas universitárias e unidades de informação que não possuem recursos de TA alegam a falta de público específico para uso, o baixo orçamento destinado para aquisição dessa ferramenta e situações em que os profissionais não possuem capacitação técnica para manusear ou orientar quanto ao uso dos recursos adequadamente. Ainda que um dos objetivos dessa tese seja sobre as percepções da PBCD quanto ao uso dos recursos de TA, diante dos relatos dos profissionais, os usuários com deficiência, eventualmente, não possuem conhecimento prévio para utilizar tais recursos, além disso, a falta de divulgação sobre a disponibilidades desses recursos em determinadas bibliotecas universitárias e unidades de informação são fatores que impedem o seu uso.

Nessa direção, constata-se o quão é preciso desenvolver ações de marketing para divulgar e promover o uso dos produtos e serviços acessíveis, das bibliotecas universitárias e unidades de informação que detém esses recursos. A partir desse entendimento, como trabalhos futuros, compreende-se a necessidade da realização de campanhas de divulgação por meio de sites e mídias sociais para que o público com deficiência tenha o conhecimento sobre a existência dos recursos de TA disponíveis nas bibliotecas universitárias e unidades de informação.

Dentre as seis dimensões de acessibilidade discutidas durante as entrevistas, a acessibilidade arquitetônica, atitudinal, instrumental e comunicacional foi abordada

com mais domínio pelas PBCD em relação à acessibilidade programática e metodológica. Embora na presente tese, as dimensões tenham sido analisadas separadamente, elas se complementam e não podem ser tratadas de maneira dissociada.

A acessibilidade arquitetônica foi o aspecto mais frequentemente mencionado, destacando tanto ausências quanto avanços parciais. Observa-se uma recorrente inadequação das estruturas físicas, como rampas mal dimensionadas, falta de piso tátil e ausência de sanitários acessíveis. Ainda que algumas bibliotecas contem com elevadores e adaptações mínimas, há relatos de que essas estruturas não são suficientes ou são mal planejadas.

As percepções sobre acessibilidade atitudinal variam entre os participantes. Algumas pessoas relatam não terem vivenciado atitudes discriminatórias diretas, enquanto outras denunciam o capacitismo velado ou a falta de empatia. Esse tipo de barreira está entre as mais sutis, mas também entre as mais persistentes.

A acessibilidade comunicacional é percebida como insuficiente. Vários relatos apontam para a ausência de intérpretes de Libras, materiais em Braille ou linguagem simplificada. A maioria dos depoimentos indica a necessidade urgente de melhorias na comunicação inclusiva.

A acessibilidade programática aparece como um desafio em construção. Apenas alguns participantes mencionam iniciativas formais, como a atuação de comissões de acessibilidade e adaptações no regulamento interno.

A acessibilidade instrumental mostra que a falta de equipamentos e recursos tecnológicos adequados é uma insatisfação comum. Mesmo quando os instrumentos existem, não são utilizados de maneira eficaz. Isso revela um distanciamento entre a existência formal de recursos e sua efetiva integração no cotidiano.

A acessibilidade metodológica é, de maneira geral, pouco desenvolvida nas instituições. São raros os depoimentos que abordam mudanças nas práticas pedagógicas ou de atendimento com foco na diversidade funcional. Esse tipo de barreira, por vezes invisível, é profundamente estruturante e demanda mudanças de paradigmas na formulação e execução de atividades educacionais e informacionais.

Diante disso, salienta-se que é imprescindível o desenvolvimento de políticas institucionais amplas, intersetoriais e contínuas, que considerem a acessibilidade como um elemento transversal de direito e uma condição para a equidade no ambiente informacional. Nesse sentido, uma proposta de transversalidade de

acessibilidade foi elaborada (e se encontra disponível no Apêndice C, ao final desta tese) baseada no depoimento das PBCD, como referência para a formulação de estratégias mais inclusivas e transformadoras nas bibliotecas universitárias federais brasileiras e unidades de informação.

Em relação ao desenho universal, embora o conceito seja reconhecido por parte das PBCD, sua aplicação prática nas bibliotecas universitárias federais brasileiras e unidades de informação ainda é considerada incipiente, e em muitos casos inexistente. As principais barreiras estão associadas à ausência de conhecimento técnico, à carência de políticas institucionais, à falta de infraestrutura adequada e o negligenciamento por parte dos gestores das instituições.

A escuta ativa das PBCD evidencia que o desenho universal precisa ser incorporado não como uma adaptação eventual, mas como princípio norteador da concepção de espaços, produtos e serviços bibliotecários. Essa perspectiva reforça a necessidade de repensar práticas de gestão, formação de profissionais e planejamento arquitetônico sob uma lógica de inclusão plena.

Por sua vez, as sugestões, comentários ou críticas referentes aos temas discutidos durante a entrevista revelaram a surpresa pelas PBCD ao serem consideradas o principal objeto de estudo. Isso enfatiza a lacuna na literatura e representa uma nova perspectiva em potencial a ser investigada na área da Biblioteconomia e Ciência da Informação. Além disso, a presente tese buscou proporcionar visibilidade a esses profissionais indo ao encontro do lema “Nada sobre nós sem nós” colocando-os como protagonistas ao relatarem as suas experiências profissionais, as atividades desenvolvidas, as dificuldades encontradas perante uma realidade que permanece com entraves em diversos ambientes, inclusive no contexto das bibliotecas universitárias federais brasileiras e nas unidades de informação.

Entende-se que em determinados momentos, os relatos eram compreendidos como oportunidades das PBCD expressarem os seus sentimentos de angústia, insatisfação, anseio e necessidade, uma vez que esse público continua negligenciado em diversas situações e silenciado no seu ambiente de trabalho. Dessa forma, a ausência de diálogo com esses profissionais prejudica o seu processo de inclusão disseminação atitudes discriminatórias e capacitistas.

A partir da pesquisa realizada, verifica-se que as bibliotecas universitárias federais brasileiras e as unidades de informação se encontram em diferentes

patamares relacionados aos aspectos de acessibilidade, desenho universal e recursos de TA. Isso ocorre em virtude da existência de múltiplos fatores, que envolvem desde a ausência de investimentos para a aquisição de ferramentas, adaptação dos espaços, comprometimento dos órgãos institucionais com a inclusão até o processo de entendimento sobre as temáticas discutidas, que apresentam distintos níveis de conhecimento dentre as PBCD.

Diante do exposto, entende-se a relevância de mais estudos sobre essa temática para que se propicie mais conscientização, sensibilização e empatia buscando transformações para a efetivação de um cenário inclusivo. Nessa perspectiva, o documento textual desta tese aplicou elementos que permitiram torná-lo acessível para pessoas com deficiências visuais, ao utilizar descrição alternativa em fotografias, tabelas, gráficos dentre outras representações imagéticas. Cabe acrescentar, que também foram utilizadas sinalizações com colchetes para identificar o início e o fim de citação, nota, seção, subseção de modo que seja realizada uma leitura fluida pelos softwares leitores de dela.

A partir dessa alternativa, vislumbra-se como uma possibilidade a ser adotada pelos programas de pós-graduação em aplicar esses recursos como elementos obrigatórios, para as próximas produções científicas, como teses e dissertações indo em consonância aos objetivos da Agenda 2030 da ONU, a qual consiste em “não devemos deixar ninguém para trás”. Embora seja notório alguns avanços, a maioria das PBCD enfrentam desafios diários para a realização das suas atividades profissionais nas bibliotecas universitárias federais brasileiras e nas unidades de informação. Portanto, é de responsabilidade de todos as mudanças de atitudes para que ocorra a ruptura de barreiras, dessa forma, tornando natural a presença de diversidade no ambiente para a concretização de uma sociedade inclusiva.

Como perspectivas futuras, recomenda-se o fortalecimento dos estudos de usuários com deficiência em bibliotecas universitárias, a promoção de campanhas de sensibilização sobre acessibilidade entre a comunidade acadêmica e a inclusão da acessibilidade como critério de avaliação e credenciamento das instituições de ensino superior. Acrescenta-se ainda que, é fundamental ampliar a participação das PBCD nos processos decisórios das bibliotecas, reconhecendo as suas experiências como fontes de informação para o desenvolvimento de processos, produtos, serviços e ambientes inclusivos.

Por fim, esta tese reafirma que a acessibilidade e os recursos de Tecnologia Assistiva não são favores ou privilégios, mas direitos fundamentais que devem orientar as práticas bibliotecárias. Ao tornar visíveis as percepções das PBCD, a pesquisa busca não apenas contribuir para o avanço científico, mas também inspirar mudanças institucionais que consolidem as bibliotecas universitárias federais brasileiras e demais unidades de informação como espaços efetivamente plurais, acessíveis e socialmente transformadores.

REFERÊNCIAS

ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO - UFMG. **Modelo de deficiência e funcionalidade**. Acessibilidade e inclusão – UFMG, 2020. 1 vídeo (1h e 51 min). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=ML7C7NJ6MjE&t=1103s. Acesso em: 27 maio 2024.

AGABIRWE, P.; KIYINGI, G. W. Utilization of Assistive Technologies Among Visually Impaired Students in University Libraries in Uganda: Users' Experiences. *In*: INTERNATIONAL CONFERENCE, 15., 2020, Boras. **Proceedings** […]. Boras: LNCS, 2020. p. 470–479.

ALCOBA, S. A. C. **Estranhos no ninho: a inclusão de alunos com deficiência na Unicamp**. 2008. Tese. (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

AL-HARRASI, A.; TAHA, A. Networked library access and services delivery for the blind and visually impaired university students: evidence from the UAE. **Information Discovery and Delivery**, Leeds, v. 47, n. 3, p. 117-124, 2019.

ALMEIDA, M. C. B. **Planejamento de bibliotecas e serviços de informação**. Brasília: Briquet de Lemos, 2000.

ALVES, A. P. M.; VIGENTIM, U. D. Mediação da informação e acessibilidade: a função social do profissional da informação para a inclusão e reconhecimento político das diferenças. *In:* CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 25., 2013. Florianópolis: FEBAB, 2013.

ALVES, T. L. Biblioteca acessível: eliminando barreiras. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 13, n. esp., p. 1883- 1898, 2017.

ANDERSON, A. Job Seeking and Daily Workforce Experiences of Autistic Librarians. **The International Journal of Information, Diversity, & Inclusion**, Maryland, v. 5, n. 3, p. 38-63, 2021.

ANDRADE, S.; LUCAS, E. R. O.; NASCIMENTO, M. J. Acessibilidade para usuários da informação com deficiência: um estudo de artigos em Biblioteconomia e Ciência da Informação. **Biblionline**, João Pessoa, v. 11, n. 1, p. 1-20, 2015.

ANTUNES, C. D.; PIMENTA, J. S. Acessibilidade em biblioteca escolar na perspectiva das políticas públicas e diretrizes institucionais do IFRO. **Revista ACB:** Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 564-580, ago./nov., 2017.

ARAÚJO, C. A. A. Abordagem interacionista de estudos de usuários da informação. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 4, n. 2, p. 2-32, set. 2010.

ARAÚJO, J. P.; SCHMIDT, A. A inclusão de pessoas com necessidades especiais no trabalho: a visão de empresas e de instituições educacionais especiais na cidade de Curitiba. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Corumbá, v. 12, n. 2, p. 241-254, 2006.

ARRUDA, M. A. J. Acessibilidade informacional através do uso de uma Tecnologia Assistiva em uma biblioteca universitária: uma proposta para implantação. *In:* CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 27., 2017, Fortaleza. **Anais** [...]. Fortaleza: FEBAB, 2017.

ASSIS, J. B.; DINIZ, C. N. Atendimento a pessoas com deficiência em bibliotecas universitárias. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 18., 2017, Marília. **Anais** [...]. Marília: ANCIB, 2017.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050/2020**. Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaço e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro: ABNT, 147 p.

ATRAN, S.; MEDIN, D.L.; ROSS, N. O. The cultural mind: Environmental decision making and cultural modeling within and across populations. **Psychological Review**, Los Angeles, v. 112, n. 4, p. 744-776, 2005.

BALDIN, N.; MUNHOZ, E. M. B. Educação ambiental comunitária: uma experiência com a técnica de pesquisa *snowball* (Bola de Neve**). Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, [s. l.], v. 27, jul./dez. 2011.

BAPTISTA, M. M.; GONÇALVES, M. S. Acessibilidade para colaboradores em bibliotecas universitárias: um estudo de caso no Sistema de Bibliotecas da Universidade de Caxias do Sul – SIBUCS. **Revista ACB:** Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, SC: v. 21, n. 3, p. 497-515, ago./nov., 2016.

BAPTISTA, S. G.; CUNHA, M. B. Estudo de usuários: visão global dos métodos das coletas de dados. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.12, n. 2, p. 168-184, maio/ago. 2007.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 1977.

BERSCH, R. **Introdução às Tecnologias Assistivas**. 2013. Disponível em: http://www.assistiva.com.br/Introducao_Tecnologia_Assistiva.pdf. Acesso em: 9 mar. 2023.

BERSCH, R. Tecnologia assistiva e educação inclusiva. *In:* BRASIL. Ministério da Educação. **Ensaios Pedagógicos**. Brasília: SEESP/MEC, p. 89-94, 2006.

BIRDI, B.; WILSON, K.; TSO, H.M. The nature and role of empathy in public librarianship. **Journal of Librarianship and Information Science**, Milton Park, v. 41, n. 2, p. 81-89, 2009.

BODAGHY, N. B.; CHEONG, L. S.; ZAINAB, A.N. Librarians empathy: visually impaired students' experiences towards inclusion and sense of belonging in an academic library. **The Journal of Academic Librarianship**, Amsterdã, v. 42, p. 87-96, 2016.

BORKO, H. Information Science: what is it? **American Documentation**, Washington, v. 19, n. 1, jan.1968.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei n° 13.146 de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 18 maio 2024.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei nº 12.711 de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 30 ago. 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 3 fev. 2024.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei nº 4.084 de 30 de junho de 1962. Dispõe sobre a profissão de bibliotecário e regula seu exercício. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 2 jul. 1962. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1950-1969/L4084.htm. Acesso em: 3 fev. 2024.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei nº 8.213 de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 25 jul. 1991. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213cons.htm. Acesso em: 16 abr. 2024.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei. nº 8.112, de 11 dezembro de 1990. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, autarquias e das fundações públicas federais. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 19 abr. 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8112cons.htm. Acesso em: 7 mar. 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 3 fev. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria Normativa nº 14, de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a criação do "Programa Incluir: Acessibilidade na Educação Superior". **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 26 de abril de 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/programa_incluir.pdf. Acesso em: 27 abr. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Referenciais de Acessibilidade na Educação Superior e a Avaliação in Loco do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior** (SINAES). Brasília, 2013.

BRASIL. **Relatório Final do Grupo de Trabalho Interministerial para a elaboração do Programa Federal de Ações Afirmativas**. 2023

BRITO, J. C. B.; MARTINS, D. L. Revisão sistemática da literatura na Ciência da Informação: uma descrição detalhada dos passos metodológicos. **InCID:** Revista de Ciência da Informação e Documentação, Ribeirão Preto, Brasil, v. 14, n. 2, p. 24-47, 2023.

BROWN, R.; SHEIDLOWER, S. Claiming Our Space: A Quantitative and Qualitative Picture of Disabled Librarians. **Library Trends**, Illinois, v. 67, n. 3, p. 471- 486, 2019.

CARREIRA, D. A integração da pessoa deficiente no mercado de trabalho. *In:* MANTOAN, M. T. E. **A integração de pessoas com deficiência:** contribuições para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: Memnon, 1997.

CARVALHO, A.; ALMEIDA, P. Direitos humanos e pessoas com deficiência: da exclusão a inclusão da promoção. **Revista Internacional de Direitos e Cidadania**, João Pessoa, n.12, fev. 2012.

CARVALHO, E. M. **Acessibilidade e inclusão de alunos com deficiência física e/ou mobilidade reduzida:** perspectivas de atuação de biblioteca escolar do colégio militar de Juiz de Fora. Rio de Janeiro, 2017. Dissertação (Mestrado Profissional em Biblioteconomia) – Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: http://www.repositorio-bc.unirio.br:8080/xmlui/handle/unirio/10820?show=full. Acesso em: 8 out. 2023.

CARVALHO, M. C. R. de. **Estabelecimento de padrões para bibliotecas universitárias**. Fortaleza: Edições UFC; Brasília: ABDF, 1981.

CARVALHO-FREITAS, M. N. Percepções sobre as possibilidades de trabalho de pessoas com deficiência. *In:* CONGRESSO BRASILEIRO DE PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL E DO TRABALHO, 3., 2008, Florianópolis. **Anais** [...]. Florianópolis: [s.n.], 2008.

CENDÓN, B. V. A Internet. *In:* CAMPELLO, B. S.; CENDÓN, B. V.; KREME, J. M. **Fontes de Informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003. p. 275-300.

CERQUEIRA, F. J.; MIRANDA, T. G. O mapeamento dos núcleos de acessibilidade das bibliotecas universitárias federais do Nordeste. **Revista ACB:** Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, v. 6, n. 3, p. 1-8, 2021.

CHEN, Q. Applied-information technology in barrier-free service of university library. **Advanced Materials Research**, Switzerland. v. 1021, p. 257-260, 2014.

CHIJIOKE, I. P.; CHIGOZIE, N. M.; C, I., J. Utilização de Serviços de Referência Eletrônica por Alunos com Deficiências nas Bibliotecas da Universidade Federal no Sudeste, Nigéria. **Library Philosophy and Practice**, Lincoln, n. 3878, 2020.

CONEGLIAN, A. L. O.; SILVA, H. C. Biblioteca inclusiva: perspectivas internacionais para o atendimento a usuários com surdez. *In:* ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 7., 2006. Marília. **Anais** [...]. Marília: ANCIB, 2006. Disponível em: http://portalppgci.marilia.unesp.br/viewabstract.php?id=305. Acesso em: 17 out. 2023.

CONEGLIAN, A.L.O.; CASARIN, H.C.S. Deficientes como usuários de informação. *In*: CASARIN, H.C.S. (org.). **Estudos de usuário da informação**. Brasília: Thesaurus, 2014. p. 220-254.

COSTA, A. C. A.; CHALUB, T. O uso das tecnologias assistivas na mediação da informação em biblioteca escolar: acessibilidade para alunos com deficiência visual. **Bibl. Esc. em R.,** Ribeirão Preto, v. 7, n. 2, p. 1-16, 2021.

COSTA, M. C.; SANTOS, J. C. Bibliotecário de referência e acessibilidade atitudinal: o olhar sobre as barreiras de acesso e a mediação da informação ao usuário com deficiência nas bibliotecas. *In:* ENCONTRO DE ESTUDOS DE USO E USUÁRIOS DA INFORMAÇÃO, 1., 2017. Fortaleza. **Anais** [...]. Fortaleza: [s.n.]: 2017.

COSTA, M. K. A.; OLIVEIRA, D. A. Acessibilidade e as cinco leis de Ranganathan: diálogo com a Biblioteconomia e a Ciência da Informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 27, n. 1, p. 160-189, jan./mar. 2022.

CUNHA, M. B. Desafios na construção de uma biblioteca digital. **Revista Ciência da Informação**, Brasília, v. 28, n. 3, p. 257-268, set./dez. 1999.

CUNHA, M. B. Das bibliotecas convencionais às digitais: diferenças e convergências. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 13, n. 1, p. 2-17, jan./abr. 2008.

CUNHA, M. B. Metodologias para estudos de usuários de informação científica e tecnológica. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, v. 10, n. 2, p. 5-20, jul./dez. 1982.

CUNHA, M. B.; AMARAL, S. A.; DANTAS, E. B. **Manual de estudo de usuários da informação**. São Paulo: Editora Atlas, 2015.

CUTRIM, R. F.; LEMOS, J. C. Acessibilidade com foco na autonomia: a participação da biblioteca universitária e da tecnologia assistiva na formação da pessoa com deficiência. *In:* SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 18., 2014, Belo Horizonte. **Anais** [...]. Belo Horizonte: UFMG, 2014.

DELGADO GARCIA, J. C.; INSTITUTO DE TECNOLOGIA SOCIAL (org.). **Livro Branco da Tecnologia Assistiva no Brasil**. São Paulo: ITS BRASIL, 2017.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. Inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho. **Nota Técnica**, n. 246, 20 nov. 2020.

DIAS, M. M. K.; PIRES, D. **Usos e usuários da informação**. Edufscar: São Carlos, 2004.

DIAS, M. R.; BON, G. Um olhar ao estudante com surdez da Universidade Federal do Rio Grande do Norte: análise sobre acessibilidade à informação na biblioteca central Zila Mamede. **BiblioCanto**, Natal, v. 5, n.1, p. 83 – 104, 2019.

DINIZ, I. C. S. Bibliotecas como ambientes de luta e de discussão pela redução das desigualdades, inclusão e empoderamento de minorias: acesso e oportunidades para todos. *In:* CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 29., 2022. São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo: FEBAB, 2022.

DINIZ, I. C. S. Usuários com deficiência e as bibliotecas universitárias brasileiras e portuguesas: praticando acessibilidade. *In:* GUILHERMA, W. D. (org.). **A Educação como Diálogo Intercultural e sua Relação com as Políticas Públicas**. Ponta Grossa: Atena, 2020. v. 3, p. 163-173. Disponível em: https://www.finersistemas.com/atenaeditora/index.php/admin/api/ebookPDF/3079 Acesso em: 4 abr. 2023.

DINIZ, I. C. S.; ALMEIDA, M. A.; FURTADO, C. Bibliotecas universitárias inclusivas: acessibilidade e oportunidades para os usuários com necessidades especiais. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 13, n. esp., p. 1758- 1780, 2017.

DINIZ, I. C. S.; CORDEIRO, L.; SILVA, M. F. Empoderamento e protagonismo do bibliotecário com deficiência nas bibliotecas brasileiras. *In:* CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 29., 2022, São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo: FEBAB, 2022.

DINIZ, I.C.S.; ALMEIDA, A. M.; FURTADO, C. C. Portuguese and brazilian inclusive university libraries: practices and challenges of the directors. *In:* INTERNATIONAL CONFERENCE ON SOFTWARE DEVELOPMENT AND TECHNOLOGIES FOR ENHANCING ACCESSIBILITY AND FIGHTING INFO-EXCLUSION, 7., 2016, New York. **Proceedings** […]. New York: ACM Digital Library, 2016.

DODAMANI, A. M.; DODAMANI, S. M. Provision of assistive technology for students with visual impairment in university libraries in India. **Journal of Library & Information Technology**, Nova Délhi, v. 39, n. 3, p. 104-108, 2019.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS, CIENTISTAS DA INFORMAÇÃO E INSTITUIÇÕES. **Censo da Biblioteconomia e Ciência da Informação Brasileira**. Disponível em: https://censo.febab.org/painel-de-dados/. Acesso em: 7 mar. 2024.

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE BIBLIOTECAS E INSTITUIÇÕES. **Bibliotecas para cegos na era da informação:** diretrizes para o desenvolvimento. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.

FERENHOF, H. A.; FERNANDES, R. F. Desmistificando a revisão de literatura como base para redação científica: método SSF. **Revista ACB:** Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 550-563, ago./nov., 2016.

FERENHOF, H. A; FERNANDES, R.F. **Passos para construção da Revisão Sistemática e Bibliometria**. v. 3. n. 2. Disponível em: http://www.igci.com.br/artigos/passos_rsb.pdf. Acesso em: 14 maio 2024.

FERNANDES, N. L.; VIANNA, W. B. Percepção de deficientes visuais quanto à Tecnologia Assistiva e os softwares para síntese de voz para uso em bibliotecas. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, João Pessoa, v. 11, n. 2, p. 1-18, 2016.

FERREIRA, R. R.; CHAGAS, K. R. O bibliotecário como mediador no processo de inclusão do surdo em bibliotecas universitárias. **Revista Bibliomar**, São Luís, v. 15, n.1/2, jan./dez., p. 84-98, 2016.

FERRÉS, S. P. Acessibilidade física. *In:* PUPO, D. T; MELO, A. M.; FERRÉS, S. P. **Acessibilidade:** discurso e prática no cotidiano das bibliotecas. Campinas: UNICAMP/Biblioteca Central Cesar Lattes, 2006.

FIGUEIREDO, N. M. Aspectos especiais de estudos de usuários. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 12, n. 2, p. 43-57, jul./dez. 1983.

FLANAGAN, J. C. A técnica do incidente crítico. **Arquivos Brasileiros de Psicologia Aplicada**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, p. 99-141, abr./jun.1973. Disponível em: http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/abpa/article/view/16975/15786. Acesso em: 5 abr. 2020.

FONSECA; C. C. R.; GOMES, G. F.; VANZ, S. A. S. Acessibilidade e inclusão em bibliotecas: um estudo de caso. *In:* SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 17., 2012. Gramado. **Anais** [...]. Gramado: FEBAB, 2012.

FORTALECIMENTO de bibliotecas acessíveis e inclusivas: manual orientador. São Paulo: Mais Diferenças, 2016. 143 p.

FREITAS, S. N.; TEIXEIRA, C. T.; RECH, A. J. D. Alunos com deficiência em situação de acolhimento institucional: desafios para a gestão e a inclusão escolar. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 11, n. 4, p. 2104-2124, 2016.

FUMES, N. L.; CARMO, B. C. M. **Deficiência, Educação, Pandemia:** a desigualdade revelada. Maceió: Edufal, 2021.

FUNDAÇÃO DORINA NOWILL PARA CEGOS. Sete tipos de acessibilidade. Disponível em: https://fundacaodorina.org.br/blog/sete-tipos-de-acessibilidade/. Acesso em: 24 mar. 2025.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GLAT, R. (Org.). **Educação inclusiva:** cultura e cotidiano escolar. 2. ed. Rio de Janeiro: 7Letras, 2011.

GONÇALVES, E. F. P. As tecnologias assistivas e a atuação do bibliotecário como intermediário entre as fontes de informação e o deficiente visual. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 2, n. 1, mar. 2012.

HAMMES, I. C.; NUERNBERG, A. H. A inclusão de pessoas com deficiência no contexto do trabalho em Florianópolis: relato de experiência no sistema nacional de emprego. **Psicologia Ciência e Profissão**, v. 35, n. 3, 2015.

HOFFMANN, C.; TRAVERSO, L. D; ZANINI, R. R. Contexto de trabalho das pessoas com deficiência no serviço público federal: contribuições do inventário sobre trabalho e riscos de adoecimento. **Gestão e Produção**, São Carlos, v. 21, n. 4, 2014.

HOLLICH, S. What It Means for a Disabled Librarian to “Pass”: An Exploration of Inclusion, Identity, and Information Work. **The International Journal of Information, Diversity, & Inclusion**, Maryland, v. 4, n. 1, 2020.

HOTT, D. F. M.; FRAZ, J. N. Acessibilidade, tecnologia assistiva e unidades de inclusão: articulações a realidade da inclusão. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 24, n. 4, p.199-210, out./dez. 2019.

INSTITUTO BENJAMIM CONSTANT. **Um olhar sobre a deficiência visual**. Disponível em: http://www.ibc.gov.br/fique-por-dentro/cegueira-e-baixa-visao. Acesso em: 9 mar. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua** - PNAD. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-detalhe-de-midia.html?view=mediaibge&catid=2103&id=6481. Acesso em: 18 mar. 2024.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES)**. Brasília, 2015, 5 v.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Resumo Técnico do censo da educação superior 2022**. Brasília: Inep, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/acervo-linha-editorial/publicacoes-institucionais/estatisticas-e-indicadores-educacionais/resumo-tecnico-do-censo-da-educacao-superior-2022. Acesso em: 15 maio 2024.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2019**. Brasília: Inep, 2020. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse. Acesso em: 4 dez. 2022.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2018**. Brasília: Inep, 2019. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse. Acesso em: 4 dez. 2022.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2017**. Brasília: Inep, 2018. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse. Acesso em: 4 dez. 2022.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2016**. Brasília: Inep, 2017. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse. Acesso em: 4 dez. 2022.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTTIONS. **Diretrizes para serviços de biblioteca para surdos**. 2. ed. 2000. Série Publicações Ocasionais, n. 1. São Paulo, A Escola do Futuro, Universidade de São Paulo. (IFLA Professional Reports: 62). Disponível em: http://especial.futuro.usp.br/documentos/guiaifla.rtf. Acesso em: 24 out. 2023.

JACINTO, S. O. A biblioteca pública e os deficientes físicos. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 89-104, jul./dez. 2008. Disponível em: http://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/92/146. Acesso em: 2 maio 2012.

JOVCHELOVITCH, S.; BAUER, M. W. Narrativa e investigação qualitativa. *In:* BAUER, M. W.; GASKELL, G. (orgs.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som:** um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 90-113.

KUMAR, S.; SANAMAN, G. Orientation/Training Programmes in NCR Libraries for People with Disabilities. **Library Philosophy and Practice**, Lincoln, v. 4, p. 1-15, 2013.

LAUAND, G. B. A. **Fontes de informação sobre tecnologia assistiva para favorecer a inclusão escolar de alunos com deficiências físicas e múltiplas.** 2005. Tese. (Doutorado em Educação Especial) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2005.

LEITÃO, V. M. Caminhos para a acessibilidade na UFC. *In:* LEITÃO, V. M.; VIANA, T. V. **Acessibilidade na UFC:** tessituras possíveis. Fortaleza: Edições UFC, 2014.

LOPES, D. A.; MARTINS, J. L.; Acessibilidade web: uma avaliação no sistema de bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins. **Biblos:** revista do Instituto de

Ciências Humanas e da Informação, Rio Grande. v. 36, n. 2, p. 95-105, jul./dez. 2022.

LYNER-CLEOPHAS, M. Assistive technology enables inclusion in higher education: the role of higher further education disability services association. **African Journal of Disability**, África do Sul, v. 8, n. 0, p. 1-6, 2019.

MAIA, M. A. Q.; MAIA, S. M. Q.; DANTAS, T R.; NETA, A F. O bibliotecário como mediador no processo de transferência da informação para pessoas com deficiência visual. *In:* CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 24., 2011. Maceió. **Anais** [...] Maceió: FEBAB, 2011.

MALHEIROS, T. M. C. **Estudo do usuário deficiente visual e subsídios para uma política de desenvolvimento de coleções da Biblioteca Central da Universidade de Brasília**. 2009. Monografia (Especialização em Gestão Universitária) – Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília. Disponível em: http://bdm.bce.unb.br/bitstream/10483 /701/1/2009_TaniaMilca.pdf. Acesso em: 19 mar. 2023.

MALHEIROS. T. M. C.; CUNHA, M. B. As bibliotecas como facilitadoras no acesso à informação por usuários com deficiência visual. **Revista Digital de Biblioteconononomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 16, n. 1, p. 146-170, jan./abr.2018.

MANZUCH, Z; MACEVICIUTE, E. Performance evaluation as a tool for strategic decisions about serving visually impaired users: the case of the Lithuanian Library for the Blind. **Library & Information Science Research**, Amsterdã, v. 38, p. 161–169, 2016.

MARCOLINO, M. A. R.; CASTRO FILHO, C. M. Biblioteca escolar e os usuários especiais: o profissional da informação frente ao desafio da inclusão. **Biblos**: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação, Rio Grande, v. 28, n. 2, p. 9-25, jul./dez. 2014.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Altas, 2003.

MARTIN, S. G.; VERDE, M.; RODRÍGUEZ, M.; GODOY, M. S. Biblioteca accesible: servicios y experiencias del Sistema de Bibliotecas de la Universidad Católica de Córdoba. **Revista Información, Cultura y Sociedad**, Buenos Aires, v. 47, dez. 2022.

MARTINS, J. A.; BARSAGLINI, R. A. Aspectos da identidade na experiência da deficiência física: um olhar socioantropológico. **Interface** (Botucatu), v. 15, n. 36, p. 109-122, 2011.

MATOS, E.J.S.; LEMOS, R.B.S.; SILVA, J.L. As Tecnologias Assistivas para a educação na biblioteca pública Benedito Leite. **Revista Bibliomar**, São Luís, v.16, n.1, p.36-51, jan./jun., 2017.

MAZZONI, A. A.; TORRES, E. F.; OLIVEIRA, R.; ELY, V. H. M. B.; ALVES, J. B. M. Aspectos que interferem na construção da acessibilidade em bibliotecas universitárias. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 30, n. 2, p. 29-34, maio/ago. 2001.

MELO, A. M.; COSTA, J. B.; SOARES, S. C. M. Tecnologias assistivas. *In:* PUPO, D. T.; MELO, A. M.; FERRÉS, S. P. (Orgs.). **Acessibilidade:** discurso e prática no cotidiano das bibliotecas. Campinas: UNICAMP, Biblioteca Central César Lattes, 2006, p. 62-73.

MELO, F. R. L. V.; FURTADO, M. M. F. D.; RIBEIRO, E. S. K.; MELO, E. S. F.; ARAÚJO, A. B; TRINDADE, S. Experiências em Acessibilidade e Inclusão na UFRN: o Laboratório de Acessibilidade da Biblioteca Zila Mamede. **Gestão & Conexões**, Vitória, v. 3, n. 1, p. 43-67, jan./jun. 2014.

MIGLIOLI, S.; SANTOS, G. A. Acessibilidade e serviços inclusivos para minorias sociais: a biblioteca do Instituto Nacional de Educação de Surdos. **Revista da ACB:** Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, v. 22, n. 1, p. 136-149, dez./mar. 2017.

MINAYO, M. C. S. Amostragem e saturação em pesquisa qualitativa: consensos e controvérsias. **Revista Pesquisa Qualitativa**. São Paulo, v. 5, n. 7, p. 1-12, abril. 2017.

MIRANDA, A. **Biblioteca universitária no Brasil:** reflexões sobre a problemática. Brasília: CAPES/MEC, 1978. Disponível em: http://repositorio.febab.org.br/items/show/3427. Acesso em: 9 maio 23.

MIRANDA, A. GIBBON, C.; MORAES, H.; SILVA, L. S. Análise no requisito de acessibilidade na web e acessibilidade informacional nos sites das bibliotecas universitárias federais da região Sul a partir do Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico – EMAG. *In:* CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 29., 2022. **Anais** [...]. [S.l.]: FEBAB, 2022.

MIRANDA, S. N. **Acessibilidade ao usuário surdo e com deficiência auditiva em bibliotecas universitárias: o caso da UNIRIO**. 2015. Dissertação (Mestrado Profissional em Biblioteconomia) – Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

MIRANDA, S. N. Acessibilidade em bibliotecas: de Ranganathan à Agenda 2030. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 13, n. esp., p. 1669-1683, 2017.

MIRANDA, S. N. Atendimento acessível em bibliotecas universitárias: uma questão de atitude. **Revista Informação e Universidade**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 1-14, jan./jun. 2020. Disponível em: http://reviu.febab.org.br/index.php/reviu/article/view/23/21. Acesso em: 10 out. 2023.

MONTEIRO, E. C. S. A. O serviço de referência e a acessibilidade aos deficientes visuais. *In:* SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 16., 2010, Rio de Janeiro. **Anais** [...]. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.

MORAES, M.; CARELLI, A. E. A interdisciplinaridade na ciência da informação pela perspectiva da análise de citações. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 22, n. 1, p. 137-160, 2016.

MULLIKEN, A. There is nothing inherently mysterious about assistive technology: a qualitative study about blind user experiences in US academic libraries. **Reference and User Services Quarterly**, Chicago, v. 57, n. 2, p. 115-126, 2017.

MUNYORO, J.; MACHIMBDIZA, T; MUTULA, S. Examining key strategies for building assistive technology (AT) competence of academic library personnel at university libraries in Midlands and Harare provinces in Zimbabwe. **The Journal of Academic Librarianship**. Amsterdã, v. 47, n. 4, p. 1-9, 2021.

MUTULA, S.; MAJINGE, R. M. Information behaviour of students living with visual impairments in university libraries: a review of related literature. **The Journal of Academic Librarianship**. Amsterdã, v. 42, n. 5, p. 522-528, 2016.

NAZÁRIO, K. G.; COELHO, G. F. Análise do novo portal do IFSC com relação à acessibilidade para pessoas com deficiência visual. **Revista Sítio Novo**, Palmas, v. 3, n. 2, p.103-114, 2019. Disponível em: http://sitionovo.ifto.edu.br/index.php/sitionovo/article/view/276. Acesso em 31 jan. 2023.

NIKOLOVA, M.I. **Love it!** Developing psychological skills to become a better librarian, 2004. Disponível em: http://www.liscareer.com/nikolova_psych.htm. Acesso em: 8 jan. 2024.

NUNES, L. S.; PAULA, L.; BERTOLASSI, T.; FARIA NETO, A. A análise da narrativa como instrumento para pesquisas qualitativas. **Revista Ciências Exatas**, Taubaté, v. 23, n. 1, p. 9-17, 2017.

OLIVEIRA, G. D.; SILVA, E. F. Bibliotecas e bibliotecários em busca da acessibilidade. **BiblioCanto**, Natal, v. 1, n. 1, p. 68-86, 2015.

OLIVEIRA, L. C. **Visibilidade e participação política:** um estudo no Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência em Niterói. 2010. Dissertação (Mestrado). Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Niterói, 2010.

OLIVEIRA, M. (Org.). **Ciência da Informação e Biblioteconomia:** novos conteúdos e espaços de atuação. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

OLIVEIRA, R. M. de. Biblioteca universitária: leitura inclusiva através do audiocordel. **BiblioCanto**, v. 1, n. 1, p. 2-15, 2015.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convention of the rights of persons with disabilites**, 2006. ONU: New York, 2006. Disponível em: https://social.desa.un.org/issues/disability/crpd/convention-on-the-rights-of-persons-with-disabilities-crpd. Acesso em: 2 jan. 2025.
ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **1 bilhão de pessoas com deficiência entre as mais impactadas pela pandemia**. Disponível em: https://news.un.org/pt/story/2021/12/1772482. Acesso em: 16 maio 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Transformando nosso mundo:** a Agenda 2030. ONU: Nova Iorque, 2015. Disponível em: https://nacoesunidas.org/wp- content/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf. Acesso em: 17 maio 2024.

OUD, J. Systemic Workplace Barriers for Academic Librarians with Disabilities. **College & Research Libraries**, Chicago, v. 80, n. 2, p. 169-194, mar., 2019.

PAIVA, A. B. D. **Tecnologias assistivas no Ensino de Matemática para alunos surdos na Educação Superior**. 2020. Dissertação (Mestrado Profissional em Tecnologias, Comunicação e Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2020.

PAULA, S. N. **Acessibilidade à informação em bibliotecas universitárias e a formação do bibliotecário.** Campinas: Universitária PUC, 2009.

PEREIRA, R. C. B.; NONATO, E. M. N. A gestão dos serviços informacionais no sistema de bibliotecas da Universidade Federal de Goiás: acessibilidade para pessoas com deficiência física, visual e auditiva. *In:* SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 18., 2014. Belo Horizonte. **Anais** [...]. Belo Horizonte: UFMG, 2014.

PÉREZ FERRÉS, S. Acessibilidade física. *In:* PUPO, D. T.; MELO, A. M.; PÉREZ FERRÉS, S. (Org.). **Acessibilidade: discurso e prática no cotidiano das bibliotecas**. Campinas, SP: UNICAMP/Biblioteca. Central Cesar Lattes, 2006. p. 21-32. Disponível em: http://www.todosnos.unicamp.br:8080/ lab/producao/livro_acessibilidade_biblio tecas.pdf/view. Acesso em: 15 mar. 2023.

PINHEIRO, A. C. **Os recursos de Tecnologia Assistiva nas bibliotecas universitárias federais brasileiras:** uma abordagem para as pessoas com deficiências visuais. 2021. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.

PINHEIRO, A. C.; CRIVELLARI, H. M. T. Desafios da acessibilidade e da tecnologia assistiva na biblioteca universitária. **Informação em Pauta,** Fortaleza, v. 6, n. especial, p. 32-52, 2021.

PINHEIRO, A. C.; DIAS, C. C.; OLIVEIRA, D. A.; DINIZ, J. A. C.; MIRANDA, L. S. A aplicação da técnica do grupo focal na ciência da informação: uma revisão sistemática de literatura. *In:* MACULAN, B. C. M. S. **Métodos e Técnicas de Coleta e Análise de Dados de Pesquisa**. São Paulo: CPDT, 2024. p. 47-67.

PINHEIRO, A. C.; OLIVEIRA, D. A. “Nada sobre nós sem nós”: a Tecnologia Assistiva e os estudos de usuários das pessoas com deficiências visuais nas bibliotecas universitárias. **Revista EDICIC**, San José (Costa Rica), v. 2, n. 4, p.1-16, 2022.

PINHEIRO, A. C.; PEREIRA, F. C. M. Os estudos de usuários com deficiência em bibliotecas universitárias: uma revisão sistemática de literatura. *In:* CONGRESSO INTERNACIONAL DE INVESTIGAÇÃO SOBRE USUÁRIOS DA INFORMAÇÃO, 6., 2024. La Paz. **Anais** [...]. La Paz: Universidad Mayor de San Andrés, 2024 (no prelo).

PINHEIRO, A. L.; OLIVEIRA, H. V. Tecnologia assistiva no processo de mediação da informação aos usuários com deficiência visual em biblioteca universitária. *In:* ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 19., 2018. Londrina. **Anais** [...]. Londrina: UEL, 2018.

PINHEIRO, A. L.; OLIVEIRA, H. V.; RODRIGUES, A. C. P.; MENDONÇA, D. C. **Encontros bibli:** revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, Florianópolis, v. 25, p. 1-21, 2020.

PINHEIRO, L. V. R. A ciência da Informação: desdobramentos disciplinares, interdisciplinares e transdisciplinares. *In:* GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N.; ORRICO, E. G. D. (org.). **Políticas de memória e informação:** reflexos na organização do conhecimento. Natal: Editora UFRN, p. 111-141, 2006.

POTNIS, D.; MALLARY, K. Analyzing service divide in academic libraries for better serving disabled patrons using assistive technologies. **College & Research Libraries**, Chicago, p. 879-898, sep., 2021.

POTY, E. P.; ALENCAR, B. R. O. C.; SOARES, S. A.; ANDRADE, V. A. S.; RAMOS, R. K. M. Acessibilidade: adequação das bibliotecas universitárias de Teresina aos portadores de deficiência visual. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 2, n. 2, out. 2012.

PUPO, D. T.; MARTINS, V. S. G. Construção de parâmetros para implantação de bibliotecas acessíveis. **Revista Gestão & Conexões**, Vitória, v. 3, n. 1, p. 23-42, 2014.

RADABAUGH, M. P. **Study on the Financing of Assistive Technology Devices of Services for Individuals with Disabilities**: a report to the president and the congress of the United State, National Council on Disability, march 1993. Disponível em: https://www.ncd.gov/report/study-on-the-financing-of-assistive-technology-devices-and-services-for-individuals-with-disabilities/. Acesso em: 15 set. 2025.

RAMALHO, F. A.; PAIVA, E. B.; PINHEIRO, E. G. Usuário da informação: análise da produção científica em periódicos brasileiros. **Conhecimento em Ação**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, jan./jun. 2019.

RANGANATHAN, S. R. **The five laws of library science**. [S. l.]: Ess ess, 1931.

RATHBUN-GRUBB, S. Voices of Strength: A Survey of Librarians Working with Chronic Illnesses or Conditions. **Journal of Library Administration**, Milton Park, v. 61, n. 1, p. 42-57. 2021.

RIESSMAN, C. K. **Narrative Methods for the Human Sciences**. Thousand Oaks: Sage, 2008.

ROWLEY, J. **A biblioteca eletrônica**. Brasília: Briquet de Lemos, 2022.

SALES, G. M.; SOUSA, L. P. A.; MACEDO, M. S. Tecnologia inclusiva em biblioteca universitária: uma proposta de uso. *In:* CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 28., 2019, Vitória. **Anais** [...]. Vitória: FEBAB, 2019.

SAMPAIO, R. F.; MANCINI, M. C. Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. **Revista Brasileira de Fisioterapia,** São Carlos, v. 11, n. 1, p. 83-89, 2007.

SANTOS, B. R. L. **O ensino de contabilidade introdutório e o desafio da linguagem:** percepções de professores, intérpretes de libras e alunos surdos. 2018. Dissertação (Mestrado em Contabilidade) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

SANTOS, K. G. DOS; CARVALHO, K. A. Acessibilidade e tecnologia assistiva em bibliotecas universitárias: estudo de caso no Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, Brasília, v. 13, n. 1, p. 5-19, 1 out. 2019.

SANTOS, M. P.; DINIZ, C. N.; FERNANDES, E. M. Acessibilidade informacional para usuários com transtorno de espectro autista na biblioteca. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 13, n. esp., p. 1863- 1882, 2017.

SANTOS, M. S. M.; LIMA, T. C. B.; FERRAZ, S. F. S. Além da acessibilidade: desafios da socialização organizacional de pessoas com deficiência em uma instituição federal de ensino superior. **Economia e Gestão**, Belo Horizonte, v. 19, n. 54, set./dez. 2019.

SANTOS, R. F.; SAMPAIO, P. Y. S.; SAMPAIO, R. A. C.; GUTIERREZ, L. G.; ALMEIDA, M. A. B. Tecnologia assistiva e suas relações com a qualidade de vida de pessoas com deficiência. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 54-62, jan./abr. 2017.

SANTOS, S. K. S. L. Usuários surdos e acessibilidade em bibliotecas: uma revisão de literatura científica brasileira. **Informação e Informação,** Londrina, v. 25, n. 2, p. 258 – 276, abr./jun. 2020.

SANZ CASADO, E. **Manual de estudios de usuarios**. Madrid: Fundación Germán Sánchez Ruypérez, 1994.

SARACEVIC, T. Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, 1996.

SARACEVIC, T. Users lost: reflections on the past, future, and limits of information science. **ACM SIGIR Fórum**, New Brunswick, v. 31, n. 2, p. 16-27, 1997.

SARTORETO, M. L.; BERSCH, R. **Assistiva:** tecnologia e educação. 2024. Disponível em: https://www.assistiva.com.br/tassistiva.html#categorias. Acesso em: 19 mar. 2024.

SASSAKI, R. K. A inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho. **Revista Nacional de Reabilitação**, São Paulo, v. 6, n. 32, maio/jun., p. 4-7, 2003.

SASSAKI, R. K. **Construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SASSAKI, R. K. **Inclusão:** construindo uma sociedade para todos. 7. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2006. 176 p.

SASSAKI, R. K. **Inclusão:** construindo uma sociedade para todos. 8. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2010.

SASSAKI, R. K. **As sete dimensões da acessibilidade**. São Paulo: Larvatus Prodeo, 2019.

SAWYER, S.; HUANG, H. Conceptualizing information, technology, and people: Comparing information science and information systems literatures. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, Hoboken, v. 58, n. 10, p. 1436-1447, 2007.

SCHOMBERG, J.; HIGHBY, W. **Beyond accommodation:** creating an inclusive workplace for disabled library workers. Sacramento: Library Juice Press, 2020.

SELLTIZ, C. **Métodos de pesquisa das relações sociais**. São Paulo: Herder, 1965.

SHAPIRO, J. P. **No Pity:** People with Disabilities Forging a New Civil Rights Movement. New York: Times Books, 1993.

SILVA, A. F.; SPUDEIT, D. F. A. O. A oferta de serviços informacionais acessíveis para pessoas cegas em bibliotecas universitárias. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 17, p. 1-27, 2021.

SILVA, A. F. **Proposta de um programa para desenvolvimento da competência em informação em bibliotecas universitárias para estudantes cegos.** 2019. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Unidades de Informação) - Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2019.

SILVA, C. C.; NASCIMENTO, L. A. L.; KEYS, E. M. B.; ALVES, I. C. R. O grau de satisfação dos usuários deficientes visuais com os serviços prestados pela Biblioteca

Central da Ufes (BC/UFES). *In:* CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 25., 2013. Florianópolis. **Anais** [...]. Florianópolis: FEBAB, 2013.

SILVA, D. P. R.; FREITAS, E. V.; ARAÚJO, L. S. Acessibilidade: o uso de tecnologias assistivas para deficientes visuais. **Interface tecnológica**, Taquaritinga, v. 16, n. 2, p. 86-100, 2019.

SILVA, O. H.; LAZZARIN, F. A. Do panorama de exclusão para a construção de uma sociedade inclusiva: a relevância do uso das tecnologias da informação e comunicação para as pessoas com deficiência. **Revista Eletrônica de Gestão Organizacional**, Recife, v. 14, n. esp., p. 303-311, 2017.

SILVEIRA, J. G.; ANDRADE, M. E. A. A sociedade da informação, a globalização e o binômio inclusão/exclusão de pessoas deficientes ou portadoras de necessidades especiais no contexto universitário. *In:* SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 13., 2004, Natal. **Anais** [...]. Natal: FEBAB, 2004.

SIRAKI, A. Too Many Spoons: Library Workers and Disabilities. **Library Leadership & Management**, Chicago, v. 29, n. 3, p. 1-7, 2021.

SOARES, F. M.; HAMANAKA, R. Y.; PONTES, T. C. F.; ARAÚJO, W. J.; MACULAN, B. C. M. S. RICI: **Revista Ibero-americana de Ciência da Informação,** Brasília, v. 15, n. 2, maio-ago., 2022.

SONZA, A.; SALTON, B.; CARNIEL, E. Tecnologia assistiva como agenda de inclusão de pessoa com deficiência visual. **Benjamin Constant**, Rio de Janeiro, ano 22, p. 21-39, set. 2012.

SOTORIVA, D.; NEVES, D. A.; JACQUES, F. V. S.; QUINTANA, A. C. Inclusão de pessoas com deficiência e o uso de Tecnologias Assistivas no ensino remoto emergencial: percepção de docentes e discentes. *In:* USP INTERNATIONAL CONFERENCE IN ACCOUNTING, 22., 2022. São Paulo. **Anais** […]. São Paulo: USP, 2022.

SOUSA, C. S.; SILVA, G. M. A.; FREITAS, G. N. A institucionalização da política de inclusão da pessoa com deficiência na gestão da biblioteca universitária: desafios, inovação e oportunidades. *In:* CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 29., 2022. [S.l.]. **Anais** [...]. [S.l.]: FEBAB, 2022.

SOUSA, F. C. Instituições de ensino e o seu papel na inclusão dos indivíduos: o ambiente das bibliotecas. **Revista Nawa**, Rio Branco, v. 1, n. 2, 2017.

SOUSA, L. P. A.; SALES, G. M.; MACEDO, M. S. Acesso à informação acadêmica através da implementação de tecnologias assistivas: inclusão de deficientes visuais em bibliotecas universitárias. *In:* CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 28., 2019. Vitória. **Anais** [...]. Vitória: FEBAB, 2019.

SOUZA, C. S.; BEZERRA, N. A.; ANDRIOLA, W. B.; SILVA, G. M. A. Acessibilidade à informação científica na educação superior: caminhos trilhados pelo sistema de bibliotecas da Universidade Federal do Ceará. *In:* SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 18., 2014. Belo Horizonte. **Anais** [...] Belo Horizonte: UFMG, 2014.

SOUZA, O.; TABOSA, H. R. Estudo sobre a contribuição da Ciência da Informação em pesquisas sobre Tecnologias Assistivas. **Comunicação & Informação**, Goiânia, v. 21, n. 1, p. 70-88, jan./maio 2018.

STROPARO, E. M.; MOREIRA, L. C. Bibliotecas universitárias federais brasileiras: acessibilidade/avaliação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP). **Educação**, Santa Maria, v. 46, 2021.

STROPARO, E. M.; MOREIRA, L. C. O papel da biblioteca universitária na inclusão de alunos com deficiência no ensino superior. **Educação**, Santa Maria, v. 41, n. 1, p. 209-222, jan./abr. 2016.

TABOSA, H. R.; PEREIRA, V. G.; Estudo sobre a qualificação do bibliotecário cearense para o atendimento de usuários com deficiência visual. **Revista Analisando em Ciência da Informação**, João Pessoa, v. 1, n. 2, p. 21-36, jul./dez., 2013.

TEIXEIRA, C. M. S.; FERREIRA, V. T. P. Tecnologia assistiva em bibliotecas universitárias federais do Nordeste. *In:* CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 28., 2019. Vitória. **Anais** [...]. Vitória: FEBAB, 2019.

TEIXEIRA, C. M. S.; MARINHO, R. R. Tecnologia assistiva e formação do bibliotecário (a): um estudo piloto. **Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação**, São Paulo, v. 9, n. esp., p. 1-11, 2022.

TRIPATHI, M.; SHUKLA, A. Use of Assistive Technologies in Academic Libraries: A Survey. **Assistive Technology:** The Official Journal of RESNA, Milton Park, v. 26, n. 2, p. 105-118, 2014.

UNIVERSIDADE ABERTA DO SUS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. **Modelo biomédico e biopsicossocial da deficiência**. UMASUS/UFMA, 2019. 1 vídeo (7 min). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=tPq9FaYxY6k. Acesso em: 16 maio 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. **Núcleo de Acessibilidade Informacional do SIBI**. 2021. Disponível em: http://www.sibi.ufba.br/nucleo-de-acessibilidade-informacional-do-sibinasibi. Acesso em: 26 out. 2023.

VALENTIM, C. M. L. **Estudos das necessidades de informação dos colaboradores do Ministério da Ciência e Tecnologia**. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2010. 67 p.

VELTRONE, A. A. **Inclusão escolar do aluno com deficiência intelectual no estado de São Paulo:** identificação e caracterização. 2011. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011.

VERGUEIRO, W. **Desenvolvimento de coleções.** São Paulo: Polis, 1989.

VIANNA, W. B.; PINTO, A. L. Deficiência acessibilidade e tecnologia assistiva em bibliotecas: aspectos bibliométricos relevantes. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 22, n. 2, p.125-151, abr./jun. 2017.

VIEIRA, L. C. B. Biblioteca inclusiva: repensando políticas de acesso e inclusão para deficientes auditivos na Universidade Federal do Maranhão. **Biblionline**, João Pessoa, v. 10, n. 1, p. 82-101, 2014.

VIEIRA, P. A. M.; LIMA, F. J. A teoria na prática: áudio-descrição, uma inovação no material didático. **Revista Brasileira de Tradução Visual**, v. 9, 2010.

VITAL, F.M.P.; QUEIROZ, M. A. Acessibilidade. *In:* RESENDE, A. P. C.; VITAL, F. M. P. (coord.). **A convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência comentada**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2008. 165 p. Disponível em: https://www.gov.br/governodigital/pt-br/acessibilidade-e-usuario/acessibilidade-digital/convencao-direitos-pessoas-deficiencia-comentada.pdf/view. Acesso em: 17 maio 2024.

VIVARTA, V. (coord.). **Mídia e deficiência**. Brasília: Andi, 2003. Disponível em: https://andi.org.br/publicacoes/midia-e-deficiencia/. Acesso em: 14 out. 2023.

WAGNER, Y. G.; ALMEIDA, F. M. Política de cotas para pessoas com deficiência na educação superior. O efeito da lei 13.409/2016 sobre as condições de acessibilidade nas Instituições Federais de Ensino Superior Brasileiras. *In:* ENCONTRO DA ANPAD, 46., 2022.

WALTER, M. T. M. T.; EIRÃO, T. G.; REIS, L. A. **Regulamentos, orçamentos, etcétera:** miniguia. Brasília: Briquet de Lemos, 2010.

WELLICHAN, D. D. S. P.; SOUZA, C. S. A inclusão na prática: alunos com deficiência no ensino superior. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, p. 146-166, 2017.

WELLICHAN, D. S. P.; LINO, C. C. T. S. A biblioteca escolar no contexto da inclusão: como oferecer e vivenciar experiências inclusivas nesse ambiente. **Biblionline**, João Pessoa, v. 14, n. 1, p. 3-16, 2018.

WELLICHAN, D. S. P; LINO, C. C. T. S.; MANZINI, E. J. Biblioteca na vida acadêmica de um estudante surdo: um relato de experiência. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 12, n. 2, p. 284-304, 2021.

WELLICHAN, D. S. P.; MANZINI, E. J. Usuários da informação com deficiência em bibliotecas: uma análise da produção científica em Biblioteconomia e Ciência da Informação. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 27, n. 3, p. 172-203, jul./set. 2021.

WELLICHAN, D.S.P.; MANZINI, E.J. A Tecnologia Assistiva em bibliotecas públicas: uma abordagem preliminar sobre sua importância e contribuição para usuários com deficiência. **Biblionline**, João Pessoa, v. 14, n. 4, p. 83-90, 2018.

ZINS, C. Conceptions of information science. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, Hoboken, v. 58, n. 3, p. 335-350, 2007.

APÊNDICES

APÊNDICE A – ROTEIRO DA ENTREVISTA

Este é um roteiro semiestruturado para condução de entrevista de profundidade aplicado aos bibliotecários pessoas com deficiência, como parte integrante do projeto de pesquisa de doutorado cujo objetivo principal é identificar as percepções do pessoa bibliotecária com deficiência em relação à acessibilidade, o desenho universal e sobre à utilização dos recursos de Tecnologia Assistiva nas bibliotecas universitárias federais brasileiras, como auxílio para o desenvolvimento das suas atividades profissionais. Meu nome é Alejandro de Campos Pinheiro, doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Gestão e Organização do Conhecimento (PPG-GOC) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Mestre em Ciência da Informação pela UFMG e graduado em Biblioteconomia pela Escola de Ciência da Informação (ECI) da UFMG.

Bloco 1 – Caracterização do entrevistado

1. Qual o tipo da natureza da sua condição?

☐ Física ☐ Sensorial (Auditivo,Visual) ☐ Intelectual ☐ Múltipla

2. Para iniciarmos nossa conversa, me conte como foi sua trajetória profissional até aquí, e porque escolheu o curso de Biblioteconomia como formação?

Bloco 2 – Ambiente de trabalho

2. Em qual(is) setor(es) da biblioteca você está alocado e quais atividades desempenha?

3. Quais desafios ou dificuldades você enfrenta no seu ambiente de trabalho para exercer as suas atividades laborais?

4. Como você definiría um ambiente de trabalho inclusivo?

Após a resposta do entrevistado, apresentar uma definição formal do que caracterizaría um ambiente de trabalho inclusivo.

5 O que você considera que precisaria de melhorar no seu ambiente de trabalho para que ele seja mais inclusivo?

Bloco 3 – Recursos de Tecnologia Assistiva

6. O que você sabe sobre os recursos de Tecnologia Assistiva?

Após a resposta do entrevistado, apresentar uma definição formal do que seriam os recursos de Tecnologia Assistiva.

7. A sua biblioteca possui algum recurso de Tecnologia Assistiva para auxiliar na sua atividade de trabalho?

7.1. Se sim, quais são estes recursos?

7.2. Como os recursos de Tecnologia Assistiva contribuem no desenvolvimento de suas atividades no ambiente da biblioteca?

7.3. Se não, por que sua biblioteca ainda não possui tais recursos?

8. Como você avalia os aspectos da acessibilidade (arquitetônica, comunicacional, atitudinal, programática, metodológica e/ou instrumental) e do desenho universal no seu ambiente de trabalho?

Antes da resposta do entrevistado, apresentar as definições formais das dimensões da acessibilidade e o desenho universal, reiterando o conceito de recursos de TA (já apresentado)

9. Finalizando, você teria mais algum comentário, sugestão ou crítica a fazer sobre os temas que conversamos?

Muito obrigado por sua participação!
(Fim da entrevista)

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Prezado(a) participante,

Você está sendo convidado(a) a participar, de forma voluntária, da pesquisa intitulada “Nada sobre nós sem nós”: as percepções das pessoas bibliotecárias com deficiência sobre acessibilidade, desenho universal e o uso dos recursos de tecnologia assistiva nas bibliotecas universitárias federais brasileiras, conduzida pelo doutorando Alejandro de Campos Pinheiro, sob orientação do Prof. Dr. Frederico Cesar Mafra Pereira, do Programa de Pós-Graduação em Gestão e Organização do Conhecimento da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGGOC/ECI/UFMG).

O estudo tem como objetivo compreender como as pessoas bibliotecárias com deficiência percebem as condições de acessibilidade, o uso de tecnologias assistivas e a aplicação do desenho universal em seu ambiente de trabalho. Busca-se identificar os desafios enfrentados no exercício profissional e contribuir para a melhoria das práticas laborais e dos níveis de satisfação. Com base nas experiências relatadas, espera-se ampliar a compreensão sobre a diversidade de necessidades e promover a construção de ambientes informacionais verdadeiramente inclusivos, em consonância com o princípio “Nada sobre nós sem nós”, aplicado à prática institucional e às políticas públicas.

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), da pesquisa intitulada “Nada sobre nós sem nós”: as percepções das pessoas bibliotecárias com deficiência sobre acessibilidade, desenho universal e o uso dos recursos de tecnologia assistiva nas bibliotecas universitárias federais brasileiras, conduzida pelo doutorando ALEJANDRO DE CAMPOS PINHEIRO, sob orientação do Prof. Dr. Frederico Cesar Mafra Pereira, do Programa de Pós-Graduação em Gestão e Organização do Conhecimento da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGGOC/ECI/UFMG).

Os resultados deste estudo visam promover a conscientização da comunidade acadêmica, em especial dos gestores das universidades federais, sobre a importância da acessibilidade, da tecnologia assistiva e do desenho universal como condições essenciais para garantir autonomia, segurança e inclusão às pessoas bibliotecárias com deficiência no exercício de suas atividades.

A pesquisa também poderá contribuir para o fortalecimento de políticas de acessibilidade nas bibliotecas universitárias, abrangendo desde a revisão de regulamentos internos com foco na inclusão até a produção de documentos acessíveis pelos programas de pós-graduação, como teses e dissertações com audiodescrição, PDF acessível e uso de fontes adequadas à leitura assistida.

Rubrica do(a) participante: _____ Rubrica do pesquisador (entrevistador): _____

Sua participação consiste na realização de uma entrevista individual em profundidade, conduzida remotamente por mim, Alejandro, por meio das plataformas Google Meet ou WhatsApp — conforme já previamente combinado. Os dados serão coletados diretamente, mediante sua autorização expressa, tanto para a gravação da entrevista quanto para o uso das informações. A duração da entrevista será em torno de 60 minutos. Nenhuma identificação pessoal será registrada no roteiro de entrevista ou divulgada em qualquer etapa da pesquisa.

Todas as informações fornecidas serão tratadas com confidencialidade, armazenadas em uma pasta com senha no computador particular dos pesquisadores e acessadas apenas pela equipe de pesquisa. Essa pasta será mantida por um período de dois anos e após o término dessa vigência, ela será excluída completamente. Os dados serão utilizados exclusivamente para fins acadêmicos, em publicações e apresentações, sempre de forma anonimizada. Garantimos que seu nome e quaisquer dados que permitam sua identificação serão preservados em todas as etapas da pesquisa e divulgação dos resultados.

Esta pesquisa pode apresentar desconfortos e constrangimentos como riscos à sua saúde ou integridade física, caso o conteúdo abordado remeta a experiências sensíveis. Nessas situações, você poderá interromper a entrevista, pular perguntas ou encerrar sua participação, sem qualquer prejuízo. Se desejar, poderá solicitar uma cópia da gravação ou da transcrição da entrevista.

Nós, pesquisadores, comprometemo-nos a conduzir este estudo em conformidade com as normas éticas que regem a pesquisa com seres humanos, respeitando sua autonomia e assegurando sua proteção. A participação é totalmente voluntária. Você tem o direito de recusar ou interromper sua colaboração a qualquer momento, sem sofrer nenhum tipo de penalidade. Sua privacidade e seus direitos estarão garantidos em todas as fases da pesquisa.

Informamos que a participação nesta pesquisa é voluntária, sem qualquer forma de remuneração ou compensação financeira, e não acarretará nenhum custo para você. Caso ocorra, de forma excepcional, alguma situação adversa, seus direitos estarão resguardados conforme previsto na legislação brasileira.

A equipe de pesquisa está à disposição para esclarecer quaisquer dúvidas ao longo do estudo. Caso necessário, você pode entrar em contato com: Prof. Dr. Frederico Cesar Mafra Pereira (orientador) – professorfredericomafra@gmail.com e Doutorando Alejandro de Campos Pinheiro – alejandrocampos29@gmail.com | (31) 9XXXX-XX63.

Em caso de dúvidas relacionadas a aspectos éticos, você poderá contatar a Comissão de Ética em Pesquisa da UFMG – CEP/UFMG, nos canais: Av. Antônio Carlos, 6627 – Unidade Administrativa II – 2º andar – Sala 2005 – Campus Pampulha – Belo Horizonte – MG – CEP 31270-901 – E-mail: coep@prpq.ufmg.br | Telefone: (31) 3409-4592 – Atendimento: segunda a sexta-feira, das 9h às 11h e das 14h às 16h.

Rubrica do(a) participante: _____ Rubrica do pesquisador (entrevistador): _____

Declaração de consentimento:

Declaro que sou maior de 18 anos, que fui devidamente esclarecido(a) sobre os objetivos, procedimentos e possíveis implicações da pesquisa, e que minha condição de deficiência não impediu a compreensão deste documento. Autorizo minha participação na pesquisa e a utilização dos resultados para fins acadêmicos, com a garantia de que meu anonimato e privacidade serão preservados. Sei que posso me retirar da pesquisa a qualquer momento, sem prejuízo, e que não receberei qualquer pagamento pela minha participação. Este Termo foi elaborado em duas vias de igual teor, e declaro ter recebido uma via deste documento.

Autorização para gravação da entrevista:
[ ] Autorizo a gravação da entrevista para fins exclusivamente acadêmicos, com garantia de anonimato.
[ ] Não autorizo a gravação da entrevista.

Belo Horizonte, ____de _____de 2025.

Assinatura do(a) Participante da Pesquisa

Nome: _____

Assinatura do Pesquisador Responsável: Frederico Cesar Mafra Pereira

Assinatura do Pesquisador responsável pela aplicação do termo: Alejandro de Campos Pinheiro

APÊNDICE C – PROPOSTA TRANSVERSAL PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA ACESSIBILIDADE NAS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS FEDERAIS

Com base nos resultados desta pesquisa, recomenda-se que a acessibilidade seja incorporada como política institucional permanente, garantindo sua continuidade independentemente de mudanças de gestão. A seguir, apresentam-se ações estratégicas que podem ser aplicadas por gestores de bibliotecas universitárias federais:

1. Política de Desenvolvimento de Coleções

- Incluir, no processo de aquisição, obras em formatos acessíveis, como audiovisual, Libras ou Braille.
- Assegurar que materiais de leitura obrigatória e recomendada estejam disponíveis em formatos compatíveis com diferentes tipos de deficiência.

2. Repositórios Institucionais Acessíveis

- Estabelecer política de autoarquivamento que exija o depósito de monografias, TCCs, dissertações e teses em PDF A acessível, compatível com leitores de tela.
- Capacitar a equipe para validar a acessibilidade dos arquivos antes de sua publicação.

3. Regulamentos e Normas em Formatos Inclusivos

- Disponibilizar regulamentos da biblioteca em Braille e Libras.
- Prever, de forma expressa, o direito de ingresso de pessoas com deficiência visual acompanhadas de cão-guia.

4. Comunicação e Conteúdo Digital Acessível

- Tornar obrigatória a descrição alternativa de imagens em todos os conteúdos publicados em sites institucionais e mídias sociais mencionando a hashtag (#) #paratodosverem e #paratodocegover. O uso das inteligências artificiais podem ser um auxílio para a realização dessa etapa.
- Os periódicos, livros e demais produções científicas produzidas e editadas pelas universidades federais devem adotar em seus *templates* de submissão a obrigatoriedade o uso da descrição alternativa para as fotografias, ilustrações, gráficos, tabelas, dentre outras representações imagéticas.
- Capacitar a equipe de comunicação e das pessoas bibliotecárias para aplicação de práticas de acessibilidade digital.

5. Estudos de usuários com pessoas com deficiência

- A realização de estudos de usuários nas bibliotecas universitárias deve ser uma prática adotada a qual deva contemplar o público com deficiência para que se possa identificar as suas necessidades para que ocorra a sua inclusão.

6. Normalização de trabalhos acadêmicos

- A descrição alternativa de imagens deve se tornar obrigatória. A utilização de fontes textuais deve ser sem o estilo serifa, como exemplo, a fonte Arial, para que os leitores de tela realizem a leitura do documento de forma fluida e coerente para o público com deficiência visual.

- Utilização de colchetes para sinalizar o início e o fim de seção, subseção, citação, nota, de tal forma em que o leitor de tela realizar a leitura do documento, a pessoa com deficiência visual possa entender melhor a disposição do texto e o seu sentindo lógico de transição de suas partes textuais.

7 Administração em unidades de informação

- O layout da biblioteca deve buscar sempre que possível atender aos princípios do desenho universal de tal forma que o ambiente da biblioteca esteja acessível e inclusivo.

- Garantir que os sistemas de gerenciamento de acervo, catálogos online e terminais de consulta sejam compatíveis com softwares leitores de tela e outras tecnologias assistivas.

8 Serviço de referência

- Capacitação da equipe para atendimento em Libras.

- Desenvolvimento de vídeo em Libras em parceria com a equipe de núcleo de acessibilidade e inclusão sobre os serviços que são oferecidos pelas bibliotecas.

- Construção de placas com sinalização em Libras nos locais em que ocorrem o empréstimo, devolução ou renovação de obras.

9 Parcerias institucionais

- As bibliotecas universitárias devem avaliar a possibilidade em se tornarem parceiros membros da Rede Brasileira de Conteúdos Adaptados (REBECA), pois é uma alternativa de ampliar o acesso aos materiais no formato acessível. O compartilhamento do acervo adaptado proporciona benefícios a toda a comunidade, uma vez que resulta na redução de custos operacionais e evita a duplicação do processo de materiais adaptados.

- Capacitação da equipe da biblioteca com os núcleos de acessibilidade e inclusão para o atendimento inclusivo das pessoas com deficiência.

10 Cultura e informação

- Os projetos de extensão desenvolvidos pelas bibliotecas universitárias devem prever durante o seu desenvolvimento, a inclusão das pessoas com diferentes condições de deficiência para que possibilite a sua participação.

Essas recomendações traduzem as descobertas da pesquisa em ações concretas e de possível implementação, reforçando o compromisso das bibliotecas universitárias federais brasileiras com a efetivação do direito à informação e a promoção de ambientes inclusivos.

ANEXO

ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA DE PESQUISA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Plataforma Brasil

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: "Nada sobre nós sem nós": as percepções das pessoas bibliotecárias com deficiência sobre acessibilidade, desenho universal e o uso dos recursos de Tecnologia Assistiva nas bibliotecas universitárias federais brasileiras

Pesquisador: FREDERICO CESAR MAFRA PEREIRA

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 88706525.9.0000.5149

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 7.880.152

Apresentação do Projeto:

Segundo as informações do resumo do projeto, a pesquisa é apresentada da seguinte forma: "Na contemporaneidade, o Brasil possui cerca de 18,6 milhões de pessoas com deficiência, o que correspondea quase 9% da população (IBGE, 2022). Logo, a inclusão desse público torna-se um grande impacto em todas as áreas da sociedade, seja no âmbito educacional, cultural, trabalhista, entre outras, pois impacta na (re)construção de políticas públicas a fim de proporcionar melhores condições para o exercício de sua cidadania. Com esse entendimento, as bibliotecas, independentemente de sua tipologia, e para este trabalho, em específico, as universitárias, precisam adaptar a sua estrutura e instrumentos de trabalho, a fim de oferecer condições viáveis para a realização das atividades da pessoa bibliotecária com deficiência. Compreende-se que essas medidas contribuem para que o ambiente da biblioteca universitária se torne cada vez mais inclusivo e preparado para que a pessoa bibliotecária com deficiência desenvolva as suas atribuições adequadamente. Diante disso é elaborado a seguinte questão de pesquisa: quais as percepções da pessoa bibliotecária com deficiência em relação à acessibilidade, ao desenho universal e à utilização dos recursos de tecnologia Assistiva nas bibliotecas universitárias federais brasileiras, como auxílio para a realização das suas atividades profissionais?" A metodologia do projeto se descreve da seguinte forma nas informações básicas do projeto: "É uma pesquisa de natureza aplicada, segundo os seus

objetivos é uma pesquisa exploratória, de abordagem qualitativa e tem como população de estudo, as pessoas bibliotecárias com deficiência que atuam nas bibliotecas universitárias federais brasileiras. Esse público será convidado a participar de uma entrevista semiestruturada por meio de e-mails, que serão enviados às direções das
bibliotecas universitárias federais brasileiras. Nas entrevistas semiestruturadas serão identificadas as percepções das pessoas bibliotecárias com deficiência sobre a acessibilidade, o desenho universal e o uso dos recursos de Tecnologia Assistiva nas bibliotecas universitárias federais em que exercem as suas atividades laborais." A amostra total será 10 adultos.

Objetivo da Pesquisa:

Segundo o pesquisador, o objetivo principal da pesquisa é: "Identificar as percepções da pessoa bibliotecária com deficiência em relação à acessibilidade, ao desenho universal e ao uso dos recursos de Tecnologia Assistiva nas bibliotecas universitárias federais brasileiras, como auxílio para o desenvolvimento das suas atividades profissionais."

Os objetivos secundários do projeto são: "a) Identificar as bibliotecas universitárias federais brasileiras que possuem em sua equipe de colaboradores, a pessoa bibliotecária com deficiência;b) Averiguar os setores das bibliotecas universitárias nos quais estão alocadas as pessoas bibliotecárias com deficiência e os recursos de Tecnologia Assistiva que utilizam para auxiliar as suas atividades laborais;c) Identificar os possíveis desafios enfrentados pelas pessoas bibliotecárias com deficiência no desenvolvimento de suas atividades laborais;d) Avaliar o nível de satisfação da pessoa bibliotecária com deficiência nas bibliotecas universitárias federais brasileiras em que atua em relação aos aspectos da acessibilidade, do desenho universal e dos recursos de Tecnologia Assistiva."

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os riscos apontados no projeto são descritos da seguinte forma do resumo do projeto: "Informamos que esta pesquisa não oferece riscos previsíveis para saúde dos participantes; e suas opiniões poderão ser expressas abertamente, com a garantia do anonimato. Destaca-se que há o risco mínimo de constrangimento ou desconforto em relação à entrevista que será conduzida resguardando-se o sigilo e o anonimato do participante." Os riscos são descritos no TCLE da mesma forma.

Segundo o resumo da pesquisa os benefícios do projeto são descritos da seguinte forma:

"Acredita-mos ser possível que a experiência e a vivência da pessoa bibliotecária com deficiência revele aspectos e elementos importantes que contribuam para a aquisição, seleção e o desenvolvimento de novos produtos e serviços acessíveis a serem ofertados pelas bibliotecas universitárias. Além disso, estará promovendo a visibilidade desse público perante as instituições e a sociedade contribuindo na desmistificação de que a
deficiência seja sinônimo de incapacidade."

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Pesquisa relevante para a área de Biblioteconomia com previsão de término em 17/12/2025.

As solicitações do COEP foram atendidas: 1) Foi alterado o cronograma para que a coleta de dados ocorre após a aprovação do projeto pelo CEOP-UFMG; 2) Foi incluído no TCLE:

a. A duração da entrevista

b. O local e tempo de guarda dos dados coletados

c. Um texto explícito identificando desconforto e constrangimento como riscos, como está descrita nas informações básicas do projeto.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos documentos apresentados são adequados.

Recomendações:

Recomenda-se a aprovação do projeto de pesquisa.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Somos favoráveis à aprovação do projeto ¿"Nada sobre nós sem nós": as percepções das pessoas bibliotecárias com deficiência sobre acessibilidade, desenho universal e o uso dos recursos de Tecnologia Assistiva nas bibliotecas universitárias federais brasileiras" do pesquisador responsável Prof. Dr. FREDERICO CESAR MAFRA PEREIRA.

Considerações Finais a critério do CEP:

Tendo em vista a legislação vigente (Resolução CNS 466/12), o CEP-UFMG recomenda aos Pesquisadores: comunicar toda e qualquer alteração do projeto e do termo de consentimento via emenda na Plataforma Brasil, informar imediatamente qualquer evento adverso ocorrido durante o desenvolvimento da pesquisa (via documental encaminhada em papel), apresentar na forma de notificação relatórios parciais do andamento do mesmo a cada 06 (seis) meses e ao término da pesquisa encaminhar a este Comitê um sumário dos resultados do projeto (relatório final).

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Continuação do Parecer: 7.880.152

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇOES_BASICAS_DO_PROJETO_2490654.pdf	17/09/2025 05:11:43		Aceito
Outros	Carta_resposta_comite_etica.doc	17/09/2025 05:10:59	FREDERICO CESAR MAFRA PEREIRA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Termo_consentimento.docx	17/09/2025 05:07:52	FREDERICO CESAR MAFRA PEREIRA	Aceito
Cronograma	Cronograma.docx	17/09/2025 05:04:06	FREDERICO CESAR MAFRA PEREIRA	Aceito
Declaração de concordância	APROVACAO_PARECER_CEP.pdf	14/05/2025 19:17:32	FREDERICO CESAR MAFRA PEREIRA	Aceito
Parecer Anterior	PARECER_CONSUBSTANCIADO_Alejandro_assinado.pdf	14/05/2025 19:16:47	FREDERICO CESAR MAFRA PEREIRA	Aceito
Folha de Rosto	folhaDeRosto_1_assinado_assinado.pdf	14/05/2025 19:15:38	FREDERICO CESAR MAFRA PEREIRA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Brochura_comite_etica_ProjetoTese_Alejandro_vfinal.pdf	10/05/2025 14:01:19	FREDERICO CESAR MAFRA PEREIRA	Aceito

Situação do Parecer:
Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:
Não

BELO HORIZONTE, 03 de Outubro de 2025

Assinado por:
Corinne Davis Rodrigues
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Presidente Antonio Carlos, 6627 2º. Andar Sala 2005 Campus Pampulha
Bairro: Unidade Administrativa II **CEP:** 31.270-901
UF: MG **Município:** BELO HORIZONTE
Telefone: (31)3409-4592 **E-mail:** coep@prpq.ufmg.br